



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

CARLOS ROCHESTER FERREIRA DE LIMA

**“É PRECISO EDUCAR AS MENINAS”: HISTÓRIA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO
PATRONATO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA EM SÃO BERNARDO DAS
RUSSAS - CE (1937-1953)**

FORTALEZA

2020

CARLOS ROCHESTER FERREIRA DE LIMA

**“É PRECISO EDUCAR AS MENINAS”: HISTÓRIA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO
PATRONATO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA EM SÃO BERNARDO DAS
RUSSAS-CE (1937-1953).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gisafran Nazareno MotaJucá.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L697e Lima, Carlos Rochester Ferreira de.
“É preciso educar as meninas”: história e memória institucional do Patronato Coração Imaculado de Maria em São Bernardo das Russas - CE (1937-1953) / Carlos Rochester Ferreira de Lima. – 2020.
249 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2020.
Orientação: Profa. Dra. Gisafran Nazareno Mota Jucá.
1. Educação Feminina. . 2. Patronato Coração Imaculado de Maria.. 3. História e Memória Institucional.. I.
Título.

CDD 370

CARLOS ROCHESTER FERREIRA DE LIMA

**“É PRECISO EDUCAR AS MENINAS”: HISTÓRIA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO
PATRONATO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA EM SÃO BERNARDO DAS
RUSSAS - CE (1937-1953)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 10/12/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Patrícia Helena Carvalho Holanda
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Zilda Maria Menezes Lima
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Dra. Maria Socorro Lucena Lima
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Dra. Fátima Maria Leitão Araújo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À minha grande inspiração, Maria Ferreira de Lima (in memoriam), minha mãe, que foi, e ainda é, uma presença forte e fonte de força em minha caminhada. Ela foi minha primeira professora na escola da vida. Andei por muitos espaços, conheci muita gente, mas foi junto a sua essência que eu me tornei um ser humano melhor, ensinamentos que a escola formal não ensina.

Às religiosas que me abriram os arquivos da Escola, os físicos e mnemônicos, agradeço de modo especial a Irmã Soccoro Silva e a Irmã Mazé, pela atenção e acolhida dispensada.

Às ex- alunas do Patronato Coração Imaculado de Maria, as das aulas pagas (no Patronato) e as das aulas gratuitas (as da Escola Sagrado Coração) que de forma gentil me receberam em seus lares, onde desenvolvemos nossas conversas emocionadas, momentos que fizeram emergir remomorações diversas de um tempo que não se foi totalmente, mas está grafado nas lembranças, nos corpos e nas representações que estas mulheres carregam registrados na memória individual e coletiva.

Dedico de modo especial a duas ex-alunas: à Professora Alda Torres (in memoriam) ex-aluna da primeira turma do Patronato, que eu tive a honra de conhecer e partilhar de suas lembranças, conhecimentos e experiências acerca do “Colégio da Irmãs”; e a Professora Socorro Rodrigues, ex-aluna da Escola Sagrado Coaração, que nos presenteou com outras narrativas que não aquelas já muito partilhadas e de certo modo critalizadas.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Ferreira de Lima (in memoriam), que dentro de todas as contradições, foi sempre meu porto seguro. Obrigado por me apoiar mesmo quando minhas decisões contrariavam suas orientações. Muito obrigado!

À minha família, pelo incentivo para prosseguir na caminhada acadêmica. De modo especial, sou grato pela força e suportes, dos mais variados, aos meus irmãos Antônio Rogério Ferreira, George Lima, Rafael Lima e André Lima; às minhas irmãs Karla Diana Lima Gonçalves, Yara Lima Gonçalves e Luana Santiago.

Sou grato também ao casal, Anderson Alves e Edjane Matoso, pelo acolhimento em Fortaleza.

Ao meu pai Antônio Cordeiro, que só pude me aproximar muito tardiamente, mas conseguimos nos reconectar. Obrigado por não titubear em externalizar o orgulho por minhas pequenas vitórias.

À Aldeyde Lima, Tia Miminha, que sempre me ensinou muito, desde a andar de bicicleta a sonhar com voos mais altos. Minha gratidão pelo amor e pela sempre disponibilidade em ajudar-nos, não teria chagado aqui sem suas orações e palavras de encorajamento.

De forma muito especial presto minha gratidão ao meu companheiro, Alex Almeida, que sempre esteve ao meu lado nesta trajetória, seja ouvindo meus anseios e minhas angústias, seja nos momentos de co-leitura do material, ou celebrando cada página em branco vencida. Obrigado por seu afeto, sua força e cumplicidade. Amo-te!

Ao meu orientador, Professor Gisafran, que conduziu de forma muito tranquila e responsável o percurso desta pesquisa. Obrigado por acreditar no projeto, por ser uma referência nos estudos de memória e oralidade, e, por ser, antes de tudo, um ser humano que nos conduz com “liberdade orientada”. Meu muito obrigado!

Aos membros da banca de defesa, meu muito obrigado, por tirarem uma parte de seu valioso tempo para ler, desde a qualificação, esta pesquisa que carrega no seu *corpus* as contribuições de cada uma/um. Grato sou pela pronta disposição em analisar meu trabalho e pelas contribuições tão valiosas. Desse modo, agradeço imensamente:

À Prof.^a Dra. Patrícia Helena Carvalho Holanda, pela atenção e pela gentileza em fazer parte do processo de construção desta narrativa histórico – educacional e por compor a banca de defesa. Uma grande profissional que nos cativa pelo seu modo como trata seus “pupilos” da LHEC, sempre atenta aos liames acadêmicos, mas sem perder de vista a gentileza e companheirismo que é inerente ao seu ser. Obrigado pelos cuidados, apoio e incentivo constantes!

À Prof.^a Dra. Zilda Maria Menezes Lima, grande pesquisadora das Teorias e Metodologias da História, muitíssimo contribuiu com o exercício da pesquisa histórica na escrita desta tese. Obrigado por, de forma cirúrgica, realizar as leituras dos meus escritos e por apontar possibilidades onde eu via fragilidades. Suas considerações, e indicações de outros olhares sobre os objetos e perspectivas foram imprescindíveis desde a qualificação, a você, minha querida, minha gratidão!

À Prof.^a Dra. Maria Socorro Lucena Lima, agradeço imensamente a colaboração, tanto no que diz respeito aos aspectos metodológicos, como por fazer parte desta empreitada no que diz respeito a socialização e historicização da vida da sua mãe, que foi aluna do Patronato em estudo. Saber disto, no dia da qualificação, foi muito importante para mim como pesquisador, que vive rodeado de papéis que em sua materialidade não exprimem sentimentos, a senhora me possibilitou uma epifania de sensibilidades. Muitíssimo grato!

À Prof.^a Dra. Fátima Maria Leitão Araújo, uma referência regional em estudos históricos-educacionais femininos, que desde a banca de qualificação apresentou valorosas considerações as quais pude incorporá-las ao longo das páginas desta pesquisa. Esta última versão estaria por demasiado pobre se não fosse seu olhar criterioso e suas indicações assertivas. Sou muito grato pela gentileza de sempre, desde o primeiro contato.

Aos professores da LHEC (Linha - História e Educação Comparada), agradeço-os em nome da coordenadora Profa. Dra. Patrícia Holanda, com quem construí muito mais que vínculos acadêmicos, grato sou pelo compromisso que tem com a formação humana de seus mestrados e doutorandos, obrigado!

Aos amigos que fiz na LHEC: destaco duas grandes pessoas, minhas companheiras: Adalucami Menezes e Regiane Rodrigues, com quem pude aprender bastante durante todo o percurso das aulas e ainda continuo aprendendo, meu reconhecimento e carinho!

À Secretaria do PPGE-UFC, na pessoa do Sérgio Ricardo, meus agradecimentos pela gentileza e prontidão ao nos receber e atender-nos sempre muito bem.

À Dona Ione por sempre ser um incentivo desde a tenra infância, quando eu olhava para sua estante recheada de livros e já me identificava com a profissão docente.

A/os colegas e amigo(a)s da Secretaria de Educação de Russas, aos Professor(a)s Valderbene Chagas, Anna Carolina Farias, Cleidiano Costa, Ana Maria, Morlânia de Holanda Chaves, René Coelho, em especial a estes dois últimos pela compreensão, empatia e respeito epistêmico, serei sempre grato!

Aos companheiros e companheiras de trabalho e amigo(a)s professoras e professores da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM/UECE, nas pessoas de Auricélia Gadelha, Gardênia Barbosa, Paula Scherre, Diana Nara, Marly Medeiros, Sandra Gadelha, Valdriano Ferreira, Raquel Lima, Izandra Falcão, Rameres Reges, Olivenor Chaves, Gedon Craneiro, Anezilany Nascimento e Cintya Chaves, sinto-me muito privilegiado por ser rodeado de tanta gente boa.

De forma semelhante sou grato à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa concedida para desenvolver minha pesquisa com maior dedicação.

Uma proibição tradicional, baseada em não sei que remotas e complexas razões, nos separava delas. Só as víamos juntas na capela, alinhadas nos seus bancos do outro lado do corredor, quietinhas e de vista baixa, porque as regras que lhes exigiam modéstia, humildade e silêncio eram ainda mais severas do que as nossas. E parece que vinham de todas as partes do mundo, pretinhas de cabeça redonda e olhar arisco, meninas brancas de cor doentia, criadas nos casebres sujos e mal arejados das areias, caboclas do sertão com cara de chinas, umas pequeninas e espantadas, outras já mulheres feitas, de cabelo escorrido e gestos compassados de freira. (QUEIROZ, 1998, 17)/

RESUMO

A presente pesquisa tem o intuito de compreender os processos educacionais voltados para a formação de meninas e moças no interior do Ceará, a partir da análise da história e da memória institucional da primeira escola a ensinar meninas na região do Vale do Jaguaribe, o Patronato Coração Imaculado de Maria. Esta escola era composta pelo Patronato, para alunas de famílias abastadas, e pela Escola Sagrado Coração de Jesus, para alunas que estudavam gratuitamente, oriundas de famílias carentes. A construção e o início do funcionamento desta escola remontam o período de disputas entre as cidades de Limoeiro do Norte e de Russas pela sede do Bispado, sendo um de nossos objetivos descrever, biograficamente, os personagens que ajudaram a escrever a história e a memória do Patronato Coração Imaculado de Maria. Em busca de melhor compreender este período, fazemos, neste trabalho, uma narrativa histórica do contexto sócio-político-econômico do Brasil nos anos entre 1937 e 1953, sendo necessário descrever fatos importantes de antes destes idos, uma vez que, levando em consideração as questões de valores morais norteados pela aliança entre o Estado e a Igreja, a educação estava permeada de imposições e limitações, sobretudo no que concerne à educação das mulheres, que é o principal objetivo deste trabalho. Amparamo-nos teórica e metodologicamente na História da Educação Comparada, como tentativa de visualizar, na perspectiva cronológica, a inserção das meninas russanas e cearenses nos ambientes de instrução formal. Foram utilizadas fontes hemerográficas, por meio de jornais produzidos no Ceará, no Vale do Jaguaribe e em Russas, que abrangem os anos estudados neste trabalho. Fizemos, ainda, uso das Atas mensais produzidas pelas freiras responsáveis pela educação no Patronato desde o ano de sua fundação, sendo que estes documentos funcionam como manuais de regras do que era permitido, ou não, ser feito na escola e que permanece como memória viva da instituição. Em busca de cumprir nossos objetivos, ouvimos relatos de ex-alunas, freiras e funcionárias da escola, para, numa perspectiva histórica, revelar o cotidiano das alunas, levando em consideração as contradições existentes, numa escola feminina, para o projeto de mulher do século XX. Acreditamos que a história relatada nos será muito útil para compreendermos as mudanças e permanências, no que concerne ao acesso à educação, à visibilidade social e às suas experiências nesse espaço de instrução.

Palavras-chave: Educação Feminina. Patronato Coração Imaculado de Maria. História e Memória Institucional.

ABSTRACT

This research aims to understand the educational processes aimed at for the formation of girls and young women in the countryside of Ceará, from the analysis of history and institutional memory of the first school to teach girls in the Vale do Jaguaribe region, the Patronato Coração Imaculado de Maria. This school was composed by the Patronato, for students from wealthy families, and the Sagrado Coração de Jesus School, for students who studied for free, from poor families. The construction, and start-up of this school, dates back to the period of disputes between the cities of Limoeiro do Norte and Russas over the bishopric's headquarters, and it is one of our goals to describe, biographically, the characters who helped write the history and the memory of Patronato Coração Imaculado de Maria. In order to better understanding this period, we make, in this paper, a historical narrative of the socio-political-economic situation in Brazil between 1937 and 1953, it being necessary to describe important facts from before this period, taking into account the matters of moral values guided by the alliance between the State and the Church, education was permeated by impositions and limitations, especially concerning the education of women, which is the main objective of this work. We based ourselves theoretically and methodologically on the History of Comparative Education, as na attempt to visualize, from a chronological perspective, the insertion of Russas and Ceará girls in the environments of formal instruction. Hemerographic sources were used through newspapers produced in Ceará, in Vale do Jaguaribe and in Russas, which span the years studied in this work. We also made use of the monthly minutes produced by the nuns responsible for Patronato's education since the year of its foundation, and these documents act as rules manuals of what was allowed, or not, to be done at school and remains as a living memory of the institution. In pursuit of our goals, we heard reports from alumni, nuns and school staff to reveal, from a historical perspective, the students' daily life, taking into account the contradictions that exist in a female school for a twentieth-century woman project. We believe that the related story will be very useful for us to understand the changes and permanences regarding access to education, social visibility and their experiences in this space of Instruction.

Keywords: Female Education; Patronato Coração Imaculado de Maria; History and Institutional Memory.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 - Representação do prédio da Escola Padre Lino	42
Imagem 2 - Residência onde foi instalado o Patronato Coração Imaculado de Maria	134
Imagem 3 - As Irmãs Maria de Jesus, superiora geral, Maria Gabriela, Maria Escholastica e Maria Raimunda, em 1937	137
Imagem 4 - Capela do Patronato: construída e inaugurada na década de 1940	151
Imagem 5 - Áreas internas do Patronato Coração Imaculado de Maria nas décadas de 1940 e 1950	152
Imagem 6 - Dormitório e salas de aula do Curso Normal, início dos anos 50	153
Imagem 7 - Auditório Lino Gonçalves, década de 1950	154
Imagem 8 - Banco escolar que compunha o mobiliário do Patronato já em em 1937.....	155
Imagem 9 - Brasão das Irmãs Cordimarianas	159
Imagem 10 - Crianças do Tabuleiro do Cata-Vento, na década de 1940, fotografadas pelas Irmãs	160
Imagem 11 - Fogão de Ferro que é mencionado pelas Irmãs nas Atas	164
Imagem 12 - Sala de aula de Prendas Domésticas	186
Imagem 13 - Sala de Leitura do Patronato Coração Imaculado de Maria, na década de 1940	189
Imagem 14 - Curso Normal do Patronato em 1951	189
Imagem 15 - Corte e Costura. Diplomadas em 1939	190
Imagem 16 - Colação de grau em 1950	190
Imagem 17 - Festa no Patronato na década de 1940	191
Imagem 18 - Time do Patronato na década de 1940	196
Imagem 19 - Aula de Educação Física no final da década de 1940	197
Imagem 20 - Aula de Educação Física na frente do Patronato, em 1940	198
Imagem 21 - Desfile de 7 de Setembro, em meados da década de 1940	198
Imagem 22 - Desfile Cívico em 1937	199
Imagem 23 - Ginásianas ensaiando para o Desfile Cívico, na década de 1940	200

Imagem 24 - Capa das cartilhas “Getúlio Vargas: a amigo das crianças” e “Getúlio Vargas para crianças”	205
Imagem 25 - Irmãs Cordimarianas na praia de Majorlândia, Aracati – Ce	215
Imagem 26 - Retiro Espiritual das Irmãs, final dos anos 40 e início dos anos 50	216
Imagem 27 - Alunas da Escola Sagrado Coração (gratuita), anexa ao Patronato, década de 1950	217
Imagem 28 - Crianças da Escola Sagrado Coração no recreio, início da década de 1940	218
Imagem 29 - Sala de aula da Escola Sagrado Coração (escola gratuita)	221
Imagem 30 - Alunas e professora na entrada da “escola grátis”	222
Imagem 31 - Turma da Escola Sagrado Coração em 1950	222

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de Escolas no Vale do Jaguaribe em 1938	55
Quadro 2 - Atividades da Comissão Pró-Bispado de Limoeiro, por data e tipo, 1937 e e 1938	66
Quadro 3 - Distribuição dos assuntos da cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”	207
Quadro 4 - Léxicos que se destacam na cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”	207

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	DA PERDA DA DIOCESE À EMERGÊNCIA DE UMA ESCOLA PARA MENINAS EM SÃO BERNARDO: ARRANJOS POLÍTICOS E BARRISMOS RELIGIOSOS NO VALE DO JAGUARIBE	35
2.1	São Bernardo das Russas: perspectivas da instrução pública	37
2.2	As memórias gestadas na “batalha pela sede da Diocese” em terras vale Jaguaribanas	59
2.3	O “golpe” e os ressentimentos pelo caminho: rusanos e limoeirenses em “pé de guerra” pela Diocese	76
2.4	A Igreja mãe, Capital e Santuário: de aspirante a sede do Bispado ao prêmio de consolação.....	83
2.4.1	<i>Os sujeitos que do lado de São Bernardo das Russas articularam a Diocese e o Patronato: os discursos e as representações que se gestaram a partir do desfecho negativo</i>	101
3	SITUANDO O OBJETO NO TEMPO: A ERA VARGAS, O ESTADO NOVO E A EDUCAÇÃO - PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, POLÍTICAS E EDUCACIONAIS NO BRASIL E NO CEARÁ	117
3.1	A “Revolução de 1930” e a Era Vargas: o contexto político	118
3.2	A instrução pública no Ceará sob o signo da centralização	127
4	HISTÓRIA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO PATRONATO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA: A FUNDAÇÃO E A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL	131
4.1	As mobilizações político-religiosas para criação do Patronato	133
4.1.2	<i>A infraestrutura da escola: metamorfoses espaço-temporais</i>	146
4.2	O “carisma” religioso das Irmãs Filhas do Coração Imaculado de Maria	156
4.2.1	<i>Padre Júlio Maria, o fundador das Filhas do Coração Imaculado de Maria, e o projeto de recristianização da Igreja Católica</i>	160
4.3	O Patronato Coração Imaculado de Maria começa a funcionar: as primeiras turmas, dificuldades e doenças	163
5	EDUCAÇÃO FEMININA NO “COLÉGIO DAS IRMÃS” NO ESTADO NOVO: CONSTRUINDO HISTÓRIA ATRAVÉS DAS MEMÓRIAS	167

5.1	Do macro para o micro e vice-versa: gênero, educação, religião e política em São Bernardo das Russas e no Brasil	169
5.2	A cultura escolar feminina no Patronato	173
5.2.1	<i>Materiais didáticos, livros e cartilhas no Estado Novo</i>	201
5.3	Nem tudo é missa e oração: o cotidiano das internas através das brincadeiras, festas e castigos	208
5.4	Não é só para a elite! A Escola Sagrado Coração e a educação para meninas Pobres	216
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
	REFERÊNCIAS	235

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa intitulada “É preciso educar as meninas”¹: história e memória institucional do Patronato Coração Imaculado de Maria em São Bernardo das Russas - Ce (1937-1953)” tem o intuito de investigar, por meio das memórias gestadas pela elite russana, as articulações político-religiosas, a fim de criarem a referida escola, por meio os relatos de ex-alunas, de freiras e de funcionárias do Patronato, através de suas experiências, representações e memórias institucionais, as mentalidades e as relações que foram se estabelecendo entre essas mulheres mediadas pela fé católica, pelas metodologias e didáticas, pelo projeto de educação compartilhado pela sociedade brasileira, cearense e russana, que, em 1937, apresentavam características diferenciadas de outras épocas.

A ideia de trabalhar com essa instituição educacional religiosa surgiu a partir de leituras no período da graduação em História, na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (UECE/FAFIDAM), entre 2005 e 2009, e pelo contato, mais recentemente, com a bibliografia referente à História da Educação Comparada, utilizada na disciplina de “Ensino da História e da Geografia”, no Curso de Pedagogia da FAFIDAM, entre 2014 e 2015. O interesse pelo objeto de estudo se deu a partir das muitas histórias sobre a fundação do Patronato Coração Imaculado de Maria, na cidade de Russas, e dos diversos eventos ocorridos na interação entre as freiras e as alunas.

A temporalidade que tomamos por base para esta pesquisa justifica-se em razão do referido Patronato ter iniciado suas atividades no ano de 1937, prolongadas até 1953, quando a instituição passou a ser mista, atendendo também a uma educação masculina. Além disso, nesse mesmo período, “cola grau” a primeira turma de normalistas que foram, em sua maioria, trabalhar na escola gratuita, a Escola Sagrado Coração.

Não podemos esquecer que na década de 1930, mais precisamente no ano de 1937, um regime autoritário – iniciado com o Golpe de Estado que deu posse a Getúlio Vargas – dominou o Brasil. Tal período ficou conhecido como Estado Novo. Nesse momento, estava sendo articulado um projeto de sociedade e uma cultura histórica e política² “através de uma

¹ São palavras do Vigário de São Bernardo das Russas, Monsenhor Vital Gurgel, em 1933, ao articular a vinda das religiosas: Filhas do Coração Imaculado de Maria do Pará, para assumir um patronato feminino na cidade supracitada, após a perda da sede do bispado do Vale do Jaguaribe, numa disputa travada entre as cidades de Russas e Limoeiro.

² Ângela de Castro Gomes e Larissa Viana (1996) nos ajudam a compreender o conceito de cultura histórica. Segundo elas, a cultura histórica nos dá uma melhor compreensão do lugar, do espaço e do valor que as sociedades emprestam a seu passado em diferentes contextos. Já a cultura política, Ângela de Castro Gomes define como sendo “um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo.”. Ver: GOMES, A. C.; VIANA, L. História e historiadores. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 1996.

disputa de poder, que tinha na educação uma de suas formas mais claras de atuar” (CAVALCANTE, 2012, p. 78).

Nesse período, embora as mulheres tivessem adquirido o direito de votar na Constituição de 1934, elas continuavam afastadas da vida política, ou seja, historicamente, o papel primordial a ser desempenhado pelas mulheres era o de dona de casa e fiel cumpridora de suas obrigações de esposa e mãe, isso para as moças mais abastadas; já as mais carentes começavam a trabalhar fora de casa cedo.

A frase “É preciso educar as meninas”, do Padre Vidal Gurgel, parece, ao primeiro momento, somente uma forma de cuidado com a educação feminina, porém, para alguns alunos da UNECIM³ sempre soou com um tom romantizado, uma quebra de paradigmas. Surgia, então, a indagação: São Bernardo das Russas, hoje Russas, foi considerado pioneiro por inaugurar uma escola para meninas em 1937? Essa só foi a primeira inquietação/problema levantada: saber como se deu a articulação da vinda das irmãs, que desenvolviam suas atividades caritativas e educacionais no Pará, para o interior cearense em pleno regime de exceção, o Estado Novo. As versões para o contato do Padre Vidal com as freiras, a forma como a escola foi montada, a compra de parte do terreno, foram histórias narradas, durante toda uma vida escolar, de forma “mágica”, ou seja, tudo dependeu da “providência divina” e da “boa vontade” do Padre Vidal e da “elite” russana.

O contato com outras fontes, pesquisas e entrevistas foram abrindo novos caminhos, lançando luz sobre estas questões. Assim, a problemática inicial foi se reformulando, pois novos elementos entraram em cena e suscitaram novas perguntas. A ação de diversos sujeitos e instituições, como a Igreja, os Integralistas, o Interventor cearense, os discursos dos memorialistas, a perda de Russas para Limoeiro do Norte em sediar a Diocese, os bairrismos criados a partir daí as representações reatualizadas pelas freiras, as memórias de ex-alunas e funcionárias, foram nos guiando para outros espaços e tempos em que aquelas primeiras respostas não cabiam mais. Agora, teríamos que nos balizar a partir da hipótese de que: o Patronato Coração Imaculado de Maria, nas palavras do Padre Pedro de Alcântara, seria uma compensação pelo prejuízo institucional da perda da Diocese pela “elite” russana.

Portanto, destacamos como objetivo geral desta pesquisa: Analisar a História e a Memória educacional, feminina e política do Patronato Coração Imaculado de Maria, fundado no ano de 1937, na cidade de São Bernardo das Russas. E como objetivos Específicos salientamos: 1) Perceber como se deu a articulação para a criação do Patronato, em 1937, levando em consideração o contexto da disputa pela sede da Diocese jaguaribana, em que as

³ Unidade Educacional Coração Imaculado de Maria (UNECIM), nome atual do antigo Patronato Coração Imaculado de Maria.

elites político-religiosas de Russas e Limoeiro do Norte “duelaram” entre si; 2) Problematizar as marcas, as inflexões, as lacunas e as mentalidades relacionadas ao Patronato Coração Imaculado de Maria, desde as disputas estabelecidas pelas elites eclesiásticas e políticas no contexto de sua fundação, através das memórias das diversas mulheres que atuavam nesta instituição educacional; 3) Compreender a estrutura de funcionamento e a hierarquia interna do Patronato, ou seja, as regras impostas, as relações estabelecidas entre as Irmãs e as estudantes, em que eram (re)elaborados, cotidianamente, os discursos, as práticas e as representações ligados ao universo feminino, tendo como referencial um modelo de mulher, esposa, mãe e professora; e 4) Analisar o propósito do ensino religioso, currículo e práticas pedagógicas como expressão dos projetos de sociedade em disputa, no período em que a instituição foi criada; entender o cotidiano desta instituição, através da atuação de seus sujeitos históricos, tendo como fontes os objetos educativos, as fardas e as memórias das freiras, ex-alunas e funcionárias.

O referencial teórico abordado para o desenvolvimento desta pesquisa leva em consideração que as Irmãs Cordimarianas chegaram em Russas na década de 1930, período este em que a sociedade brasileira vivenciava muitos confrontos políticos gerados pelo regime político de exceção recentemente instituído. De acordo com as narrativas históricas, podemos observar que as autoridades políticas e religiosas locais tinham como propósito atrair mais cristãos para as fileiras da Igreja Católica, visto que a elite russana articulou-se para instituir no município a sede do Bispado da região do Jaguaribe. Porém, os responsáveis por essa ação não conseguiram arrecadar recursos suficientes para tal feito. Mesmo tendo eles comprado um prédio para a instalação do Patronato, o Bispado foi levado para Limoeiro do Norte, refletindo certo desprestígio político dos integrantes da elite⁴ russana da época.

Segundo Magalhães (2007), percebemos que as relações entre as instituições educativas e a comunidade envolvente estruturam-se em uma abordagem que integra e cruza “os planos macro, meso ou micro histórico, através de uma dialética de convergência/divergência dos planos espaço-temporais: o nacional/universal, o regional, o local”. (MAGALHÃES, 2007, p. 70).

Nesse sentido, recorreremos a Chartier (1998) para utilizarmos o conceito de representações⁵, que é essencial para tentarmos compreender as tramas histórico/educacionais,

⁴ A elite russana não conseguiu o Bispado por falta de recursos, mesmo levando em consideração que Russas era a mais cotada, em relação as demais cidades, para sediar o Bispado do Jaguaribe. Isto abalou, de certa forma, o prestígio da elite russana. Ver: LIMA, Lauro de Oliveira. Sistema Escolar de Limoeiro do Norte (Da Colônia à escola que revolucionou o município). Fortaleza: Premium Editora, 2002.

⁵ As representações são percepções do social que, por sua vez, são construídas, e de forma alguma constituem discursos neutros. Elas “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. O conceito de representações incorpora os conflitos de classificação e delimitação, traduzindo “configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

sendo entendido como estudo situado no campo da História Cultural, que tem por principal objeto identificar como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. No caso em questão, investigaremos as representações sociais das práticas educativas observadas no Patronato em estudo.

Já a História Cultural e a História Institucional nos darão a medida pela qual teremos condições de “explorar” as sensibilidades, as representações, as táticas e estratégias dos sujeitos em estudo. Nesse contexto, a História Oral nos auxiliará a percebermos as entrelinhas dos acontecimentos. Acreditamos que ela nos deixará inteirados sobre aquilo que as outras fontes escritas não conseguem abarcar.

Ao reportarmos aos significados da Educação Comparada, tomamos como base as reflexões realizadas por Cavalcante (2008) acerca das configurações e da abordagem social e histórica. Segundo a autora, “a análise não se toma mais como referência de um contexto definido, mas a invisibilidade das práticas discursivas que os habitam [...]” (CAVALCANTE, 2008, p. 259). Partindo desse ponto de vista, emergem vários questionamentos: Como políticos e padres russanos, a “pequena burguesia” local, e as Irmãs Cordimarianas conseguiram fundar uma escola confessional, na década de 1930, para ação educadora voltada às mulheres no interior cearense? Como se deu a disputa pela sede do Bispado e de que forma foi seu desfecho e os embates entre políticos e religiosos nas cidades de Limoeiro do Norte e São Bernardo das Russas pela Sé Episcopal? As freiras filiavam-se às ideias e práticas que preparavam as alunas para se tornarem boas mães e excelentes esposas, ou elas conseguiram romper com os papéis reservados às mulheres pelo pensamento patriarcal da época? Que influências ideológicas advindas do Estado Novo podem ser denotadas a partir das memórias de ex-alunas e das representações e discursos presentes nas Atas referentes ao Patronato?

As análises de Magalhães (2007) nos advertem que compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição educativa é integrá-la, de forma interativa, no quadro mais amplo do sistema educacional e nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e região, de seu território, seus públicos e zonas de influência.

Com essas constatações, e em virtude do tipo de investigação, optamos pela pesquisa qualitativa. Tal pesquisa é entendida, nas palavras de Rodrigues (2007), como:

Qualitativa é a pesquisa que - predominantemente - pondera, sopesa, analisa e interpreta dados relativos à natureza dos fenômenos, sem que os aspectos quantitativos sejam a sua preocupação precípua, a lógica que conduz o fio do seu raciocínio, a linguagem que expressa as suas razões. Também não denota filiação teórico-metodológica, nem implica o uso de hipótese, de experimentação ou de qualquer outro detalhe. Sintetizando: qualitativa é a denominação dada à pesquisa que se vale da razão discursiva. [...] (RODRIGUES, 2007, p. 39).

Partindo dessa premissa, compreendemos que a pesquisa qualitativa é a que mais se adequa à investigação dos fenômenos socioculturais, “tendo em vista a sua complexidade,

pois não é possível mensurar determinados acontecimentos” (ARAÚJO, 2010, p. 65). Além disso, ainda que se propale a necessidade da objetividade no tratamento científico/acadêmico diante dos fatos e das fontes, não é possível negar a subjetividade do sujeito na investigação.

No rol dos tipos existentes desta modalidade de pesquisa, selecionamos a Pesquisa Histórica. Segundo Silva (2010), as estratégias do trabalho do profissional da História – em um trabalho de História da Educação Comparada – deve se nortear para produzir conhecimento histórico, a partir da articulação entre o referencial teórico e a análise/interpretação das fontes (diversas informações) que cercam o fato histórico. É aqui que identificamos a necessidade de desenvolver e articular um *metier* teórico e metodológico para a construção e abordagem do tema escolhido, ou seja, para respondermos a problemática gestada desde o princípio da pesquisa faz-se necessário compreender as similaridades, singularidades e rupturas que cercam o nosso objeto. Falcon (2002), ao levar em consideração a perspectiva da Pesquisa Histórica, define-a como:

Um conjunto de métodos e técnicas, relativos a investigações críticas das fontes documentais, entendidos como procedimentos prévios e imprescindíveis à elaboração do discurso histórico como portador de conhecimento sobre uma “realidade” definida genericamente como “passado”. A condição de possibilidade deste conhecimento está fundada nos pressupostos teóricos metodológicos da produção do discurso histórico. Tais pressupostos apresentam-se em termos de relações entre sujeito e objeto do conhecimento materializado no próprio discurso ou texto de história. (FALCON, 2002, p. 28).

Nesse percurso, existe a capacidade de lidar habilmente com diferentes fontes, em diversos momentos que integram e interagem na relação passado-presente, sendo esta última categoria do momento no qual nasce a necessidade de compreender algo e, para isso, buscam-se elementos nos acontecimentos passados, na tentativa de interpretá-los e dar sentido a uma ordenação de percursos que se constituem continuamente, a partir das problemáticas do presente.

Sendo assim, no desenvolvimento desta Pesquisa Histórica, utilizamos as seguintes técnicas de pesquisa: análise das fontes primárias; corpos documentais; revisão de literatura/bibliográfica; coleta e análise de memórias de ex-alunas, de religiosas, de professoras e de funcionários da instituição pesquisada; análise iconográfica e hemerográfica.

No desenvolver de nossa pesquisa, faremos a análise de livros de memorialistas, capítulos de livros, monografias, dissertações e teses que abordam diretamente a história das instituições, da educação, das mulheres, das crianças, da Igreja Católica, a história política e cultural. Entendemos que no exercício da revisão bibliográfica para este trabalho, faz-se necessário dar ênfase às produções escritas sobre a História do Ceará, seus aspectos econômicos, culturais e a formação de seu sistema escolar público e privado.

Nessa busca, tornam-se úteis as produções de Gatti Júnior (2005; 2002), por nos darem um norte para o desenvolvimento de pesquisas sobre as instituições escolares, tendo como "fio condutor" das análises "a apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte [...]" (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 30).

Em nosso caso de investigação, buscamos os elementos a partir do acesso de mulheres e meninas na educação formal. Aliados a isso, estão o imaginário, as representações e os papéis sociais femininos na sociedade cearense e russana. É importante ressaltar que o nosso objetivo de estudo será a memória das instituições escolares, no que diz respeito à educação feminina; educação essa que incentivou e permitiu, em grande medida, as mulheres escolarizadas extrapolarem o espaço privado, e ocuparem, gradativamente, os espaços públicos, de diferentes formas. Por isso, os questionamentos: Como se deram esses processos? Como percebemos esses processos no Vale do Jaguaribe e em Russas? Essas indagações são um dos vieses da nossa investigação. Tais perguntas resvalam na constituição do sujeito-histórico-mulher no mundo ocidental, e, por isso, é preciso existir um referencial teórico que leve em conta toda essa abordagem histórica ligada às mulheres:

A história das mulheres e das relações entre os sexos coloca de maneira muito feliz a questão da permanência e da mudança, da modernidade e da ação, das rupturas e das continuidades, do invariante e da historicidade. Ela interroga a linguagem e as estruturas do relato, as relações do sujeito e do objeto, da cultura e da natureza, do público e do privado. Ela coloca em questão as divisões disciplinares e as maneiras de pensar (PERROT, 2005, p.25).

Entender a história da educação cearense, com suas peculiaridades, numa perspectiva histórica – tendo como norte a inserção ou não de mulheres das diversas camadas sociais no acesso à instrução –, é tentar perceber que elas agem, atuam e movimentam-se histórico e socialmente. Como nos lembra Silva (2010, p. 78), “estudar história a partir dos sujeitos históricos femininos é estudar, também, os demais sujeitos históricos (homens, crianças, adolescentes, idosos), porque mulheres (em qualquer tempo histórico que vivenciam suas experiências)” são sujeitos históricos e não vivem socialmente isoladas.

Assim, buscamos relacionar as múltiplas e multifacetadas determinações da realidade social, sejam elas históricas, políticas e culturais, que incidem na instituição escolar, a qual se reconstrói, continuamente, na dinâmica de um processo socialmente elaborado pelos sujeitos históricos, que vivem num determinado tempo e contexto cultural, a partir do qual forjam e constroem significações, sentidos, motivações e justificativas para suas práticas e escolhas cotidianas.

Magalhães (2004, p. 1444), ao fazer uma reflexão sobre as instituições escolares, propõe-nos um esquema figurativo, a partir de um tripé que leva em conta determinados

aspectos, ou seja: “a materialidade (o instituído); a representação (a institucionalização); e a apropriação (a instituição)”. Desse modo, tal esquema pode nos auxiliar na condução da compreensão de que é possível considerar o conceito de materialidade como sendo a escola instalada, em sua forma real e visível mais imediata, envolvendo as suas condições físicas, sua arquitetura e seus equipamentos, incluindo material didático, a forma como se organiza logisticamente, e o suporte físico das práticas educativas. Dando continuidade à essa reflexão sobre a representação e análise institucionais, Saviani (2007) muito tem a contribuir, ao dizer que a representação:

Traduziria o sentido atribuído ao papel desempenhado pela instituição escolar, envolvendo a tradição (memórias), a bibliografia selecionada, a prefiguração (planejamento) das ações, os modelos pedagógicos, os estatutos, o currículo e a disposição dos agentes encarregados do funcionamento institucional. Assim, será necessário, na análise das instituições, correlacioná-las com as condições sociais nas quais emergiram, segundo contextos histórico-geográficos determinados. Levando isso em conta, um eixo importante de articulação às análises será dado pelo público-alvo. A busca de informações sobre o alunado será, pois, um elemento importante na reconstrução histórica das instituições escolares, uma vez que, além de ajudar na definição do perfil institucional, trará, também, indicações importantes sobre a sua relevância social (SAVIANI, 2007, p. 25).

Segundo Vasconcelos Júnior (2006), o arcabouço intelectual que vai dar origem à Nova História Cultural está intimamente ligado ao surgimento, no final da década de 1920, na França, de uma nova forma de se pensar as questões historiográficas, identificada como História das Mentalidades. Essa maneira original de se interpretar os fatos históricos buscava fugir da história historicizante: esta se furtava ao diálogo com as demais ciências humanas, tais como, a Antropologia, a Psicologia, a Linguística, a Geografia, a Economia, e, sobretudo, a Sociologia. No lugar desse tipo de manejo dos fatos históricos era preciso adotar, segundo Vainfas (2002):

Uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar. Uma história com estruturas em movimento, com grande ênfase no mundo das condições de vida material, embora sem qualquer reconhecimento da determinância do econômico na totalidade social, à diferença da concepção marxista da história. Uma história não preocupada com a apologia de príncipes ou generais em feitos singulares, senão com a sociedade global, e com a reconstrução dos fatos em série passíveis de compreensão e explicação. (VAINFAS, 1997, p. 39).

Para realizar nossas análises, serão valiosas as contribuições dos teóricos da História da Educação Comparada, e podemos destacar Cavalcante (2008, 2011, 2012 e 2013), Nóvoa (1998, 2005). Acerca da História Oral, recorreremos a Jucá (2011, 2013). Os conceitos históricos, no tocante às questões da História e de sua escritura, terão a abordagem de Certeau (2002), Le Goff (2005), Chartier (2004). No que tange à História da Educação Brasileira e das Instituições, serão mencionados Magalhães (2007), Saviani (2013 e 2004), Freitas e Biccas (2009), Nagle (2002), Nunes e Carvalho (2005). Sobre a História das Mulheres, tomamos por

referência Mary Del Priore (1995, 2008 e 2011), Carla Pinsky (1996, 1997, 2012 e 2016), (1991 e 2004), e Maria Lúcia Rocha-Coutinho (2005 e 2012), dentre outros.

Dado o exposto, podemos enfatizar que a instituição educacional aqui pesquisada surgiu a partir de um ideal religioso, combinado com a não aquisição do Bispado do Jaguaribe, que era tão almejado pela elite russana. É a partir desse contexto que iremos realizar nossa narrativa acerca da Congregação – aqui já mencionada e objeto deste estudo –, bem como suas interfaces com o projeto político e educacional do Estado Novo.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos para desenvolver esta pesquisa, utilizaremos a metodologia de aproximação, com as fontes escritas disponíveis acerca da instituição, e que consistem, inicialmente, na Ata Inaugural do dia 20 de julho de 1937, além dos relatórios de 1937 a 1972, e o histórico da instituição. Para historicizar uma instituição educacional, segundo Justino Magalhaes (2004), precisamos “compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos de sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto” (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Os entendimentos teórico, metodológico e conceitual são partes constitutivas do trabalho do historiador da educação, suas contribuições são basilares para a compreensão do objeto de investigação. Para tanto, Almeida (2010) pontua alguns elementos que julga serem elucidativos na trajetória da pesquisa com história educacional. São estes:

Os postulados acerca da escrita da história; o conceito de história e história da educação; o conceito de memória; as contribuições da história sociocultural, os conceitos de docência, formação e profissionalização, sobre as questões acerca de professores leigos; educação e escola no campo; legislação educacional e o papel do Estado enquanto ente de promotor de políticas educacionais. (ALMEIDA, 2010, p. 74).

Todos esses elementos compõem um quadro analítico que auxilia na percepção das diversas facetas sob as quais está envolvido o objeto de investigação. No contexto da pesquisa institucional, identificamos a relevância de ouvir ex-alunas do colégio em estudo, na perspectiva de tentar compreender seu processo de formação escolar, suas subjetividades e as marcas produzidas pela educação católica, uma vez que suas vozes trazem:

Múltiplas versões, que podem ser apresentadas a respeito das experiências vividas em diferentes momentos de sua vida. A diversidade de narrativas não contradiz as proposições da análise histórica, que não mais almeja a contemplação de verdades reveladas, mas o confronto das contradições e das múltiplas versões, dos modos de pensar diferenciados que podem ser contemplados. O próprio conceito de narrativa nos esclarece acerca das informações obtidas, pois o conteúdo dos relatos apresentados não é resgatado, mas elaborado em um presente distante das ocorrências lembradas e a memória se alimenta do passado, mas não se liberta do momento existencial em que é revelada. Ela remete à constelação da diversidade de visões, que são apresentadas acerca das temáticas escolhidas, pois a subjetividade diferencia o

panorama estudado, mostrando as várias paisagens que podem ser divisadas (JUCÁ, 2008, p. 497).

Procuramos, nesse sentido, analisar os fragmentos das histórias de vida contadas por nossas entrevistadas, inserindo-os no contexto histórico da sociedade cearense do século XX, bem como na busca pela identificação e construção de significados e por explicações nas quais possamos articular os itinerários individuais e os processos sociais e históricos coletivos de mulheres alunas, professoras e religiosas, assentadas no interior do Ceará, a partir de 1937, no intuito de compreender como elas constroem, em suas narrativas, as versões de si mesmas e sobre seu passado escolar.

A análise de prescritos e do vivenciado no cotidiano ritmado por uma rígida hierarquia, pelo cumprimento de normas e tarefas voltadas para uma educação para o lar, revelam o propósito de cultivar naquele espaço meninas/moças/mulheres prendadas e adequadas ao casamento e à maternidade, além de serem boas cristãs.

No início, as aulas do Patronato tiveram dois cursos gerais: um didático e outro de matérias extraordinárias. “O primeiro é formado pelo Curso Infantil ou Preliminar e o Curso Primário, em cinco anos, e o segundo, de matérias extraordinárias: Desenho, Pintura, Bordado a Máquina e à Mão, Flores, Corte Geométrico, e Datilografia”⁶. De acordo com Alexandre F. Martines (1991, p. 69), o “currículo relativo às aulas estabelecia limites no ensino de Álgebra, Geometria, Gramática, História e Geografia práticas. Para as meninas, a doutrina cristã, a leitura, a escrita e o cálculo elementar seriam elementos suficientes, acrescidos de aulas de costura”.

Fugindo das armadilhas do senso comum e dos achismos, procuramos desenvolver um olhar para além das aparências dos fatos, pois concordamos que é de importância fundamental a investigação a partir do saber já sistematizado. Em relação a isso, faremos algumas observações sobre a escrita da história, seus discursos, os fatos/acontecimentos e a própria forma de articular a teoria e os procedimentos metodológicos, para compor a tessitura, que em nosso caso, é um texto de História da Educação Comparada. Desse modo,

A escrita substituiu as representações tradicionais que autorizaram o presente por um trabalho representativo, que articula no mesmo espaço a ausência e a produção na sua forma mais elementar, escrever é construir uma frase, percorrendo um lugar supostamente em branco, a página. (CERTEAU, 2002, p.19).

No que diz respeito à produção da Educação Comparada, a nação tem sido a unidade predominante nos estudos nacionais. De acordo com a pesquisadora Rosa Fátima de Souza

⁶ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, ano de 1937.

(2013)⁷, “a comparação entre as regiões brasileiras tem atraído um número ainda menor de adeptos. Não obstante, a imprescindibilidade de estudos dessa natureza inscreve-se na própria constituição histórica do sistema educacional no Brasil” (SOUZA, 2013, p. 2). Ainda segundo a autora, “a desigualdade regional verificada continuamente nos índices de analfabetismo, no atendimento à demanda pela educação elementar e média, tornou-se constitutiva da dinâmica do federalismo brasileiro assentado em diferenças sociais, econômicas e culturais” (SOUZA, 2013, p. 4).

Dentro da polifonia de abordagens do campo da Comparação, em História e Educação, nos aproximamos das orientações conceituais e epistemológicas ligadas à análise do objeto de estudo que privilegia entender suas mudanças e continuidades, observando-o, inquirindo-o como categoria em metamorfose, sócio histórico e cultural, procurando relacioná-lo com outros tempos e espaços. Ou seja, nesta pesquisa, o Patronato Coração Imaculado de Maria, sua história e memória, composta por diversos sujeitos no transcorrer temporal, aliados a acontecimentos externos e internos, políticos, educacionais, religiosos e das mentalidades, vão servindo de base para imprimirmos nossas digressões comparativas. Assim, a comparação presente neste trabalho media-se por meio da observação do objeto de estudo, o Patronato, em relação ao tempo e suas múltiplas ligações com os espaços.

Já com relação as fontes, Saviani (2013, p. 15) nos alerta que “identificar, usar e interpretar as fontes é fator preponderante na identificação da qualidade da pesquisa história, pois os documentos contêm vestígios e são testemunhas que manifestam ações do homem no tempo”.

Até a década de 1970, ainda era muito incipiente o número de trabalhos que se valiam de jornais e revistas como fonte de conhecimento para a História do Brasil. Escrevia-se a história da imprensa, no entanto, tinham-se “escrúpulos” em escrever a história por meio da imprensa. Isso só aconteceu a partir do advento da História Cultural, que propôs novas perspectivas e abordagens relacionadas à escrita da história, que agora era “vista de baixo”. Houve, assim, um deslocamento da análise e dos efeitos dos grandes homens, governantes, generais e eclesiásticos, para as realizações das mulheres e dos homens comuns, nas suas mais diversas atuações cotidianas.

⁷ Ver: SOUZA, Rosa Fátima de. Cruzando fronteiras regionais: repensando a história comparada da educação em âmbito nacional. 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO. A autora esclarece que a comparação entre os estados e as regiões encontra justificativa também na produção historiográfica em educação. “Até os anos 80, essa produção foi informada pelas ‘macro abordagens’, tomando os polos dinâmicos da economia como referência para uma história nacional da educação. A renovação do campo ocorrida nas últimas décadas inverteu essa tendência, dando primazia a novos objetos e abordagens e a recortes espaciais determinados no âmbito dos estados, regiões e localidades”.

De acordo com Nóvoa (2002), é difícil não encontrar utilidade para os estudos da História da Educação nas fontes hemerográficas, uma vez que, para compreendermos as relações entre teoria e prática, projetos e realidades, tradição e inovação, tal meio de comunicação traz, de certa forma, uma proximidade com um acontecimento:

Todos os atores estão presentes nos jornais e nas revistas: os alunos, os professores, os pais, os políticos, as comunidades. As suas páginas revelam, quase sempre, as questões essenciais que atravessam o campo educativo numa determinada época. A escrita jornalística não foi ainda, muitas vezes, depurada das imperfeições do cotidiano e permite, por isso mesmo, leituras que outras fontes não autorizam. (NÓVOA, 2002, p. 31).

Levando isso em consideração, percebemos que os jornais, as revistas e outras formas de impressos apresentam-se como representações, possibilitando práticas culturais, estratégias de pensar a realidade e construí-la, sob perspectivas, ideologias que são erigidas a partir do seu local de fabricação. Chartier (1990, p. 17), ao falar sobre a luta das representações contidas nos discursos jornalísticos, comenta que “não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares e políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.

Nesse sentido, as fontes hemerográficas nos ajudarão a refletir sobre o período estudado, pois conforme Jucá (2013, p. 123), “hoje, os jornais constituem uma valiosa fonte de compreensão dos temas estudados, considerando a posição ideológica dos seus dirigentes e as diversas colunas ou subdivisões em que são apresentadas suas reportagens”.

Para responder os questionamentos em relação ao objeto de estudo aqui proposto, recorreremos às contribuições da História Oral, compreendendo-a como um procedimento metodológico, tendo em vista que:

Pesquisa oral é a que se vale da oralidade como fonte principal, ou como instrumento de coleta de informações. É uma forma de pesquisa que vive grande impulso nos últimos anos. Largamente praticada pelos antropólogos, desde sempre empregada na investigação forense, a oralidade ganhou adesão sôfrega de historiadores. (RODRIGUES, 2007, p. 45).

Realizamos, também, um estudo com base em documentos e relatos orais, procurando perceber como estas fontes históricas retratam as circunstâncias que envolveram as alunas⁸, as Irmãs e a sociedade russana, mediante o olhar desses segmentos. Essa escuta é extremamente rica, porque o exercício da fala parece fluir com maior facilidade, entretanto, “a

⁸ O colégio dividia-se em três partes: recebiam as alunas internas, as semi-internas e as externas. Supomos que essa divisão era por conta da mensalidade, logo, as alunas deveriam pagar “uma metódica pensão”. (Relatório do ano de 1937).

história oral está longe de ser uma história espontânea, não é a experiência vivida em estado puro, e que os relatos produzidos pela história oral devem estar sujeitos ao mesmo trabalho crítico de outras fontes que os historiadores costumem consultar” (JUCÁ, 2013 p. 12). Nesse sentido, treze⁹ pessoas ligadas ao Patronato Coração Imaculado de Maria foram entrevistadas, e seus relatos serviram para alimentar as reflexões necessárias na construção histórica e educacional do objeto de estudo aqui apresentado. No que tange às fontes escritas¹⁰, iremos tentar perceber nas “entrelinhas” aquilo que não é explícito, que não é visto em algumas leituras, mas com muita disciplina.

Como nos lembra Jaques Le Goff (2003, p. 71), “a memória é o objeto principal no trabalho com as fontes orais, pois o estudo é recuperado por intermédio da memória das testemunhas. Os estudos da memória são fundamentais para produzir as reflexões, o que traz desdobramentos teóricos metodológicos importantes”.

Pierre Nora (1993) também se refere a maior possibilidade e visibilidade dada à voz do indivíduo que vivenciou determinado fato ou situação, num determinado momento e/ou conjuntura histórica. O autor também nos lembra que a possibilidade em História Oral é bem recente, pois durante muito tempo não era vista com seriedade pela chamada “historiografia oficial”; sendo assim, essa metodologia acabou ocupando espaços muito marginalizados, sendo vista com desdém por historiadores mais chegados às “fontes oficiais”, em detrimento das memórias.

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história é uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a conformam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discursos críticos. A memória instala lembrança no sagrado e a história a liberta e a torna sempre prosaica (NORA, 1993, p. 9).

Joël Candau (2016) alerta-nos sobre as falhas de memória e os esquecimentos, e que as lembranças carregadas de emoção têm um vínculo forte a uma consciência que possui sua atividade ligada ao presente.

Porque a memória organiza os traços do passado em função dos engajamentos do presente e logo por demandas do futuro, devemos ver nela menos uma função de conservação automática investida por uma consciência sobreposta do que um modo

⁹ As entrevistadas se dividiam em duas categorias: ex-alunas do Patronato e ex-alunas da Escola Sagrado Coração de Jesus/Escola Grátis; Freiras, professoras e responsáveis pela gestão da instituição.

¹⁰ Ata Inaugural do dia 20 de julho de 1937; Relatórios das irmãs de 1937 a 1950; LIMA, Lauro de Oliveira. Sistema Escolar de Limoeiro do Norte (Da Colônia à escola que revolucionou o município). Fortaleza: Premius Editora, 2002; MOREIRA, Limério. Russas: 200 anos de Emancipação Política. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001; VIEIRA, Diana Lúcia. Cordimarianas em Jaguaribara. Fortaleza. Edição: Instituto da Memória do Povo Cearense, 1999; JORNAIS: O Nordeste de 1937 a 1967 – A pesquisa hemerográfica foi realizada no ano de 2006, na Biblioteca Pública Menezes Pimentel, quando acontecia a bolsa do PET/História/FAFIDAM/UECE; Jornal O Povo 1935 a 1955 (com intervalos); Jornal Correio de Russas 1940 a 1972.

essencial da consciência mesma, o que caracteriza a interioridade das condutas. A lembrança não contém a consciência, mas a evidência se manifesta, é a consciência mesma que experimenta no presente a dimensão do seu passado. (CANDAU, 2016, p. 63).

É o distanciamento do passado, diz Candau (2016), que nos permite reconstruir para ser possível fazer uma mistura complexa de história e ficção, de verdade factual e verdade estética, sendo essa reconstrução tributária e, por sua vez, da natureza do acontecimento lembrado, das circunstâncias do contexto passado e as inflexões daquele momento de recordação. Nesse sentido:

O narrador parece colocar em ordem e tornar coerentes os acontecimentos de sua vida que julga significativos no mesmo momento da narrativa: restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, sublimações, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações e reinterpretções constituem a trama desse ato de memória, que é sempre uma excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda narrativa (CANDAU, 2016, p. 71).

Partilhamos, a título preambular, de uma prévia das potencialidades que a mediação histórica, através da memória e oralidade, podem suscitar na investigação histórica-educacional. Assim, inserimos aqui a rememoração de uma das narradoras deste trabalho, Maria do Socorro Rodrigues Pereira, com 69 anos de idade, fornecendo-nos subsídios para pensarmos sobre o cotidiano escolar do Sagrado Coração de Jesus (escola gratuita, que funcionava em um anexo ao Patronato). Dona Socorro Rodrigues estudou no Patronato a partir de 1950 até 1961, sendo, posteriormente, professora normalista na instituição.

Não havia distinção, a escola era boa, as freiras tratavam a gente do mesmo jeito. Eu era pobre, estudava na Escola Gratuita, a farda e os livros a irmã Marta é que me doava. Na hora do recreio num tinha distinção, pobre brincava com pobre e as moças ricas com as moças ricas¹¹ (sic).

Na fala da entrevistada, através de suas rememorações, percebemos elementos que exemplificam as distinções sociais que existiam entre as alunas, quando ela descreve como acontecia a dinâmica dos recreios, em que as moças pobres não “se misturavam” com as moças da elite, assim como a própria distinção do espaço físico onde elas estudavam.

Estudar um capítulo da História da Educação do Ceará e do Vale do Jaguaribe não objetiva apenas a compreensão da realidade local, mas também busca esclarecer questões de âmbito nacional e regional, tais como: a configuração social presente no Brasil, por conseguinte, no Nordeste, e, especificamente, no Ceará e em São Bernardo das Russas (atualmente Russas), que possibilitou o engendramento tardio dos sistemas (público e privado) de educação formal (SILVA, 2010). Desse modo, perseguimos a ambição de produzir conhecimento histórico,

¹¹ Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2007 com a professora Maria do Socorro Rodrigues Pereira, ex-aluna do Patronato Sagrado Coração de Jesus, em Russas-Ceará.

estabelecendo as interfaces e pontos de inflexão entre História, Educação Comparada, Religião e Política.

As Constituições têm se revelado um tema importante de pesquisa no campo da educação. Sofia Lerche (2006) encoraja-nos a enveredar por esses campos metodológicos, ao dizer que existe um conjunto de significados e de contribuições referentes às Cartas Magnas. Logo, permanecem em aberto diversas possibilidades de investigação, dentre elas, o aprofundamento da articulação passado-presente e dos nexos texto-contexto desses discursos. Estes últimos “apresentam-se como uma hipótese de pesquisa a ser explorada no caso do Ceará, cujas Constituições estaduais bem ou mal guardam uma articulação com as federais” (VIEIRA, 2006, p. 11). É preciso lembrar, também, que a interpretação e compreensão dos textos legais requer uma articulação com cenário mais amplo, no qual as grandes decisões sobre os rumos das políticas educacionais são pensadas.

Ao refletir sobre a história da educação pela via dos textos constitucionais, é oportuno reconhecer que embora nem sempre seja possível detectar uma aproximação visível entre o nacional e o local em estudos de natureza historiográfica, no entanto, no que se refere a matéria constitucional, esse é um elo indiscutível. Sendo o Brasil uma organização federativa, as Cartas Magnas do país costumam apontar um caminho para aquelas dos Estados. De tal maneira, os temas priorizados nas constituições brasileiras tendem a ter uma ressonância sobre as constituições estaduais, sendo importante considerar as possíveis aproximações entre tais textos ao estudar os assuntos educacionais neles tratados. (VIEIRA, 2006, p. 18).

Ao manusear os “vestígios do passado” educacional cearense do Vale do Jaguaribe e de Russas, buscamos compreender as transformações dos papéis e comportamentos sociais femininos que se processaram, sofrendo diversas simbioses ao longo dos últimos dois séculos. É necessário, desse modo, um *metier* que desenvolva, dentre outras operações, as abordagens analítico-descritivas. Nesse sentido, precisamos perscrutar a dinâmica de tais processos que ocorrem tanto no espaço público, mas, também, no espaço privado, ou seja, na esfera da subjetividade feminina, na sua intimidade, nas suas convicções, nas suas atitudes, e nos empreendimentos que ora são visíveis e, noutras, indetectáveis.

Nessa perspectiva, Silva (2010) nos lembra que para lançar mão dessas percepções,

Continua sendo necessário conhecer e discutir a configuração da sociedade que nos antecedeu e, assim, buscar compreender as relações de interdependências entre os diferentes sujeitos, além das situações sociohistóricas e culturais, para tentarmos entender que os comportamentos, as posições, papéis e ordenamentos sociais em que estamos inseridos são resultantes do encadeamento de situações e processos históricos. (SILVA, 2010, p. 335).

As cartilhas confeccionadas e distribuídas pelo Ministério da Educação e Saúde no Estado Novo e que chegaram às salas de aula do Patronato Coração Imaculado de Maria serão também problematizadas em nossa pesquisa. Ao analisar essa fonte, podemos identificar este

material didático como indicador de um projeto de formação social desencadeado pela escola, na medida em que possibilita uma aproximação maior com a circulação de ideias sobre o que a escola deveria transmitir/ensinar e, ao mesmo tempo, saber qual a concepção educativa estaria permeando a proposta de formação de sujeitos escolares.

Nesse sentido, Costa, Schmitz e Remedi nos dizem que:

A educação, ou melhor, o sistema educacional naquele período, em sincronia com o projeto de nacionalização compulsória empreendido, contribuiu decisivamente para a construção de novos sentidos de pertencimento à nação. A ideologia do cidadão trabalhador e o discurso acerca da necessária modernização do país ganharam corpo desde cedo. Do ensino primário ao superior, crianças, jovens e adultos foram alvos de uma forte e eficiente propaganda ideológica tecida em diálogo com intelectuais atrelados ao projeto nacionalista implantado. Não à toa nomes com o de Oliveira Viana, Francisco Campos, Azevedo Amaral, entre outros, despontaram com vigor no cenário político-social brasileiro. (Oliveira, 1990). Abreu (2008), por exemplo, observa que o golpe de 10 de novembro de 1937 foi defendido por uma elite intelectual dedicada a promover a necessária adequação entre “política” e “espírito nacional”, questão fundamental à desejada harmonia social. Entre esses intelectuais, Francisco Oliveira Viana, que também atuou como consultor jurídico do Ministério do Trabalho na década de 1930, despontou como um dos principais, se não o principal teórico da ideologia do Estado autoritário brasileiro. (COSTA, SCHMITZ, REMEDI, 2017, p. 260-261).

Identificamos, desse modo, que a obediência e a autoridade colocavam-se como condições essenciais para a manutenção da ordem e do desenvolvimento da nação, na qual o Estado seria o articulador e os demais órgãos, grupos, classes e profissões desempenhariam diferentes funções complementares entre si, formando um todo harmônico, e tendo, nesse momento, a educação como um de seus braços fortes para conseguir tal intento.

A educação, ou melhor, o sistema de ensino e as práticas educativas – tanto no ensino primário como secundário – ao longo do Estado Novo, não apenas despontaram como parte deste projeto político emanado pelo Estado, como, também, acabaram assumindo um papel fundamental no que consiste a configuração de uma nova identidade nacional. Nagle, neste sentido, aponta a “escolarização como o instrumento do progresso histórico” dedicado a transformar o simples indivíduo em força produtiva: uma alternativa viável e necessária no processo de regeneração do indivíduo, de reconstrução da nacionalidade, quer sob o ponto de vista produtivo quer sob o ponto de vista da própria nacionalidade. (COSTA, SCHMITZ, REMEDI, 2017, p. 261).

Paralelo ao processo de valorização da educação como instrumento de conformação do sentimento nacionalista, é possível perceber também a importância dada às crianças dentro dessa nova ordem social e o papel atribuído a elas no período. Ao referir-se à necessidade de difundir valores patrióticos na “alma da criança”, o governo estadonovista pretendia inculcar valores considerados corretos e indispensáveis à formação das crianças. Assim, vistos como o futuro da Nação brasileira, as crianças, a partir do governo de Vargas, passaram a ter “leis salutares e incentivos magníficos” (BRASIL, 1940, p. 9). Kuhlmann Jr. (2002) enfatiza que, desde o final do século XIX e início do século XX, a infância e sua educação integram os

discursos governamentais para a edificação de uma sociedade moderna. Os cuidados com a infância tornam-se um aspecto a ser considerado dentro das políticas pré-estabelecidas. (COSTA, SCHMITZ, REMEDI, 2017, p. 262).

À frente da pasta da Educação Nacional estava Gustavo Capanema, que era o idealizador e responsável pelo encaminhamento de diversos projetos e decretos-leis referentes à produção, autorização e utilização dos materiais escolares e a supressão de diferentes órgãos educacionais que não se adequassem às normas estabelecidas. Essa documentação oficial sofreu influência de diversos setores - católicos, militares e editores - no processo de elaboração das leis e da política educacional do período, que deveriam estar em consenso com os ideais desses grupos dominantes, interessados em difundir, no ensino primário e secundário em todo território nacional, não apenas conteúdos e métodos pedagógicos apropriados, mas estabelecer uma cultura política que estava balizada na formação moral de crianças e jovens e que deveriam se adequar aos interesses do Estado. Nesse sentido:

A transposição da teoria à prática, da idealização à realidade e os resultados desta passagem permitem visualizar como o Estado Novo a partir de construções abstratas (as representações por meio das leis) elaborou um mecanismo de controle ideológico nos livros escolares e criou uma comissão de examinadores responsáveis pela mediação (práticas) entre a proposta do Estado e sua repercussão na esfera social. A prática, mesmo que próxima aos interesses do Estado, não poderia garantir a concretização efetiva da idéia e estava vinculada à história de homens inscritos no seu tempo. As polêmicas sobre a participação de grandes nomes do meio artístico e intelectual no projeto cultural dirigido pelo Ministério de Educação e Saúde, como Carlos Drummond de Andrade, Candido Portinari e Mário de Andrade, assim como outros, que ganharam projeção nacional com o Estado Novo, como Oscar Niemayer, suscitam questões sobre o lugar do intelectual na sociedade. (FERREIRA, 2008, p. 16).

Além de documentos, consideramos também as fontes imagéticas, pois entendemos que, além de sentimentos e emoções, podemos ler informações, entender situações, descrever imagens, paisagens e projetos a partir de uma forma não contextual; imaginar épocas e pessoas, ou seja, podemos lembrar. Nessa perspectiva, é interessante levarmos em consideração que na pesquisa histórica da imagem fotográfica pode ser mais expressiva que alguns documentos escritos. Porém,

No final do século XIX as fotografias eram preteridas como documento. Possuía apenas o valor de ilustração, prova ou testemunho, documento complementar para a construção de narrativas positivistas lineares e evolutivas. Desempenhavam papéis pedagógicos de acentuado caráter narrativo e alegórico, usadas estrategicamente para tornar hegemônicas as representações de identidade nacional vinculadas a interesses de grupos políticos e econômicos. A autenticidade da fotografia exigia sua confirmação em documentos escritos que lastreavam a imagem ou a desqualificava. (PINSK; LUCA, 2011, p. 37).

Para além das dificuldades em analisar a imagem fotográfica, não podemos entendê-la como simples percepção visual, sensorial, separada do contexto histórico ao qual esta foi registrada.

Quando dispara uma câmara, o fotógrafo cria e produz mundos. Torna-se um viajante que oferece a seu leitor imagens visuais cujo poder de persuasão pode ser muito superior e mais eficiente do que o que emerge do relato escrito. Enquanto o relato textual produz no leitor uma visão de conjunto apenas quando a leitura do texto se encerra, diante do texto visual, o expectador apreende, de uma só vez, a mensagem que se quer transmitir (BORGES, 2003, p. 92).

Assim, como nos lembra Le Goff:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (LE GOFF, 2003, p. 538).

Nesse sentido, fotografar é falar ao mundo por outras palavras, é construir uma narrativa diferente da linguagem oral e escrita, necessitando de uma cuidadosa análise entre a imagem e a realidade, pois este fragmento congelado, de um evento passado, pode servir como registro que, além de elucidar, também cristaliza uma porção de espaço e de tempo que não existem mais em sua totalidade.

As potencialidades do uso da fotografia no estudo da História se dão pela necessidade de os historiadores compreenderem os diversos aspectos da realidade social. A leitura da imagem requer uma “alfabetização do olhar”, isto é, para compreendermos a imagem é preciso submetê-la a uma crítica que leva em consideração a interação entre o fotógrafo, a fotografia, a tecnologia empregada na produção desta e o objeto registrado. Necessita-se, desse modo, de uma crítica externa, a análise das condições de produção da fotografia e uma crítica mais a nível interno que se relaciona ao conteúdo da imagem. A crítica ao conteúdo demanda de uma análise dos contextos humanos e das relações sociais que estão entremeadas à imagem fotografada, ou seja, a compreensão da esfera social, histórica, geográfica e política onde esta foto foi produzida. Nesse sentido,

Além disso, é preciso atentar para as múltiplas faces e realidades da imagem fotográfica como nos adverte Kossoy (1998). Esse autor chama a atenção para as dimensões da fotografia como memória e representação, fruto de uma elaboração cultural, estética e técnica. Para ele, a compreensão da imagem passa pela desmontagem do processo de construção da representação, o que significa considerar também os usos ou aplicações que teve a imagem e as “leituras” que dela fazem os receptores. (SOUZA, 2001, p. 78).

A fotografia armazena o mundo ao fixar um determinado momento e lhe oferece “provas”, um testemunho de um determinado fato ou acontecimento; no entanto, em sua relação com a verdade, a fotografia se constitui como uma interpretação particular do mundo, que, junto a outros elementos, podem elucidar o fato ou objeto estudado. Assim:

Na memória das escolas públicas, as fotografias inscrevem-se na imanência do tempo presente, nos acontecimentos significativos para professores, alunos e funcionários partícipes dessa temporalidade do agora, e assim, ela se constitui em um instrumento de memória institucional e de recordação, e poucas vezes, como instrumento de história. Dessa forma, o anonimato, a ausência de datas e nomes que as identifiquem são indicativos de uma funcionalidade que se inscreve na ordem afetiva dos significados compartilhados e escapa à lógica do documento e do arquivo. (SOUZA, 2001, p. 78).

As fotografias escolares constituem um gênero muito difundido a partir do início do século XX, atrelado a outros gêneros, como os retratos familiares, as fotografias de paisagens urbanas, de prédios e arquiteturas, e as contidas nos cartões postais; elas são representações dos diversos tipos de conteúdos temáticos retratados. Nesse sentido, o mais popular, nesta temporalidade, são as fotos das salas de aula, produzidas com uma finalidade comercial. Essas fotografias compreendem um objeto-mercadoria para recordação das instituições escolares e para as famílias mais abastadas que poderiam consumi-las e guardá-las em seus lares. (SOUZA, 2001).

As instituições educativas, como as pessoas são portadoras de uma memória. Uma memória factual, assente na transmissão oral, uma memória fixista e por vezes justificativa e marcada por exageros de várias ordens. Uma memória gerada por contraposição com outras memórias, que ocorre ao ritmo do tempo – o tempo das pessoas, o tempo das gerações. Uma memória que encaixa no acontecimento. Uma memória em torno do fabuloso e do heroico. Uma memória ritualista e comemorativa. E esta é uma realidade que o historiador não pode ignorar. As instituições educativas se transmitem uma cultura – a cultura escolar, não deixam de produzir culturas. (MAGALHÃES, 1996, p. 9).

A organização desse trabalho se dá a partir da divisão em quatro capítulos teórico-metodológicos, sendo a primeira parte: **“DA PERDA DA DIOCESE A EMERGÊNCIA DE UMA ESCOLA PARA MENINAS EM SÃO BERNARDO: ARRANJOS POLÍTICOS E BAIRRISMOS RELIGIOSOS NO VALE DO JAGUARIBE”**. Nesta parte da pesquisa, vislumbra-se compreender, a partir da inserção temporal e espacial do Patronato Coração Imaculado de Maria - São Bernardo das Russas - CE, como era o cenário nacional e cearense na época da fundação da referida instituição, levando-se em conta que o início das atividades do Patronato se dá no contexto da Era Vargas e da inauguração do golpe que denomina um período da história brasileira, cearense e russana, que ficou conhecido como Estado Novo/Ditadura Vargas.

Contamos, também, com o auxílio das reflexões e das fontes advindas de escritores memorialistas, referentes à configuração da instrução no Ceará e em São Bernardo das Russas, sendo de grande valia a utilização de fontes hemerográficas produzidas durante o século XIX e início do século XX no Ceará. Serão utilizadas informações de periódicos, como *O Nordeste*, *O Povo* e *O Cearense*, que nos deram a intensidade das críticas lançadas ao governo provincial e das vilas do interior cearense, em relação a ausência da instrução pública e a precariedade pelas quais passavam os ínfimos estabelecimentos existentes.

A segunda parte é denominada de: **“SITUANDO O OBJETO NO TEMPO: A ERA VARGAS, O ESTADO NOVO E EDUCAÇÃO, PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, POLÍTICAS E EDUCACIONAIS NO BRASIL E NO CEARÁ”**. Problematizaremos as mudanças advindas da instauração do Estado Novo, as implicações ligadas aos ditames relacionados aos processos de instrução, a própria articulação do presidente Getúlio Vargas com a Igreja Católica e o desenvolvimento de uma educação alicerçada na doutrina cristã. Faremos incursões pelo Vale do Jaguaribe, para tentar compreender a disputa entre Russas e Limoeiro pela sede do Bispado, o que ocasionou também tentativas por parte da elite de sanar as lacunas educacionais da região.

No capítulo seguinte: **“HISTÓRIA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO PATRONATO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA: FUNDAÇÃO E A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL”**, desenvolveremos um olhar criterioso e investigativo para tentar compreendermos os resquícios da perda da Diocese por Russas e, conseqüentemente, a articulação pela elite russana, liderada pela família Ramalho e pelo Padre Vidal Gurgel, para a instalação da instituição em análise.

Discutiremos como se deu a vinda das Irmãs Filhas do Imaculado Coração de Maria, as Cordimarianas, do Pará, para que fossem desenvolvidas atividades pedagógicas, fundando uma escola para meninas em São Bernardo das Russas, no ano de 1937. A partir da documentação, Ata de fundação, relatórios mensais e anuais produzidos pelas próprias Irmãs e textos de memorialistas, como, por exemplo, do Cônego Padre Pedro de Alcântara e Limério Moreira da Rocha, poderemos reconstituir a história e a memória institucional, no que diz respeito ao ideal de formação religiosa feminino, as representações, sensibilidades, táticas e estratégias implementadas pelos sujeitos históricos envolvidos na presente pesquisa.

Na quarta parte, intitulada de **“EDUCAÇÃO FEMININA NO ‘COLÉGIO DAS IRMÃS’ NO ESTADO NOVO: CONSTRUINDO HISTÓRIA ATRAVÉS DAS MEMÓRIAS”**, respectivamente, reuniremos fragmentos das histórias de vida e memórias das ex-alunas do “Colégio das Irmãs”, internas, semi-internas e externas. Desse modo, temos o intuito de compreender como foram sendo construídas as práticas pedagógicas, o currículo, as

brincadeiras, a disciplina, o castigo, bem como as formas de burlá-lo, pelas mulheres que compunham essa instituição, ou seja, alunas, professoras, freiras e demais funcionárias. Identificar as concepções de educação e saberes neste início de século XX, década de 1930, em uma instituição religiosa e católica, faz-nos enveredar por temáticas que, por muito tempo, foram tabus, tanto nas pesquisas históricas, quanto nas realizadas pela História da Educação. Quer dizer, abordar a invisibilidade e os silêncios em relação ao ser feminino é, também, um dos nossos objetivos. “As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inalterável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos fora do conhecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal” (PERROT, 2015, p. 16).

Tentaremos, ainda, trazer à tona as experiências vivenciadas pelas meninas que se tornaram professoras normalistas, saber como aconteceu a inserção delas no mercado de trabalho, de que forma eram preparadas para lecionar, e que tipo de educação/instrução eram expostas e/ou negadas.

Nesse mesmo contexto, traremos para o proscênio da discussão/investigação a Escola Sagrado Coração de Jesus, acrescentando que parte da instituição em estudo foi construída depois, a fim de auxiliar aqueles que não tinham condições financeiras de pagar seus estudos. Tal espaço ficou conhecido como “escola dos pobres” e ou “escola gratuita/grátis”, por isso faz-se necessário investigar o tipo de educação direcionada a essa parte da escola. Assim, não custa nada usar a imaginação histórica e fazer algumas perguntas, tais como: O tipo de instrução era o mesmo? Havia diferenciações e estas eram percebidas? Os materiais didáticos eram os mesmos? Quem dava as aulas nessa parte da instituição? São questionamentos pertinentes que serão burilados durante o desenvolvimento da presente pesquisa.

2 DA PERDA DA DIOCESE À EMERGÊNCIA DE UMA ESCOLA PARA MENINAS EM SÃO BERNARDO: ARRANJOS POLÍTICOS E BAIRRISMOS RELIGIOSOS NO VALE DO JAGUARIBE

No Ceará, no ano de 1936, havia, apenas, a Arquidiocese de Fortaleza e as Dioceses do Crato e de Sobral. Tal realidade ensejou, no então Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, Dom Manoel da Silva Gomes, o interesse por criar uma diocese na região jaguaribana, desejo este declarado após sua visita a Russas e a Aracati, cidades que entrariam na disputa para sediar o Bispado. Dentro dessa conjuntura, podemos observar, no Vale do Jaguaribe, no decorrer da década de 1930, a disputa, não apenas religiosa, mas também política, na qual uma série de interesses passou a mobilizar o clero e as elites locais.

Segundo Aquino (2011), a articulação entre o clero local e a elite política e econômica da cidade/município, candidata à sede do novo Bispado, representava a força para reunir a quantia em dinheiro exigida por Roma para a instalação de uma nova diocese. Além da soma em dinheiro, equivalente, na época, entre cem e cento e cinquenta contos de réis, exigia-se, também, a construção

[...] de prédios para a futura catedral e o palácio episcopal. Essas comissões geralmente eram presididas pelo pároco da futura catedral ou cidade candidata a sediar a nova circunscrição eclesial. O pároco geralmente convidava as pessoas mais poderosas, política e economicamente, para compor a comissão, antecipando assim possíveis doações e articulações políticas. Para os líderes locais ou para os que pretendiam ascender a tal condição, a participação nessas comissões e o desfecho favorável poderiam resultar em maior prestígio e legitimação social (AQUINO, 2011, p. 8).

O critério definidor seria a arrecadação de um montante de duzentos contos de réis. O crescimento institucional da Igreja Católica, de alguma maneira, estava associado à criação de novas dioceses. Contudo, sem o subsídio financeiro do Estado, após o fim do Padroado Régio, cabia à própria Igreja, amparada nos investimentos feitos pelas sociedades locais, articulada a partir das chamadas comissões Pró-Diocese, dar curso ao processo de expansão da instituição católica.

Nesse mesmo período, as vilas e cidades que compunham o Baixo Jaguaribe, que era o caso de São Bernardo das Russas e Limoeiro do Norte, não tinham ainda um sistema educacional bem desenvolvido:

O Grupo Escolar municipal teve sua pedra fundamental lançada em fevereiro de 1934 e foi inaugurado em 31 de março de 1935, tendo sido, posteriormente, demolido e, em seu lugar, foi construído uma sucursal da Secretaria da Fazenda Estadual. Em março de 1937, viria o Ateneu São Bernardo (posteriormente, denominado Ginásio Jaguaribano (1946), Ginásio Estadual Governador Flávio Marcílio (1958) e, por fim, em 1963, Colégio Estadual Governador Flávio Marcílio). No mesmo ano de 1937, foi a vez do Patronato. Sob os cuidados deste último foram criados: em 1938, a Escola

Sagrado Coração; em 1946, o Ginásio Coração Imaculado de Maria e, em 1950, a Escola Normal Coração Imaculado de Maria. (ROCHA, 2001, p. 272).

De acordo com a reflexão acima, que realiza um pequeno resumo da situação educacional em São Bernardo das Russas no início da década de 1930, identificamos uma maior dinâmica no que diz respeito à instalação/construção de escolas na sede deste município. Logo, surgem algumas indagações: Porque só nesta década há um maior interesse político e religioso em “contemplar” a cidade com instituições escolares? Como a “elite russana” se portou diante dessas articulações para a criação dessas escolas? Sendo um período de grande movimentação no Vale do Jaguaribe, por conta da disputa pela Diocese, teria alguma relação com este “novo olhar” para a instrução municipal?

Estes e outros questionamentos vão se delineando no decorrer desta parte da pesquisa. Iniciamos, realizando uma “pequena odisseia” pela história da instrução de São Bernardo das Russas, na tentativa de entendermos, desde a gestação da primeira escola, no início do século XIX, a dinâmica política e social da montagem destes estabelecimentos.

Além das várias formas de funcionamento destes ambientes escolares, cabe aqui dizer que não buscamos respostas prontas, mas compreendermos a articulação em torno do surgimento dos espaços escolares em São Bernardo das Russas, levando em consideração os aspectos políticos, através de documentos enviados pela Câmara Municipal de São Bernardo, de cartas enviadas pelos professores reclamando seus pró-labores atrasados; da ação, ou falta desta, dos governos estaduais e municipais ao investirem na educação em alguns períodos e em outros não, dando o destaque merecido à referida pasta, o que ocasionou, durante a história das cidades interioranas, uma incipiência no funcionamento destas instituições, além de que quando estas funcionavam tinham suas atividades realizadas de forma precária, como veremos mais adiante.

Para entendermos melhor o engendramento do “sistema educacional russano”, realizamos um estudo da montagem das instituições escolares a partir do século XIX, contemplando, consecutivamente, as mudanças e permanências ocorridas no século XX no tocante à educação formal, leiga e confessional.

Colocamos em relevo a participação da Igreja Católica na promoção e viabilização de espaços escolares neste período, pois enquanto o Estado não chegava para desenvolver e dar suporte à esfera educacional, os membros da Igreja, sendo eles padres e bispos, auxiliados por pessoas leigas da elite, é quem, de fato, em determinados momentos, se mobilizavam para a criação desses espaços escolares nas vilas interioranas.

Destacaremos, em nossas reflexões, sobre a montagem do sistema de instrução em São Bernardo, do governador até o início da década de 1930. Tal temporalidade foi escolhida

porque é a partir dela que se iniciam as atividades do objeto de estudo deste trabalho: a articulação e criação do Patronato Coração Imaculado de Maria.

2.1 São Bernardo das Russas: perspectivas da instrução pública¹²

Realizar uma incursão na história da educação pública do Vale do Jaguaribe, mais precisamente da cidade de São Bernardo das Russas, é uma tentativa de buscar compreender como a educação, através da presença de professores nas vilas interioranas, foi se constituindo a partir das relações estabelecidas nas políticas públicas, ou na ausência destas. É, também, uma tentativa de desenvolver uma reflexão com o intuito não só de registrar, mas também de levantar hipóteses acerca de como se deu, ao longo dos últimos séculos, a educação nestes rincões cearenses.

O primeiro percalço encontrado é a escassez de fontes primárias, o que faz com que nos debruçemos sob a literatura produzida por memorialistas, que tiveram acesso aos arquivos públicos das Assembleias Legislativas e compilaram as leis em seus livros. A partir dessa documentação é que vamos delineando as nossas análises sobre a educação em São Bernardo das Russas, levando em consideração o início do século XIX, como podemos constatar a seguir:

Provisão do Emprego de Mestre de Primeiras Letras da Vila de São Bernardo passada a Antônio Dourado de Azevedo, enquanto V. Exa. não mandar o contrário, vencendo o Ordenado anual de oitenta mil réis, pagos aos quartéis (a cada três meses) pelo Cofre de Subsídio Literário desta Capitania. Vila do Aracati, 07 de junho de 1804.¹³

Desse modo, a educação pública em Russas inicia-se bem no limiar do século XIX, mais precisamente no dia 7 de junho de 1804, que é quando se dá a nomeação desse primeiro professor, primeiro mestre. É claro que não devemos esquecer que as famílias mais abastadas já enviavam seus filhos para estudarem em Aracati, ou tinham professores particulares em suas fazendas ou residências no centro da vila de São Bernardo.

Também temos que fazer uma reflexão no sentido de tentarmos compreender que os padres que moravam nas vilas do interior também exerciam a função de professores: herança do período colonial. Os religiosos foram os primeiros educadores no Brasil e isso foi, com o passar dos anos e das décadas, se tornando uma prática, primeiro porque eles eram, muitas vezes, uma das poucas pessoas que tinham instrução, e também porque temos que levar em consideração que o Vigário e o seu auxiliar, que estavam nas paróquias, usavam a religião como

¹² Desenvolvemos neste tópico da pesquisa uma apreciação da estrutura educacional em São Bernardo das Russas, do início do século XIX até o início da década de 1930, na tentativa de entendermos como foi se engendrando o sistema educacional, desde a sua primeira escola, em 1827.

¹³ CF: CASTELO, Plácido Aderaldo. "História da Instrução e da Educação do Ceará". RIC, 1943.

método também de ensino, como uma forma de alfabetizar e dogmatizar os fiéis daquelas cidades e vilas nas quais eles estavam inseridos.

Depois da nomeação do professor Antônio Dourado de Azevedo, em 1804, a documentação do Registro de Provisões de Ofícios da Justiça e Mestres de Primeiras Letras, na sessão de 1803 a 1815, nos diz que no ano de 1822 haverá uma nova contratação, a do professor Joaquim José Rodrigues de Carvalho para a vila de São Bernardo.

Fazemos saber aos que esta provisão virem, que tendo consideração aos merecimentos e mais partes que concorrem na pessoa de Joaquim José Rodrigues de Carvalho, para exercer as funções de Professor de primeiras letras na Vila de São Bernardo, haveremos por bem, na conformidade das Reais Ordens, nomeado, como por esta nomeado o dito Joaquim José Rodrigues de Carvalho para o referido emprego de Professor de Primeiras Letras da Vila de São Bernardo, com o qual vencerá o ordenado de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) anuais, pagos aos quartéis, e será obrigado a prestar juramento perante a Câmara respectiva, de bem cumprir, como deve, as obrigações do seu emprego, de que se fara assento nos Livros a que tocar, para lhe ser pago em seus devidos tempos, na forma referida. Pelo que ordenamos à Câmara da Vila de São Bernardo e mais autoridades a quem o conhecimento desta pertencer, cumpram-na e guardem, como nela se contém. Em firmeza do que, lhe mandamos passar a presente por nós assinada e selada com o selo das Armas Reais, registrando-se nos Livros da Secretaria deste Governo, Controladoria da Fazenda Nacional e onde mais tocar. Dada no palácio do Ceará, aos 12 de julho de 1822. José Raimundo de Passos Por Bem Barbosa, Presidente. Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães. Mariano Gomes da Silva. José de Agrilá Jardim. José de Castro Silva, Secretário.¹⁴

Por volta do ano de 1830, a Câmara da Vila informa ao Vice-Presidente da Província do Ceara, José de Castro e Silva, que a escola de primeiras letras seguia bem, tendo dois professores, José de Castro e Silva e Joaquim José Rodrigues de Carvalho. É interessante destacar que, periodicamente, eram confeccionados mapas de frequências das aulas de primeiras letras, onde ficavam registrados os nomes dos alunos, a data de ingresso na escola, a filiação e a idade. Essas planilhas, com tais documentos anexados, eram enviadas ao presidente da província para seu conhecimento e controle. (ROCHA, 2002, p. 263).

É importante também deixar registrado aqui uma questão que chama bastante atenção. No ano de 1833, a escola de primeiras letras de São Bernardo tinha uma matrícula de 43 alunos, todos do sexo masculino, com idade mínima de cinco anos e máxima de dezesseis anos. Esses elementos nos chamam atenção pelo fato de não ser mencionada a presença feminina na escola de primeiras letras da referida vila, e também de toda a demanda dessa escola ser de apenas 43 alunos; isso pode ter a ver com o que Rocha (2012) nos apresenta em seguida:

A problematização da utilização da criança em atividades auxiliares a dos pais para aumento da renda familiar, retirando-as das escolas ou sequer as matriculando nas mesmas, já era comum na época, fazendo com que a Câmara Municipal de São Bernardo emitisse Postura obrigando a todos os pais de família mandar seus filhos para a Escola logo que estes completassem a idade de oito anos, impondo-lhes

¹⁴ Idem.

inclusive multa de dez mil réis em caso de inobservância. Pouco efeito surtiu mencionado instrumento, quer pela pobreza ou pela indolência dos pais. Por seu turno, o custeio de alunos indigentes por órgãos públicos, na forma prevista na Lei Provincial nº 26, de 20 de setembro de 1836, não funcionava na prática. (ROCHA, 2012, p. 266-267).

Para compreender como eram as relações educacionais no Vale do Jaguaribe a historiadora Maria Lucélia de Andrade (2008) faz uma reflexão sobre o sistema de ensino de Limoeiro, com características que se somavam à maioria dos municípios cearenses do início do século XX. A autora denuncia que a cidade de Limoeiro conta com uma vasta extensão e “no município e seus distritos era evidente a falta de escolas e de recursos para a educação” (ANDRADE, 2008, p.165). Mesmo em meados do século XX, na década de 1930, as precárias condições e o descaso com a educação na cidade começam a ganhar destaque no Estado, a partir da imprensa, pois a cidade, segundo a historiadora, não contava, nesse período, com a instalação sequer de um grupo escolar, apenas dispunha de quatro professoras. Esse “atraso da instrução” no Vale do Jaguaribe é denunciado pelo Jornal *O Nordeste*:

Situado na zona jaguaribana, Limoeiro é uma cidade bastante populosa e florescente, podendo ser enumerada entre as principais do nosso Estado. Não obstante, a instrução, ali é por demais atrasada: -facto lamentável e não apenas condigno com a própria vida daquela cidade tão atrahente pelos seus diversos aspectos e tão activa pelos seus constantes progressos. Para se dizer do grande descaso porque passa o ensino n'aquela recanto tão prospero do nosso Estado, basta lembrar que Limoeiro ainda não possui sequer um grupo escolar, consta seu ensino tão só de pequenas escolas reunidas, com quatro professoras apenas.¹⁵

Usando um pouco a “imaginação histórica”, podemos visualizar a limitação material e as mentalidades da época, alimentadas pela moral e pedagogia cristãs, nas quais as jovens da região jaguaribana passavam por escassas condições, no sentido de adquirirem alguma instrução. “A educação não estava disponível para todos, principalmente quando se referia ao contingente feminino. Contando com uma escola pública de vagas limitadas, estava nas mãos dos mestres particulares a tarefa de alfabetizar a juventude” (ANDRADE, 2008, p. 167).

Mesmo para os meninos, não existia tanta facilidade, pois a instrução que os mestres desse período ensinavam, de acordo com o que nos relata Lauro de Oliveira Lima, “consistia em dominar razoavelmente a leitura e em fazer contas baseadas nas quatro operações fundamentais” (LIMA, 2002, p. 20). Nesse quadro, identifica-se que os métodos do ensino desse período apresentavam apenas a leitura, de forma muito rudimentar, a escrita e a aritmética inicial como base da instrução formal na região jaguaribana.

¹⁵ Jornal *O Nordeste*, Fortaleza, 19 de set. de 1935.

Quando nos atemos à questão da leitura, percebemos que ela ganha lugar de destaque, pois o seu desenvolvimento atribuía elevação no grau de instrução aos alunos, ou seja, saber ler uma diversidade de tipos de caracteres tipográficos e/ou os manuscritos e caligrafias representava um status de “formatura”. Lima (2002) salienta:

Quando terminávamos as leituras do último livro da coleção de Erasmo Braga, passávamos aos volumes de manuscritos (livros impressos com letra manuscrita, cuja complicação ia crescendo, de lição em lição, até atingir os garranchos da “letra de médico”). A leitura do último volume desta coleção correspondia à “formatura”. Não se estudava gramática, geografia, ciências: era uma escola de ler, escrever e contar (LIMA, 2002, p. 15).

Nossas análises do contexto escolar cearense desse período nos levaram a compreender uma multiplicidade de aspectos da educação, levando-se em consideração documentos legais, administrativos, os métodos de ensino e as intenções políticas para a substituição do ensino individual, na escola primária, pelo método mútuo e simultâneo. Os diretores da Instrução Pública defendiam esses métodos como sendo inovadores, pois a educação era pensada numa perspectiva do ensino individual, como também para a organização e a classificação dos alunos em grupos nivelados correlativos aos conhecimentos das matérias.

De forma efetiva, essas políticas públicas acabaram não aplicando de maneira realizável métodos e inovações na estrutura curricular cearense, tendo em vista serem as escolas do nosso Estado, na época, muito diversas, e a própria localização, espaço urbano e espaço rural, acabaram dando-lhes características muito peculiares e dinâmicas próprias, além, é claro, de outros fatores que estão presentes nas falas e reclamações dos professores. Sobre isso, podemos citar como exemplos: condições precárias das estruturas físicas e ausências de materiais para o trabalho, como livros, papéis e penas, o que demonstra o escasso financiamento destinado para a escola primária cearense na segunda metade do século XIX.

Portanto, é possível identificar, a partir da nossa trajetória, que a educação nesse período já era permeada para além da diferença de sexo, masculino e feminino, pois há, também, uma distinção de classes sociais. “É nessa direção que esses métodos objetivavam meios que economizariam recursos públicos para o Estado, tendo em vista a generalização da instrução pública para classes ditas inferiores da sociedade” (FEITOSA, 2008, p. 166). Corroborando com isso, prevalecem as antigas formas tradicionais de ensinar, por meio dos castigos físicos, o que era permitido, oficialmente, no século XIX, e o desenvolvimento de uma educação a partir da memorização.

Uma figura de destaque em relação à instrução russana foi o Padre Lino Deodato Rodrigues de Carvalho¹⁶. Este substituiu, em 1885, o professor interino Trajano Delfino Barros,

¹⁶ Alguns municípios o enaltecem, dizendo que Dom Lino representa para Russas o que o Padre Cícero representa

uma vez que o Padre Lino foi nomeado, em 26 de novembro de 1885, tomando posse no dia seguinte, e entrando em exercício do magistério no dia 26 do mesmo mês. Padre Lino Deodato, ao iniciar suas atividades pedagógicas em São Bernardo, escreve uma carta ao então Diretor Geral da Instrução Pública do Ceará, Tomás Pompeu de Sousa Brasil, em 13 de dezembro de 1885, denunciando como estava a escola de primeiras letras, a depredação do ambiente e dos utensílios escolares:

Participo a V.Sa. que no dia 26 do mês próximo passado entrei no exercício da cadeira de primeiras letras desta Vila, deixando de receber por inventário os utensílios da referida escola, conforme foi determinado por V.Sa. ao Professor Interino Trajano Delfino Barroso, por não haver absolutamente o que inventariar, à exceção de 6 compêndios de gramática portuguesa, que se achavam ainda em mãos do Inspetor de aula. Os compêndios, traslados, tinteiros e outros objetos necessários ao serviço da escola são propriedade particulares dos alunos. A mesa de escrever e quatro bancos de péssimo uso que existem e que são, permita-me V.Sa. a expressão, um verdadeiro descrédito para a escola, foram emprestados sem tempo determinado, podendo ser pedidos por seus donos a qualquer instante e ficar impedido de dar ao serviço da escola o necessário andamento. Para prevenir semelhante inconveniente, vou tratar de fazer o orçamento do que se pode despendar com a compra de uma mesa e bancos [...]. (ROCHA, 2012, p. 267).

Porém, apesar de todas as queixas e do estado precário em que encontrou o estabelecimento, melhorias ocorreriam no prédio da escola, graças ao empenho e prestígio do Padre Dom Lino.

para Juazeiro do Norte. Exageros à parte, temos que reconhecer a relevância deste russo, tanto nas questões ligadas ao meio religioso, como às relacionadas aos assuntos educacionais de Russas. Por suas contribuições ficou conhecido e respeitado pelos seus conterrâneos ao ponto de, na atualidade, ao se referirem a cidade de Russas, chamam-na de “terra de Dom Lino”.

Imagem 1 - Representação do prédio da Escola Padre Lino¹⁷



Fonte: Extraído da obra “Dom Lino Deodato”, de autoria do Dr. Joaquim Moreira de Sousa, Ed. Imprensa Universitária do Ceará, 1960, p. 95. Aperfeiçoada e colorida por Carlos V. Pinto.

Nos anos seguintes à atuação do religioso Padre Dom Lino, podemos destacar que, no ano de 1866, houve um surto de febre amarela na região jaguaribana, o que fez com que a frequência dos alunos baixasse, atribuindo à doença, que se instalara naquele momento, tal queda. Ficaram registrados no mapa de frequência do segundo semestre apenas quinze alunos. Os últimos anos do Padre Lino Deodato, como titular da cadeira de primeiras letras, foram pontuados por muitas licenças para tratamento de saúde.

Na década de 1870, ocorreram expansões na área educacional russana. Assim, através da Resolução nº 1.346, de 27 de outubro de 1870, foi criada a cadeira de ensino primário do sexo feminino na Povoação do Limoeiro, na ocasião, integrante do termo de São Bernardo. Por seu turno, ano de 1872, foram instituídas, em Russas, a cadeira de Latim, através da Lei nº 1.486, de 14 de dezembro (posteriormente transferida para Quixeramobim, por Lei nº 1.989, de 12 de agosto de 1882, e finalmente suprimida em Russas pelo Decreto nº 05 de 03 de março de 1892), e duas novas escolas públicas de ensino primário, sendo uma para o sexo masculino e outra, para o feminino, pela Lei nº 1.497, de 21 de dezembro de 1870. (CASTELO, 1943, p. 76).

Um requerimento de habitantes da serra do Pereiro (mencionado em correspondência dos vereadores de São Bernardo à presidência da província) revelava a “completa falta de instrução do povo e pedindo a criação de escolas de primeiras letras, é um símbolo de uma época em que regiões como o sertão eram praticamente ignoradas pelos poderes

¹⁷ Corresponde atualmente ao nº 1190 da Av. Dom Lino. A edificação pertenceu, por muitos anos, ao Sr. José Pereira Bezerra e herdeiros, sendo, hoje, de propriedade do Sr. José Albuquerque Barroso.

públicos, eram terras longínquas fadadas ao isolamento e à Igreja” (FERREIRA NETO, 2003, p. 544).

De acordo com Cicinato Ferreira Neto (2003), podemos perceber que os representantes do povo, os vereadores de São Bernardo, em meados de 1829, denunciam a quase inexistência de escolas para a população, e que as já existentes sofrem com a falta de infraestrutura e de professores para lecionarem nesses locais, o que evidencia a má atuação das autoridades a nível estadual, ou seja, as políticas públicas eram ausentes em relação à educação primária na região do Vale do Jaguaribe naquele período.

O autor ainda nos fala sobre a questão dos métodos de ensino usados nessas incipientes primeiras escolas de São Bernardo, quando no início do século XX haviam diversos castigos, e a “crueldade” era bastante comum nas salas de aula, sendo defendidos até pelos pais do aluno”. (FERREIRA NETO, 2003, p. 575). A esse respeito, é bastante emblemática a correspondência de um professor de Russas nesta época: “O geral da população se opõe à nova ideia de abolir os castigos físicos. Muitos pais de família tiravam seus filhos da minha escola por falta de castigos corporais, em procura de outras que os satisfizessem plenamente” (ROCHA, 2002, p. 272). Nesse sentido, o estudo para muitos rapazes e meninos inspirava horror e medo, tal a ênfase que se dava à disciplina e à autoridade. O uso da palmatória era constante e os suplícios, como a humilhação dos estudantes, se sucediam cotidianamente nessas escolas pioneiras em São Bernardo das Russas.

Como vimos anteriormente, a cultura da palmatória como método de ensino ainda era comum entre os pais que não queriam que os professores imprimissem apenas castigo moral para a educação de seus filhos, a grande maioria insistia que fossem dados castigos físicos como metodologia para “docilizarem” crianças e adolescentes. Nesse sentido, o mesmo professor Delgado, em outra correspondência, de 06 de julho de 1882, nos dá a tônica das mentalidades em relação aos castigos físicos apregoados pelas famílias em São Bernardo:

[...] estou convencido de que não devo arredar uma linha dos preceitos exarados em nosso Regulamento Orgânico, embora recaia sobre mim as funestas conseqüências [...], uma vez que o geral da população opõe barreira à nova idéia da abolição dos castigos físicos. [...] Muitos pais de família tiravam seus filhos de minha escola por falta de castigos corporais, em procura de outros que os satisfizessem plenamente. Acha-se de escola aberta nesta cidade o Sr. Antônio Felismino Ferreira da Silva Filho, que não observando nenhum dos artigos do nosso programa e ensinando a 1.000 réis mensal, tem adquirido a confiança dos pais de família, e, portanto, grande concorrência, diminuindo diariamente o número dos meus. O meu colega, Professor Henrique Castriciano Rodrigues de Carvalho, talvez para não se expor ao mesmo sacrifício a que estou sujeito, tem seguido as velhas práticas, não só relativamente aos castigos, como também aceitando alunos maiores de 14 anos. Outro tanto não se dá nas escolas do sexo feminino, porque ambas cumprem a lei [...]. (ROCHA, 2001, p. 272).

A partir do fragmento acima, é possível identificar que não foi fácil destituir os pais do método das palmatórias, porém, no final, de acordo com o professor Delgado, percebemos que o “bom senso pedagógico” foi o que prevaleceu.

Diante desse contexto, é válido lembrar o Regulamento criado pela Lei de 14 de junho de 1847, aprovado pelo então Presidente da Província, José Martiniano de Alencar, em que este se colocava mais ameno ao uso do castigo físico e, dessa forma, combatia o ensino mais rigoroso, este que estava respaldado e autorizado pelo artigo décimo da Lei nº 50, de 20 de setembro de 1836:

Art. 10. O governo dará aos professores as instruções para o Regulamento das escolas, e sobre o que julgar mais interessante aos mesmos professores e alunos, a fim de manter a ordem e promover o adiantamento, podendo desde já se usar do castigo com palmatória, contanto que não se exceda de 4 bolos diariamente, e nos argumentos de tabuada o aluno dará um bolo no outro a cada vez que este errar (Regulamento escolar, Lei nº 50 de 20 de set. de 1836 In: ROCHA, 2011, p. 265).

Já no Regulamento de 1837, percebemos uma preocupação com o sistema de promoção que identificava os alunos, de acordo com sua classificação, e funcionava da seguinte maneira: os estudantes receberiam medalhas e outros incentivos por não faltarem às aulas e por “tirarem boas notas”, como podemos observar nos artigos a seguir:

Art. 10. Os alunos de cada uma das classes, que tiverem feito maiores progressos, serão tidos como os primeiros das mesmas classes, e usarão de uma pequena medalha de metal pendente de um laço de fita sobre o peito esquerdo. As cores das fitas designarão as classes, podendo os laços comporem-se de fitas de duas ou mais cores para designar a superioridade das mesmas classes.

Art. 11. As medalhas serão dadas grátis, e o aluno que perder o primeiro lugar da classe, a que pertencer, perderá a medalha, que será entregue ao que o excedeu. Os monitores gerais, além das medalhas que merecerem, terão no braço direito um ângulo de fita verde e amarela, e os monitores parciais, o mesmo ângulo no braço esquerdo. (Regulamento escolar, Lei nº 50 de 20 de set. de 1836 In: ROCHA, 2011, p. 266).

Ainda em relação ao processo de expansão educacional russano, destacamos que em 1882 foi criada, através da Lei nº 2.005, de 6 de setembro, a escola pública de ensino primário do sexo masculino na povoação de Cruz Palhano, termo de Russas. Através da Lei nº 99, de 14 de setembro de 1893, foi instituída na mesma povoação a escola primária mista. Na sede do município de Russas houve a implementação de mais uma escola, o Colégio dos Sagrados Corações, em 2 de fevereiro de 1896, sob a direção do Padre João Luís Santiago Idelfonso Rodrigues de Carvalho.

Pela análise do ofício, podemos encontrar indícios de como se achava a instrução pública nas primeiras décadas do século XIX, em São Bernardo das Russas. Temos que lembrar que, nessa época, muitas vilas faziam parte do seu território, como é o caso da Vila de Limoeiro do Norte, Vila Morada Nova do Espírito Santo, Vila do Quixeré e Vila do Palhano. Nesse

documento, inscreve-se também a quantidade de minuta de alunos nos ambientes escolares, levando em consideração a população da época.

Rellacao das Escollas Públicas e Particulares estabelecidas na Villa de São Bernardo, seo Termo:

Acha-se a escolla pública de primeiras letras criadas para esta Villa de São Bernardo pella resolução do Conselho do Governo de 25 de Junho de 1828 a qual existe provida de professor, e se abriu no 1º do andante mez; e por isso se acha p. ora tão somente com vinte e cinco alumnos. Na povoação de Caxasó há hua escolla particular de primeiras letras na qual há pouca affluencia de discípulos, pois nos consta haverem tão somente doze. Não há mais escolla alguma fixa em qualquer lugar deste termo, p. alguns curiosos que se propõe a este fim emsinão pellas coizas particulares. Constatamos tão bem existir no Termo desta Villa na Fazenda Desterro, huma escolla particular com número de trinta alunos, assim como na fazenda de Botão, deste mesmo termo, outra escolla particular com vinte e oito alumnos. Igualmente, não existem aulas de estudos maiores.

D. Guarda a V. Excia. de São Bernardo na Cam. de 21 de Agosto de 1829 (Sic). (LIMA, 2002, p. 42-43).

Existia, de acordo com o ofício, uma disputa por quem tinha o poder de lecionar, quer dizer, havia uma crítica aos professores particulares, que neste documento são chamados de curiosos. O mais interessante é que foi possível perceber a inexistência de menção à educação de meninas. Fala-se em “discípulos” e “alunos”, não sendo também mencionada instrução para além das primeiras letras nas escolas abordadas.

[...] o analfabetismo, problema situado pelas elites políticas e intelectuais no universo da doença, foi erigido como inimigo maior a ser vencido pela sociedade brasileira, tendo motivado um verdadeiro combate cívico, conduzido, por exemplo, no horizonte mais amplo das ligas nacionalistas, criadas durante a década de 1910 (SCHUELER, 1999, p. 10).

Após a Independência do Brasil, as populações sertanejas não sofreram mudanças significativas. Desse modo, os trabalhadores rurais, os agregados das grandes fazendas e os arrendatários continuaram com suas labutas diárias, com suas crenças, e com os conselhos oferecidos pelos patrões, que, na maioria das vezes, eram compadres e os protegiam nos rincões do Ceará.

Nas vilas e nos campos, havia também uma população sem ocupação definida, perambulando pelos mais diversos locais, da mesma forma descompromissada com os distantes eventos de cunho administrativo. É essa população, composta em sua grande parte por descendentes de índios e por brancos e mulatos sem posses, que é vista, nos polêmicos escritos dos viajantes europeus, como avessa ao trabalho e causadora da pobreza e da falta de transformação econômica no sertão (FERREIRA NETO, 2003, p. 323).

Percebemos, dessa forma, que existia uma pobreza generalizada, no sentido de haver ausência de uma estrutura que dê possibilidades à distribuição de bens e de terras, além de certa mobilidade social menos rígida. Dessa forma, nas primeiras décadas do século XIX, tanto em nível federal, quanto nas províncias, vilas e lugarejos, a classe dominante era a proprietária de terras, sendo composta de poucos fazendeiros que não demoravam em

demonstrar sua força e poder político, quando o que pretendiam era a ocupação dos cargos administrativos, tanto de cunho militar, quanto de justiça.

Assim, o historiador Cicinato Ferreira Neto (2003) chama nossa atenção para as relações sociais desses senhores de terra que, algumas vezes, eram clérigos e detinham o “poder” da instrução nas vilas do Ceará, recém-independentes:

Nessa sociedade de poucos ricos e de inúmeros marginalizados, uma classe média, composta por padres, pequenos comerciantes, funcionários públicos e militares teve um papel influente, principalmente na formação de partidos e na disseminação de ideias inovadoras. Os padres respeitados nas vilas e povoações, por serem uns dos poucos a saberem ler, escrever e ensinar, não obstante os vários exemplos de pessoas sem instrução no seio do clero, eram alguns dos indivíduos que tinham condições de acumular bens, tornando-se, muitas vezes, proprietários rurais (FERREIRA NETO, 2003, p. 325).

Vê-se, dessa maneira, como foi sendo construída uma rede de influências nos sertões do Ceará, a forma pela qual se generalizou nos interiores e deu gênese às mentalidades da época. Vivia-se uma sociedade isolada, com ausência de serviços básicos, como os de saúde e educação, de acordo com a correspondência da câmara de São Bernardo¹⁸:

O vale do Jaguaribe seguia apenas a regra geral. Em 1829, a Câmara de São Bernardo (Russas) informava em correspondência ao presidente da província que não havia, no seu termo, médicos cirurgiões, apenas dois curiosos que já obtiveram licença para poderem aplicar alguns remédios.

Corroborando com isso, o Pe. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho informou ao Jornal fortalezense *Pedro II* as estatísticas de sua terra, São Bernardo das Russas, sendo incluído seu texto na coluna “Comunicado”, de 1862:

<u>Do Distrito Sede de São Bernardo</u>	
Sabem ler escrever	551
Casas de telha	539
Casas de palha	567
Igrejas e capelas	2
Pessoas livres	5.360
Pessoas escravas	767
Total:	6.127

(Fonte: ROCHA, Limério Moreira da. Russas 200 anos de Emancipação Política)

Identificamos, assim, o lento desenvolvimento dos núcleos interioranos do Vale do Jaguaribe. Apesar de já existir um movimento comercial, percebe-se que o interior ainda estava muito distante da realidade dos maiores centros urbanos do país e mesmo das grandes cidades do Nordeste. Isso porque, desde o início da ocupação, o colonizador português não teve interesse em instruir os habitantes no Portugal de além-mar. E mesmo depois da Proclamação da Independência, não se articulou, de início, um sistema escolar universal, público e gratuito.

¹⁸ APEC. Correspondências da câmara de São Bernardo - 1829 a 1861.

Só a partir de 15 de outubro de 1827 é que iria ser articulada a criação de escolas nas vilas e centros populosos do país, escolas estas elementares e instituídas a partir das leis sancionadas por Dom Pedro I.

É necessário levar em consideração que o processo colonizador no sertão brasileiro e cearense foi fruto de um conjunto de transformações socioeconômicas, culturais e históricas que culminaram com a aniquilação dos povos que aqui viviam antes da chegada dos portugueses. Dentro das mentalidades mercantilistas, a expansão econômica na colônia apenas criou setores secundários do poder metropolitano. A educação, inclusive, é um exemplo perfeito dessa dinâmica. Dessa forma, não chega a surpreender a falta de preocupação com o ensino na colônia, quando, na própria metrópole, as coisas não eram bem conduzidas, como nos chama atenção a reflexão a seguir:

No período colonial, a coroa pouco investiu na educação de seus súditos, deixando a cargo dos religiosos (principalmente jesuítas) a disseminação das primeiras escolas. Os missionários foram responsáveis pela criação de estabelecimentos de ensino nas principais cidades e, também, na reestruturação do ensino catequético nos aldeamentos. Não é exagero afirmar que até meados do século XVIII, o ensino fosse monopólio exclusivo das ordens religiosas, responsáveis diretas pelo fato de o meio cultural da colônia encontrar sérias dificuldades em desligar-se do currículo e das ideias do Clero. O reino português, que adotava o fiscalismo exacerbado, nem por isso interessava-se pela introdução de algum benefício para as amplas camadas populacionais. Uma tímida reação se deu apenas com a criação do subsídio literário, tributo cujas rendas deveriam ser destinadas ao sustento das escolas régias e dos seus mestres (FERREIRA NETO, 2003, p. 542).

Ao voltarmos-nos para o sertão da colônia, veremos quão dramática a situação era, pois havia total desprezo com a instrução e, praticamente, toda população era analfabeta. Mesmo os senhores de terras não fugiam à regra, muitos deles não sabiam ler ou escrever, e seus filhos criavam-se nas fazendas, sendo aproveitados, desde cedo, nas labutas diárias. (ARARIPE, 2002, p. 230).

Nas vilas, a classe mais abastada dos sertões, que era a dos proprietários, estava ligada à terra, e não teve, no primeiro momento, o privilégio de sediar novas escolas. Até mesmo em Aracati, que centralizava uma rica camada de comerciantes, as primeiras iniciativas precisaram ser tomadas por particulares. (STURDART, 2001, p. 377). Esse contexto da escassa instrução se abate também sobre São Bernardo, como podemos perceber na reflexão de Ferreira Neto:

São Bernardo (Russas) só passou a ter professor de primeiras letras a partir de 1804, com vencimento de 80.000 réis anuais. A primeira escola pública de Russas, porém, só apareceu em 1827. Em outros lugares do Vale do Jaguaribe, as escolas continuaram sendo raras, praticamente inexistentes. A situação não melhoraria com a Independência do Brasil. Em comunicação da câmara de São Bernardo de 1829, a informação sobre estabelecimentos de ensino existentes no termo não conseguia esconder o descaso das autoridades, na época só havia uma escola de primeiras letras

na vila e outras particulares em Iracema e em algumas fazendas (FERREIRA NETO, 2003, p. 544).

Nesse sentido, podemos compreender que existe uma completa falta de instrução do povo jaguaribano, pois inexistiam escolas de primeiras letras, tudo por falta de políticas públicas que quebrassem o isolamento das regiões do sertão e ganhassem visibilidade pelos poderes públicos da província. Temos, também, discursos e análises que alardeavam um passado de glória e de vanguardismo no que se refere à educação. Em nosso caso, Russas aparece como uma das primeiras vilas a dar instrução ao seu povo.

No decorrer desse mesmo século, não houve inovações no tocante à relação entre professores e alunos. O sistema educacional era baseado em métodos coercitivos e oferecia aprendizagem baseada em doutrinas conservadoras e rígidas, não havendo espaço para a criticidade dos alunos.

Vê-se, desse modo, que a instrução pública se inicia em São Bernardo, atual Russas, no início do século XIX, e que, apesar de ser uma vila, só contava com um professor. Identificamos, também, que a responsabilidade do pró-labore do mestre era da Capitania, sendo seu soldo pago trimestralmente. No ofício abaixo, podemos identificar os reclames da Câmara Municipal da Vila de São Bernardo com relação aos pagamentos do professor Joaquim José Rodrigues de Carvalho, que exercia a função de professor de primeiras letras na vila supracitada:

Fazemos saber aos que esta provisão virem que tendo consideração aos merecimentos e mais partes que concorrem na pessoa de Joaquim José Rodrigues de Carvalho para exercer as funções de Professor de primeiras letras na Vila de São Bernardo, havemos por bem, na conformidade das Reais Ordens, nomear, como por esta de Primeiras Letras da Vila São Bernardo, com o qual vencerá o ordenado de 150\$000 (cento e cinquenta mil reis) anuais, pagos aos quartéis, e será obrigado a prestar juramento perante a Câmara respectiva, de bem cumprir, como deve, as obrigações do seu emprego, de forma referida. Pelo que ordenamos à Câmara da Vila de São Bernardo e mais autoridades a quem o conhecimento desta pertencer, cumpram-na e guardem, como nela se contem. Em firmeza do que, lhe mandamos passar a presente por nós assinada e selada com o selo das Armas Reais, registrando-se nos Livros da Secretaria deste Governo, Contadoria da Fazenda Nacional e onde mais tocar.

Dada no Palácio do Ceará, aos 12 de julho de 1822.

José Raimundo de Passos Por Bem Barbosa, Presidente. Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães. Mariano Gomes da Silva. José de Agrilá Jardim. José de Castro Silva, Secretário.¹⁹

Rocha (2001) nos alerta que, para além da nomeação do professor Joaquim José Rodrigues de Carvalho, o momento político da época, ou seja, a Independência do Brasil, apresentava-se um período bastante conturbado, e a instrução pública foi muito incipiente durante o Império brasileiro. O autor menciona que, em outubro de 1827, D. Pedro I mandou

¹⁹ Arquivo estadual do Ceará. L. n° 42. Registros de Provisões de ofícios de justiça e mestres de primeiras letras. 1803-1815.

criar Escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Brasil. A mencionada lei determinava que as localidades e os números das escolas deveriam ser fixados pelo Presidente da Província. Nessas escolas “seriam ministrados ensinamentos básicos: ler, escrever, as quatro operações aritméticas, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de Geometria, prática, a gramática da língua nacional e os princípios da moral e da religião cristã” (ROCHA, 2001, p. 264).

Lembremos que no ano de 1855, mediante a Resolução Provincial nº 709, de 27 de agosto, foi criada a cadeira de Primeiras Letras para o sexo feminino, na Vila de São Bernardo, e no ano posterior aconteceu a nomeação da professora interina, Rita Sebastiana da Costa Feijó. “Esta havia iniciado suas aulas em 07 de fevereiro de 1856 com sete alunas, aumentando para 21 no final do mês e 30 ao término do primeiro semestre. Aprovada em exame foi a mesma professora tornada efetiva por portaria de 25 de novembro de 1856” (ROCHA, 2011, p. 268).

É importante destacarmos a criação desta cadeira de Primeiras Letras para o sexo feminino em meados do século XIX, mas também precisamos reconhecer que neste mesmo ano, 1856, a frequência escolar caiu repentinamente. No segundo semestre, registravam-se apenas quinze alunos; isso ocorreu por causa de um surto de febre amarela na região, sendo o ano de 1861 assolado por seca, o que também fez recuar a matrícula para somente dezesseis estudantes na escola masculina.

Na década de 1870, vivenciou-se certa expansão na área educacional russana, tendo em vista que, por meio da Resolução nº 1.246, de 27 de outubro de 1870, foi criada a cadeira de Ensino Primário do Sexo Feminino na povoação de Limoeiro, que, nessa época, ainda pertencia, politicamente, a São Bernardo. Nessa década, o quadro de escolas primárias da comarca de São Bernardo era composto por quatro escolas na sede, ocupadas pelos professores:

Henrique Castriciano Rodrigues de Carvalho, José Casimiro Delgado Perdigão, Joana Maria de Rezende e Joaquina Cândida da Silva; 02 em Morada Nova, com os professores Claudino de Olinda Campelo e Umbelina Campelo Rodrigues Machado; 02 em Limoeiro, com os professores Ricarte Antunes de Menezes e Angelina Correia Lima Setuvas (ROCHA, 2011, p. 271).

Ainda de acordo com essa expansão educacional, em 1882 foi criada, mediante a Lei nº 2005, a escola pública de ensino primário do sexo masculino na Povoação da Cruz do Palhano, pertencente a São Bernardo, sendo que no ano de 1893 foi instituída, nessa mesma povoação, a escola primária mista.

Logo, percebemos a preocupação, mesmo que ainda acanhada, em expandir a instrução em São Bernardo, haja vista a resistência dos pais em colocarem os seus filhos para estudar, uma vez que a maioria era pobre e precisava ajudar na lida diária. É importante também levar em consideração a inserção da mulher como professora nessa vila, bem como a criação

de escolas mistas e femininas, que por estarem longe do centro provincial, a capital, desenvolviam suas metodologias e suas práticas pedagógicas, muitas vezes, distantes dos métodos apregoados pelas leis orgânicas, sendo também um espaço de muitas contradições, no que diz respeito à carência dos alunos, ao atraso e à falta de pró-labore dos professores e professoras, e da quase completa ausência de logística, fosse na infraestrutura e materiais pedagógicos ou na própria formação dos docentes.

Identifica-se, ainda, a presença de um currículo dividido por gênero, ou seja, atividades voltadas para as crianças de sexo masculino e as de sexo feminino, dando ênfase ao desenvolvimento de uma prática pedagógica que já tinha preocupações em delimitar o espaço feminino à geografia do lar. Nessa mesma lei, já se percebia uma preocupação com a carreira dos professores no Império, como demonstra Rocha (2001):

As cadeiras seriam providas por Brasileiros, em exame público perante os presidentes das Províncias, que deveriam fixar os ordenados anuais entre 200\$000 e 500\$000 (duzentos e quinhentos mil réis), tendo o caráter vitalício com direito a gratificação anual de um terço do salário para os que exercessem o magistério por doze anos ininterruptos com prudência, desvelo e grande número de aproveitamento dos alunos. Essa lei, sem dúvida, trouxe inovações ao sistema de ensino como a vitaliciedade e o citado adicional por tempo de serviço, além de prever curso de aperfeiçoamento aos professores, embora por eles pago, e prova de habilitação (ROCHA, 2001, p. 264).

Em relação aos materiais didáticos, estes eram uma raridade, principalmente nas escolas das vilas do interior. As aulas seguiam sempre o modelo expositivo e dogmático, sendo o aprendizado algo mecânico e impositivo (SOUSA, 1993, p. 15). Os mestres de primeiras letras eram responsáveis por ensinar aos alunos regras de ortografia, caligrafia, as quatro operações aritméticas básicas, catecismo cristão e as regras de civilidade.

Essas dificuldades em relação ao setor educacional no século XIX podem ser visualizadas, também, no próximo trecho escrito pelo então vigário Pe. Lino Deodato, em meados do século mencionado, a respeito da escola que ficava sob sua tutela, em São Bernardo:

Eis o que acontecia na minha escola: na falta de carteiras ou bancos inclinados para a escrita, fui obrigado a colocar as mesas no meio da sala e fixar sobre elas os tinteiros, a fim de que os alunos pudessem escrever mais comodamente. Como, porém, essas mesas, apesar de ocupar grande parte da sala, não podiam admitir todos os alunos, ao mesmo tempo, ficavam estes na contingência de esperar uns pelos outros, resultando daí uma tal ou qual simultaneidade na distribuição dos trabalhos. Os alunos que chegavam primeiro e achavam ainda um lugar vago nas mesas passavam a escrever, enquanto os outros, que iam chegando, posteriormente, eram obrigados, para não perderem tempo, a ocupar-se com o processo de leitura, até que se desocupassem as mesas e pudessem tratar do processo da escrita. O mesmo inconveniente tinha lugar na escola, à tarde, quando se tratava do processo de contas (SOUZA, 1960, p.103).

Nessa conjuntura, podemos avaliar que tanto a rigidez dos métodos, como a escassez das salas de aula e a falta de estrutura das escolas existentes não eram os únicos problemas da educação no Ceará, no decorrer do século XIX. Outra questão que merece

destaque, além das já ressaltadas pelo Pe. Lino Deodato, acima, era a situação precária da educação primária e da falta de preparo da maioria dos professores, pois quase todos eram leigos, sem formação e contratados temporariamente.

Nesse processo de precariedade, muitas escolas foram fechadas ou nem mesmo chegaram a ser criadas. Ao analisar a correspondência da Câmara de Russas, do ano de 1862, fica clara a falta de recursos municipais para manutenção de uma escola direcionada às meninas, no então povoado de Alto Santo, que pertencia, naquele período, territorialmente, a São Bernardo:

Paço da Câmara municipal da cidade de Sam Bernardo em sessão extraordinária de 10 de Fevereiro de 1862.

Illmo^o e Exm^o Snr.

Accusamos recebidos o officio de v.Ex^a de 17 de Janeiro .p sob o n^o 1 ordenando que esta camara emformasse se há probabilidade de ser montada a escola de ensino primário de sexo feminino da povoação do alto santo da viuva, fornecendo esta Camara os hotensilios necessários a mesma escola em resposta termos de informar a V.Ex^a que sendo este termo de grande extensão e tendo 7 districtos entrando o desta cidade e comprehendendo de nove a deis escolas de ambos os sexos sendo o rendimento destinado para este fim os 120 \$ de gado, de consumo que rende annualmente de 10.000 a 80.000 \$ cuja quantidade he distribuida pelas mesmas escolas, para suprimento dos alunos pobres [...]. (sic)²⁰

Analisando esta correspondência da câmara de Russas, podemos identificar algumas informações de grande relevância, em relação ao estado da educação dos municípios daquela época. Denuncia-se a modesta arrecadação dos impostos em Russas e que essa renda anual não conseguia cobrir as despesas materiais das escolas espalhadas pelos seus distritos. Vemos também que já existia uma dezena de escolas públicas, fato relatado pelos vereadores russanos, no ano de 1872. Isso demonstra que o avanço da instituição ainda tinha sido muito pequeno naquele município.

As crônicas da época assinam que, nesta data (1860), já existia escola primária elementar pública em cada um dos seis distritos de Russas, um dos quais era Limoeiro. Em Tabuleiro d'areia lecionava André Felício Chaves Junior, nomeado em 13 do 11 de 1844. Numa relação de eleitores de 1873, consta este nome como professor em Tabuleiro D'areia. João Ennes era muito preocupado com a instrução. Em 1875, relata ao Presidente da província que doara a professora pública local 3\$000 (três mil réis), como pagamento de um quarto de sua casa que a professora usava para dar aula, ajudando assim no aluguel de 5\$000 (cinco mil réis) da casa onde morava, segundo ele, “fabulosa quantia” aliás, as autoridades tinham determinado que os professores fossem reembolsados de toda despesa feita com “material escolar”, Dom Lino enumera a extrema pobreza deste material (LIMA, 2002, p. 36).

Ainda observando o cotidiano das vilas dos sertões jaguaribanos no decorrer do século XIX, identificamos a preocupação com a criação dos códigos de posturas municipais. As Câmaras dos municípios representavam a única forma de poder local, mas eram submetidas às determinações dos presidentes das províncias (autoridades nomeadas pelo Imperador) e das

²⁰ APEC. Correspondências da Câmara de São Bernardo. 1862-1916. Caixa 78.

Assembleias Provinciais (FERREIRA NETO, 2003). Esses documentos, quando aprovados, transformavam-se em leis e eram sancionados pelos presidentes das províncias.

A seguir, analisaremos as posturas municipais de Aracati e São Bernardo (Russas), no ano de 1837, onde quem ocupava a cadeira de presidente provincial do Ceará era o Sr. José Martiniano de Alencar. Nelas, observamos determinações e indicações acerca de diversos assuntos relevantes para a vida social dessas cidades, assim como a organização e ocupação do espaço urbano, além de trazerem orientações gerais para o comportamento dos habitantes, a higienização das ruas, questões relacionadas ao espaço público e privado, a criação de animais e as orientações relacionadas à instrução do período:

Lei nº 68, de 12 de Outubro de 1837 e Lei nº 105 de 5 de Outubro de 1837 (José Martiniano de Alencar) - Aprova as posturas da Câmara Municipal de Aracati e Russas de nº 63 a 77.

69. Os pais que forem pobres, devem ao menos mandar seus filhos três vezes na semana às escolas públicas ou particulares, bem convencidos de que os mestres públicos lhes fornecerão, a custa da câmara, todo o preciso para o ensino dos seus filhos. [...]

70. Os mestres públicos de primeiras letras ficão no rigoroso dever de apresentarem a câmara, no começo de suas sessões, um mappa circunstanciado de todos os seus discípulos, no qual em casas distintas se veção as filiações, idades, nomes, empregos dos pais, as saídas e faltas notadas com as causas que motivarão, para que a câmara possa providenciar sobre a educação da mocidade, sob pena de ser negada aos primeiros a atestação de cumprimento de seus deveres.

77. É absolutamente proibido criar-se porcos soltos dentro da villa, sob pena de serem mortos e entregues aos presos, no caso de não aparecer o dono. (sic)

(Código de Posturas municipais de Aracati e São Bernardo, no ano de 1837)

Assim, quando observamos a postura de nº 69, identificamos uma tentativa do Estado de fazer com que os pais levassem seus filhos às escolas públicas e particulares, caso contrário, seriam multados ou até presos, após serem notificados. Percebemos ainda a preocupação com as atividades agropastoris, que eram a base da economia dos sertanejos vale jaguaribanos.

Segundo Freire (2016), durante praticamente todo século XIX e boa parte do século XX, a educação constituiu um privilégio e não um instrumento importante, no sentido de se estabelecer, na prática, a igualdade de oportunidades para jovens de ambos os sexos e diferentes classes sociais. Em decorrência disso, em Russas e em parte do Vale do Jaguaribe, prevalecia a “elite educada”.

Dentro deste contexto, as reflexões dos memorialistas e de autoridades religiosas, como é o caso de Dom Aureliano Matos, expõem os problemas relacionados à instrução no Vale do Jaguaribe:

A Zona Jaguaribana conquanto uma das mais ricas do Estado graças a seus extensos carnaubais e à fertilidade de seu solo, não deu, no seu passado, ao problema da instrução, o carinho e o cuidado que ele bem merece. A população, apesar de ordeira

e de bons costumes, no que nenhuma outra lhe leva vantagem, é ainda muito atrasada. Em face desta observação e notando que, atualmente, há um grande surto de progresso no setor da instrução, foi nosso primeiro cuidado procurar incentivar cada vez mais esse movimento, interessando-nos sobretudo pela instrução da zona. (SOUSA, 1980, p. 8-9).²¹

Tentamos, aqui, construir uma visão panorâmica da instrução pública em São Bernardo, Russas, no intuito de compreender os discursos políticos, as falas dos professores contidas em documentos “oficiais” e as palavras dos memorialistas que se encarregaram de amear fontes, que, para nós, da História da Educação, é de grande valia na problematização dos nossos processos investigativos.

Essa reflexão, acerca da História do Ceará, do Vale do Jaguaribe e mais, especificamente, da cidade de Russas, permite-nos perceber que, apesar de existir uma tentativa e/ou determinação da instrução pública primária para as camadas pobres, na qual se ensejava que o monopólio do ensino secundário e superior estaria nas mãos de poucos, não resolvia o problema da população em geral, pois faltavam as mínimas condições de criação e desenvolvimento dessas instituições, desde as primeiras décadas do século XIX até o início do século XX.

Comprendemos, também, que a instrução primária, embora tivesse um caráter “popular”, acabava criando uma distinção entre gêneros. Para se ter uma ideia, as escolas de meninos e meninas eram separadas, funcionando em casas e locais distintos, de acordo com o sexo. “No regulamento de 1854, as meninas pobres sequer foram mencionadas, demonstrando que a instrução do sexo feminino não consistia em prioridade do legislador, sendo, de fato, suplantada pelo objetivo de instruir a população masculina” (SCHUELER, 1999, p. 7).

Havia, também, uma diferenciação relacionada às classes sociais, pois a grande maioria da população estava ligada aos trabalhos agrícolas, fosse no cultivo e na colheita do algodão, e/ou no processamento da cera de carnaúba, o que, conseqüentemente, levava a um acentuado grau de infrequência dos alunos. Ligado a isso, temos ainda outros fatores que inflexionaram sobremaneira na articulação do sistema educacional vale jaguaribano e russano: é o caso das calamidades, como a malária e as grandes secas pelas quais passaram o interior do Estado do Ceará.

Nesse sentido, a disseminação de escolas pelo Vale do Jaguaribe se deu de forma lenta e esporádica, sem muita intervenção dos governos estaduais e municipais. Em 1833, a Câmara de Russas menciona que a quantidade de alunos são de 43, todos do sexo masculino, e indica que 13 alunos tiveram faltas por estarem em ocupações ajudando seus pais, demonstrando que um dos fatores que também prejudicava a expansão da educação no interior

²¹ Ver SOUSA, Misaél Alves de. **40 anos depois**: Solenidade comemorativa do transcurso do 40º aniversário de sagração episcopal de D. Aureliano Matos, 1980, p. 8 e 9.

era a incompatibilidade entre os horários das aulas e o trabalho nas roças, visto que os agricultores não abriam mão do trabalho de seus filhos, inclusive dos menores de idade.

O pequeno número de escolas públicas, mesmo assim, é um fato que não deixa de chamar atenção, em 1942 foi criada a escola primária em Pereiro, cuja as aulas eram frequentadas por apenas 11 alunos, segundo a informação da Câmara de São Bernardo na época. Nesse sentido, as sérias dificuldades que caracterizavam o setor educacional no final do século XIX e início do século XX podem ser já visualizadas na Vila de São Bernardo, no início da segunda metade do século XIX.

A rigidez dos métodos, a escassez das salas de aulas e a falta de estrutura das escolas existentes não eram os únicos problemas da educação do Ceará no século XIX, a falta de preparo da grande maioria dos professores era notória, quase todos eles eram leigos, sem formação e contratados temporariamente. A situação precária da educação primária é reconhecida pelos próprios governantes provinciais, como podemos identificar no relatório abaixo, que é do ano de 1832, sendo este apresentado pelo Presidente da Província, Sancho de Barros Pimentel, à Assembleia da época:

Infelizmente o estado da instrução primária no Ceará é rudimentar e a esse respeito tudo está por fazer. Não são boas as leis e excellentes programas o que falta, mas aquilo sem o que nem umas nem outros teem em vida: o que falta é o mestre, e, portanto, tudo, porque pode-se dizer que a escola é o professor. Salvas raríssimas excepções, o professor primario no Ceará carece mais aprender do que está habilitado a ensinar.²²

Os rendimentos dos mestres/professores não os estimulavam a corrigir a situação. Os professores particulares queixavam-se da pouca afluência dos alunos, e, de fato, havia casos em que alguns desses mestres não conseguiam sequer garantir o dinheiro necessário para seu sustento ou para pagar a casa que estes alugavam para dar aulas. Já os professores pagos pelo Estado, na grande maioria das vezes, recebiam seus proventos com bastante atraso, o que também não lhe garantia uma vida minimamente confortável nas vilas interioranas do Ceará, de meados do século XIX.

Os que tinham condições de proporcionar aos seus filhos a oportunidade de estudar geralmente se ancoravam nas escolas dedadas nas residências de mestres particulares que, no início do século XX, se disseminaram em vários centros urbanos do Vale do Jaguaribe. Lauro de Oliveira Lima fala de uma dessas escolas em Limoeiro: o currículo consistia de leitura, estudos de caligrafia, uso de obras como as de Erasmo Braga, livros de manuscritos e livros de histórias (Carlos Magno e os Doze Pares de França.) (LIMA, 2002, p. 18-19).

²² Relatório apresentado à Assembléia Provincial do Ceará na sessão ordinária de 1882 pelo Presidente da Província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Fortaleza: Typographia do Cearense, 1882, p. 23.

Nos territórios dos municípios, quando existia uma escola, esta se encontrava naturalmente na sede da cidade ou vila. A multiplicação de estabelecimentos escolares pelas povoações, nesse sentido, se dá de forma lenta. Por exemplo, Fortim e Icapuí, localidades pertencentes ao então município de Aracati, só conseguem suas primeiras escolas em 1908 e 1916, respectivamente. Nas zonas rurais das mais diversas municipalidades, excetuada a iniciativa de algum fazendeiro de contratar um professor leigo para lecionar nas suas terras, a situação era de marasmo e completo abandono pelo poder público.

Deve-se reconhecer, nesse processo de incrementação da instrução pública, entre avanços e retrocessos, o esforço de personalidades de várias comunidades interioranas, como os religiosos e líderes políticos, no sentido de articular a instalação ou a manutenção das unidades escolares nos seus municípios. Nas áreas mais longínquas e esquecidas pelo Estado esses sujeitos apareciam como agentes que levavam ao conhecimento das autoridades e dos órgãos administrativos as primeiras reivindicações das suas populações, abrindo sempre um canal de intermediação entre o poder público e a comunidade.

A dependência completa dos interioranos a esse único sistema de intermediação ocasionaria a fragilidade das populações que, impossibilitadas de adquirirem por conta própria “um amadurecimento da cidadania, com abertura de novos canais de negociação e de persuasão política, tinham que recorrer aos líderes das comunidades” (FERREIRA NETO, 2003, p. 552). Muitos desses cidadãos simples, sem muita influência, adotam muitas vezes a resignação diante do quadro de desprezo governamental.

A partir dos anos 30, as maiores cidades e vilas jaguaribanas passaram a ser beneficiadas com a introdução de novos estabelecimentos educacionais. Estes passaram a contar com classes mistas, deixando de lado o sistema de separação por sexos (Escolas Reunidas a partir de 1928). Surgiram também os grupos escolares e os ginásios democratizando o ensino médio ou secundário da região – até então ele só existia em Fortaleza – num processo que contou com a participação dos poderes públicos estadual e municipal. Era o início do que se convencionou chamar de “educação massificada” sob a tutela do setor público. A iniciativa particular, contudo, não deixou de existir. (LIMA, 2002, p. 103).

Quadro 1 - Número de Escolas no Vale do Jaguaribe em 1938

Município	TIPO DE ESCOLA					
	Grupo Escolar		Escolas Reunidas		Escolas Integrais	Escolas Elementares
	Quant.	Nº prof.	Quant.	Nº prof.		
Limoeiro do Norte	01	06	-	-	02	11
Aracati	01	05	-	-	02	18
Jaguaribe	-	-	01	01	02	12
Morada Nova	-	-	01	03	02	12
Pereiro	-	-	01	02	02	03
Riacho do Sangue	01	06	-	-	04	10
São Bernardo	01	06	-	-	04	10

União	-	-	01	02	03	07
-------	---	---	----	----	----	----

Fonte: Almanach do Estado do Ceará para o ano de 1938.

Ao analisarmos a tabela acima, é perceptível que ao longo dos anos, pelo que já foi falado anteriormente, o número de escolas não possuía um aumento em termos quantitativo e nem qualitativo. Cidades com população já considerável, como é o caso de Aracati, Limoeiro, São Bernardo, Morada Nova e Jaguaribe, tinham no máximo um grupo escolar, com quantitativo pessoal de seis professores para dar conta de uma grande demanda. A maioria da população em idade escolar ficava fora desse processo de escolarização, ou seja, excluídos e sem acesso a um direito que já foi estabelecido na recente Constituição de 1937, da Era Vargas. Nesse sentido, na contramão do que se pregava desde a reforma de Lourenço Filho no Ceará, e das reformas implementadas pelo governo Vargas, o Vale do Jaguaribe e São Bernardo das Russas estavam aquém do esperado em relação à instrução pública.

Um balanço estatístico da Paróquia de Russas, foi o que o Arcebispo Dom Manoel da Silva Gomes exigiu do novo Vigário, que pressurosamente assim respondeu: “Presente tenho a circular da V. excia. Revma. De 30 do mez proximo passado, em que V. exma. Revma. Pede informações a respeito desta freguesia, envia-me um questionario que abaixo respondo:” 1º. – Qual a populacao aproximadamente. – R. 17.000 habitantes. De norte a sul te, uns 60 kilometros e nascente a poente 84”. 2º. – Quantas capellas tem. R. 4 Egrejas e 3 capellas publicas. 3º. – se tem acatholicos e quantos. – R. Não tem acatholicos. 4º. – Quantas escolas catholicas e quantos alumnos; quantas do Estado e quantos alumnos. – R. Não tem escolas catholicas; tem 8 escolas do Estado com 391 alumnos. 5º. – Quantas Confrarias, Irmandades e associações pias. – R: Tem uma Confraria, 5 Irmandades, 7 associações pias. 6º. – Quantas assignaturas tem ahí o Jornal “O Nordeste”. – R. Tem 6 assignaturas o jornal “O Nordeste”. (sic) (ARAÚJO, 1986, p. 309-310).

Analisando o inventário do Padre Raimundo Monteiro, em 1924, podemos perceber que não havia escolas católicas em São Bernardo neste ano, mas havia oito escolas do Estado, com 391 alunos. Essas oito escolas provavelmente funcionavam na casa dos professores contratados, que separavam um cômodo, um quarto ou uma sala para lecionar, sendo eles professores temporários. No ano de 1925, por conta da infrequência, como já mencionamos anteriormente, essas escolas diminuírem pela metade ou até foram extintas.

Aos 2 de julho do corrente ano de 1926 houve a benção da casa edificada pelo Apostolado da Oração para a escola dos meninos pobres, onde no salão principal, no mesmo dia depois da benção houve entronização do quadro do Sagrado Coração de Jesus. Essa casa, referida pelo Vigário Raymundo Hermes, onde funcionou a escola do Apostolado da Oração, foi, posteriormente, remodelada para ser o salão parochial e, atualmente chama-se Salão D. Lino. (ARAÚJO, 1986, p. 316).

Vê-se, assim, a partir do recorte acima, onde o Cônego Pedro de Alcântara Araújo, nos livros de tombo da paróquia, narra um pouco das relações educacionais em São Bernardo das Russas, em 1926. É perceptível que uma escola ligada à Igreja foi inaugurada, a escola dos meninos pobres.

Na década de 1930 inaugurou-se um maior incremento das escolas públicas em São Bernardo das Russas, quando foram criados e constituídos grupos escolares públicos e escolas particulares que fizeram com que o sistema educacional russano ganhasse maior envergadura e se destacasse em relação às demais cidades do Vale do Jaguaribe:

Funcionava uma pequena escola para crianças pobres, numa modesta casa pertencente à Irmandade do Coração de Jesus. Como a escola se tornasse pequena para o grande número de alunos, Monsenhor Vital Gurgel Guedes, resolveu rifar o pequeno prédio, pela importância de Cr\$ 6.000,00 (6:000\$000) e iniciou a construção do Salão, hoje Salão Paroquial. Muito contribuiu para a construção o dr. Manuel Sales de Andrade, então juiz de direito da Comarca. Inaugurado no dia 1º de janeiro de 1938, tendo na ocasião da solene inauguração as alunas do Patronato Coração Imaculado de Maria, exibido uma peça religiosa em benefício daquele estabelecimento de ensino. Este salão foi reformado em 1951 e com a celebração do centenário de ordenação de Dom Lino, o prédio recebeu o nome de salão “Dom Lino”. (ROCHA, 1976, p. 168).

Nesse sentido, a escassez de escolas vai sendo suprida a partir do incremento relacionado à infraestrutura e o número de professores, dotando o município de São Bernardo das Russas de uma maior facilidade ao acesso à instrução pública escolar. Os reclames que há tanto tempo eram apresentados nas cartas enviadas pelos mestres e professores, pelos párocos e pela Câmara de vereadores do município acabou sendo ouvida, e agora a população russana, principalmente a mais carente, teria mais acesso à educação formal.

No entanto, o sistema educacional russano ainda não conseguia absorver toda a demanda, mas já havia dado “passos bem largos”. Destacamos que, em 1934, aconteceu a criação do grupo escolar de São Bernardo das Russas, onde o lançamento da pedra fundamental deste prédio deu-se no dia 4 de fevereiro do mesmo ano, sendo o prefeito na época, o Doutor Ezequiel Silva de Menezes.

No dia de sua inauguração, 31 de março de 1935, usou da palavra o dr. Ezequiel Menezes, Prefeito Municipal, fazendo o histórico da construção do prédio que acabava de ser inaugurado. Recebeu do major Carneiro de Mendonça, então interventor do Ceará, a importância de 36 contos de réis e do governo do estado coronel Felipe Moreira Lima 10 contos. Evidenciou também a valiosa ajuda do dr. Moreira de Sousa, tenente José Moreira e Edson da Mota Côrreia, bem como o auxílio prestado por vários proprietários russanos, quando forneceram ao prédio 210 carnaúbas. (ROCHA, 1976, p. 168).

Outro prédio escolar de grande relevância para o sistema educacional russano foi criado também neste período, o Ateneu São Bernardo.

Iniciativa do padre Aluisio de Castro Filgueira, no dia 2 de janeiro de 1937, conseguiu reunir no Salão de Beneficente Russana, o pessoal de maiores possibilidades financeiras da cidade. Ao final da reunião, ficou claro quanto à necessidade de instalação no município, de um Educandário com internato e externato. E para isto, era necessário a cooperação dos russanos. Nessa ocasião, houve a colaboração financeira dos presentes com a doação de Cr\$ 1.000,00 (1:000\$000) e poucos dias depois, adquirido mais Cr\$ 3.000,00. (3:000\$000) através de vendas de ações. Com essa importância padre Aluisio fez a aquisição do material escolar mais necessário para o momento. No dia 12 de março de 1937 foi inaugurado o Colégio em um prédio

pertencente ao senhor Lino Gonçalves de Oliveira, e forneceu matrícula a 136 alunos. Posteriormente este estabelecimento foi transferido para um grande prédio de propriedade da viúva do sr. Manuel Jerônimo de Santiago, mediante arrendamento. Mais tarde esse prédio foi doado à Ordem Terceira Franciscana da Paróquia, pela referida viúva, associada da Ordem. Em 1939, a pedido do padre Aluísio, diretor do estabelecimento, o Arcebispo Dom Manuel da Silva Gomes, contribuiu com a importância de Cr\$ 4.000,00 (4:000\$000) e mais tarde com Cr\$ (2:000\$000) para limpeza do prédio e adaptações. Com donativos dos russanos construiu junto ao Ateneu a Capela de São Francisco, com a finalidade de prestar serviços religiosos ao Colégio. (ROCHA, 1976, p. 170).

O intuito desta parte do trabalho foi realizar uma análise a partir da documentação supramencionada e refletida, buscando compreender como iniciou e foi se gestando a instrução pública em São Bernardo das Russas durante o século XIX e XX, especificamente até a década de 1930, quando foi inaugurada a primeira escola, de fato, para educar meninas no Vale do Jaguaribe, ou seja, o Patronato Coração Imaculado de Maria, o objeto de análise deste trabalho acadêmico.

As perspectivas históricas da instrução pública de São Bernardo das Russas nos oportunizaram entrar em contato com elementos intrínsecos ao cotidiano dos russanos e russanas ligados ao meio educacional, com suas batalhas diárias para educarem os alunos deste município, com todos os percalços, atraso dos salários, pró-labore ínfimo, ausência de infraestrutura adequada, sazonalidade das escolas, incipiência de um sistema estruturado, levando em consideração não haver prédios públicos que abrigassem essas escolas até o início do século XX. Essas demandas foram sendo supridas paulatinamente a partir da virada do século XIX e início do XX, onde a cidade de São Bernardo das Russas conseguiu aumentar sua infraestrutura educacional, física e profissional:

No final do século passado (XIX) é criado pelo padre João Luís de Santiago, então vigário de Russas o “Colégio dos Sagrados Corações” onde hoje funciona a “Unidade Educacional Coração Imaculado de Maria”. No início de nosso século (XX) eram poucas as escolas no município. Os documentos falam do já citado “Colégio dos Sagrados Corações” e mais três escolas particulares. Destas últimas, uma delas pertencia à senhora mãe de D. Rocilda Leitão. Posteriormente passa a cadeira para sua filha que exerce estas funções até à época em que se aposenta por compulsória. Mas à proporção em que a população ia despertando para o setor educacional, iam surgindo simultaneamente novas escolas para atender à grande procura que na época se registrava. Em 1934, era inaugurado o primeiro Grupo Escolar Municipal; em março de 1937, o Ateneu São Bernardo, e no mesmo ano o Patronato. Em 1938, era criada a “Escola Sagrado Coração”. (ROCHA, 1976, p. 196).

Todos esses relatos, reclames e informes puderam ser discutidos aqui, a partir de livros elaborados por memorialistas, historiadores da educação no Vale do Jaguaribe, da documentação eclesiástica e da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Desse modo, esperamos ter contribuído, com as nossas reflexões aqui apresentadas, sobre essa pequena análise, numa perspectiva histórica, da instrução pública de São Bernardo das Russas até a década de 30.

2.2 As memórias gestadas na “batalha pela sede da Diocese” em terras vale jaguaribanas

Os memorialistas, ao produzirem seus textos, ou aglomerarem documentos, não possuem a percepção que estão produzindo “representações de uma realidade”, podem até acreditar que está faltando algum dado, mas para eles, pelo menos predominantemente, os fatos falam por si só. A relação com suas produções escritas ou com as fontes lembram ao da escola metódica. Enquanto o historiador seleciona, indaga, fazendo o texto- documento falar, o memorialista o ver como uma prova, uma verdade absoluta de um passado e se relaciona neste sentido, gerenciando suas produções de maneira uniformizante e homogeneizadora. A este respeito os mesmos articulam discursos, “recolhem provas”, que em algum momento vão responder muito mais a seu interesse pessoal, no sentido de que ao reunirem questões que positivem sua família, respigam em seus presentes, em si próprios, distorcendo assim a proposta do conhecimento histórico, que, dentre elas, pode-se citar a desconstrução de discursos dominantes, como exemplo. (CHAVES, 2013. p. 6).

Em relação à memória, na maior parte dos casos, a pré-construção e a reconstrução se organizam ao redor do que poderíamos chamar de núcleo memorial, que é também um núcleo de sentidos formulados a partir de elementos do passado relativamente estabilizados, quer dizer, conservados, sem muitas mudanças, desde a sua percepção original.

Nesse sentido, Candau (2016) nos diz que podemos definir a totalização existencial como um ato de memória que investe de sentido os traços mnemônicos, por vezes de forma diferenciada, como no caso dos acessos de memória. Este trabalho de memória nunca é puramente individual. A forma do relato, que especifica o ato de rememoração, se ajusta imediatamente a demandas externas, ou seja, às condições coletivas de sua expressão, o sentimento do passado se modifica em função da sociedade e do contexto ao qual está inserida.

Mesmo a narrativa mais atenta é trabalhada pelo esquecimento ao qual se teme, pelas omissões que se desejam e pelas amnésias que se ignoram, tanto quanto é estruturada pelas múltiplas pulsões que, na classificação de nosso passado, nos fazem dar sentido e coerência à nossa trajetória de vida. (CANDAU, 2016, p. 76-77).

Desta forma, as memórias em torno da “batalha” ou das ações voltadas pelas cidades de Limoeiro e Russas, a fim de trazerem a sede do Bispado para seus municípios, estão pautadas por memórias individuais e coletivas que ganham força e se reformulam ao longo dos anos. Esses eventos vão ocorrer, sobretudo, em meados da década de 1930, onde as elites das cidades do Vale do Jaguaribe, mais precisamente as de Limoeiro do Norte e São Bernardo das Russas, não se conformavam em ter um sistema educacional acanhado e um desenvolvimento econômico e cultural parado no tempo, em relação as outras regiões do Ceará.

Nesse mesmo período, ocorre a Revolução de 1930, que tem impactos no Ceará. Com esta nova reconfiguração política, as cidades do interior não tiveram a possibilidade de acesso aos meios da “modernidade”, continuando na mesma realidade, sem a chance de quebrar

paradigmas com as relações políticas e econômicas já alicerçadas nas práticas coronelistas e clientelistas.

Não obstante, transcorrido sete anos da Revolução de 1930, observamos as contundentes denúncias do contínuo isolamento do sertão cearense, o abandono do poder público em relação à agricultura e o extrativismo, pois o algodão e a cera de carnaúba, esta última muito valorizada no mercado externo, não estavam recebendo a atenção necessária do governo cearense.

Nesse sentido, havia uma urgência dos municípios do interior em criar centros educacionais. As escolas trariam para essas cidades isoladas da capital cearense uma nova espacialização, onde o progresso cultural iria adentrar nessas pequenas vilas interioranas. O projeto de criação e invenção desses espaços também seria uma oportunidade para transformar esses lugarejos em possível sede episcopal. Na época, a própria Igreja Católica propagava que toda cidade que tivesse a honra de ser a sede da Diocese sentiria um surto de progresso econômico e desenvolvimento cultural.

As cidades como Sobral e Crato, as primeiras do Ceará a serem elevadas à condição de sede diocesana, tiveram acentuadas transformações em sua infraestrutura humana, urbanista e cultural, modernizadas pela presença de seus bispos e seus palácios episcopais. A autoridade religiosa estava imbuída de uma missão civilizatória e, por isso, seria responsável por espalhar escolas, hospitais e outras obras próprias de um ministério comprometido com as almas e com os corpos. É nesse contexto que se dá início, no Baixo Jaguaribe, a uma mobilização religiosa e política, em prol do Bispado do Jaguaribe:

O Bispo do Ceará, Dom Manoel de Araújo da Silva Gomes, começava a implementar a descentralização espacial da hierarquia da Igreja Católica, com a criação de novos bispados no Estado. A idéia de se criar dioceses no interior do Estado, além de ser uma preocupação da Igreja, no sentido de propagar a religião cristã, com o aumento de dioceses, nasceu também inter-relacionada de um lado, à concepção de desenvolvimento cultural e espiritual e de outro de prestigiar, a partir de decisões políticas algumas oligarquias regionais. Depois de 24 anos sem nenhuma outra atitude descentralizadora, Dom Manoel inicia a discussão de criar um Bispado no Vale do Jaguaribe. Na época, a sede de um bispado poderia representar para uma cidade, a ampliação dos setores de educação, saúde e cultura, principalmente, o reforço do papel político do município no contexto estadual, produzindo consequências econômicas favoráveis, numa escala de tempo futuro. A figura do bispo, com o poder que a Igreja Católica detinha naquele período junto à população, ao governo estadual e ao governo federal, possibilitaria, facilitaria e justificaria qualquer projeto gerador de desenvolvimento. (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006, p. 60).

A versão dominante entre os memorialistas de Limoeiro é a de que em visita às paróquias jaguaribanas, em 1936, o arcebispo do Ceará, Dom Manuel da Silva Gomes²³, teria

²³ Terceiro bispo do Ceará, Dom Manoel da Silva Gomes, seria o responsável, pela elevação da Diocese de

lançado a ideia de criar o Bispado do Vale do Jaguaribe, mas exigia da cidade, que futuramente o sediaria, a soma de cem contos de réis para compor o patrimônio da nova Diocese, e mais cem contos para indenizar a Arquidiocese que perderia as rendas das paróquias. A vontade do prelado seria que cidades coloniais como Russas e Aracati se dispusessem a juntar o dinheiro necessário, ficando acertado que a primeira que conseguisse ganharia o sólio.

Nesse projeto original, Limoeiro nem ao menos tinha o direito de disputar com aquelas cidades mais antigas. Todavia, quando soube do plano do arcebispo, a elite de Limoeiro procurou convencer a autoridade eclesiástica que sua cidade também tinha condições de “entrar no páreo”. Descrente, mas para evitar aborrecimentos, Dom Manuel teria cedido, acreditando que Aracati ou Russas seria a vencedora. Para surpresa de todos, em pouco tempo, Limoeiro arrecadou doações que somaram os cem contos, e obteve do interventor do Ceará os cem contos restantes, em apólices do Estado, supostamente em troca do direito de paranimfar o futuro primeiro bispo. (FREIRE, 2016. p. 62).

Após a divulgação da notícia da criação de um novo Bispado no Ceará, em pleno Vale do Jaguaribe, Dom Manuel começou a ser questionado sobre a possibilidade dos locais para sede da nova Diocese. Iniciou-se uma “corrida” para estreitar laços entre aqueles que tinham interesse em levar a Diocese para sua cidade, e não faltava a Dom Manuel convites pedindo sua visita. Um destes deu-se em 1936, quando Franklin Chaves o convidou para visitar as obras da construção da Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte. Ao ser indagado sobre a possível localização da Diocese Jaguaribana, e se poderia ser em Limoeiro, o Arcebispo deixou a dúvida no ar, acirrando a disputa entre Limoeiro do Norte, Russas e Aracati, a fim de sediarem a nova Diocese. (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006).

O ano de 1936 é o mais lembrado nas memórias das notícias em relação à criação do Bispado na região jaguaribana, no entanto a ideia era já antiga, uma vez que Dom Manuel

Fortaleza à Arquidiocese, e na criação da Diocese do Crato, Sobral e Limoeiro do Norte, além de treze paróquias, incluindo a paróquia de Nossa Senhora do Carmo, em Fortaleza. Dom Manoel da Silva Gomes nasceu em Salvador-Bahia, em 1874. Foi preconizado bispo auxiliar do Ceará, por Pio X, em 1911, e sagrado no mesmo ano. Chegou ao Ceará em 1912 e assumiu a Diocese como bispo residencial, e em 1915 foi nomeado primeiro Arcebispo Metropolitano de Fortaleza. No ano da chegada de Dom Manoel ao Ceará, segundo Figueiredo, Dom Manoel chegou ao Ceará para cumprir o que foi planejado e projetado para a criação das novas Dioceses no Brasil. Nesse contexto, ainda segundo Figueiredo, o emprenho da Igreja, no início do século XX, estava direcionado para a preparação de Dioceses espalhadas por todo o país, e cabia aos bispos a elaboração de relatórios e projetos das futuras Dioceses, que atendessem os pré-requisitos recomendados pela Igreja. Foi assim que Dom Manoel interferiu junto à Santa Sé na criação das Dioceses de Crato, Sobral e Limoeiro do Norte, assim como, na elevação da Diocese do Ceará à Arquidiocese, em 1915. Com a criação das Dioceses do Crato (Sul do Estado), de Sobral (Norte do Estado) e de Limoeiro do Norte (Vale do Jaguaribe), a Igreja visava o domínio territorial, visto que, segundo Corrêa (1989), o espaço da cidade é um lugar onde diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Esse processo envolve práticas sociais, crenças, valores e mitos, projetados em monumentos e lugares sagrados. Com esta ação, uma vez que uma Diocese, simbolicamente, representa um monumento, e ao mesmo tempo, um lugar sagrado, a Igreja garante o fortalecimento das condições estruturais para a formação do clero e ações pastorais de forma mais abrangente e eficaz, dentro dos conceitos da Cúria Romana, fortalecendo, mais ainda, o processo de romanização no Ceará.

da Silva Gomes, já no ano de 1929, havia feito tentativa de articular elevação da cidade de Aracati para sede do Bispado. Em visita pastoral, o Bispo teria gestado esta ideia, que ficou registrado no Jornal *O Jaguaribe*:

Nessa ocasião, do púlpito declarou para todos que ouvissem: - Vamos fundar o Bispado de Aracati. Eu já não posso estar viajando. Estou ficando velho. O Bispado desta zona deve ser em Aracati. Repetira o que dissera, durante a Visita Pastoral. O povo animou-se, no momento. Foi apenas fogo de palha. D. Manuel regressou, para continuar sua visita Pastoral, interrompida. O calor dos primeiros dias se foi arrefecendo, até que se extinguiu de todo. E, no Aracati, ninguém mais falou em Bispado. (FREIRE, 2016, p. 63).

De acordo com o autor, é perceptível que o povo não deu continuidade à animação em levar a fé católica para aquele município, ou seja, não houve, de fato, vontade para transformar as palavras do Arcebispo Dom Manuel em um projeto plausível e durável.

Tais tentativas do Arcebispo não foram frutíferas. Mesmo conseguindo dar a Aracati uma maior valorização em relação a sua condição histórica e econômica, podendo engrandecê-la ainda mais, e já possuindo destaque na história das cidades do Vale do Jaguaribe, as tentativas não surtiram efeito em 1929 e nem em 1930. Poderíamos nos questionar o porquê dessa primeira tentativa de fundar a prelazia do Jaguaribe em Aracati. Provavelmente, o Arcebispo metropolitano queria dirimir e amenizar o antigo problema da ausência pastoral na região.

É lembrado pelos historiadores e memorialistas que o catolicismo se enraizou pelo sertão jaguaribano, isso teria sido resultado do tradicionalismo da região quanto a ação pastoral efetiva, a partir das ações da Igreja Católica. Nesse sentido, documentos antigos apontam que os sertanejos sempre se ressentiram da presença de sacerdote no Vale, em cidades como Russas e Limoeiro, com territórios imensos, não era difícil encontrar comunidades só raramente visitadas pelo Padre. Assim, a concepção de uma Diocese na zona jaguaribana, com o Bispo agindo de forma orgânica pela integridade da fé católica do povo, seria o fator preponderante que teria levado Dom Manuel da Silva Gomes a cogitar, ainda no final da década de 1920, a uma descentralização das ações da Igreja, com a criação de um Bispado nos sertões jaguaribanos.

Vasconcelos Junior (2006) nos ajuda a refletir sobre estas questões a partir das reflexões trazidas por Dom Pompeu Bezerra Bessa: a Arquidiocese de Fortaleza exigia da cidade que quisesse sediar o novo Bispado um patrimônio de 400 contos de réis - 200 contos de réis em patrimônio -, além de um palácio para a residência do futuro Bispo. Para Bessa, Russas começou a se movimentar no sentido de angariar o patrimônio estipulado pelo Arcebispo, providenciando junto às autoridades do município um imóvel para o Bispo residir. A cidade de Aracati, que no início se interessou, saiu logo da disputa. Para o referido autor, “a

rica e centenária cidade não se interessou pelo assunto, antes pelo contrário, a maçonaria local, naquele tempo muito influente, boicotou a campanha, e Aracati, praticamente, ficou de fora do embate”. (VASCONCELOS JUNIOR, 2006, p. 61).

Não foi propriamente o “fervoroso zelo” do arcebispo o responsável pela escolha de Limoeiro do Norte como sede episcopal. Efetivamente, se o bispado da zona jaguaribana tivesse sido concretizado pela Arquidiocese de Fortaleza, ainda na década de 1910, como acontecera com os de Sobral e Crato, e certamente Limoeiro não poderia nem ao menos sonhar em candidatar à cidade-sede, em razão de fatores como o isolamento e obscuridade. Em 1917, Limoeiro comemorara apenas vinte anos de emancipação, sendo ainda praticamente uma vila. Somente a partir de meados da década de 1930, conforme relatado em páginas anteriores, a elite da cidade começou a se preocupar com o letramento da população, quase completamente analfabeta. Ora, a Igreja considerava esse “atraso cultural”, não saber ler e escrever, uma espécie de “obscuridade espiritual”, sendo imprescindível alfabetizar o povo e torná-lo suscetível às demandas da Civilização Ocidental, que muito valorizava a cultura letrada. (FREIRE, 2016, p. 64).

Nesse sentido, a construção de três escolas na sede do município de Limoeiro do Norte, nos fins dos anos 30, trariam novos ares para a cidade. A elite econômica e o clero sonhavam com a cidade modernizada, “progressista”, deixando para trás a ignorância que tanto a envergonhava diante das cidades que já devidamente estavam desenvolvidas, como Aracati e Russas. Nesse caso, a ideia do Arcebispo de criar um despasso jaguaribano nos fins da década de 30 não podia encontrar terreno mais fértil, ou seja, elevar Limoeiro à condição de prelazia jaguaribana estava de acordo com os ideais e o projeto modernizador dos segmentos vanguardistas do progresso e do humanismo: o clero e a elite. Edwilson Soares Freire (2016) nos lembra que Limoeiro não somente não era a mais importante cidade das que disputavam a sede do Bispado, como era das menores do Vale, tinha um restrito sistema educacional, o asfalto não chegava até o centro da cidade e sofria com inundações nas épocas de cheia. A própria urbanização e a infraestrutura de prédios arrojados e de igrejas grandes eram motivos de carência para esta cidade no início da década de 1930.

Dom Pompeu Bezerra Bessa (1998) também admite que a ideia de elevar Limoeiro à sede de bispado teria surgido em 1936, por ocasião da visita do arcebispo à região jaguaribana, como afirmou o depoente. Jornais da época confirmam que em meados de outubro daquele ano o arcebispo retornava a Fortaleza, depois de “demorada excursão no interior do Estado, onde realizava, desde alguns meses, a sua Visita Pastoral às paróquias da zona jaguaribana. Em Limoeiro, o arcebispo teria passado em 10 de setembro, nada mencionado sobre a criação de uma diocese jaguaribana, mesmo tendo sido questionado sobre isso pelo comerciante Franklin Chaves. Tudo indica que Dom Manuel já saíra de Fortaleza pensando em fazer o anúncio somente em Aracati e Russas. Nem mesmo cogitou a possibilidade de Limoeiro disputar, já que a cidade não oferecia uma estrutura urbanista adequada para receber um bispo. Há quem acredite que o arcebispo tinha mesmo predileção por uma cidade. (FREIRE, 2016, p. 65-66).

Desse modo, apenas em Russas e Aracati o Arcebispo comunicou que criaria a Diocese jaguaribana, mediante o levantamento da soma de 200 contos de réis, o que

corresponderia à constituição do patrimônio da nova sede e a indenização da Arquidiocese de Fortaleza. Dom Manuel daria o “troféu” à primeira cidade que levantasse a quantia. Edwilson Freire (2016) nos diz que a memória gestada em Limoeiro admite que o Arcebispo fez anúncio somente em Russas e Aracati; e de acordo com o jornal *O Nordeste*, em 18 de dezembro de 1936, a primeira ideia foi levantada por Dom Manuel em Aracati, antiga e tradicional cidade, mas que depois da passageira animação a chama amornou e de repente extinguiu-se.

Nesse sentido, Aracati, a cidade mais “adequada” e com melhores condições financeiras, acabaria por ficar fora do páreo. Num primeiro momento, Aracati também procurou juntar a soma exigida pelo Arcebispo, mas a elite endinheirada da cidade ficou descontente com a quantia exigida pelo Arcebispo Dom Manuel, muitos perceberam que o “Bispado” sairia muito caro e então não se interessaram em sediar o palácio episcopal em terras aracatienses. Um dos membros da comissão formada para angariar recursos junto ao povo, o médico Eduardo Dias, deixou um testemunho publicado no jornal *O Jaguaribe*, em 1936, dando explicações do porquê desse projeto Pró-Diocese em Aracati não ter vingado. De acordo com ele:

Sáimos à rua a angariar contribuições. No primeiro dia, éramos quatro. Um dos cinco membros não apareceu. No dia seguinte, saímos três. No terceiro dia saímos três. No quarto dia, não se fez número! No quinto dia não se fez número! Uns dez ou doze dias depois, encontrei-me com Ricardo de Deus, que era o secretário. – Ricardo, disse eu, quando é que essa gente quer sair à rua? A continuar assim, como será por ocasião de irmos trabalhar no mato, nas praias etc.? Quem irá? Disse-me o saudoso vicentino: - Doutor Eduardo, os homens de Aracati não querem Bispo, não! Caiu-me a crista, como se diz vulgarmente. Desanimei. Eu só não poderia fazer um Bispado! Como? Se já não dispunha de energias bastantes, iguais às que despendi para trabalhar pelo Instituto S. José?! Um dia, certo senhor me perguntou pelo nosso Bispado. Respondi imediatamente: - o meu caro Bispado deitado na sua rede?! Não tenha surto; dessa forma, sem se moverem, sem atividade, o Bispado não cairá do céu. Não tenha surto. E o Aracati perdeu a ótima oportunidade, que, na ocasião lhe era oferecida. A propósito, disse-me o Pe. Xavier (e não pediu segredo) que o próprio Alexanzito, cuja memória tanto merece do povo de Aracati, que não se negada de ajudar as obras de benefício de sua terra, achou que seria caro o Bispado por trezentos contos e o não interessava! Respeitando a sua memória, eu acrescento que ele bem poderia ter sido um esteio forte em favor da criação de nossa pretendida diocese. E faço-lhe justiça. Com trezentos contos nós teríamos tido a nossa Diocese. (O JAGUARIBE, 02 de abril de 1936).

É interessante termos em mente que esse período era justamente o período da Era Vargas, quando o discurso do Estado e suas formas de representação eram incorporadas ao povo, pois se imbricava com as falas e representações da Igreja, agora romanizada. Foi nesse período que parte dos coronéis e dos Padres de Limoeiro do Norte construíram uma aliança com o coronel Franklin Chaves, que era chefe do integralismo na região, resultando nas comissões pró-educação para construção de escolas, como é o caso da Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte, e a comissão Pró-Diocese, onde toda uma conjuntura política se forma e esquecem-se quem é situação e oposição a fim de amealhar o dinheiro para a tão sonhada Diocese.

O movimento integralista de Limoeiro do Norte sabia da importância política da educação, é por isso que eles criaram as escolas integralistas (1934-1937) e a Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte (1938). Por esse tempo, antes de 1937, houve uma valorização dos rituais de juramento, o recrutamento de novos militantes, as discussões doutrinárias, os cultos aos heróis exemplares, as vestimentas, os desfiles em praça pública, os comícios, as festas (do calendário integralista) e a defesa do lema Deus, pátria, família. A maior parte dessas atividades estavam voltadas exatamente para a formação (ou formação) das mentes e dos corpos. Os integralistas de Limoeiro do Norte mesclavam o integralismo, catolicismo e coronelismo, misturando educação formal (das escolas) com educação informal e não formal (de cunho coronelista e/ou religioso), combinando educação da mente com educação dos corpos, formação dogmática com formação militar, estratégia de alfabetização com estratégia de preparação moral, cívica e física. Foi através desses movimentos que a Diocese chegou a Limoeiro. (REGIS, 2002, p. 63).

O fato de Aracati ter perdido a oportunidade de sediar o Bispado jaguaribano, mesmo sendo vista como a cidade mais adequada para isso, já que compunha toda uma infraestrutura de igrejas, uma vasta história eclesial e um grande contingente populacional e econômico, gestou em seu povo, nas gerações posteriores, na década de 1940, uma nostalgia de que “poderia ter sido, mas não foi”, ou seja, a permanente lembrança do Bispado que não veio.

Podemos usar a imaginação histórica e perceber que o Arcebispo possuía um plano B, ou seja, com a saída de Aracati da “batalha” pela Diocese, Russas seria a cidade mais indicada, pois reunia uma série de atributos que a tornava imbatível como concorrente. Esta cidade estava localizada bem no centro do Vale do Jaguaribe e às margens da Rodovia Transnordestina, hoje BR-116. Em épocas de cheia não se sujeitava a inundações, como Limoeiro e Aracati, e não era quase uma vila, pequena e sem grande relevância econômico-cultural, como era o caso de Limoeiro do Norte. Outro atributo de Russas era a economia mais ou menos estável, representada pela fortuna dos comerciantes e proprietários de carnaubais; além disso, sua classe liberal era simpática ao catolicismo, como é o caso do farmacêutico José Ramalho, como lembra Edwilson Freire (2016).

A notícia de que o Arcebispo estava propenso a escolher Russas como sede do Bispado jaguaribano teria chegado aos ouvidos das lideranças políticas de Limoeiro. Estes, urgentemente, convocaram uma reunião a fim de se articularem em relação a esta novidade. A elite não queria abrir mão de seu sonho de sediar a sede jaguaribana e manter sua condição de vila atrasada e distante da modernidade. Após a articulação, as lideranças enviam uma comissão ao encontro do Arcebispo, que, inicialmente, teria se recusado a recebê-la, porém, com insistência, os limoeirenses foram recebidos e saíram do encontro com a palavra do Arcebispo de que se a cidade reunisse o dinheiro necessário certamente venceria a disputa pela sede do Bispado jaguaribano. Era o que aqueles homens mais queriam ouvir e logo que chegaram a Limoeiro não perderam tempo e iniciaram uma intensa campanha para amealhar a fortuna exigida pelo Arcebispo. Este feito foi realizado a partir de diversos empréstimos e, nesse

sentido, foi separado um “livro caixa” para se lançarem os valores e as especificações de entradas e gastos efetuados.

Quadro 2 - Atividades da Comissão Pró-Bispado de Limoeiro, por data e tipo, 1937 e 1938

Mês e ano da atividade	Tipo de atividade da Comissão Pró-Bispado de Limoeiro
Março de 1937	Viagem a Fortaleza para depósito de cem contos de réis no Banco de Crédito Popular São José.
Julho de 1937	Pagamento da planta do Palácio do bispo.
Agosto de 1937	Pagamento de limpeza do local onde seria construído o Palácio do bispo.
Setembro de 1937	Lançamento da pedra fundamental do Palácio do bispo.
Novembro de 1937	Viagem da comissão a Fortaleza “afim [de] entender-se com o arcebispo”.
Abril de 1938	Recebimento das apólices do Estado.
Junho de 1938	Arrecadação de recursos em diversos setores.
Setembro de 1938	Impressão de duas mil cópias do programa de cerimônia de instalação do bispado (29 de setembro).
Setembro de 1938	Entrega das apólices do Estado ao arcebispo na importância de cem contos de réis.
Outubro de 1938	Pagamento de despesas do banquete oferecido ao arcebispo na Escola Normal Rural de Limoeiro.

Fonte: Cúria Diocesana de Limoeiro do Norte. **Livro-caixa n. 1:** assentamentos diversos da Diocese. Limoeiro do Norte, 03 de dez. 1937 a 31 out. 1938, p. 1-12.

Em Russas, o arcebispo tinha convocado, por intermédio de seu hospedeiro e compadre, farmacêutico José Ramalho de Alarcon e Santiago, uma reunião com as lideranças da cidade, ocorrida no sobrado do anfitrião, lançando assim “oficialmente, a campanha pela instalação da nova diocese, com sede em Russas”. Essa cidade também reunia “boas condições” para sediar o sólio, conforme reconhece o padre Francisco de Assis Pitombeira: Russas tinha muito mais condições de formar esse patrimônio do que Limoeiro; Das três cidades, Limoeiro era, na verdade, a que tinha menos condições. Mas a Comissão que aqui se criou trabalhou muito bem e conseguiu envolver o povo. Estava-se numa fase áurea de valor da cera de carnaúba. Então, o dinheiro corria muito mais fácil e então todo o município de Limoeiro foi percorrido no sentido de angariar recursos para a criação do patrimônio, que era uma exigência para a criação da diocese. (BESSA, 1998, p. 204)

Nesse sentido, podemos identificar uma nota publicada em jornal que estipula as doações para a comissão limoeirense, onde Pedro Saraiva de Menezes, sócio fundador da Escola Normal, fez a doação de um terreno, no perímetro urbano, no valor de dezoito mil contos de réis, tal como o prefeito de Aracati, coronel Alexandre de Matos Costa Lima, que doara à comissão de Limoeiro outro terreno de oitocentos palmos no valor de doze mil contos de réis. Para usufruir da totalidade dos valores dos terrenos, a comissão Pró-Bispado de Limoeiro solicitou ao executivo a isenção de impostos e transmissão de propriedade. Como não havia amparo legal na lei da época para esse tipo de transação, o Governo resolveu manifestar um gesto de apoio aos que empregam sua atividade para a criação daquela instituição. Percebemos, então, que somente essas duas ofertas totalizaram trinta mil contos de réis, ou seja, 30% da cota do patrimônio exigido, que era de cem mil contos.

Se tudo dependia de dinheiro e a cidade possuía seus “ricachos”, então o plano de voar era viável, ou seja, Limoeiro entrava no páreo para disputar a sede episcopal, não obstante oferecesse alguns entraves geográficos e urbanísticos. A cidade não dispunha sequer de um prédio adequado para compor o Palácio Episcopal, que precisou ser construído. Todavia, o que mais pesou contra foi o fato de ser a polis um pequeno núcleo à margem da Rodovia Transnordestina, isolado pelo Rio Jaguaribe, tendo como único acesso o “pontão”, espécie de balsa que transportava tudo, pessoas e veículos, de um lado a outro do rio. Mesmo geograficamente, a cidade se presentia de estar cercada de águas. (LIMA, 1997, p. 58).

Essa citação evoca também outro ponto negativo de Limoeiro: o distanciamento do distrito-sede da Rodovia Transnordestina (hoje, BR-116), cerca de sete quilômetros. Em 1932, em plena construção dessa estrada, o próprio povo de Limoeiro ou o prefeito não concordou que ela varasse a sede do município. Acreditava-se, na época, que comunidades atravessadas por rodovias de grande tráfego favoreciam na dissolução dos lares, uma vez que esposas infelizes no casamento se sentiriam mais tentadas a fugir com forasteiros. O medo do estrangeiro raptor, na verdade, escondia a xenofobia e justificava o isolamento. Essa escolha repercutiria negativamente no futuro, ao contrário do que esperava o povo ou prefeito da época, dificultando em muito a mobilidade nas décadas seguintes. Como se viu, a própria elite limoeirense tratou de pôr em xeque essa mentalidade. (LIMA, 1997, p. 527).

Aracati já não estava mais nesta corrida, dessa maneira, a concorrência diminuía para Limoeiro que, agora, contava com novas chances de vencer. Na voz dos memorialistas, Aracati desistiu muito facilmente da disputa. Para estes, a explicação estava na briga travada há décadas entre a Igreja e a Maçonaria. Para Dom Pompeu Bezerra Bessa, o desinteresse da elite aracatiense em sediar o Bispado teria ocorrido por influência da maçonaria local. Bessa nos lembra ainda que em razão dos embates políticos entre a LEC (Liga Eleitoral Católica) e o PSD (Partido Socialista Democrata), e em função do boato espalhado em 1937 de que Getúlio Vargas fecharia todos os templos maçônicos no Brasil, a loja Fraternidade de Aracati se encontrava muito chateada para exercer qualquer influência decisiva naquela questão.

Podemos dizer, de fato, que houve questionamento em Aracati pelo valor cobrado para a composição do patrimônio da nova sede do Bispado e para a indenização do Arcebispo, coisa que nunca se tinha ouvido falar antes, mas isso não teria partido exatamente da maçonaria e sim da elite local, como demonstra o jornal *O Aracatiense*:

O Jaguaribe teria qualificado de “injusta e exagerada, acima das possibilidades do meio”, a soma exigida. As determinações do arcebispo foram impingidas como “sacrifícios” e exigências capazes de descoroçoar a boa vontade do povo, causando accentuado arrefecimento e desanimo aos mais otimistas. Nesse caso, mesmo reconhecendo na maçonaria uma inimiga de longa data, a Igreja sabia que não foi essa agremiação que questionou o valor, mas sim os “donos do dinheiro” de Aracati que não se interessaram em doar uma fortuna para entronizar um bispo em sua cidade. (FREIRE, 2016, p. 72).

É mister lembrar, por conta da contextualização, que o Ceará, naquele período, como o resto do Brasil, era governado com “mão de ferro” pela ditadura Vargas, que administrava o país restringindo os direitos civis e apoiando-se, principalmente no Nordeste, em oligarquias estaduais. No caso do Ceará, quem estava à frente do governo estadual era o interventor Doutor Francisco Menezes Pimentel, liderança católica superconservador que combatia vigorosamente qualquer “ameaça” de comunismo no Estado. Menezes Pimentel, antes de chegar à interventoria do Estado, fora indicado pelo próprio Getúlio Vargas, exercendo a função de jornalista em *O Nordeste*, jornal católico de Fortaleza que ditava regras no meio religioso cristão. A oposição a Pimentel era feita a partir da família Távora, mais especificamente Fernandes Távora, que defendia a redemocratização do país e, conseqüentemente, do Estado do Ceará, considerado um político liberal.

Para Pimentel, naquele quadro político, havia um ponto comum entre o governo estadual e a Igreja no Ceará: ambos combatiam os mesmos adversários, os liberais e os comunistas, considerados inimigos da Igreja e do povo católico. Segundo Távora, Fernandes Távora, um defensor do liberalismo, torna-se inimigo dos grupos católicos locais. Estes não aceitavam sob nenhum aspecto a doutrina liberal, defensora das liberdades para todos os homens, assim como a luta por direitos iguais e pela defesa e participação política e tantos outros princípios. Defendiam os grupos católicos que estas idéias davam abertura para a infiltração comunista no Estado. A força da Igreja no Ceará foi ampliada com a criação da LEC (Liga Eleitoral Católica), em 1932. Naquela ocasião, “a LEC havia de conduzir, como ‘grupo de pressão’, e em nível de exigências religiosas, os destinos das eleições de 1933 e as linhas de ação da Assembléia Constituinte de 1934”. Dom Manoel Araújo da Silva Gomes, assistente espiritual e político da LEC estruturou a Liga Eleitoral Católica como uma verdadeira agremiação partidária, mostrando a força política da Igreja junto à população cearense. “Dom Manoel passa a ser figura estratégica na organização da sociedade cearense [...] tendo como opositor a ascendente oligarquia tavorista. (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006, p. 62).

Nesse sentido, o Arcebispo Dom Manuel construiu uma oposição ferrenha a todas as ideias que não defendessem a “moral” e os “bons costumes”, como grande líder eclesiástico e com todo o poder que tinha tanto no litoral como no interior cearense. Nesta época, tudo que estava fora dos padrões ditados pela Igreja eram considerados subversivos. Portanto, a Igreja Católica deveria se unir para combater no Estado do Ceará os liberais e comunistas. Esta posição significava, no Ceará, fazer oposição aos Távora, e esta propaganda política fez com que, em 1934, a LEC (Liga Eleitoral Católica) se coligasse com os integralistas, dando-lhes apoio político, ganhando, assim, as eleições no Ceará contra os liberais e comunistas. A Ação Católica uniu-se à União dos Moços Católicos, à Juventude Feminina Católica, aos Círculos Operários Católicos, dentre outros, não dando espaço para a oposição no Estado.

Dessa forma, ficou muito mais fácil para a cidade de Limoeiro do Norte conseguir a sede do Bispado para o município, pois já existia, conforme foi assinalado, a ligação entre a Igreja do Ceará e os integralistas do Estado e de Limoeiro do Norte. Em Limoeiro, quem

comandava a LEC era a família Chaves, tendo à frente Franklin Chaves e sua irmã, Judite Chaves Saraiva, sendo José Chaves nomeado interventor do município à época.

As famílias de coronéis de Limoeiro, que disputavam o poder político desde a época da Vila (1873-1897), perceberam que as primeiras décadas do século XX estavam grávidas de possibilidades. Foi exatamente nesse período (final dos anos vinte e início dos anos trinta) que a política dos coronéis começou a ser questionada. Os líderes integralistas e os outros coronéis de Limoeiro sabiam que a sociedade brasileira vivia um momento de transformação e que os espaços de experiência (de seus familiares) estavam passando por um processo de erosão (MACHADO, 2016, p. 31).

Nesse contexto, o dos anos de 1930, as elites, os padres e os políticos limoeirenses necessitavam criar estratégias para sobreviver às mudanças. Eles precisavam construir novos horizontes, abrindo caminho para novas formas de dominação. A criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), da Liga Eleitoral Católica (LEC), da Sociedade Pró-Educação Rural e da Comissão Pró-Diocece no interior do Ceará são exemplos de novas estratégias.

A AIB, que já existia nas esferas nacional e estadual, é um grupo que fazia duras críticas ao coronelismo e à República Velha. Mas, em Limoeiro, os integralistas estavam ligados às famílias e aos partidos políticos dos coronéis, que, muitas vezes, eram os chefes desses grupos políticos. Ao contrário do que dizia o discurso oficial da AIB, eles não abandonaram as tradições do coronelismo, criaram estratégias para que elas continuassem existindo, de outras maneiras, com outras roupagens, como se fosse algo diferente. (REGIS, 2002, p. 106).

Nesse ínterim, faz-se necessário compreendermos que o conceito de elite não é estático, mas variável. O que entendemos ser elite, na atualidade, não se relaciona com a mesma forma com que foi entendido esse conceito no passado. Ou seja, os conceitos sofrem ações históricas, culturais e sociais. Outro conceito abordado por nós é o de Cultura Política:

[...] o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objetivo fenômenos políticos. Assim, podemos dizer, a modo de ilustração, que compõem a Cultura Política de certa sociedade os conhecimentos, ou, melhor, sua distribuição entre os indivíduos que a integram, relativos às instruções, à prática política, às difusas, como, por exemplo, a indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo, ou diversas da própria, etc.; finalmente, as normas, como, por exemplo, o direito-dever dos cidadãos a participar da vida política, a obrigação de aceitar a decisão da maioria, a exclusão ou não do recurso a formas violentas de ação. Não se descurem, as contra-senhas das várias forças políticas, as palavras de ordem, etc. [...] (CHAVES, 2011, p. 13).

As ações de Franklin Chaves e Judite Chaves, representantes do integralismo da Liga Eleitoral Católica na região do Vale do Jaguaribe, no Ceará, podem ser entendidas como estratégias de sobrevivência. Os horizontes das expectativas, que se constituíram na década de 1930, não se distanciavam do espaço da experiência, pelo contrário, eles construíram os alicerces do futuro em torno das ruínas do passado; por mais que se apresentassem como o novo

e com ideias novas, havia aí o poder político, econômico e cartorial da família Chaves, que disputava o domínio regional desde a época do Império.

As críticas que Franklin Chaves fazia que a República Velha e a política de seus familiares não passassem de uma estratégia para continuar no poder, ele rompia com a família, a curto prazo, para que continuasse no cenário municipal e estadual por longo prazo.

Com a família Chaves não é diferente. É interessante para o grupo, para a família, posicionar-se como a progenitora dos grandes projetos que “tencionaram a ascensão” Limoeirense. Os autores de livros de cunho de memórias políticas almejam atuar sobre uma exterioridade no sentido de fabricar discursos que comunicam que determinado, município, estado ou país, em seus aspectos positivos só é o que é “hoje”, porque os agentes que foram os líderes políticos de tal período tiveram uma liderança política atuante, foram proativos, dedicados e íntegros durante suas administrações. (CHAVES, 2014, p. 25).

Após conseguir o alvará para a entrada de Limoeiro na disputa pela Diocese, os agentes limoeirenses, provavelmente liderados por essa comissão, prosseguiram rumo a seu alvo, suscitando uma inquietação no tocante às contribuições por toda a extensão de Limoeiro. É o que podemos visualizar a partir da narrativa de Castello Branco:

Em tempo extraordinariamente exíguo, à força da união suprapartidária de todos, com finco, persistência e esperança, sem distinção de cor, de partido ou situação sócio-econômico, o povo de Limoeiro pôde atender antes de Russas, a concorrente histórica, às exigências patrimoniais feitas pelo Arcebispo. Em menos de um mês, a comissão pró-Bispado no Limoeiro apresentou-se a Dom Manoel, com os cem contos de réis (100.000\$000), uma fortuna amealhada a duras penas, até pelas pobres cafezeiras e os pobres verdureiros do mercado [...]. (CASTELLO BRANCO, 1995, p. 178).

O fragmento supracitado faz a descrição dos indivíduos que estavam à frente da comissão limoeirense pró-Bispado como heróis. Eles são representados como líderes mobilizadores, que abriram mão de suas divergências para que o “melhor” para Limoeiro acontecesse. Nesse sentido, o discurso memorialista descreve, a partir de sua narrativa, que eles conseguiram que até os menos abastados fossem contagiados a contribuir. Cíntia Chaves (2014) faz algumas indagações em relação aos outros municípios que estavam na disputa, Aracati e Russas, frente à vitória de Limoeiro:

Como reagiram os segmentos sociais dos outros municípios envolvidos na disputa? Esta é uma questão importante, para se entender a participação do Estado nesta disputa, haja vista um dos municípios alegar que um dos motivos de Limoeiro ter vencido foi a relação de seus líderes com a política do Estado. Nesse sentido, a respeito de Aracati, não há indícios que indiquem tantos murmúrios, todavia em Russas, que desde o século XVIII detinha vasto território do Ceará e estabeleceu-se como núcleo religioso (LIMA, 1997, p. 365), através da voz e dos escritos do Pe. Pedro Alcântara, encontram-se fortes “evidências” da manifestação de indignação ante o veredicto do Arcebispo. Segundo Oliveira Lima (1997, p. 366), [...] O cônego Pedro Alcântara Araújo acha que houve “ladinice eclesiástica” do Pe. Caminha, vigário de Limoeiro e “bairrismo político”. Os limoeirenses teriam conseguido que o interventor federal do Ceará Menezes Pimentel doasse cem contos, em ações do Estado, para o patrimônio da nova diocese, “em troca de ser convidado para paraninfo da sagração do primeiro bispo” [...]. (CHAVES, 2014, p. 62).

Ter ganhado a Diocese significava para a elite política limoeirense, onde entram também os elementos ligados ao meio eclesiástico, um grande empreendimento. Os sujeitos que estavam à frente da comissão tinham o sonho de transformar a localidade em uma cidade grande, e todos sabiam que com a presença do Bispado despontaria uma série de empreendimentos urbanos e de vantagens para Limoeiro.

Mostrei as vantagens de um bispado. No meu argumento mais decisivo, eu digo, olha, corre todos os meses uma bandejinha daqueles em todas as Igrejas que são para sede do bispado. Se nós criarmos um bispado aqui, para o resto da vida de Russas, Aracati, Morada Nova, todo ano fica correndo uma bandejinha pra cá; é um negócio e são muitas as vantagens. Então o pessoal se animou [...].²⁴

Desse modo, ao analisar o argumento de Franklin Chaves, manifestado anos depois dessa disputa, percebemos um tom de deboche e até de cinismo, mas que revela as estratégias políticas do grupo ao qual fazia parte: “Fica a ideia de um engodo, de uma ladinice, como afirmou padre Pedro de Alcântara. Esse talvez conhecesse tais argumentos e se sentia ferido por ter que enviar as tais “bandejinhas” para Limoeiro, já que era pároco de Russas” (CHAVES, 2014, p. 63).

No discurso memorialista, percebemos o enaltecimento das famílias Chaves e Oliveira. Aparece, mais uma vez, a figura de Judite Chaves, que liderava a Liga Eleitoral Católica em Limoeiro do Norte; esta elegeu seus dois irmãos: um como prefeito e o outro como vereador. Desse modo, percebe-se que a LEC se configurava como um novo meio de poder, espaço de atuação, permitindo novas ações políticas desta família que, agora, não só utilizava os cartórios para fortalecer e centralizar o seu poder, mas também gerenciava, em outra dimensão, a política limoeirense. Nesse sentido:

Não se pode esquecer que tudo isso foi respaldado e sedimentado pela Igreja Católica. Assim, ao se analisar a LEC como um meio de poder, deve-se entender que, mais que o fortalecimento dos agentes que a lideravam localmente ou regionalmente, ela proporcionou a supremacia, a proeminência dessa instituição novamente, no parâmetro nacional [...]. Sei que alguns sabem que [...] havia uma influência muito grande da Igreja nessa Liga Eleitoral. O aparato discursivo da Igreja, através da LEC, era estabelecer uma nova movimentação política que se centrava basicamente em defender o Brasil, o Ceará. Limoeiro do mal advindo do Comunismo: Não, aqui em Limoeiro não se sabe não [...] A LEC era uma frente política-religiosa que se opunha a expansão do comunismo, né? Assim, a Igreja era beneficiada devido aos interesses desta elite e vice-versa. O fato do primeiro voto de Franklin, supostamente, ter sido em Menezes Pimentel, mostra os liames polítipos, ou seja, as relações estabelecidas e como estes integravam a mesma aliança política. O fato de Menezes Pimentel, também eleito pela LEC, ter cedido a Limoeiro, não obstante a disputa pela Diocese incluir outros dois municípios do vale do Jaguaribe, possibilita estabelecer a hipótese de que a Liga Eleitoral Católica em Limoeiro se destacou em detrimento a essas outras localidades. (CHAVES, 2014, p. 68).

²⁴ Entrevista de Franklin Chaves concedida à Universidade Federal do Ceará, em 21/03/84; fita nº 2, p. 6.

A partir desses discursos e mecanismos, presentes nas narrativas dos memorialistas Monsenhor João Olímpio Castello Branco e Lauro de Oliveira Lima, criam-se representações e formas de reconstruir a memória da família de maior projeção no Vale do Jaguaribe; isto nada mais é do que a construção de uma memória que “monumentaliza” estes sujeitos históricos.

A conquista da Diocese foi mediada, fundamentalmente, pelas relações políticas já empreendidas pelo grupo, sobretudo na articulação com os correligionários relevantes que estavam presentes nos atuais municípios de São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte e Alto Santo. Assim, no âmbito do discurso, foi muito bom para a elite de Limoeiro essa vitória política, pois, dentre outras ações, e como já tinham o controle da prefeitura, eles efetivaram sua estabilização no pós-1930.

Essa família ainda se consolidou como elite política devido às conquistas de meios de poder basilares dentro da comunidade onde eles se socializavam. Se no império, pelo fato deles já serem no mínimo sujeitos de confiança da elite política do Estado, eles obtiveram a concessão do Cartório, no pós-1930, a LEC, aliada ao Cartório, os tirou de uma instabilidade política trazida pela chamada “Revolução de 1930”. Na Primeira República, essa artimanha de se alocar a favor do governo vigente vem como as boas relações com alguns atores que se encontravam na cena política no âmbito estadual, desde o Império, acarretou-lhes, também, a confiança do governo e contribuiu para a manutenção e consolidação deles como elite política. Ainda na Primeira República, não se pode deixar de considerar que os casamentos intra-elites forneceram também estabilizações e benefícios na esfera política. (CHAVES, 2014, p. 157).

O surgimento dessas novas instituições no município de Limoeiro do Norte está diretamente relacionado ao integralismo e a esses sujeitos políticos que estavam presentes nas famílias de coronéis da região, que se articularam em torno de um projeto comum. Desta forma, a Comissão Pró-Diocese, assim como a sociedade pró-educação rural, também nasceu dessa aliança entre os poderosos da terra, do comércio e do cartório. A participação dos integralistas, dos coronéis e dos católicos nas instituições que estavam arquitetando esse plano para o futuro, era uma nova maneira de garantir um espaço de atuação para as suas famílias, seus partidos e a sua Igreja.

Nesse sentido, através da família Chaves, que eram donos do Cartório, e dos irmãos Oliveira Lima, que eram comerciantes, o município de Limoeiro, o centro urbano e os distritos - Janduim, São João do Jaguaribe, Tabuleiro de Areia (Tabuleiro do Norte) e Alto Santo da Viúva (Alto Santo) - conquistaram o Bispado em 1938.

Apesar de não saber onde iam chegar, essas pessoas sonhavam com o porvir, construíram expectativas, imaginavam novos horizontes. Essas projeções imaginárias, que foram acompanhadas por ações políticas, deixaram escarnificações na superfície do tempo e do espaço. Por mais que essas marcas nunca sejam iguais aos rabiscos que foram pensadas inicialmente, não podemos ignorar o poder dessa construção imaginária que produz uma sociedade antes que ela existia, que desenha pessoas, espaços, instituições e sonhos antes que eles se transformem, pelo menos parcialmente, em realidade. (MACHADO, 2016, p. 33).

Nesse mesmo sentido, destacamos o sentimento de admiração e surpresa, além da inquietação, quando Lima (1996) lembra que Judite Chaves Saraiva possuía uma atuação semelhante à dos coronéis, agindo na linha de frente da Ação Integralista Brasileira, da Liga Eleitoral Católica e de todas as campanhas municipais e estaduais de que sua família participou, ajudando, inclusive, a eleger Franklin Chaves como Deputado Estadual:

A atuação de Judite pode ser considerada realmente como de mulher? [...] Na política Judite foi um ‘coronel’ vestido de saia. Comandava os chefetes políticos com a eficiência e o autoritarismo de um caporal. É preciso destacar um personagem que atuou na vida política de Limoeiro, de forma contundente, Dona Judite Chaves: mulher de ‘cabelo na venta’, esposa de Custódio Saraiva, era chamada de ‘coronel de saia’ (LIMA apud MACHADO, 2016, p. 102).

As falas de Lauro de Oliveira Lima soam ou podem soar como uma espécie de ofensa à matriarca da família Chaves. Não estamos aqui erigindo uma disputa em torno da memória, porém, como afirma José Wellington de Oliveira Machado (2016), estamos falando sobre como determinados personagens históricos podem, ou não, ser representados, ou, como ele prefere dizer, como são apresentados, produzidos e inventados. (MACHADO, 2016, p. 102).

Como utilizamos neste trabalho livros memorialísticos e entrevistas realizadas com alguns sujeitos históricos, precisamos nos apropriar da compreensão do conceito de memória pelos historiadores. É importante perceber a categoria memória como uma construção social, pois tanto as lembranças como o modo de lembrá-las emergem a partir do(s) lugar(es) que os indivíduos ocupam nas relações sociais. Deste modo, o silêncio, o esquecimento, a ênfase a determinados acontecimentos, nos permite perceber como os agentes se relacionaram, ou ainda se relacionam, a respeito de determinados fatos ou pessoas. É ainda imprescindível destacar o caráter seletivo da memória, “Nela só permanecem os fatos que os indivíduos atribuem significados, portanto os detentores de determinadas memórias não possuem um discurso mais verdadeiro, mas sim pontos de vista, sobre o real fincado, como já mencionamos, em suas condições sociais e culturais” (CHAVES, 2011, p. 13-14).

Nossas memórias foram disciplinadas a classificar os indivíduos e associá-los às determinadas categorias e a determinados aspectos da atividade social e à apontadas instâncias da sociedade. A maneira como o sujeito se constrói, isto é, a construção de si, assim como também aquilo que se discursa ou se monumenta tanto materialmente e imaterialmente no que diz respeito a esses sujeitos são interceptados pelo lugar social que os outros assim como o próprio sujeito ocupam. As múltiplas faces, os diversos “eus” dos atores sociais são gerenciados pelos interesses do próprio sujeito ou de grupos que buscam reger a memória coletiva ressaltando apenas aspectos relativos a um sujeito uno ou multi, dependendo do que se convencionou como sendo o mais interessante. (CHAVES, 2011, p. 29).

Nesse sentido, vale enfatizar a respeito dos vínculos que se estabeleciam, que integram uma cultura política e ou uma moldura cultural cujo os diferentes atores sociais se movimentavam e estavam inseridos. Esses vínculos, provavelmente, eram mais permanentes,

duradouros, e extrapolavam o período eleitoral, que é mais fugaz, embora essas estratégias visassem sempre a vitória nos pleitos. A fidelidade dos indivíduos também se compunha importante para as disputas sociais, sejam com os adversários nos mais diversos temas, desde a possibilidade de adquirir um lugar num órgão público para um correligionário, ou, até mesmo, o controle das organizações sociais que se criavam no município. (CHAVES, 2011, p. 24).

“[...] Dona Judite era o cacique que se misturava com seus cabras como Maria Moura do romance de Rachel de Queiroz. Querida por seus correligionários, odiada pelos adversários, pairava acima da maledicência municipal” (LIMA, 1997, p. 333-334).

Outra personagem que podemos colocar em relevo foi Judite que se constituiu como personalidade importante no cenário político de Limoeiro nesse período. Como primeira dama, atuou demarcando sua presença não somente na ação política direta, mas também nas dimensões sociais e religiosas. Constituiu-se numa das vozes laicas mais influentes do projeto de sociedade desenvolvido pela Igreja Católica, através da Ação Católica. (CHAVES, 2011, p. 21).

Assim Dona Judite foi descrita, como quem exercia o poder político, usando dessas táticas de dependências, características da política tradicional. Não podemos esquecer que Judite era uma mulher de seu tempo e cresceu nesse “clima” marcado por esses mecanismos de aquisição e de reprodução do poder político.

A Liga Eleitoral Católica (LEC) se estabeleceu como um movimento de grande relevância no Ceará. Foi mais uma das estratégias encontradas pela Igreja Católica de se reestabelecer na sociedade aconfessional e garantir a não extinção dos princípios cristãos, como também abalizar sua presença como instituição. João Rameres Régis nos ajuda a refletir a esse respeito:

[...] Através da adoção de postulados bem definidos e de uma organização simples, centralizada por um Junta Nacional sediada no Rio de Janeiro e espalhada pelo Brasil, através das Juntas Estaduais e Municipais, tinha como tarefa principal despertar os católicos da indiferença em que viviam e obter dos partidos políticos compromissos formais de votarem com a doutrina social da Igreja. [...] No estado do Ceará, a Liga Eleitoral Católica constituiu-se em partido político com registro, tendo elegido 06 Deputados Constituintes contra 04 eleitos pelo PSD, mostrando, assim, a força do projeto social da Igreja Católica. Essa opção por registrar-se como partido político conferiu à Igreja no Ceará o papel de liderança frente aos mais variados grupos políticos de matiz conservadora [...]. (RÉGIS, 2002, p. 43).

A atuação da LEC em Limoeiro era de grande relevância e a família Chaves estava à frente dessa Liga no momento da “batalha” pela Diocese. “A partir daquela fase da política cearense, dona Judite revelou-se a liderança política mais forte da cidade de Limoeiro do Norte, conseguindo eleger vários prefeitos municipais, dentre eles, o seu irmão José Gondim Chaves.” (NUNES, 2006, p. 40).

Cíntia Chaves (2011) nos traz algumas reflexões a respeito da disputa pela Diocese e do apoio do interventor Menezes Pimentel, que “arranjou” os cem contos de réis solicitados pelo Arcebispo Dom Manuel, como ficou convencionado na memória limoeirense. O fato de Menezes Pimentel ter cedido a Limoeiro pode nos ajudar a estabelecer a hipótese de que a LEC de Limoeiro se destacou em detrimento das outras duas localidades. (CHAVES, 2011, p. 59).

A Liga Eleitoral Católica, liderada por Judite Chaves, elegeu um dos seus irmãos como prefeito e o outro como vereador fortalecendo ainda mais a soberania política da família Chaves. Percebemos, portanto, que a LEC foi um novo meio de poder, um novo espaço de atuação, permitindo novas ações políticas da família Chaves que agora não somente utilizavam os cartórios para fortalecer e centralizar o seu poder, mas também gerenciava outra dimensão, a política limoeirense. (CHAVES, 2011, p. 51).

De fato, a Liga Eleitoral Católica em Limoeiro e o próprio Franklin Chaves, que antes de ser integralista era da LEC e deputado estadual, sempre votou em Menezes Pimentel. Ou seja, havia uma troca de favores e uma relação amistosa entre o interventor e o representante político de Limoeiro do Norte na época da disputa da Diocese.

O termo elite corresponde a “minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.)”. O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto aos indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual se manifesta sua preeminência plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar a hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade [...]. (CHAVES, 2014, p. 19).

Assim, não se compreende o termo elite de maneira limitada, isto é, irrestrita somente a um compartimento da sociedade, elenca-se, para esse estudo, as elites políticas. Dentro dessa perspectiva, a categoria Cultura Política dará contribuição para que se possa perceber as ações das elites limoeirenses e russanas, levando em consideração também as forças exercidas pelas elites políticas ligadas ao mundo eclesiástico. Como trabalhamos nesta parte da pesquisa com livros escritos por memorialistas, algumas reflexões foram realizadas a partir desses compêndios, levando em consideração que estes são produzidos a partir de narrativas e experiências que se insurgem em complexas questões.

A respeito dos livros de memória, categoria entendida aqui como aquela que apresenta os fatos, almejando uma uniformização dos mesmos, uma estabilidade e/ou personificação destes em relação ao passado, buscando exercer uma disciplina de forma singular e homogênea, a pluralidade de interpretações possíveis, tanto dos olhares do presente como do devir, é importante dizer que eles foram eleitos sobre alguns critérios, podendo ser

classificados em: a memória afetiva familiar, a memória dos correligionários, a memória da oposição e a memória da Igreja Católica. Tal escolha se baseia pela memória ter sido, em todos os planos, a legitimadora dos processos políticos nos mais variados períodos em que a elite política esteve na liderança em diversas regiões, porém, abordamos aqui as relacionadas às cidades do Vale do Jaguaribe, São Bernardo das Russas e Limoeiro do Norte.

Portanto, fez-se necessário adentrarmos em reflexões que abordem a noção de Cultura Escrita como chave de análise metodológica para os livros de memória. Este conceito, Cultura Escrita, tornou-se central para percebermos as relações de disputa pela memória e a relação memória e oralidade, e memória e escrita:

A memória muda de lugar: deixa de se situar na subjetividade do locutor, para se colocar na objetividade do texto, a que, portanto, cabia conservar. A autoridade do texto suplanta a de seu produtor, e este fica, de um lado, obscurecido enquanto identidade, de outro, idealizado enquanto criador. A escrita toma lugar da voz, e consolida-se o objeto onde ela repousa – o livro, sacralizado enquanto depósito do texto. Esse, acima daquele, por se tratar de entidade que transita entre diferentes leitores, desde que os últimos não intervenham no processo, depois de que seus antepassados especializados fixaram sua natureza e conteúdo. (ZILBERMAN, 2010, p. 37).

2.3 O “golpe” e os ressentimentos pelo caminho: russanos e limoeirenses em “pé de guerra” pela Diocese

Dona Maria Zuila Ramalho Dantas, ex-aluna do curso normal do Patronato Coração Imaculado de Maria, ao ser perguntada sobre as questões envolvendo a disputa da Diocese entre Russas e Limoeiro, diz que:

Queriam que viesse para cá, mas Limoeiro passou a perna porque começaram a procurar muitos doadores aqui e Limoeiro estava muito mais adiantada. Limoeiro já havia dado a contribuição para fixar a Diocese lá. Russas tinha muito mais poder aquisitivo, mas passaram a perna. Limoeiro tem outra vivência intelectual, é superior a Russas e muito ao meu ver.²⁵

Ao serem inquiridos, os memorialistas e entrevistados trazem à tona suas memórias em torno da disputa pelo Bispado entre as cidades de Limoeiro e Russas; suas falas nos colocam diante de um imbróglío que deixou ressentimentos pelo caminho e por anos. Em Russas, tendo à frente o farmacêutico José Ramalho e sua esposa, juntamente com outras pessoas da sociedade russana, que se uniram para angariar a soma estipulada por Dom Manuel, boa parte da quantia levantada foi conseguida junto à população da cidade, e mesmo em longas caminhadas pelos

²⁵ Entrevista realizada com Maria Zuila Ramalho Dantas, ex-aluna das primeiras turmas do Curso Normal, em 1950, do Patronato Coração Imaculado de Maria. Entrevista realizada em 04 de novembro de 2016, em Russas, Ceará.

vilarejos do município, onde muito se desgastou o farmacêutico Ramalho, um duro golpe iria se abater sobre a comissão russana. (FREIRE, 2016, p. 73).

Depois de fulminante doença, faleceu, aos 47 anos, José Ramalho de Alarcon e Santiago. Seu falecimento ocorreu em 15 de dezembro de 1936, antes do desfecho da escolha da cidade que sediará a sede episcopal. Além de farmacêutico com estabelecimento próprio, o Sr. José Ramalho exerceu cargo de inspetor da educação da região jaguaribana, além de vice-presidente do Partido Progressista de Russas. “Mesmo clérigos da diocese, caso do padre Pedro de Alcântara Araújo, secretário do bispado que auxiliou dom Aureliano nos primeiros anos, indisputou-se com muitos em Limoeiro por ocasião da publicação de seu livro *Capital e Santuário de 1986*” (FREIRE, 2016, p. 79, 80).

Para o Cônego Pedro de Araújo Alcântara houve um “golpe”, pois Limoeiro não reunia as condições mínimas para concorrer com Russas. O cônego, além de denunciar os conchavos religiosos, envolvendo o Arcebispo Dom Manuel, também destaca as artimanhas políticas dos coronéis, dos políticos limoeirenses e do interventor federal Menezes Pimentel. Padre Araújo declara: “isso provocou uma série de inimizades, entre russanos e limoeirenses, quando conseguiram, estes últimos, arrebataram a disputa do troféu” (ARAÚJO, 1986, p. 336).

Na fala do Padre Araújo é relatada uma influência direta do Interventor Federal do Ceará, Francisco Menezes Pimentel, que havia concedido, para o patrimônio da nova Diocese, uma doação de cem contos de reis em ações do Estado do Ceará. Em contrapartida, sua Excelência teria sido convidado a parafinar o novo Bispo, no ato solene da sagração episcopal, coisa que realmente aconteceu. (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006, p. 63, 64).

Vasconcelos Júnior (2006) nos diz ainda que na declaração do Padre Pedro de Alcântara, em 1986, o Cônego Caminha, que era vigário de Limoeiro na época do período da escolha da sede diocesana e um dos batalhadores pela implantação da Diocese em Limoeiro do Norte, declarou: “só conseguimos a quantia por haveremos recorrido à ajuda do município de Riacho do Sangue (atual Pereiro) como também algum dinheiro emprestado da capela de Alto Santo”. (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006, p. 279). Por esses meios, Limoeiro do Norte foi contemplado com a terceira Diocese do Ceará. Sem dúvida, os limoeirenses não teriam condições econômicas para ganhar disputa sem o auxílio desses municípios e a interferência do governo do Estado. Então surge a pergunta: Por que estes municípios teriam ajudado Limoeiro na arrecadação da quantia estipulada? Esta é uma indagação que Vasconcelos Júnior (2006) lança para nos dirirmos e tentarmos responder.

Nesse sentido, para Dom Pompeu Bessa, que investigou o fato, a ordem dos acontecimentos foi a seguinte: para o Padre Otavio de Alencar Santiago, vigário de Riacho do Sangue nesse período e membro da campanha Pró-Bispado, foi garantida a nomeação como

vigário geral do novo Bispado, caso ficasse a sede da Diocese em Limoeiro do Norte. Em relação à ajuda do município de Pereiro, o Padre Manuel Caminha Freire de Andrade, que foi um dos principais líderes religiosos da comissão do Bispado, junto com o maestro Odilon Silva, ganhariam postos de destaque na nova Diocese. (BESSA, 1998, p. 167).

Analisando a memória de uma das filhas de José Ramalho de Alarcon e Santiago, Maria Clarice Ramalho de Matos, percebemos a entrega do pai à causa do Bispado:

Eu lembro que meu pai já estava doente, mas ele deu a vida tentando levar a diocese para Russas. Meu pai saía para a zona rural, andou muito também no centro da cidade. Acho que meu pai morreu mais depressa por causa disso, pois ele já estava doente. O processo foi um abalo para ele, foi desgastante demais. Como pôde Limoeiro ter passado Russas para trás? Alguma coisa aconteceu! Limoeiro foi desmembrada de Russas, que é uma cidade mais antiga e mais populosa. Hoje, Russas deve ter uns dez mil habitantes a mais que Limoeiro, mas Limoeiro tem muitas coisas [conquistas] a mais que Russas. Tenho a impressão que isso aconteceu porque, em Limoeiro, os políticos são mais unidos, quando eles querem uma coisa, eles conseguem mesmo! Era uma questão de juntar dinheiro. Tanto que o arcebispo botou três cidades para disputar: Aracati, Limoeiro e Russas. Mas Limoeiro foi mais esperto e mais rápido, não arranjou o dinheiro todo, deu a entender ter arranjado depois. Papai [o farmacêutico Ramalho] podia ter feito a mesma coisa com políticos, mas não fez. Limoeiro levou o bispado em razão da esperteza, eles [a Comissão Pró-Bispado] souberam fazer o negócio bem feito [burlar o esquema estabelecido pelo arcebispo].²⁶

Podemos perceber, a partir do relato de Maria Clarice Ramalho, que o pai era um dos entusiastas nesse empreendimento da instalação da sede da Diocese em Russas, porém, apesar de Russas ser uma cidade maior em número de habitantes e ter uma infraestrutura muito maior e uma história religiosa bastante antiga, José Ramalho de Alarcon não conseguiu levantar a quantia que o Arcebispo estipulou. É importante destacar também que havia uma relação próxima do Bispo Dom Manuel com o farmacêutico José Ramalho, sendo estes, inclusive, compadres, e que as aproximações não se deram só nesse período da disputa pela Diocese, aconteciam visitas pastorais à casa dos Ramalhos, ou melhor, o sobrado dos Ramalhos sempre foi ponto de referência e de acolhimento da elite eclesial cearense.

A visita pastoral de D. Manoel da Silva Gomes, cuja Ata publicaremos a seguir, completou o 4º ciclo histórico da Paróquia de Russas, com predominância do religioso sobre o secular. Curiosamente, essa Ata é de autoria de um padre holandês Pe. Henrique Luiten, cujos patricios provocaram tantos barbarismos religiosos, assinalados nas primeiras páginas de nossa história. Mas a palavra de Deus não falha: “Vossos pensamentos não são os meus, e meus caminhos não são os vossos, oráculo de Javé”. Is. 55,8 Foram estes os termos da Ata: “Aos 27 dias do mez de Novembro do anno do Nosso Senhor Jesus Cristo, de 1924. Partindo de Pedras ás 15 horas, em automovel, em companhia do Nosso Secretario Pe. Henrique Luiten, e dos Revemos. Snrs. Antonio da Graça Martins, chegamos á sede da freguesia de S. Bernardo das Russas ás 17 horas, tendo o acompanhamento de desessete automoveis com pessoas da cidade que foram a nosso encontro. O Revmo vigario Pe. Raymundo Hermes Monteiro, em companhia do Prefeito de Russas, Pharmaceutico José Ramalho e outras pessoas gradas foram ao Nosso encontro em meio caminho. Depois de pequena parada antes da cidade, Fizemos nella entrada ao espoucar das girandolas, e Entramos na

²⁶ GURGEL, Maria Clarice Ramalho de Matos. Entrevista concedida em Fortaleza-Ce, em 25 de maio 2011. Apud. Freire (2016).

matriz para adorar o S.S. Sacramento. Dahi até a casa em que Nos fomos hospedar, Passamos entre alas de creanças das escolas, de ambos os sexos, e de pessoas do povo, que, de joelho recebiam Nossa Benção. Em frente á casa, recebemos a homenagem de toda a população, representada pelo Dr. Joaquim Moreira de Souza, russano de origem e Juiz substituto de Aracaty, o qual Nos saudou eloquentemente em nome do povo de sua terra. Em seguida, tres meninas, com muita graça e naturalidade, Nos cumprimentaram em bellos discursos que recitaram como em forma de dialogo, offerecendo-nos ramalhetes de flores, Antes destas saudações, fôra entoado um belíssimo hymno, com acompanhamento de banda de musica. Respondemos, e depois de abençoarmos a todos, Demo-lhes o annel a beijar” (sic). (ARAÚJO, 1986, p. 311-312.).

Pelas narrativas do Cônego Pedro de Alcântara (1986), visualizamos que ao longo dos anos houve momentos de intimidade entre a família Ramalho e o Arcebispo Dom Manoel da Silva Gomes, sendo perceptível todo um cuidado por parte do patriarca da família em receber o Arcebispo cearense, na comunidade de Pedras²⁷, fazer a recepção com girandolas, com banda de música e ladeado pelas autoridades do município de São Bernardo das Russas; tudo em momentos anteriores à discussão da implantação da sede do Bispado na região do Vale do Jaguaribe.

Mesmo sem o seu mais fervoroso defensor, a comissão russana prosseguiu sua luta para angariar a quantia estipulada, todavia, a comissão de Limoeiro foi mais rápida e eficiente, e nas palavras de Dom Mauro Ramalho, filho do farmacêutico José Ramalho: “a comunidade de Limoeiro foi mais dinâmica do que a de Russas e deve ter sido isso que prevaleceu”.²⁸

Uma semana após o falecimento do Sr. Ramalho, em Russas, em 22 de dezembro de 1936, a comissão Pró-Bispado de Limoeiro do Norte envia ao Arcebispo metropolitano um Memorial, neste explicitava os motivos que Limoeiro explanava para ser a escolhida como sede do Bispado jaguaribano. O próprio Dom Manuel teria sugerido a confecção deste documento para ser enviado à Nunciatura Apostólica. Atrelado a isto, seria necessário também o envio de uma planta do futuro palácio episcopal, que foi encomendada por Franklin Chaves ao engenheiro Abel Ribeiro Filho. A ideia de levar a planta ao Arcebispo teria sido de Ercílio Costa e Silva. Em seguida, quando se juntou o patrimônio exigido, depositaram-no em 31 de março de 1937, no Banco de Crédito Popular São José, como estratégia para garantir a escolha da cidade. Tudo havia sido providenciado, e agora só esperavam a palavra final que era do Arcebispo. (FREIRE, 2016, p. 74).

As memórias evocadas de Limoeiro procuram endossar uma certa tendência em impingir um protagonismo exclusivista ou preponderante a alguns personagens, como ao Padre Misael, ao político Custódio Saraiva, a Franklin Chaves, ou a Manfredo de Oliveira. Tudo

²⁷ Comunidade rural de Russas, localizada nas margens da antiga Transnordestina, hoje BR-116/Rodovia Santos Dumont, distante aproximadamente 22 km do centro.

²⁸ Entrevista concedida por José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago (Dom Mauro), em 22 de fevereiro de 2011. Fortaleza-Ce. Apud Freire (2006), p. 73.

depende do ponto de vista de quem “explica” o fato. Todavia, sabe-se que a história nunca é forjada individualmente, nem mesmo num município pequeno como Limoeiro. A união de políticos, comerciantes, profissionais liberais, clérigos, etc. proporcionou a vitória do projeto: “passar a perna” nas favoritas, isto é, suplantando cidades mais ricas, antigas, bem estruturadas, e entronizar na urbe um bispo que também assumiria o projeto de modernização da cidade. (FREIRE, 2016, p. 75).

Lembremo-nos que em 1936 a comissão Pró-Bispado elabora um memorial onde reúne razões pelas quais aquela cidade deveria ser a escolhida como a sede diocesana. É uma compilação de dez páginas que contêm as vantagens geográficas, econômicas, religiosas e culturais, além das possíveis futuras potencialidades financeiras; isso tudo como meio de influenciar o Arcebispo Dom Manuel.

Podemos perceber que no documento as razões geográficas apontadas são as seguintes: a cidade estava fincada em uma planície composta de argila massapê, misturada com húmus e aluviões, o que tornava o solo fértil para cultivar frutas e legumes. O município era fecundado pelo rio Jaguaribe, o maior rio do estado, e por seus afluentes, o rio Figueiredo e Banabuiú, que, ao longo de seus cursos, poderiam ser cavados poços para captação de água potável do referido lençol freático, pois já existiam muitos desses poços onde se utilizavam bombas manuais ou cata-ventos fabricados no entorno de Limoeiro do Norte.

Todavia, o documento omite o que ali não era conveniente lembrar: o fato de que nas estações chuvosas a cidade ficava inteiramente ilhada, isolava-se do resto do Vale do Jaguaribe. Como vantagens econômicas apontam-se, sobretudo, uma agricultura diversificada e desenvolvida e uma indústria que, embora incipiente, deixa prever largo surto de progresso. Os produtos destacados são a laranja, o algodão, o milho e o feijão; a oiticica era destacada para extração de óleo e a cera de carnaúba, e já rendia grandes dividendos nas cidades de Russas e Limoeiro do Norte com a venda de seu processamento ao exterior. No documento também aparece em destaque a pecuária.

Os autores do Memorial tiveram o cuidado de escamotear a triste realidade da instabilidade de chuvas no semiárido. Segundo o texto: “Os efeitos das secas são quase nulos na região, de vez que os recursos próprios da mesma mantêm com relativa vantagem os seus habitantes nessas épocas de calamidade climática”. Realidade bem distinta se lê nos jornais da época. Apenas três anos depois de escrito esse documento, Limoeiro enfrentaria uma terrível situação de seca, fome e, como consequência, surto de malária. O padre Otávio de Alencar Santiago escreveu uma carta, em 21 de abril de 1939, ao seu colega homônimo, monsenhor Otávio de Castro, pintando um quadro dantesco da situação do município, apenas um ano antes da sagração do primeiro bispo: estamos atualmente atravessando uma crise impressionante. Por toda a parte, a dor, a tristeza, a morte, o luto, o povo sofre muito e os pobres, em grande número, em determinadas zonas da paróquia, se acabam de fome... (FREIRE, 2016, p. 76).

No texto do memorialista, a seca também não aparece como problema muito sério. Percebe-se que há uma manipulação na idealização concebida, uma vez que indica que os habitantes que se mantêm com os recursos da região não migram do seu habitat em épocas de seca e nem sofrem maiores agruras. Nesse sentido, omite-se, assim, a vulnerabilidade do município que se encontra no semiárido nordestino e que sempre esteve solto à própria sorte nessas relações limitadoras da natureza e com as condições em que o poder público, muitas vezes, não chegava para socorrê-los em períodos calamitosos, como os de estiagem. Portanto, as relações que se estabeleciam a partir dos homens e o contexto seco no interior cearense não se permitia uma boa relação entre a massa populacional das cidades interioranas, havia uma carência e vulnerabilidade que emergiam nesses momentos de estiagem nos sertões cearenses.

Com um documento derramando tantas vantagens sobre Limoeiro, somado ao fato de o dinheiro já ter sido depositado, juntamente com a promessa das apólices do Estado, o Arcebispo metropolitano poderia convencer facilmente à Nunciatura Apostólica de que a melhor cidade seria aquela. Segundo o cronista Meton Maia e Silva, no dia 27 de agosto de 1937, “encerrando os festejos em louvor a São Tarcísio”, foi lançada a pedra fundamental do Palácio Episcopal de Limoeiro. É viável considerar que o grupo limoeirense responsável pela Campanha Pró-Bispado tenha iniciado a construção de um prédio tão caro somente depois da garantida da instalação da sede em sua cidade. A aceitação das apólices deixa entrever a ideia que o Arcebispo metropolitano possuía das relações que deveriam existir entre Igreja e Estado, mentalidade cultivada durante a implantação da República no país. Não obstante, oficialmente “separados”, o Estado deveria “cooperar” para o bem da Igreja, acatando, assim, a “autoridade divina” que sobre ela repousava. (SILVA, 1990, p. 1).

Assim, Limoeiro venceu a “corrida pelo bispado” mais por motivações políticas que religiosas. Sobrepueram-se mais imposições econômicas que históricas, geográficas ou administrativas. O atual bispo da diocese reconhece, com certo constrangimento, que os elementos “política e “dinheiro” é que acabaram por determinar a escolha da cidade. Assim, esses critérios acabariam por desprezar a importância de Russas, a “cidade-mãe” de todos os povoados do Jaguaribe, e mesmo da portuária Aracati, bem como o isolamento geográfico de Limoeiro, algo que dificultaria a administração episcopal nos primeiros vinte e cinco anos do bispado. Em decorrência disso, persistiu durante longo tempo certo ressentimento no imaginário coletivo de Russas, pois a população nunca teria se conformado em perder a sede do bispado jaguaribano para uma cidade que, até metade do século XIX, não passava de obscura vila onde o povo não dispunha sequer de uma capela para ouvir missa. (FREIRE, 2016, p. 78).

Padre Pedro de Alcântara Araújo, que foi secretário do Bispado que auxiliou Dom Aureliano nos primeiros anos à frente da Diocese, indispôs-se com muitos limoeirenses por ocasião da publicação do seu livro *Capital e Santuário* (1986). Nele, que deveria ser uma análise histórica dos livros de tomo da paróquia de Russas, o autor guarda para o último capítulo a intensão a que veio: contestar intempestivamente a escolha de Limoeiro como sede do Bispado

jaguaribano, mesmo com o fato já consolidado há quase 50 anos. Padre Pedro de Araújo questiona o método de escolha do Arcebispo metropolitano, as estratégias da comissão de Limoeiro para reunir o dinheiro, e mesmo o fato de que a sede da Diocese teria se efetivado sem patrimônio, o que seria proibido pelo código canônico. Essas questões trataremos mais adiante.

Assim, Limoeiro foi escolhida como sede da diocese jaguaribana não porque reunia condições urbanísticas ou geográficas favoráveis, mas como parte do projeto de modernização concebido pela elite da cidade. Na fala de dom Manuel Edmilson da Cruz, os obstáculos só foram removidos em função da “esperteza, audácia e determinação” do limoeirense. O elemento indispensável que a cidade reunia, nessa época, era uma elite decidida, um grupo de homens que deveria se libertar do labirinto, elevando o município ainda com ares de vila atrasada à condição de cidade moderna. O triunfo da elite limoeirense ou o recebimento da “palma da vitória”. (FREIRE, 2016, p. 80).

Mesmo no Ceará, se verificou a criação de um Bispado sem patrimônio por 42 anos; somente em 1957 a prelazia do Crato iniciara sua campanha para arrecadação de fundos, que prova que o critério utilizado por Dom Manuel para criar dioceses no Ceará flutuava ao sabor das condições do tempo. Desse modo, a corrida pelo dinheiro no Vale do Jaguaribe, sobretudo em função da cera de carnaúba, o Arcebispo não titubeou em cobrar a constituição do patrimônio da nova divisão eclesiástica, como previa o direito canônico, e, além disso, exigia uma indenização por perda do território. No caso de Limoeiro, a elite aceitou o preço cobrado, pois considerou aquele momento ideal e uma oportunidade imperdível de modernização da cidade.

Indo em outra direção, monsenhor João Olímpio Castello Branco acredita que isso não seja nada grave e que tenha acontecido porque “como a Igreja vive de esmolas, iria faltar um pedaço das esmolas [da arquidiocese], que passaria para a nova diocese”. Mesmo assim, o clérigo reconhece que a cobrança da indenização foi uma “jogada” do arcebispo para tentar demover Limoeiro de sediar o sólio, já que o arcebispo metropolitano queria escolher Russas, com a desistência de Aracati. Não deu certo, pois a comissão de Limoeiro acabou por recorrer ao interventor federal no Ceará, para completar a soma, e exigir do arcebispo o cumprimento da palavra. De fato, não parece prática histórica da Igreja a cobrança de indenização por “perda de território”, com a divisão de uma nova diocese. Seria punir uma região pobre com uma taxa elevada de indenização quando a nova divisão permaneceria na instituição de origem, na Igreja Romana. No rumo oposto, pesquisas como a de Nainôra Freitas (2006) apontam que dioceses como a de Ribeirão Preto - SP foram criadas sem patrimônio algum porque a elite da cidade se recusou a contribuir financeiramente para isso. (FREIRE, 2016, p. 79-80).

Monsenhor João Olímpio foi vigário geral de Limoeiro por muitos anos, ele escreveu um longo texto refutando os argumentos do seu colega, Padre Pedro, mas, de modo geral, o método utilizado pelo Arcebispo, segundo Bessa (1998), o de leiloar o direito de sediar uma Diocese entre duas ou três cidades e cobrar indenização por isso, é minimamente visto com estranheza, já que, na história da Igreja brasileira, tal critério teria sido incomum. A maioria dos

memorialistas falam, em voz unívoca, que se Dom Manuel agiu dessa forma é porque tinha autonomia, ou seja, não precisava do aval da Nunciatura e da Santa Sé para determinar como e quais métodos seriam usados para determinar a criação de uma nova Diocese cujo território sairia de sua administração eclesiástica.

Foi assim que, no dia 07 de maio de 1938, a Nunciatura Apostólica criava a terceira diocese no Estado do Ceará, a da região jaguaribana, pela Bula Ad Dominicum, do Papa Pio XI. Em 1940, foi escolhido seu primeiro bispo, Dom Aureliano Matos, nascido na cidade de Itapajé, a 17 de junho de 1889. Filho do coronel Joaquim Alexandre de Matos e dona Josefa Rodrigues de Matos, fizera o curso de Teologia no Seminário da Prainha em Fortaleza, sendo sagrado sacerdote pelo então bispo, Dom Manoel da Silva Gomes. Foi nomeado vigário de freguesia de Pentecostes, de Uruburetama e, por último, Itapipoca, quando foi nomeado e escolhido bispo de Limoeiro do Norte (sic). (VASCONCELO JÚNIOR, 2006, p. 64).

2.4 A Igreja mãe²⁹, Capital e Santuário: de aspirante a sede do Bispado ao prêmio de consolação

A ideia de criar a sede do Bispado em Russas amornou e cresceu mais rapidamente o apoio ao Patronato, como é demonstrado nas crônicas do livro de tombo do Patronato Coração Imaculado de Maria, da cidade de São Bernardo das Russas, Estado do Ceará. O mesmo foi criado em 20 de julho de 1937 e articulado pelo Padre Vidal Gurgel Guedes, o vigário desta cidade.

As narrativas do Padre Pedro de Alcântara, a partir da obra *Capital e Santuário: Miragens Russano-Nordestinas* (1986), e do Monsenhor João Olímpio Castello Branco, *Caminhada Eclesial Jaguaribana* (2015), trazem à tona os desdobramentos da “guerra” entre russanos e limoeirenses, por meio das memórias da disputa pela Diocese, ou seja, da perda por parte “da Igreja mãe/Russas” e da vitória de Limoeiro ao conseguir a sede da Sé para aquele município. São dois religiosos em tempos diferentes construindo um discurso que ora denuncia, ora legitima a escolha da sede do Bispado. Trocam farpas e questionam os elementos usados na narrativa do desfecho dessa dita batalha. É a história contada por memorialistas³⁰, homens “das letras”, que trazem para si o dever de anunciar a “verdade”, a história “como ela realmente aconteceu”.

²⁹ São Bernardo das Russas, hoje Russas, aparece nas narrativas dos dois padres como a “Igreja Mãe”, por ter sido criado nestas terras, desde o processo colonizador cearense, uma pequena casa de oração, depois uma Capela, no lugar onde o Forte São Francisco Xavier servia para combater os autóctones na “guerra do ‘Bárbaros’”.

³⁰ Os memorialistas, ao produzirem seus textos, ao aglomerarem documentos, não possuem a percepção que estão produzindo “representações de uma realidade”, podem até acreditar que está faltando algum dado, mas, para eles, pelo menos predominantemente, os fatos falam por si só. A relação com suas produções escritas ou com as fontes lembram ao da escola metódica. Enquanto o historiador seleciona, indaga, fazendo o texto-documento falar, o memorialista o ver como uma prova, uma verdade absoluta de um passado e se relaciona neste sentido, gerenciando suas produções de maneira uniformizante e homogeneizadora. (CHAVES, 2013, p. 6).

Nesse ínterim, temos que realizar, antes de iniciarmos nossas apreciações, uma reflexão em torno da produção das narrativas, discursos e representações impressas, através de obras “fabricadas” por historiadores e memorialistas, na tentativa de compreendermos as especificidades dos métodos de pesquisa, escrita e intencionalidades presentes na elaboração destes compêndios por cada um destes sujeitos. Uma primeira constatação é que a maneira como o historiador lida com a produção da história e com o tempo é por excelência diferente da percepção do memorialista. O historiador procura focalizar a dimensão social do tempo, refletindo de maneira crítica, tendo em vista os sentidos e significados de cada época e espaço. Desenvolve seu discurso, sua narração, pautado em procedimentos, em busca de alcançar o mais próximo do que aconteceu, o mais verossímil, acerca de um real possível.

O historiador, “por sua epistemologia”, sabe das implicações sobre o seu ofício e, que o mais importante não consiste no fato pelo fato, mas sim os porquês dos ocorridos. Ou seja, o historiador entende que o mais importante é compreender os processos que deram sentidos as “verdades” estabelecidas, do que a própria noção maniqueísta de tal personagem, por entender os interesses que elaboram as homílias dicotômicas e ou maniqueístas, proporciona uma visão multilateral indo à história muito além da noção dual do verdadeiro e do falso, do real e fictício. (CHAVES, 2013, p. 6).

Já os memorialistas recolhem “provas” e articulam seus discursos, que, em algum momento, vão responder muito mais a seu interesse pessoal, no sentido de que, ao reunirem questões que positivem sua família, seu lugar social, determinados grupos, respingam em seus presentes, em si próprios, distorcendo assim a proposta do conhecimento histórico, que, dentre elas, pode-se citar a desconstrução dos discursos dominantes e a problematização das fontes.

É interessante destacar, que a maioria dos autores de livros de memória, pelo menos nos municípios aqui abordados, estão inseridos não em um lócus popular, mas advêm das camadas abastadas. Tais autores procuram legitimar suas ações, lidando com esta noção de tempo, para “imortalizar-se”, tecendo narrativas de personificação que, ao se referirem às cidades, ao qual os discursos são construídos, eles se tornem quase sempre como o seu sinônimo, seja para seus contemporâneos ou seus futuros habitantes; assim, poderão ser vistos e admirados, e tudo o que é socialmente considerado como bom e desenvolvido poderá ser atribuído a eles.

Estas fontes, em particular as escritas por memorialistas, descrevem os seus antepassados como pioneiros na fundação da cidade e no desenvolvimento social e econômico da região, no nosso caso, do Vale do Jaguaribe, com destaque para a cidade de Limoeiro e São Bernardo das Russas. Não obstante, essa mesma forma de pensar o passado em determinado presente construiu o discurso que representou a cidade de Limoeiro como vitoriosa de um lado, e São Bernardo das Russas como perdedora, de outro.

Nesse sentido, os memorialistas mostram ao mundo os valores de um grupo, senão de todos os sujeitos; pelo menos externaram, inegavelmente, alguns valores da elite da cera, da elite comerciante e da elite política da região. Eles defendem essa cultura como adequada.

O espaço é definido pela correspondência, mais ou menos estreita, entre uma certa ordem de coexistência (ou de distribuição) dos agentes e uma certa ordem de coexistência (ou de distribuição) das propriedades. Em consequência, não existe ninguém que não seja caracterizado pelo lugar em que está situado de maneira mais ou menos permanente (“não ter eira nem beira” ou não possuir “domicílio fixo” é ser desprovido de existência social; ser “da alta sociedade” é ocupar as altas esferas do mundo social). Também caracterizado pela posição relativa, logo pela raridade, geradora de rendas materiais ou simbólicas, de suas localizações temporárias [...] e sobretudo permanentes [...]. Caracterizado enfim pelo lugar que assume, que ocupa (de direito) no espaço por meio de suas propriedades (casas, terras, etc.), que são mais ou menos “devoradoras de espaço”. (BOURDIEU, 2001, p. 164-165).

Adentramos, assim, na análise dos procedimentos teóricos e metodológicos da escrita da história e sobre o uso de conceitos como memória, história e tempo histórico nas produções, nos livros, e nos escritos por memorialistas. Também tentamos observar a relação que cada obra assumiu e assume enquanto instrumento representativo da história dessas cidades e de seus habitantes, bem como do papel que exerce sobre a dinâmica social dessas cidades.

Logo, as diferenças entre memorialistas e historiadores aparecem. Os memorialistas escritores utilizam diversas ferramentas e fontes em seus textos, às vezes resultando em textos de cunho autobiográfico, dos quais o autor utiliza de suas experiências de vida e da tradição oral da cidade sobre a qual escreve para construir a narrativa histórica, sem que, para isso, se utilizem das normas metodológicas e teóricas da escrita acadêmica sobre história. Esses escritores realizaram e realizam pesquisas, debruçando-se durante anos sobre arquivos, apesar de quase sempre não divulgarem quais foram os arquivos pesquisados, não utilizando referências, sendo que, às vezes, na escrita, misturam o que é de sua autoria com citações de documentos consultados ou de autores lidos. Esses escritores partem, muitas vezes, de textos de historiadores, mas seguem caminhos totalmente diferente dos acadêmicos.

A história, apesar de narrativa, é imbuída de interpretação e subjetividade, ela não é literatura. Esse tipo de diferenciação entre história e literatura é muito pertinente para nós, na tentativa de diferenciação entre texto historiográfico e memorialista, principalmente depois de entendermos que toda a produção, mesmo feito por historiadores, não está livre da subjetividade. O que é fundamental para diferenciar a história da literatura é o processo de positivação do método histórico, que preza pelo rigor teórico e empírico do estudo, buscando a construção de um trabalho minimamente verossímil, em que se busca a verdade possível ou regime de verdade.

O que era para ser uma narrativa de história eclesial russana, a obra *Capital e Santuário*, do Cônego Pedro de Alcântara (1986), torna-se, em seu último capítulo, um tom de

contestação pela perda da disputa da sede da Diocese jaguaribana; isso quase cinquenta anos após o desfecho dessa rixa. O capítulo XXIII, que traz o título “Russas e o mistério da iniquidade”, e o capítulo XXIV, “Capital e Santuário: Miragens Russano-Nordestinas”, são construídos a partir de indagações do Cônego Pedro, que, ao destoar do restante das mais de trezentas páginas da obra, escrita a partir de cinco livros de Tombo da Paróquia de Russas, apresenta muitos elementos que ensejam “tramoias e falta de coerência eclesiástica na condução dos trabalhos para escolha da sede da nova Sé cearense na década de 1930”.

Além das críticas e farpas levantadas contra os limoeirenses, ao interventor Menezes Pimentel, ao Arcebispo Dom Manuel, o sacerdote Pedro não poupa, em seu livro, nem o vigário de São Bernardo na época, o Padre Vidal Gurgel. As alfinetadas começam por uma circular sob a organização da Ação Católica, que teria sido lançada em 1935 para ser executada em todas as Paróquias, e esta não havia chegado às mãos do vigário de Russas. Nessa época, a Ação Católica, orientada por Dom Sebastião Leme, tentava, a todo custo, combater os liberais que se aglomeravam em torno da Aliança Liberal.

Enquanto se pretendia, com a Aliança Liberal, forjar um Brasil Novo, à mão armada, sob as vistas de um povo inconsciente das realidades nacionais, começa a jerarquia eclesiástica brasileira a despertar para uma tomada de posição, face aos fenômenos políticos da pátria. Coube, nessa tarefa, a maior parcela de responsabilidade ao então Cardeal, da Capital Federal, S.E. Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra. A ele se deve o congresso eucarístico de 1922 e a confederação católica do Rio de Janeiro, para a qual escreveu o livro “Ação Católica” (1923), a um tempo programa e código. E seu exemplo foi imitado em toda parte. Em 1935, todos os Bispos do Brasil publicaram juntos uma circular na qual, seguindo as normas de Pio XI, ordenam que a Ação Católica se organize em todas as paróquias no país”. No curso deste nosso trabalho, sempre nos esforçamos por descobrir, na ação pastoral dos Vigários de Russas, uma coerência doutrinária e disciplinar com os documentos eclesiásticos, que publicamos no decorrer desta História. Do Vigário Vidal Gurgel Guedes, porém, tudo quanto encontramos escrito de seu próprio punho foi o seguinte: “No dia e mez acima referido, tomei posse desta freguesia em virtude da provisão de S. Excia. Revma. O Sr. Arcebispo Metropolitano D. Manoel da Silva Gomes, em data de 20 de dezembro de 1929. A referida posse foi dada por Mor. Raymundo Hermes Monteiro, como acima está dito. Russas 21 de Janeiro de 1930. Pe. Vital Gurgel Guedes”. São os únicos documentos deste paróquiato registrado no Tombo – V – Russas, pags. 17 v. e 18: - Decreto sobre o dia das Vocações Sacerdotais – Pags. 18 v. e 19 – Ata de Visita pastoral de 1936. – Novamente sobre o Dia das Vocações Sacerdotais, pags. 19 v. e 20. – Ata da Visita Pastoral de 1941. pags. 20 v. e 21 – Renúncia do Vigário de 1944, pags. 21 v e 22. Portanto, se essa circular, tão importante na época, de fato tivesse chegado às mãos do Vigário de Russas, certamente estaria registrada no Livro do Tombo, mesmo para efeito burocrático. Suposta a veracidade histórica da emissão da circular, sobre a Ação Católica, a ser organizada em todas as Paróquias do Brasil, não se poderia imaginar também uma omissão do Arcebispo Metropolitano no Ceará, em matéria de tão magno momento. O fato, porém, é que a Ação Católica na Paróquia de Russas não teve vez. Muitas Irmandades, Associações pias e Conferências vicentinas floresceram, e certamente a Ação Católica já teria, se implantada, uma boa seara de lideranças comunitárias. (sic) (ARAÚJO, 1986, p. 325).

O que se pode destacar do enxerto acima é que em 1936 ocorreu a última visita pastoral de Dom Manuel da Silva Gomes na Paróquia de São Bernardo das Russas, mas a Ata quase não difere das anteriores, contendo pouco conteúdo escrito, o que não deixa muitos

elementos para realizar uma análise. Nesta dita Ata, apenas se observou uma alienação total dos assuntos mais palpitantes de interesse da Igreja cearense, sendo elas a criação de uma Diocese na zona jaguaribana e a indispensabilidade de uma estrutura da Ação Católica na região para respaldo de uma pastoral social eficiente, uma vez que havia um aumento de “seitas protestantes” e maçons na região jaguaribana. Além disso, a própria notícia da criação de uma nova Sé na região jaguaribana era para desencadear uma corrida no intuito de sediar o palácio episcopal em terras russanas, no entanto, como nos lembra Araújo:

Era essa, exatamente, a lamentável realidade de uma Paróquia, até então famosa, sob a direção de Vigários doutos e santos, caindo posteriormente no obscurantismo de uma religiosidade sentimentalista. Sob o signo de pieguice, foram esquecidas as glórias de uma Igreja russana, que a história jamais poderá deixar no eterno silêncio. Seria isso, verdadeiramente, um tal ministério da iniquidade, que obliterou a consciência dos mandatários eclesiásticos do Ceará, a tal ponto de ficarem postergados os valores históricos, culturais, topográficos e ambientais daquela, que foi a Igreja-mãe de todas as outras da região. (ARAÚJO, 1986, p. 326-327).

O Cônego Pedro de Alcântara, que na época da escrita de sua obra ainda era Padre Pedro, acaba “pegando o vigário Vidal Gurgel Guedes para Cristo”, uma vez que este não conseguiu articular o desenvolvimento da Ação Católica na “Igreja-mãe”, nem tampouco articular-se junto aos empresários, coronéis e políticos russanos a fim de conseguir a sede da Sé na “terra de Dom Lino”. Porém, o autor de *Capital e Santuário* acaba fazendo um elogio ao Padre Vidal Gurgel ao dizer que, mesmo saindo perdedor, por não conseguir a sede do Bispado, conseguiu se articular e fundar o Patronato Coração Imaculado de Maria em São Bernardo das Russas.

Embora tenha faltado ao Vigário, Vital Gurgel Guedes, aquela competência intelectual para planejar uma ação pastoral eficiente na Paróquia, todavia a sua experiência de vida sacerdotal foi-lhe, a par da graça de estado, pródiga em habilidades, para ajudá-lo a contornar sérias e embaraçosas situações administrativas e adversárias. A fundação do Patronato Coração Imaculado de Maria em Russas, foi uma dessas manobras, com que ele se saiu honestamente, daquela, para ele, ingrata competição pela conquista da sede da Diocese para a terra de D. Lino. Além disso, suposta instalada a sede episcopal, em Russas, seria o Vigário, Vidal Gurgel Guedes, recompensado pela ascensão ao Vicariato Geral? Ou, pelo menos, continuaria ele no seu posto, ou seria removido para outra Paróquia? Certamente, o que aconteceu ao Vigário de Limoeiro, poderia também ter acontecido ao de Russas, consciente que estava, de que, àquela altura da disputa, já havia perdido o controle econômico-financeiro das rendas paroquiais. E, por isso, a instalação do Patronato de Russas teve a vantagem de tranquilizar a consciência do Pe. Vidal Gurgel Guedes, que via bem aplicadas as contribuições dos fieis nessa instituição, por ser mais simpática, também a alguns sectários infiltrados nas finanças paroquiais. Desde então, muitas rendas das festas da Igreja eram desviadas por encarregados, protestantes e maçons, para construção de seus templos, para a ex-Sociedade Beneficente Russana, disputada por maçons e católicos, em razão disso mesmo, e até para obras públicas, como a coluna da Hora. (ARAÚJO, 1986, p. 329).

No capítulo XXXIV de “Capital e Santuário: Miragens Russano-Nordestinas”, o Cônego Pedro de Alcântara já inicia realizando uma síntese da importância histórica e religiosa

de São Bernardo das Russas, desde os primórdios da colonização cearense, bem como sua importância econômica junto a Aracati na época das charqueadas, o que lhe conferiu destaque em relação as outras cidades do Baixo Jaguaribe, sendo considerada a capital do Vale, como vemos a seguir:

É difícil fugir-se ao julgamento da história! Neste último capítulo da história eclesiástica de Russas, pretendemos sintetizar os momentos estruturais mais importantes da cultura auctótone. Uma Igreja nascida em aldeamento indígena, bastante provada no cadinho do sofrimento, conseqüente, tanto da guerra holandesa, com sua concomitante perseguição religiosa, quanto de repressão ideológica, do colonialismo português, coisa que os russanos souberam muito bem cercear. Nessa contextura, foi-se desenvolvendo a povoação, nas margens do Arahybú, e assim, pelos idos de julho de 1776, cognominada, por sugestão do Rvdo. Visitador Manoel Antônio da Rocha, “Capital das Russas”, gravou-se na memória de seus habitantes, um destino de primazia na zona Jaguaribana. Essa idéia embalou o patriotismo dos russanos, até o fim do século dezoito. No alvorecer do século dezenove, porém, o velho “Porto dos Barcos”, que fora o escoadouro da “Capital das Russas” e, já no século anterior, com foros da Vila do Aracati, suplantou, em desenvolvimento, a sua sucessora, arrebatando-lhe a supremacia regional; e, então, a “Capital das Russas” não passou de uma miragem, que o vento levou. (sic). (ARAÚJO, 1986, p. 333).

Para legitimar a grandeza de Russas diante das outras cidades do Vale, Padre Pedro convoca para sua escrita o Cônego José Bernardo da Fonseca Galvão, que relata que Russas resolveu resistir ao destino da sorte quando não conseguiu se tornar o santuário tradicional do povo jaguaribano, isto fazendo referência à perda da Diocese para Limoeiro. O autor destaca as celebrações das semanas santas, que reunia todo o clero das paróquias vizinhas em São Bernardo, bem como as festas de São Sebastião, que se tornaram atração religiosa para a influência do “copioso povo ribeirinho”. Bandas de música e até orquestras surgiram ainda no século XIX, o que impressionava os visitantes, além da rajada pirotécnica dos Gonçalves, patrocinada por coronel Lino Gonçalves e que ficara “nos anais da história russana”.

O autor também faz referência aos “troféus da semana santa”, que ainda podem ser vistos na atualidade pelo povo, a antiga imagem de Nossa Senhora da Soledade e a de Jesus com a cruz nos ombros, ambas em tamanho natural, e o Senhor morto, talhado em madeira de lei, em obra perfeita com braços móveis, atestando “a reminiscência de um passado glorioso”. Nesta parte, ele ainda realiza referência às inúmeras vocações surgidas no “santuário” russo, diversos padres e bispos, como é o caso de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho e Dom José Mauro de Alarcon e Santiago, filho de José Ramalho de Alarcon e Santiago, que foi um dos articuladores em Russas Pró-Bispado.

“Santuário” também surgiu a Matriz de Russas, condecorada com o emblema da Companhia de Jesus no seu frontispício, o qual foi crescendo através de periódicas reformas, para abrigar sempre maior número de fiéis, atingindo os sessenta metros de comprimento. Esse mesmo templo, reformado pelo Mons. João Luiz de Santiago, e inaugurado solenemente em 1904, cuja ata de inauguração ficou atrás publicada, ofereceu aos russanos uma miragem de futura catedral, que embora, com méritos deste

nome, e desta função, todavia a ladinice de eclesiásticos e o bairrismo político dos homens, conseguiram desviar o curso de uma hipótese eclesiástica, toda ela nascida, espontaneamente, da Providência divina. (ARAÚJO, 1986, p. 335).

Avançando em mais algumas páginas do livro, encontramos o questionamento do critério adotado pela autoridade episcopal, no caso Dom Manuel, para a localização da nova Diocese na região jaguaribana. Padre Pedro diz que, além de muito infeliz, foi desprezível, canonicamente falando, e mesmo abusivo. Assim, o Padre constrói seus questionamentos em tom de denúncia e escandalizado com o critério utilizado pelo Arcebispo cearense.

Esse critério foi dispersivo, pelo fato de ter provocado uma série de inimizades, entre russionos e limoeirenses, quando conseguiram, estes últimos, arrebatar o disputado troféu á custa de algumas espertezas. Sendo o então Vigário de Limoeiro, Pe. Manoel Caminha Freire de Andrade, natural da paróquia de Pereiro, como também um dos principais membros da Comissão, Pró-bispado de Limoeiro, o Maestro Odílio Silva. Julgaram de bom alvitre, estender a campanha até aquela Paróquia, que, realmente, concorreu com boa parcela do valor estipulado. Nem se deve aludi ter havido, nessa competição, uma considerável parcela de dinheiro amealhado, havia algum tempo, na Capela de Alto Santo para seu futuro patrimônio paroquial. E tanto foi ainda abusivo o tal critério, porque o Vigário de Limoeiro ao entregar os duzentos contos de réis ao Arcebispo do Ceará, com a pressa de quem faz moamba, logo obteve a garantia, de que estava vitoriosa a sua campanha; mas, apenas, seria testemunha da instalação da sede diocesana, em Limoeiro, aos vinte e nove de setembro de 1938. Outros desfrutaram os louros da vitória, e mesmo teimaram em atribuir, ao seu sucessor, na Paróquia de Limoeiro, a organização do patrimônio do Bispado, sem o qual a sede da Diocese não teria sido instalada ali. (sic) (ARAÚJO, 1986, p. 336).

Ainda nesta parte do texto, o autor levanta uma questão dizendo que, historicamente, precisamos nos questionar acerca da destinação dos duzentos contos de réis requeridos pela Arquidiocese; falou-se em indenização pelo desmembramento de considerável parte de seu território, “coisa um tanto estranha em direito eclesiástico e em mais de cem contos de réis que se construiriam o patrimônio do novo bispado” (ARAÚJO 1986, p. 336).

Explicando parte do direito canônico, Padre Pedro chama atenção para a criação da Diocese, os títulos e os fundos adquiridos teriam que ser entregues o quanto antes e não depois, como foi feito pelos responsáveis da organização do Patrimônio do Bispado, como vemos a seguir:

Ademais, para ser verídico o fato de os Padres Otávio de Alencar Santiago, e Misael Alves de Sousa, terem sido os organizadores do Patrimônio do Bispado, precisamos admitir duas hipóteses: Uma, de que a Diocese de Limoeiro teria sido criada ilegalmente, ou sem patrimônio, o que acarretaria uma fraude, em prejuízo do Bispado. Outra, de que os cem contos de réis entregues a D. Manoel da Silva Gomes, pelo Pe. Manoel Caminha Freire de Andrade, para esse fim, teriam sido confiados aos dois sacerdotes “organizadores do patrimônio do Bispado”, para que procurassem colocar “quanto antes em fundos ou títulos seguros e rendosos”, na expressão do Direito Canônico então vigente. Também, essa hipótese teria sido inexecutável, segundo o mesmo teor do citado Canon, que previa a competência do Ordinário do lugar, e o parecer do seu conselho diocesano de administração; tudo isso para contestar a lisura processual da criação do Bispado, que andou, às voltas, nessa competição melindrosa, à procura de um lugar para sua sede, mediante os caprichos da sorte. (ARAÚJO, 1986, p. 337).

O Cônego Pedro vai atrás de respostas em Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, com o intuito de saber como se dera a transação dos duzentos contos de réis em troca de sediar a sede jaguaribana. Nesse ínterim, em reportagem do Jornal *O Povo*, em 09 de março de 1985, Padre Pedro e Hider Albuquerque, de Russas, com o espírito de buscar a verdade histórica, acompanhado de Francisco Valmir Costa, responsável pela parte fotográfica do livro, estiveram na cidade de Pau dos Ferros para conversarem e se inteirarem dos assuntos da criação da Diocese com o Cônego Manuel Caminha Freire de Andrade. O Cônego assim expressou-se: “em visita pastoral realizada pelo então arcebispo de Fortaleza, Dom Manuel da Silva Gomes, em 1936, na zona jaguaribana, foi lançada a ideia da fundação da Terceira Diocese do Ceará, e logo apareceram três municípios concorrentes, no caso Aracati, Russas e Limoeiro do Norte”. O Cônego Manuel Caminha ainda nos diz que ganharia a Diocese aquele município que arrecadasse a quantia de duzentos contos de réis primeiro, o que na época era muito dinheiro.

Cônego Caminha, na época da disputa pela Diocese, era vigário de Limoeiro do Norte e queria, a todo custo, levar a Diocese para o município. Nesse sentido, Padre Pedro diz que o Vigário Manuel Caminha estaria cotado para ser vigário-geral da nova Diocese, no entanto alguns boatos aconteceram e atingiram o Padre Manuel Caminha, que foram ouvidos e aceitos por Dom Manuel; nesse sentido, o Arcebispo metropolitano, para castigar o jovem vigário, transfere-o para Riacho do Sangue como meio de punição.

Logo, o Vigário de Limoeiro, no ato da instalação do Bispado, era mesmo o Pe. Manoel Caminha Freire de Andrade, em 29 de setembro de 1938, e, como tal solenidade só podia acontecer, após o lançamento a crédito, da soma de duzentos contos de réis, embolsada pelo Administrador Apostólico, estaria sob a responsabilidade de D. Manoel da Silva Gomes, a aplicação do numerário, por ele mesmo estipulado, para que a sede do Bispado ficasse em Limoeiro do Norte. Suposto, porém, que o sucessor do Vigário, Manoel Caminha, haja recebido de D. Manoel da Silva Gomes os cem contos de réis, devido ao patrimônio da nova Diocese, ficando merecedor, com seu coadjutor, da designação de “organizadores” do referido, é que nos parece ilícito e ilegal. Igualmente seria, o abrir ou encetar nova campanha, para angariar fundos para patrimônio de uma Diocese, já devidamente instalada. (sic). (ARAÚJO, 1986, p. 339).

Nesse sentido, a Diocese ficou sem o patrimônio pré-estabelecido pelos trâmites do direito canônico, como mencionamos anteriormente, e Padre Pedro também se conformaria pelas próprias circunstâncias das transações eclesiásticas corridas naquela Diocese, transformando-se em um fato histórico inusitado.

O que se pretendeu aqui foi confrontar a reação de Russas diante dessa desleal mudança nas regras do jogo pela conquista da sede do Bispado, porém, dada a negligência do vigário Vidal Gurgel Guedes, nada ficou registrado no arquivo paroquial.

Padre Pedro continua com a sua lista de desafetos em relação a desigual luta pela Diocese, lembrando que a criação da Diocese, com sede em Limoeiro, foi um retrocesso de

subserviência das autoridades eclesiásticas ao carcomido padrão político legalista, que a república havia desalojado, mas que a ditadura Vargas, reinante na época, levou ao palco, à custa de uma miragem de cem contos de réis em ações do Estado do Ceará.

O ex-Banco de S. José, ou o atual Banco Popular de Fortaleza, deve ter contabilizado aquelas ações por conta de uma subscrição de quinhentos contos de réis (R.\$ 500:000\$000) feita por D. Aureliano Matos, para aumento de capital do referido Banco de S. José, visando um melhor negócio para o futuro rendimento patrimonial da Diocese. Neste plano, o Bispado contava com menos da metade do capital subscrito, o que corresponderia aos célebres cem contos de ação do Estado do Ceará, mais nove contos e tantos mil réis, produto da venda de terrenos do patrimônio de Russas, e algo mais, de outras paróquias da nova Diocese, ficando o restante a ser integralizado pelos juros das importâncias contabilizadas e demais prestações a serem resgatadas, mensalmente, pelo Bispo Diocesano. (ARAÚJO, 1986, p. 340).

Sobre as obras da Diocese, que foram postergadas por falta de dinheiro, e também em razão dos efeitos das secas de 1941, 1942 e 1943 e dos auxílios requeridos por sacerdotes alemães por conta das calamidades ocasionadas pela II Guerra Mundial, o Cônego Pedro de Alcântara narra a desventura do Bispo Dom Aureliano Matos frente à escassez econômica no município de Limoeiro no início do seu Bispado.

Enquanto Dom Aureliano Matos tinha problemas com os flagelados da seca de 1941 a 1943, quando os recursos provenientes de ajuda extra do Governo Estadual e Federal mal davam para pagar e atender as vítimas da inanição ocasionada pela grande seca, teve início a construção do Seminário do Colégio Diocesano. Diante desse quadro desolador, eis que surge como um novo sol de esperança: a cera de carnaúba valoriza-se no mercado internacional.

Nesse sentido, o Baixo Jaguaribe, onde está Russas e Limoeiro, transformou-se numa espécie de eldorado, com Russas na ponta do beneficiamento e comércio da cera, até o fim da década de 1940, quando se findou a II Guerra Mundial.

A Alemanha, arrasada, pedia auxílio à Igreja do Brasil. O vigário de Russas, José Terceiro, colaborou muito nessa campanha de auxílio para nossos irmãos famintos na Alemanha, onde o Frade Evaldo Regulla foi o responsável por arrecadar os donativos para esse fim em toda a Paróquia. Já em Limoeiro, o franciscano alemão, Frade Evaldo, foi impedido de coletar os donativos para os flagelados da Alemanha, sob a alegação de que o Bispado tinha obras em andamento que precisavam da contribuição das Paróquias: Seminário e Colégio Diocesano.

Desse modo, fica denotado que o vigário José Terceiro e seu imediato sucessor no paroquiado de Russas, mesmo tendo as advertências episcopais, no caso com o Bispo de Limoeiro, Dom Aureliano Matos, deram cobertura aos franciscanos alemães, em atendimento as angústias do episcopado da Alemanha.

Assim, Padre Pedro realiza a escrita de mais este evento pós-disputa pelo Bispado, mas que traz elementos que não foram ponderados quando da escolha da Sé Episcopal em terras jaguaribanas.

Os homens, que nessa parte do trabalho são estudados, são chamados de memorialistas pela maioria dos historiadores. Isso se deve ao fato de, inicialmente, não possuírem formação acadêmica na área de História e serem portadores de uma abordagem que destoa em muitos casos, e até descaracteriza dos métodos das Ciências Sociais. São abordagens que, por muitas vezes, são feitas utilizando-se da memória como espelho “fiel dos fatos passados” e sem uma problemática específica que a desconstrua ou a questione.

O que se encontra nesses textos é uma romanização da memória por parte desses “escribas”. Nesse sentido, a historiadora Ana Cláudia Fonseca Brefe, em sua dissertação de mestrado sobre a cidade de São Paulo, traz algumas reflexões dos relatos daqueles que ela mesma chamou de memorialistas, indicando que “a memória opera para eles, os memorialistas, como uma película cinematográfica, capaz de gravar imagens e revê-las sempre que o mecanismo de recordação é acionado” (BREFE, 1999, p. 23)

O que também se pode constatar nos livros desses “intelectuais” é uma extensa catalogação de datas, fatos e “grandes feitos” de “homens importantes”. A prática de criar heróis, ditos fundadores, que seriam exemplos de moralidade e espiritualidade, também foi uma tradição bastante disseminada entre os escritores aqui estudados. Sobre essa particularidade, se buscou entendê-la como sendo um discurso de seu tempo, feito por sujeitos que, além de serem influenciados por uma cultura historiográfica glorificadora, possuíam interesses em comum para que essa memória oficial perpetuada. “Cada época constrói sua memória e seus heróis [...]. A memória lança mão de uma narrativa tradicional sobre o passado, explica a origem, os feitos e as glórias dos heróis” (OLIVEIRA, 2003 p. 68).

Barbosa (2015) nos diz que, em muitos casos, essa maneira de se escrever história foi influenciada pela íntima proximidade com as elites locais, fato que contribuiu para a exaltação inquestionável das mesmas e a sua perpetuação nos discursos e representações. Os depoimentos de pessoas, as informações de documentos oficiais, a bibliografia e a memória foram tomadas por esses escritores, para, em grande medida, louvar personalidades locais, famílias ditas tradicionais e forjar mito fundadores, além de silenciar outros sujeitos “menos importantes” e/ou desafetos políticos que, raramente, aparecem em suas escritas, a não ser de forma pejorativa ou desqualificada.

Na obra *Caminhada Eclesial Jaguaribana*, o Monsenhor João Olímpio Castello Branco³¹ (2015) dedica 24 páginas para explicação do “imbróglio” criado, segundo ele, pelo colega de sacerdote Padre Pedro de Alcântara, em 1986, com a publicação do livro *Capital e Santuário*. Um título do capítulo do livro do Monsenhor João Olímpio, “III – “O Bispado do Jaguaribe”, o monsenhor inicia suas digressões colocando, logo abaixo do título capitular, o nome da obra e seus questionamentos acerca da perda da Diocese por Russas. Consideramos ser uma forma de chamar atenção do leitor para o que este sacerdote vai analisar. Em seguida, na parte da apresentação da obra, o Padre Pedro faz suas observações, refutando as ingerências que o colega, do lado russo, apresenta.

Dom Pompeu Bezerra Bessa, em seu livro “A Antiga Freguesia de Limoeiro - Notas para sua História” conta que, em 1936, o Arcebispo de Fortaleza, Dom Manuel da Silva Gomes, fez Visita Pastoral a Limoeiro do Norte, ocasião em que ele mesmo, Dom Pompeu, recebeu o Sacramento da Confirmação ou Crisma. Nessa ocasião, em sua estada no Limoeiro, o Arcebispo não tocou sequer no assunto da possível criação de uma nova Diocese no Vale do Jaguaribe. O Cônego Pedro Alcântara de Araújo, um dos primeiros padres acolhidos em sua Diocese e ordenados pelo 1º Bispo jaguaribano, tem a sua versão muito especial, a partir de seu ponto de vista polarizado em Russas, que deveria ser “CAPITAL E SANTUÁRIO” de toda a Região Jaguaribana. (CASTELLO BRANCO, 2015, p. 225).

Após expor o texto do último capítulo do livro de Padre Pedro, Monsenhor João Olímpio inicia sua dissecação das partes que este examinador entendeu não serem coerentes com a história e a memória da disputa pela Diocese jaguaribana. Inicia-se a análise com um título, em “letras garrafais”, em defesa dos limoeirenses: “LIMOEIRO ARREBATOU, MAS NÃO ROUBOU A DIOCESE”. É perceptível os questionamentos em relação aos argumentos do “golpe” propalados por Padre Pedro e sofrido por Russas na disputa da referida Sé. Há também uma disputa no que diz respeito à “verdade” tanto de um lado como do outro, na escrita dos memorialistas episcopais e questionamentos quanto à cientificidade e aos fatos.

³¹ O Monsenhor é muito bem querido em Limoeiro. Em uma entrevista de Melquiades Junior, no Diário do Nordeste, por ocasião de sua saída para ser o Pároco de Flores, um Distrito de Russas, podemos visualizar o que este sacerdote representa para a cidade: “Em abril, monsenhor continuará o sacerdócio no distrito de Flores, em Russas, por decisão do bispo Dom José Haring. Limoeiro do Norte. “Vá não, Padre João”, fala uma senhora que passa na rua quando mal avista na praça o Monsenhor João Olímpio Castello Branco, já depois de ter corrido a notícia repentina na cidade de que “Padre João vai embora”. Logo ele, pároco de Limoeiro do Norte por 31 anos, nascido em Fortaleza há 70 anos, mas criado nesta cidade desde os oito anos. Em 2009, quando o religioso comemora 45 anos de sacerdócio, recebe e dá aos fiéis a notícia de sua saída da paróquia local. Poucas coisas são tão postais em Limoeiro do Norte como Rio Jaguaribe, Barragem das Pedrinhas, Catedral, FAFIDAM, caldo da caridade e a missa de Padre João, que não só casa, batiza e celebra como constrói casas, centros paroquiais e leva a juventude para a igreja. Ficou conhecido, e até criticado, como o padre catequista. É para lá que irá hoje, encontrar familiares e amigos padres, até o dia 28 de março, pois, no início de abril, continuará o sacerdócio no distrito de Flores, município de Russas. Até lá, fica ao cargo do bispo Dom José Haring elevar o local a paróquia, para abrigar o padre. Flores fica a apenas nove quilômetros de Limoeiro. “Eu estarei logo ali”, consola João Olímpio. Mas a transferência do pároco tem mais de dimensão simbólica e histórica. “Ele tem uma profunda identidade com Limoeiro, da mesma forma que os limoeirenses têm com ele”, explica a coordenadora de pastoral Bernadete Gomes Silva.” CF: “Diário do Nordeste”- Matéria exibida em 12 de janeiro de 2009 na Coluna do Jornalista colaborador Melquiades Júnior.

- Honra ao mérito pelo esforço beneditino do Cônego Pedro de Alcântara Araújo em decifrar e publicar, com requintes de exatidão, um documentário tão rico a respeito da história da Paróquia de Russas, que é, afinal, a própria história da Igreja Jaguaribana em suas origens. – Honesto e louvável o seu apelo a um estudo mais aprofundado e a uma interpretação mais científica de fontes tão preciosas (livros do tomo das Paróquias). – A fidelidade escrupulosa do autor aos originais, reproduzindo sua ortografia e gramática, contudo, torna difícil e cansativa a leitura da obra. – Trata-se de uma pesquisa de estrito interesse histórico-científico? A leitura atenta, especialmente, dos comentários do autor, leva à conclusão de que o autor tem uma tese ideológica ou ponto de vista a provar! Bastante claro, nesse sentido, é o último capítulo, que assume, aliás, o título da obra inteira. As citações seguintes deixam claro o propósito panfletário, que guia a hermenêutica do autor a respeito dos documentos apresentados e comentados: a) “... cognominada... “Capital das Russas”, gravou-se na memória de seus habitantes, um destino de primazia na Zona Jaguaribana” (pág. 333); b) “Russas resolveu resistir ao destino da sorte, acalentando (sic), em seguida, a idéia de tornar-se o “Santuário” tradicional do povo jaguaribano”; c) “também surgiu a Matriz de Russas...”; d)... “ofereceu aos russanos uma miragem de futura catedral...” (pág. 334/5). – O reconhecimento de Russas como “Capital e Santuário” da Região Jaguaribana é historicamente defensável, embora o surgimento de novos núcleos de população, com grande impulso progressista, tenha modificado a secular importância centralizadora da vetusta vila de São Bernardo. Lamentável, porém, é que a defesa seja feita com argumentos desabonadores de lideranças eclesiásticas e civis do Ceará e do município de Limoeiro do Norte. (CASTELLO BRANCO, 2015, p. 232).

Suas reflexões partem da inserção em seu texto de uma citação da obra do Cônego Pedro, em que diz que a intenção do autor é causar discórdia e que foi infantil ao não enxergar que o destaque de Russas, na época da criação do Bispado, já havia sido superado por outros centros vale jaguaribanos, no caso a cidade de Limoeiro.

Padre Pedro, o autor, contando a hegemonia histórica de Russas (hegemonia superada por novos fatos sociais, políticos e econômicos), pretende que as autoridades eclesiásticas e as lideranças sociopolíticas de Limoeiro, tenham conseguido a localização do bispado de forma desleal e capciosa, jogando com pressões econômicas e políticas. (CASTELLO BRANCO, 2015, p. 233).

Ao se reportar a este último capítulo, o Monsenhor diz que é um infeliz capítulo e que para provar sua tese Padre Pedro tenta, a todo custo, provar que Russas deveria ter sido a Sé diocesana do Terceiro Bispado do interior do Ceará. Para isto, o autor desenvolve três argumentos principais.

O primeiro argumento diz respeito à ladinice de eclesiásticos e o bairrismo político dos homens que conseguiram desviar o curso da história eclesiástica jaguaribana. Esse é o primeiro ponto que Padre Pedro coloca. O segundo seria os méritos dos heróis da batalha pela Diocese de Limoeiro do Norte, que ficaram na penumbra. E o terceiro ponto seria um fato histórico: a nova Diocese ficou sem um patrimônio exigido pelo direito canônico.

O Monsenhor continua fazendo questionamentos, dizendo que o autor pretende alinhar, o que chamou de provas históricas e absolutamente verdadeiras; porém, não é possível ver a fonte dessas provas. Percebemos, com isso, que há o refutamento de recibos do próprio código canônico, citado por Padre Pedro de Alcântara, e a ausência de determinados sujeitos, padres que lutaram pela Diocese e não conseguiram ficar junto ao Bispo depois de sua

instalação. E assim, o Monsenhor continua suas especulações em busca de respostas aos “exageros de Padre Pedro”.

Em outro tópico da referida obra, encontramos o subtítulo “Questionamentos radicais”, em que o autor inicia com uma indagação: Onde está a fidelidade, as fontes? O Monsenhor Castello Branco diz que gostaria que o autor realmente tivesse cumprido aquilo que se propôs na introdução: “ficarmos bem fieis a essas fontes”. Mais à frente, outro subtópico é construído a partir do título “Sobre a Ladinice de Eclesiásticos”, que desviou o curso da história. Neste ponto, há questionamentos em relação aos discursos impressos na obra de Padre Pedro, ligados a “falsos levantados aos limoeirenses”, em que o Monsenhor questiona: Porque falar de esperteza dos limoeirenses e de interferências de alguns municípios ou de três Paróquias que surpreenderam, coligadas, à boa fé do povo russano, se a nova Diocese deveria abranger a todos os municípios e às nove Paróquias então existentes na área correspondente ao novo Bispado? E ele continua: qualquer um dos três municípios pleiteantes, Russas, Aracati e Limoeiro, poderia estender sua campanha Pró-Bispado aos municípios e Paróquias vizinhas. “Em vez de se lamentar a esperteza de Limoeiro, dever-se-ia antes deplorar a falta de iniciativa de Russas e Aracati” (CASTELLO BRANCO, 2015, p. 237).

Sobre o “bairrismo e a política dos homens que desviou da história”, o Monsenhor João Olímpio faz a seguinte reflexão: a disputa pela sede do Bispado poderia trazer, sem sombra de dúvida, o progresso material ou espiritual para a cidade felizarda. Só sendo muito ingênuo para não considerar a atuação do fator político nesse caso. Aqui, ele fala dos Chaves, que tiveram toda uma articulação junto ao Bispo e às outras cidades; afinal, os brios da cidadania e o natural bairrismo das pessoas e das cidades eram fortemente despertados pela possibilidade oferecida às três Paróquias e aos três municípios concorrentes, e foi Limoeiro do Norte, a menor por todos os títulos, que descobriu a tempo a verdade do ditado: “quem não é maior tem que ser a melhor”. (CASTELLO BRANCO, 2015, p. 237).

Em relação a outro ponto apontado por Padre Pedro de Alcântara, que seria a intromissão do interventor estadual, Menezes Pimentel, na disputa pela Diocese, o Padre Pedro confirmou que o governo estadual doou cem contos de réis para a comissão Pró-Diocese, o que fez com que os limoeirenses conseguissem chegar ao total monetário exigido pelo Arcebispo Dom Manoel. Então, o Monsenhor João Olímpio Castello Branco, em suas analogias e na defesa dessa ingerência política, nos diz que “testemunha fidedigna garantiu-me ter pegado com as suas próprias mãos as cem apólices do tesouro do Estado, no valor de cem contos de réis”.

Reconhecida a própria falta de recursos para atender às ulteriores exigências arqui-episcopais de mais de cem contos de réis, nada mais lúcido, então, de que os Limoeirenses tivessem tido a pragmática iniciativa de se dirigir ao Governante do Estado, solicitando do mesmo aquela expressiva ajuda em benefício de seu município integrante do Estado do Ceará. E o conseguiram! Teriam o Arcebispo e o Interventor

negociado, por cem contos de réis, a honra de este último paraninfar o primeiro Bispo de Limoeiro, em sua sagração episcopal? Ora, a nomeação, então ainda desconhecida do 1º Bispo Aureliano Matos, aconteceria apenas aos 19 de janeiro de 1940. A explicação mais normal para o apadrinhamento, foi, na verdade, uma forma de gratidão dos Limoeirenses para com a ajuda do Interventor, dentro da mentalidade ainda hoje reinante, em casos semelhantes! Poderia ter sido também expressão da busca de diálogo entre Igreja e Estado, em nível de cúpula, coisa que ainda acontece, se bem que com menor frequência e empenho! (CASTELLO BRANCO, 2015, p. 238).

A título de comentário conclusivo, o Monsenhor João Olímpio é incisivo, ao dizer que a obra *Capital e Santuário*, tão meritória e com tão nobres propósitos, deveria ser revista com critério e atenção, no conteúdo e na forma, especialmente quanto ao último capítulo e a sua conclusão, pois a sua escrita é demasiadamente inventiva e poderia ter sido realizada com outros fins e não da história eclesiástica daquela cidade tão importante no Vale do Jaguaribe. Termina o comentário conclusivo diminuindo o tom intempestivo e realçando as qualidades do colega Padre Pedro, passando para um tom mais amistoso, como vemos a seguir:

De fato, convivi intimamente desde criança “rato de igreja” com seus heroicos e beneméritos criadores, instaladores e organizadores: Dom Aureliano Matos, Mons. Otávio de Alencar Santiago, Cônego Misael Alves de Sousa, não esquecendo o próprio Padre Pedro, que conheci como Secretário do Bispado e para não citar o sem número de cristãos leigos jaguaribanos, que se irmanaram em prol da gloriosa causa comum, que foi a Diocese Jaguaribana, com sua sede episcopal em Limoeiro do Norte - Ceará. (CASTELLO BRANCO, 2015, p. 243).

Ainda nas conclusões, o Monsenhor volta-se à questão levantada por Padre Pedro, indicando que o colega, ao defender a sede do Bispado em Russas, havia levantado “falso” contra os limoeirenses. Nessa parte, o Monsenhor João Olímpio realiza a sua defesa contrária a esta tese, ao dialogar com Judite Chaves, que era de uma tradicional família de Limoeiro do Norte, irmã do coronel Franklin Chaves, articuladora da LEC e do integralismo limoeirense. O religioso nos diz que ela:

Contou pessoalmente ao autor que, quando da ida da comissão PRO-BISPADO ao Arcebispo para entregar-lhe os 100 contos de réis estipulados pelo Dom Manuel, quando do encontro dele em União, hoje Jaguaruana, com a Comissão de Limoeiro, o mesmo Arcebispo rejeitou a quantia apresentada pela mesma Comissão, redarguindo que o patrimônio era de 200 e não de 100 contos de réis. Malsatisfeita Dom Manuel, a Comissão foi bater à porta do Interventor Menezes Pimentel, que ajudou Limoeiro com apólices do Estado. Dona Judite disse ao autor ter tido em suas mãos essas apólices. Talvez tenha sido este episódio que levou o Cônego Pedro de Alcântara Araújo a forjar sua malsinada tese de que teria havido “Ladínice” politiqueira das lideranças Limoeirenses para a conquista do Bispado. A verdade é que Limoeiro ARREBATOU, mas não roubou o Bispado! (CASTELLO BRANCO, 2015, p. 245).

E a parte final do texto, sobre a disputa e os reclames no entrono da Diocese, é fechada com a notícia que, minimamente, nos faz questionar acerca do discurso construído pelo Monsenhor, uma vez que contraria muitos dos seus argumentos em relação aos questionamentos do Padre Pedro e, também, no que diz respeito às suas conjecturas construídas na sua obra

Caminhada Eclesial Jaguaribana, principalmente na parte em que realiza o contraponto aos reclames e indignações do colega a partir de *Capital e Santuário*:

II A6 - DOM MANUEL DA SILVA GOMES CONFESSOU QUE ERROU

“No dia 10 de dezembro de 1939, Dom Manuel da Silva Gomes, estando no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Baturité, soube que havia no Colégio das Irmãs Salesianas três filhas de seus compadres russanos, Dr. José Ramalho de Alarcon e Santiago e Dona Maria Ramalho, e irmãs de Dom José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago. Conversando com elas, Dom Manuel perguntou se Russas ainda estava magoada com o Arcebispo. Então, Maria Romélia, uma das três muito desinibida e sincera, respondeu: “Está, Excelência. Só pode estar!” E Dom Manoel, no seu sotaque baiano característico, carregando os erres, disse: “Minha filha: Eu erre!”. (CASTELLO BRANCO, 2015, p. 245).

Pensando a memória e a escrita, e refletindo a partir de Certeau (1994), entendemos a memória como campo de disputa, no sentido de algo a ser solidificado, construído e cristalizado. É aí que se percebe o esforço de alguns indivíduos em construir um discurso mais concreto sobre a memória de seu grupo, proporcionando, assim, uma estruturação de identidade local e possibilitando sua perpetuação ao longo dos anos.

Em nosso contexto, há um esforço de perpetuação da memória dos historiadores e dos memorialistas por meio da escrita da história. Todavia, é importante lembrar que nem todos os indivíduos encontram-se no mesmo patamar social, alguns estão encaixados em espaços/posições/condições/lugares sociais sem privilégio, e outros em locais privilegiados de fala, em que seu discurso e visão de mundo detêm maior poder de legitimação e alcance. Publicar um livro também consiste em um ato de afirmação social e confere diferenciação e poder ao escritor. Percebemos, então, que além de conferir o poder aquele que escreve, o livro estabelece uma ordem sobre aquilo que se escreveu, como nos lembra Roger Chartier:

O livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação [...]. Os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis. As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro [...]. No caso do livro, eles constituem uma ordem singular, totalmente distinta de outros registros de transmissão tanto de obras canônicas quanto de textos vulgares. Daí então a atenção dispensada, mesmo que discreta, aos dispositivos técnicos, visuais e físicos que organizam a leitura do escrito quando ele se torna um livro. (CHARTIER, 1999, p. 8).

Desse modo, tudo é feito a partir de um lugar social, como sugere Michel de Certeau. Este entende que esse lugar, onde o escritor produz seu discurso, torna-se fundamental para compreender e problematizar o escrito/narrável enquanto documento e fonte histórica:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal. Um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada

em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma tipografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2008, p. 66-67).

Sandra Pesavento (2005) nos diz que o historiador lança perguntas sobre quem fala, do lugar onde fala, ao focar o texto propriamente dito, e o que se fala e como se fala na análise da recepção. Desse modo, o lugar social revela muito sobre certas posturas, posições políticas, certas tradições escriturárias, além de revelar alguns silêncios e ênfases que passariam despercebidos ao leitor que desconsiderasse a posição social do escritor. Para o historiador, é fundamental considerar, em qualquer abordagem, sobre os vários tipos de discurso, não só quem produz, mas de que forma ele foi produzido e para quais grupos é direcionado.

Os sujeitos aqui estudados sentem a necessidade (pelos mais variados motivos que queremos descobrir) de escreverem uma história do seu lugar. De certa forma, trata-se de uma tentativa de oficializar, cristalizar uma visão sobre o passado através da escrita, pois como disse o sociólogo francês Maurice Halbwachs: “As palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem” (HALBWACHS, 1950, p. 80). Essa cristalização de determinada versão sobre o passado também possui suas ligações e influências com o presente, pois toda interpretação sobre o passado, seja ela feita em qualquer época histórica, sofre inevitavelmente intervenções do tempo presente em que foi escrita. Essas interpretações são influenciadas pelo contexto social, político e cultural tanto da parte de quem escreve sobre o passado, quanto da parte de quem lê, não importando se o escritor e o leitor sejam contemporâneos ou não. “O conhecimento é socialmente condicionado, bem como o ato de conhecer”. (BARBOSA, 2015, p. 13).

Ao nos propormos a realizar um estudo da trajetória de vida, obra, legitimação e construção de identidades, é importante pensarmos no lugar social e na trajetória político intelectual destes sujeitos que se apropriam de discursos e acabam trazendo para si a tarefa de registrar a história de municípios e regiões como “escribas”, no contexto ao qual estão inseridos. Nesse sentido, não é razoável aprofundar-se na obra de um intelectual sem antes conhecer um pouco de suas origens, sua trajetória, suas referências, sua formação, seu lugar de fala/produção e seu lugar social. Estamos aqui nos referindo aos ditos memorialistas. Nesse sentido, Nathan Pereira Barbosa (2015) nos adverte que:

Uma das armadilhas da memória é que ela nunca resgata o que foi vivido, mas seleciona, resignifica, omite e constrói novas leituras das lembranças que, por sua vez, são narradas no agora, ou seja, de um lugar social específico. Logo, a visão do entrevistado sobre os acontecimentos passados não é a mesma do vivido. Seu depoimento é datado e diretamente influenciado por seus pressupostos de hoje. Mesmo que tais lembranças façam referência a experiências individuais de quem narra, elas sempre estarão sendo lembradas e narradas também com a ação direta das experiências coletivas que o entrevistado teve durante sua vida. (BARBOSA, 2015, p. 21).

Apegamo-nos, deste modo, a Pierre Bourdieu (2001), quando este diz que o historiador deve estar ciente de todas as questões para não cair, no que ele chamou, de “Ilusão Biográfica”, ou seja, a ilusão de que seria possível construir a narrativa de vida de um indivíduo

em toda sua plenitude. Esses pressupostos são de fundamental importância para escrever e problematizar as trajetórias de vida nesta parte do trabalho, em que há a necessidade de uma problematização a partir da documentação, das entrevistas, das falas, da seletividade da memória pessoal/individual e coletiva, e das subjetividades envolvidas nessas operações históricas.

A memória diz muito sobre o que os sujeitos pensam de si mesmos. Em linhas gerais, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ele também é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em reconstrução de si. (POLLACK, 1992, p. 204).

Levando em consideração a construção desses compêndios, de uma pretensa história verdadeira, pronta e acabada, precisamos estar atentos ao caráter inventivo, ou seja, a visão de um indivíduo sobre o passado e produzida através de sua escrita. Nesta altura, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior realiza em seu livro, *História, arte de inventar o passado* (2007), um debate interessante acerca de um termo usado pela história, que é o conceito de invenção. Esta palavra será empregada aqui não no sentido de algo que foi fabricado e se encontra acabado e cristalizado, mas como algo que está em constante mutação e ressignificação nos tempos e espaços. Nesse sentido, invenção para Durval Muniz pode ser entendida quando ele sugere que:

Os homens inventariam a História através de suas ações e de suas representações. Essa expressão remete a uma temporalização dos eventos e dos objetos e dos sujeitos, podendo se referir tanto à busca de um dado momento de fundação ou de origem, como a um momento de emergência, fabricação ou instituição de algo que surge como novo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 20).

Da análise das duas obras, *Capital e Santuário* e *Caminhada Eclesiástica Jaguaribana*, podemos perceber uma afirmação política das identidades, apesar de diametralmente opostas, no sentido de que uma tenta legitimar a vitória e outra a derrota, no que concerne à disputa pela Diocese. As duas buscam uma autenticação, operando, assim, através de uma reivindicação histórica do grupo cultural em questão nas duas obras.

Um ponto importante na escrita de Padre Pedro e Monsenhor Castello Branco é que nestas obras são muito recorrentes os trechos generalizantes e enaltecidos de um suposto caráter de coletividade, forjado ora pelas dificuldades, ora pelas facilidades. Nesse sentido, também há um enaltecimento da religião Cristã Católica, tanto nos moradores da cidade de Russas como de Limoeiro do Norte, o que caracteriza a tentativa de construção de uma identidade russana e limoeirense, com a finalidade de gerar um sentimento de pertencimento, como afirma Sandra Pesavento:

Enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, estabelecendo a diferença. (PESAVENTO, 2005, p. 89-90).

Nesta parte da pesquisa, podemos entrar em contato com as versões de dois memorialistas ligados à Igreja Católica, e que participaram, de certo modo, da corrida pela Diocese, mas foi na articulação do Bispado que possuíram ligações diretas com Dom Aureliano Matos. Nesse sentido, chamamos atenção não para a busca da verdade, já que em história não temos como horizonte a busca pela verdade absoluta, mas sim de uma verdade objetiva relativa ou de regimes de verdade. Porém, a partir do confronto dos dois padres, podemos perceber, minimamente, que há dissensos em relação à escolha da sede jaguaribana em meados da década de 30.

O nosso exercício é realizar uma leitura contextualizante que vai além da busca de um desfecho concreto, haja vista que são temporalidades diferentes e posições geográficas diferenciadas, o que envolve relações identitárias, pertencimento a uma cartografia social que, muitas vezes, esconde os bairrismos, as relações coronelistas, e a própria atuação de elementos da Igreja Católica que, numa posição de hierarquia, acaba não agindo de forma democrática e transparente nas suas ações.

Dessa forma, a produção dos autores aqui mencionados tem atravessado os anos como referência e verdade sobre o passado russano e limoeirense. Procuramos, no decorrer destas discussões, apesar das limitações teórico-metodológicas, compreender os motivos da ascensão/aceitação destes discursos e como seus conteúdos procuraram fabricar identidades locais a partir da religiosidade e da política.

O foco da abordagem se deteve, no que se chamou de análise, a partir dos relatos memorialísticos, ou seja, procurasse entender como os discursos desses “homens das letras” se materializaram nas memórias e foram tomados como verdades pela população de uma forma geral, se tornaram, assim, com o passar do tempo, a partir dos veículos de comunicação e do poder oficial, como vozes autorizadas sobre o passado. Sentimo-nos contemplados na reflexão de Nathan Barbosa (2015) ao dizer que:

Antes de começar a estudar os escritores de maneira mais profunda e sistemática, havia em mim muitos preconceitos em relação à forma como os mesmos se tornaram referências. Inicialmente, meus pensamentos me conduziam (mesmo sem perceber) a uma percepção maquiavélica e até mesmo conspiratória dos fatos. Como se esses intelectuais fossem conspiradores que nas profundezas dos bastidores políticos, bolavam estratégias e faziam alianças para perpetuarem suas obras. O tempo e a maturidade me fez perceber que não, que fazem parte de uma tradição. Uma tradição que busca sim o engrandecimento dos grandes homens e da proximidade com as elites. A legitimação desses indivíduos é resultado de uma tensão constante entre escrita e política, que borbulha no centro dessa tradição. (BARBOSA, 2015, p. 174).

2.4.1 Os sujeitos que do lado de São Bernardo das Russas articularam a Diocese e o Patronato: os discursos e as representações que se gestaram a partir do desfecho negativo

Buscaremos, nesta parte da pesquisa, elucidar as trajetórias individuais de alguns sujeitos que tiveram suas ações marcadas na memória de grupos ligados às elites política, religiosa e econômica da região. Como aparece no decorrer deste trabalho existe, na documentação escrita, na literária e nas memórias coletadas, a articulação discursiva para enaltecer esses sujeitos. Deixamos claro, que o esforço lançado para traçar estas pequenas biografias, ou seja, lançar luz na trajetória desses sujeitos que protagonizaram a criação e o funcionamento do Patronato, não temos o intuito de exaltação de uma memória gestada por estas elites, nem tão pouco de reafirmar estes personagens como “mitos fundadores” ou “heróis russanos”.

Esta aceitação de poder controlar o curso da história e de seu personagem é, ao mesmo tempo, a força que dá sentido ao trabalho da construção do texto biográfico e seu maior risco, uma vez que, estando convencido de sua capacidade de penetrar nos acontecimentos e fatos relevantes de uma existência individual, o historiador, que está biografando, se vê numa encruzilhada narrativa, pois as lacunas documentais e as inúmeras perguntas sem respostas imediatas aparecem a todo momento. Neste sentido, aparece a dimensão ficcional, que é característica de toda biografia, como nos chama atenção Alexandre de Sá Avelar (2010):

O campo da escrita biográfica é certamente um palco privilegiado de experimentação para o historiador, que pode avaliar o caráter ambivalente da epistemologia do seu ofício, inevitavelmente tenso entre seu pólo científico e seu pólo ficcional. Desta forma, a biografia provoca um polêmico questionamento à absoluta distinção entre um gênero verdadeiramente literário e uma dimensão puramente científica, suscitando a mescla, o hibridismo, e expressa, assim, tanto as tensões como as convivências existentes entre literatura e Ciências Humanas. (AVELAR, 2007, p. 161).

Nesse sentido, há movimentos encadeados e uma intriga codificada por fatos reais interpretados. Ou seja, a biografia envolve uma narrativa, e o texto escrito por um historiador biógrafo deve, portanto, contar a história real de uma vida, o que nos coloca, inevitavelmente, no cerne do problema da narrativa ou do seu retorno. Nesse ponto, Jacques Le Goff (1989, p. 1) insiste que “a biografia histórica deve se fazer, ao menos em certo grau, relato, narração de uma vida, ela se articula em torno de certos acontecimentos individuais e coletivos”.

O historiador, ao enveredar por esta seara, deve operacionalizar o processo de desconstrução deste arcabouço que se pauta a partir da ideia da possibilidade de uma individualidade fixa, unitária e coerente, que é recorrente na construção das biografias. Deve ser levada em consideração a pluralidade de identidades, referências e locais, ou seja, os

indivíduos não podem mais ser enquadrados em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos pré-estabelecidos. Sendo assim, a narração linear não comporta os vários aspectos de uma vida, estas problemáticas não se esgotam numa única representação, na ideia de uma identidade. São caminhos múltiplos, que se delineiam a partir de bifurcações, entroncamentos, cruzamentos que são ao mesmo tempo fronteiras e possibilidades. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 248).

Estamos diante, levando em consideração o que foi refletido, da crítica à ilusão biográfica, termos utilizados por Bourdieu (2011) que nos adverte que o enredo de uma vida não pode ser encarado como uma trajetória retilínea em direção a um fim determinado, como devir pré-estabelecido desde os momentos mais remotos da infância do personagem o qual está se construindo a biografia.

Ao construir a trajetória de vida e/ou a biografia, o historiador deve levar em consideração o indivíduo em seu clico familiar, sua linguagem e seus problemas, pois tudo isso pode apresentar-se muito diferente se comparado aos registros desse mesmo indivíduo referentes a um ciclo de amigos mais íntimos, que, por sua vez, pode diferir-se das declarações oficiais publicadas em jornais.

Assim, cada um desses registros contribui de maneira significativa para a compreensão da trajetória de vida do biografado. Não se pode esperar encontrar, ao longo da pesquisa, uma sequência coerente de acontecimentos e posturas semelhantes em todos os âmbitos, do lar ao trabalho; essas fontes devem ser contrastadas e exploradas, de modo a compor as múltiplas dimensões do indivíduo, para que não se caia na armadilha ou romanização, ou seja, aceitar o princípio que supõe a existência de um eu que segue uma trajetória sem contradições, acreditando que determinadas fontes são realmente capazes de traduzir o que realmente aconteceu, como se fosse viável recuperar uma suposta verdade.

Nesse sentido, para o sociólogo Nibert Elias (1994), cada indivíduo depende de maneira funcional de outros indivíduos, ou seja, o ponto de partida teórico e metodológico para o estudo do indivíduo deve ser a relação dissociável entre indivíduos e sociedade, pois não podemos nos esquecer de que nas ciências sociais, sociologia, história e antropologia tem-se evidenciado nas últimas décadas um expressivo esforço, no sentido de reconstruir as ações, estratégias e representações dos indivíduos, bem como as relações que lhe servem de ligação.

Cada pessoa representa um elo nas cadeias que o conectam a outros indivíduos, assim como todos os demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que o prendem. São cadeias elásticas, mutáveis que, embora não visíveis, possuem força e são reais. Essa é a rede de funções que as pessoas desempenham uma com relação à outra. É o que definimos como sociedade. (ELIAS, 1994, p. 23).

Essa relação entre indivíduo e sociedade quebra a ideia de analisar o indivíduo de maneira atomizada, ou seja, faz-se necessário levar em consideração sua inserção na sociedade ao longo de sua trajetória, levando em conta que há uma pluralidade de campos em que o indivíduo se insere, onde busca-se, assim, a partir do trato historiográfico no campo biográfico, reconstruir o contexto e a superfície social em que este agente age.

É impossível compreender uma trajetória, (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, no conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de superfície social, como descrição rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permite intervir como agente eficiente em diferentes campos. (BOURDIEU, 2002, p. 190).

Na construção das tramas travadas no discurso impresso cria-se um *locos* em que inserem-se diversos atores históricos, sujeitos ligados ao meio religioso: padres, bispos, arcebispos; e outros advindos do meio político, coronéis, prefeitos, interventores estaduais e municipais, deputados, vereadores, donos de cartório, médicos, farmacêuticos e empresários que se articularam como puderam para alcançar o bem tão primoroso e digno de *status quo*, ou seja, ser a cidade “escolhida” para dar morada ao bispado jaguaribano.

Nesse sentido, recompor a trajetória de homens que tiveram grande atuação ou que foram “negligentes” na corrida pela Diocese, e que mesmo perdendo o “troféu”, se empenharam em construir o Patronato. Essa memória, do ponto de vista histórico, deve ser contextualizada, pois só assim conseguiremos perceber, de forma mais lúcida e aprofundada, as relações sócio, políticas e históricas nesse tempo e espaço, com suas contradições, mudanças e permanências e a construção de diversos discursos que, ainda hoje, se levantam a partir das cidades de Russas e Limoeiro do Norte.

Assim, pretende-se desenvolver nessa parte do trabalho uma abordagem histórica a partir da construção narrativa de algumas biografias de sujeitos históricos russanos, localizados temporalmente a partir da década de 1930 e que se envolveram, no calor dos fatos, ou a posteriori, com a construção de discursos acerca da corrida pela Diocese e da perda desta pela cidade de Russas.

Narrar a vida de alguém, muitas vezes, nos leva a entrar em contato com sensibilidades, sentimentos e emoções de muitos daqueles que se dispõem a revisitar a memória do biografado. Com a redescoberta das lembranças, depara-se com saudades, com representações que foram erigidas a partir das relações destes sujeitos no meio coletivo, mas

também nos faz entrar em contato com sujeitos de forma individual, de sua trajetória de vida, de suas ligações políticas, religiosas; ou seja, narrar a vida de alguém não é tarefa fácil, é complexa e, ao mesmo tempo, desafiante. Esses elementos vão inquirindo a escrita historiográfica na abordagem das biografias, e, por outro lado, esse tipo de pesquisa nos ajuda a elucidar as diversas facetas que os personagens, agora trazidos para o centro da pesquisa, tiveram na sua trajetória no passado e os desdobramentos que ainda estão latentes e se configuram como ondas e não como uma linha reta cronológica e positiva.

Nesse sentido, vários tipos de biografias foram classificados para cada contexto em que se inseria a sociedade, a importância que ela dava a representação dos casos apresentados, cada tipo seguia uma sequência do que estava sendo estudado. O que se entende com isso, é como é de fundamental importância a discussão historiográfica a partir da escrita da história biográfica, ao qual faz todo o percurso, desde o nascimento até a morte, sendo que cada detalhe é importante para o indivíduo, seu trajeto, sua infância, adolescência, a vida adulta e os sonhos realizados e não realizados.

No rol dos nossos biografados³², cinco sujeitos históricos tiveram grande importância na tentativa de articulação da sede do Bispado para a cidade de Russas, e também outros sujeitos que, a posteriori, tentaram amenizar a perda da sede com a criação do primeiro Patronato para meninas no Vale do Jaguaribe. Como complemento desses sujeitos há também o sacerdote que, mesmo após quase cinco décadas da tal corrida pela Sé Episcopal, construiu, a partir da escrita memorialista, uma obra que apresenta documentações, discursos e representações, e também a forma como foi conduzida político-ecclesiasticamente a escolha da cidade para sediar o Bispado.

José Ramalho de Alarcon e Santiago

Natural de Aracati, nascido no dia 30 de junho de 1889, prestou exames admissionais na Faculdade de Medicina da Bahia para o curso de Farmácia, sendo aprovado. Posteriormente, transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde concluiu seus estudos superiores no ano de 1911. Regressando a Russas, no ano seguinte, instalou a Farmácia Ramalho, ainda hoje existente no mesmo local, dotando-a de um ambulatório bem

³² Traçaremos uma breve biografia de cinco sujeitos históricos russanos, naturalizados russanos, que tiveram grande importância na corrida pela sede da Diocese e/ou a construção do Patronato, que surgiu como uma espécie de “prêmio de consolação” após a perda da sede jaguaribana para a cidade de Limoeiro do Norte. Também delinearemos um breve relato da vida dos dois Padres, no caso Padre Pedro na época, e Padre Vidal Gurgel que estava à frente da paróquia de Russas na época da disputa pela Diocese, sendo que Padre Pedro escreve quase cinquenta anos depois o livro *Capital e Santuário - Miragens Russano-Nordestinas* onde desenvolve uma crítica feroz aos métodos usados para a escolha de Limoeiro como sede da Sé vale jaguaribana.

equipado. Exerceu, por longos anos, as funções de médico prático, passando a prescrever e administrar medicamentos, em sua maioria de manipulação própria, além de realizar pequenas cirurgias com sucesso. (ROCHA, 2016, p. 251).

Filho de João Barbosa da Silva Ramalho e Ana Rosa Ramalho, casou-se com Maria Ramalho de Alarcon e Santiago. Nomeado por Título de 13 de fevereiro de 1920, licenciou-se em 30 de setembro de 1926 para concorrer ao mesmo cargo na eleição municipal de 15 de novembro de 1926, tendo sido eleito com 574 votos pelo Partido Republicano Conservador, contando com o aval do Governador do Estado, Desemb. José Moreira da Rocha, e do Secretário Estadual do Interior e Justiça, Dr. José Carlos Matos Peixoto. Disputou esta eleição sem concorrentes, uma vez que seu principal adversário político, o Cel. Araújo Lima, havia falecido recentemente. Foi destituído pelo Decreto Estadual nº 6, de 16 de outubro de 1930. (ROCHA, 2001, p. 239).

É interessante perceber que durante o ano de 1926 o Ceará encontrava-se em estado de sítio, ainda assim, neste ano, houve duas eleições, a primeira para uma vaga de deputado federal, autorizado pelo Decreto Federal nº 17.330, de 29 de maio de 1926, e a segunda relativa a eleição municipal, autorizada pelo Decreto Federal nº 17.448, de 25 de outubro de 1926. Com a revolução de 1930, o então governador do Estado do Ceará, Doutor José Carlos de Matos Peixoto, foi destituído, assumindo em seu lugar o Doutor Manoel do Nascimento Fernandes Távora, que no dia 16 de outubro daquele mesmo ano editou o Decreto nº 6.

No campo político, embora não tivesse muita afeição pelo assunto, foi muito incentivado por seu irmão, Padre Zacarias Ramalho, a ingressar na atividade política em São Bernardo das Russas. Padre Zacarias Ramalho foi quem articulou, com o aval do Arcebispo Dom Manoel da Silva Gomes, junto ao governador do Estado, João Tomé de Saboia e Silva, a sua nomeação para prefeito, substituindo Felipe José de Santiago Lima, que pediu exoneração do cargo na mesma data.

Por motivo das secas constantes, pouquíssima verba e reduzida arrecadação de impostos em São Bernardo das Russas, José Ramalho conduziu sua administração com muitas dificuldades. Um fato que deve ser lembrado é que, com muito esforço, adquiriu para Russas trilhos de ferro em Quixadá e instalou luz elétrica na rua da frente, atualmente Avenida Dom Lino, na rua do comércio, atualmente rua Padre Raul Vieira, e também em algumas residências, sendo a primeira a se beneficiar da novidade a antiga travessa Professor Aprígio. Como era um homem muito religioso e ligado ao Arcebispo Dom Manoel, realizou toda essa novidade para receber a visita pastoral do Arcebispo, que ocorreria no dia 26 de novembro de 1924. José Ramalho não contava com alguns infortúnios que iria acontecer naquele mesmo período:

A visita daquele prelado começou em Aracati, a que se seguiram Passagem das Pedras (Itaiçaba) e União (Jaguaruana), e tinha término previsto em Russas. Para melhor impressão, a população pintou suas casas, engalanando as principais ruas e praças. Porém, o arcebispo, que faria a inauguração da luz elétrica recém-instalada, regressou de União para a vila do Jiqui, sem ir a Russas. A decepção foi ainda maior quando os russanos souberam que o religioso havia se demorado no Jiqui por mais de seis horas. Desta forma, o prefeito José Ramalho inaugurou aquele pequeno progresso da cidade sem muito entusiasmo. (ROCHA, 2016, p. 253).

Mesmo com todos os percalços, ou seja, falta de verbas, a força do intemperismo das secas e as desavenças com algumas autoridades locais, José Ramalho demonstrava interesse pela administração pública, e em 30 de setembro de 1926 licenciou-se para concorrer às eleições próximas, que ocorreriam em 15 de novembro daquele mesmo ano. Como candidato único, obteve 574 votos e reassumiu o cargo de prefeito nas terras de Dom Lino. Nesse segundo mandato ocorreram mais dificuldades, sobretudo pela falta de seu principal colaborador e irmão, Padre Zacarias Ramalho, que faleceu em 1924. Além disso, havia um clima de instabilidade política, tanto estadual quanto nacional, que resultava na decretação frequente de estado de sítio pelo presidente Artur Bernardes, restrições à liberdade de imprensa, e, ainda, o declínio das oligarquias da República Velha e a escassez dos recursos financeiros.

No entanto, já no final de sua gestão, conseguiu com o governador do Estado, Carlos de Matos Peixoto, e com Joaquim Moreira de Souza, então diretor da Instrução Pública do Estado, a construção de um Grupo Escolar, inaugurado no dia 1º de fevereiro de 1930, conforme se vê no Decreto Estadual nº 1.423, de 27 de fevereiro daquele ano: “O presidente do Estado, considerando que em 1º de fevereiro do corrente ano foi instalado no Grupo Escolar de Russas e que é imprescindível uma dotação orçamentária para as respectivas despesas de expediente [...] Palácio da Presidência do Ceará, em 27 de fevereiro de 1930. José Carlos de Matos Peixoto”. (ROCHA, 2016, p. 253-254).

José Ramalho chegou ao final de seu mandato em 16 de outubro de 1930, quando foi destituído por meio do Decreto estadual nº 6, e voltou a dedicar-se à sua farmácia, que funciona até hoje no mesmo local, na atual avenida Dom Lino, ao lado da Igreja Matriz, um simpático casarão azul e branco, com um sobrado, mantendo as características do século XIX. Esse casarão foi palco de discussões políticas e eclesiásticas, e local de recepção para políticos “importantes”, Bispos e Arcebispos. Em 1932 mudou-se para Fortaleza, onde instalou a Farmácia São Bernardo, em sociedade com o Doutor Américo Picanço, não obtendo, porém, neste último empreendimento, o êxito esperado. Retornou a Russas em 1935 já doente, vindo a falecer em 15 de dezembro de 1936. Deixou a viúva, dona Maria Ramalho, e oito filhos: Maria de Lourdes, Maria Romélia, José Murilo, José Luiz, Maria Dolores, Maria Clarice, José Mauro (Dom Mauro Ramalho) e José Fábio.

José Ramalho de Alarcon e Santiago era muito religioso e ligado às autoridades eclesiásticas, como o Arcebispo Dom Manuel, de quem era compadre, e sempre abria as portas

do sobrado dos Ramalho para recebê-lo quando realizava suas visitas pastorais na região jaguaribana.

Outra característica marcante deste cidadão naturalizado russo era a vontade de ver a sede do Bispado jaguaribano ser instalada em Russas. Ele trouxe para si a inauguração das atividades Pró-Bispado em São Bernardo das Russas, percorreu as comunidades interioranas do município, amealhando dinheiro para trazer a Sé para a Igreja-mãe, São Bernardo das Russas. Seu falecimento se aligeirou, segundo seus familiares, a partir da tristeza de não haver conseguido reunir a elite política russana em prol desta grande obra eclesial para o município, e, conseqüentemente, a perda da Diocese.

Coronel Lino Gonçalves de Oliveira

Lino Gonçalves nasceu em Russas, no dia 30 de outubro de 1869, filho do casal Manoel José de Oliveira e Ana Maria de Jesus. Seus estudos básicos foram realizados em Russas, na segunda escola do sexo masculino, na comunidade de Poço Redondo, zona rural de São Bernardo das Russas.

De família abastada, herdou bom patrimônio. Tendo vida bastante cômoda, tornou-se coronel importante na região jaguaribana, sobretudo devido ao comércio da cera de carnaúba, já que era grande produtor e viveu no período áureo da exploração do negócio no vale. (ROCHA, 2016, p. 281).

Embora fosse avesso à política, concorreu, em 1912, por insistência dos correligionários, ao cargo de intendente municipal (prefeito), no entanto perdeu o pleito para seu opositor, coronel Perdigão Sobrinho, motivo pelo qual não mais ter se candidatado em outros pleitos.

Lino Gonçalves era extremante católico, e sempre preocupado com as questões sociais contribuiu de forma generosa para a construção da capela do Patronato Coração Imaculado de Maria, e do auditório da mesma instituição religiosa, que recebe o seu nome, auditório Lino Gonçalves; como também contribuiu para as obras do Hospital e Casa de Saúde de Russas. No que tange a sua relação com a Igreja Católica, era extremamente participativo nas questões paroquiais, e como morava na comunidade de Timbaúba de Nossa Senhora das Dores, há dez quilômetros do centro de São Bernardo das Russas, este auxiliou financeiramente na construção da capela, nas reformas e na compra dos santos.

Casou-se com Maria Joaquina de Lima, filha de Vicente Ferreira Lopes de Lima e Francisca Maria de Jesus, em 20 de maio de 1890. A cerimônia foi celebrada em sua casa, no Sítio Timbaúba, pelo Padre Luís Santiago. Do casal nasceram Joaquim Oliveira e Maria de Jesus de Oliveira.

Em 1908 Lino Gonçalves ficou viúvo, e em 30 de novembro de 1911 casa-se novamente, agora com Francisca Ingracia de Lima. Deste novo enlace nasceram Leomar, Dulcinéia, Juvenal, Margarida, Clotilde, Juvêncio, Josué, Jonas, Cecília e Teresinha. É interessante destacar que Teresinha foi uma homenagem feita pelo Senhor Lino à Santa Teresinha, por haver em uma de suas casas de morada uma capelinha em homenagem à santa. Hoje a capelinha não existe mais, foi doada para outra comunidade que tinha devoção à Santa Teresinha. Eu cheguei a conhecer essa capelinha nas viagens que fazíamos, pois, a minha mãe, quando era adolescente, morou na comunidade de Timbaúba de Nossa Senhora das Dores, e conheceu o Lino Gonçalves. Posteriormente fomos visitar o lugar e já não tinha mais quase nenhum dos filhos.

Também é interessante relatar que Lino Gonçalves construiu um mausoléu na comunidade de Timbaúba, próximo à sua casa. Um mausoléu muito bonito, suntuoso, para que ele fosse enterrado lá, uma espécie de obelisco, alto, cheio de abóbodas, mas na época de seu falecimento o pároco não permitiu e seu sepultamento foi realizado no cemitério. Segundo dona Luzimar Gonçalves, neta de Lino, um dos sonhos do avô era ser enterrado nesse mausoléu, porém, ela mesma relata que, atualmente, a família já não possui tantas condições, e por isso não conseguiu fazer o traslado dos restos mortais de Lino Gonçalves.

Na intimidade, era conhecido como Ti Lino, sendo homem de marcante dinamismo e largo prestígio social. Faleceu em 12 de janeiro de 1956, sendo sepultado no cemitério de Russas. É o atual patrono do auditório da Unidade Educacional Coração Imaculado de Maria – UNECIM, em justo reconhecimento pela sua colaboração com a referida instituição. (ROCHA, 2016, p. 282).

O senhor Lino Gonçalves era muito devoto de Nossa Senhora das Dores, e passou boa parte da vida morando em uma comunidade no interior de Russas, chamada de Timbaúba de Nossa Senhora das Dores. Ele era benfeitor da capela, auxiliando financeiramente na construção e comprando santos e paramentos para embelezar a capelinha. Ao contrário do que muitos memorialistas falam, Lino Gonçalves era muito envolvido com política, como podemos ver no fragmento abaixo em que sua neta, a professora dona Luzimar Gonçalves, ao ser perguntada: “Seu avô, Lino Gonçalves de Oliveira, era envolvido com política?”, responde:

Sim, e como era. Ele era de um partido e eu votava no outro. Ele era do partido dos católicos, o UDN. O marido de uma tia minha era do PSD e me convenceu a votar no PSD. Meu avô era daqueles que buscava caminhão de eleitores lá fora, era um cabo eleitoral. Matava um boi pra dar de comer a esse povo. O mais engraçado que teve um dia que a gente se descuidou de ir almoçar no dia que mataram um boi, quando fomos já tinha acabado, ficamos sem almoçar. Porque ninguém foi buscar cedo, quando foi buscar não tinha mais. Outro político que eu não vou dizer o nome, porque não é interessante, pegou os eleitores dele e mandou tudo lá pra casa, porque o boi era suficiente pros eleitores do meu avô, mas esse outro político que não quis gastar

mandou pra lá. Ele deveria ser do partido UDN, senão não tinha mandado. Não digo quem era.³³

General Manoel Cordeiro Neto

Natural de Russas, nascido em 30 de dezembro de 1900, sendo filho de João Lopes de Sousa Lima e de Maria Joaquina da Conceição Lima, realizou seus estudos básico e médio em Russas e Fortaleza.

Em 1920, matriculou-se na Escola Militar de Realengo, Rio de Janeiro. Dois anos mais tarde, em 1922, eclodiu o movimento revolucionário conhecido por Movimento do Forte de Copacabana, chefiado por vários tenentes que buscavam impedir a posse, marcada para o dia 5 de junho, do paulista Artur Bernardes, vitorioso em eleições consideradas fraudulentas. Depois de sangrentos combates e muitas perdas, os tenentes e seus comandados foram derrotados. Muitos foram presos e outros afastados dos quadros militares. O nosso biografado, que não havia concluído seu curso, voltou ao Ceará e, no ano de 1923, ingressou na Faculdade de Direito, onde colou grau no dia 11 de agosto de 1927, data do centenário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil. Enquanto fazia faculdade exerceu as funções de secretário do Colégio São Luiz, que tinha como diretor o doutor Francisco de Menezes Pimentel. Entre 1927 e 1930, exerceu, também, a mesma função na faculdade de direito. (ROCHA, 2016, p. 285).

Saindo vitorioso do movimento revolucionário de 1930, Getúlio Vargas determinou, através do Decreto nº 19.393, de 05 de novembro de 1930, a incorporação das unidades patrióticas e estaduais ao exército ativo, a qual pertencia, na ocasião, o nosso biografado. Nesse sentido, Manoel Cordeiro Neto foi então destacado para a guarnição da Paraíba, sob jurisdição da sétima região militar, posteriormente, removido para São Paulo, onde se sobressaiu pela bravura em combate no âmbito do movimento de 1932, a conhecida Revolução Constitucionalista, encabeçada por São Paulo, especialmente na cidade de Cunha, chegando a receber elogios dos seus comandantes.

No dia 25 de maio de 1935, Francisco de Menezes Pimentel foi nomeado, pela Assembleia Estadual, para o cargo de governador do estado do Ceará, tomando posse no dia seguinte. Dois dias depois, nomeou o 1º tenente Manoel Cordeiro Neto para o cargo de chefe de Polícia e Segurança Pública do Estado, função em que tomou posse imediatamente como vemos: Aos 27 dias do mês de maio de 1935, perante o excelentíssimo senhor governador constitucional do Estado, doutor Francisco Menezes Pimentel, compareceu o 1º tenente doutor Manoel Cordeiro Neto e disse que tendo sido nomeado por título de hoje, chefe de Polícia do Estado, vinha prestar o compromisso para desempenhar as funções do cargo para que fora nomeado. (ROCHA, 2016, p. 286).

Sob seu comando ficavam não apenas a força pública do estado, mas também o Corpo de Bombeiros, as delegacias de polícia do primeiro e segundo distritos e auxiliar, Guarda Cívica, a Inspetoria de Polícia Marítima, a Casa de Detenção e o Gabinete Médico Legal. Ainda

³³ Entrevista cedida por dona Luzimar Gonçalves. Realizada em Russas-CE em 12 de janeiro de 2019.

em 25 de maio de 1935, Manoel Cordeiro Neto foi nomeado em comissão para o posto de tenente-coronel da Força Pública do Estado, cargo que ocupou até 15 de dezembro de 1936; após, foi promovido a capitão do exército por decreto presidencial de 3 de maio de 1936, e nomeado pelo interventor Menezes Pimentel para o cargo de secretário do estado da polícia e segurança pública do Ceará. Ao mesmo tempo, foi promovido coronel da polícia militar, em comissão dada à polícia estadual nos anos de 1939 a 1941. Como político, o general Manoel Cordeiro Neto, mesmo antes de afastar-se das atividades militares, já havia iniciado um movimento político para candidatar-se a prefeito de Fortaleza. Filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) e recebeu apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Libertador (PL). Verifica-se, a partir da literatura memorialista, que não teve qualquer dificuldade para vencer o pleito realizado em 3 de outubro de 1958. Tomou posse em 25 de março de 1959 e governou a capital cearense durante quatro anos, até 25 de março de 1963.

Também sob sua orientação, foi construído o mais moderno campo de aviação e hangar do Nordeste, no Alto da Balança, Fortaleza, inaugurado no dia 12 de outubro de 1939, na presença do governador do Estado e do general Isauro Regueira, comandante da 7ª Região Militar, sediada no Recife, além de inúmeras autoridades e povo em geral. Uma das mais nobres iniciativas de Cordeiro Neto foi o fato de, ao assumir o posto de chefe de Polícia, elaborar uma profunda organização interna de sua repartição, criando o Serviço de Escrituração, que tinha como principal objetivo contabilizar as chamadas quotas do jogo do bicho, até então isentas de registros. Criou, também, o Serviço de Contabilidade e teve a preocupação de elaborar balancetes e publicá-los na imprensa para o conhecimento de todos, adotando como meta a transparência na utilização dos recursos públicos. Foi com esse dinheiro das quotas que construiu, reformou e comprou prédios para o Estado, além de terrenos para obras sociais. No mesmo sentido, destinou a arrecadação das quantias recebidas com taxas de jogo à aquisição de um sítio e terreno destinados ao Patronato de Russas e à construção do Quartel da Força Pública, na mesma cidade. (ROCHA, 2016, p. 289).

No que tange à sua atuação em terra natal, Russas-CE, Cordeiro Neto nunca deixou de visitá-la, demonstrando carinho e zelo por Russas. Em relação à preocupação com o progresso de sua cidade, fez tudo “o que estava ao seu alcance” para engrandecer o seu “berço natal”. Logo que assumiu a pasta da Segurança Pública do Estado foi à Russas com o Governador/interventor e, nessa oportunidade, escolheu o terreno para a construção da pista de pouso. Logo, deu início à construção, tanto que no dia 12 de julho de 1936, em companhia de Menezes Pimentel e de outras autoridades e de populares, fizeram sua inauguração.

Aproveitando a oportunidade, solicitou ao Governo a compra de um sítio com vasto terreno para a instalação de um patronato e do Quartel da Força Pública. Aceita a proposta, foi feita aquisição do sítio pertencente ao senhor Manoel Ramalho, propriedade que já havia sido do coronel Francisco das Chagas de Araújo – aracatiense, grande comerciante, comandante superior da Guarda Nacional e chefe político local pelo Partido Conservador – passando, posteriormente, para o padre João Vicente Ferreira Lima e, depois, para o padre João Luiz de Santiago, que ali inaugurou o Colégio dos Sagrados Corações no dia 2 de fevereiro de 1896. Com a morte deste pároco, passou para os sobrinhos, que venderam suas quotas a um único herdeiro, o senhor Manoel Ramalho. Resolvida a questão da compra do terreno, logo no dia 10 de agosto de 1936, teve início a construção do quartel, sob a orientação do capitão

Ozimo de Alencar Lima e supervisão do senhor Antônio Carneiro de Oliveira Lima (Antônio Cordeiro), tio e padrinho do Doutor Cordeiro Neto, além do acompanhamento periódico deste último. A ordem era concluir a obra em prazo o mais curto possível. (ROCHA, 2016, p. 293).

A inauguração da pista de pouso se deu em um domingo, 10 de dezembro de 1937, às 10h, na presença do interventor estadual, do coronel Dracon Barreto, comandante do vigésimo terceiro batalhão da cavalaria do colégio militar, do secretário do interior e justiça, Martins Rodrigues, do diretor da agricultura, Euclides Dias de Freitas, de outros convidados vindos de Fortaleza e de autoridades e da população local e regional do Vale do Jaguaribe. O general Manoel Cordeiro Neto foi também um grande entusiasta na construção do Patronato. O terreno que havia solicitado ao interventor federal Menezes Pimentel, para a construção do 1º BPM cearense, houve um pedido particular, que uma parte do terreno, na qual continha um grande sítio, também fosse adquirido e doado à Paróquia para a construção de uma escola.

Algumas pessoas conjecturam que tal pedido foi uma forma de compensar a perda da Diocese em Russas, e como o interventor estadual havia doado cem contos de réis em ações para a comissão Pró-Diocese de Limoeiro do Norte, ele não fez restrição ao pedido do general. De acordo com relatos de populares e a escrita dos memorialistas, só foi possível a articulação do Patronato a partir da doação desse terreno, que foi articulado por Cordeiro Neto com o interventor estadual Menezes Pimentel.

Cônego Pedro de Alcântara Araújo

Pedro de Alcântara Araújo nasceu em Granja, Ceará, aos 19 de outubro de 1914. Filho do casal José Pedro de Araújo e Maria Olinda Lopes de Araújo, realizou seus primeiros estudos básicos em sua terra natal, que já demonstrava interesse pela vida religiosa, e, em seguida, foi enviado ao Seminário Arquidiocesano em Fortaleza. Apadrinhado pelo Bispo de Limoeiro, Dom Aureliano Matos, obteve, em 29 de novembro de 1942, o subdiaconato, sendo que, no ano seguinte, em 19 de junho de 1943, foi ordenado sacerdote, celebrando sua primeira missa na Catedral de Limoeiro do Norte, já no dia subsequente à sua ordenação.

Vigário de Russas por quarenta (40) anos nasceu em Viçosa do Ceará, mas logo sua família mudou-se para o Pará, tornando-se conhecido como o Padre paraense. Em Belém, muito jovem ingressou na Ordem dos Frades Franciscanos Menores (OFM). Reconhecendo sua inteligência, os Superiores o enviaram para a Alemanha, onde foi estudar no Seminário Franciscano de Bardel, Província de Münster, diretamente na fronteira com a Holanda. Por motivos de saúde e também pelo perigo da Segunda Guerra mundial, temendo um ataque naval dos alemães, escapando através da cerca do Seminário para Holanda, conseguiu chegar são e salvo no Brasil. Encontrou-se com o 1º Bispo eleito de Limoeiro do Norte, Monsenhor Aureliano Matos, que ia de navio ao Rio de Janeiro, então Capital do Brasil, para encontrar-se com o Núncio Apostólico a respeito de sua nova responsabilidade eclesial e também para adquirir suas indumentárias e insígnias episcopais. Mons. Aureliano, dialogando com o

estudante de Teologia, e inteirando-se de sua situação, interessou-se pelo mesmo e o convidou para ser seu colaborador na qualidade de Presbítero em sua nova Diocese, prometendo-lhe cuidar de sua saúde. (CASTELLO BRANCO, 2015, p. 141-142).

O Bispo eleito fez tal convite porque logo percebeu a espiritualidade do jovem, bem como os seus dotes intelectuais. E foi assim que Padre Pedro de Alcântara Araújo integrou o clero da recém-criada Diocese do Vale jaguaribano, tendo sido ordenado como seu segundo Padre por Dom Aureliano Matos. Até à sua nomeação para a Paróquia de Russas, em 1948, ele morou em Limoeiro do Norte, depois de ter sido Pároco de Icapuí, secretário do Bispado e Vigário cooperador.

A função religiosa é marcada por idas e vindas, pois seus integrantes são, frequentemente, deslocados para paróquias vacantes ou onde há mais demandas. Assim, é que, já no ano de 1943, foi nomeado vigário de Icapuí. Porém, lá permaneceu por apenas um ano, porque foi transferido de volta para Limoeiro, sendo nomeado secretário auxiliar do bispado e professor do Ginásio Diocesano local, funções que ocupou até 1948, ano em que foi nomeado vigário encomendado de Russas, tornando-se, em 1951, seu vigário colado. (ROCHA, 2016, p. 335).

A sua transferência para Russas, onde exerceu quase até a morte sua vida pastoral, deveu-se à ordenação episcopal do Padre José Bezerra de Sousa, até então Vigário de Russas e recém-nomeado Bispo de Caitité - BA. Nesse sentido, Dom Aureliano confiou a ele a realização das festas episcopais, ficando, então, como vigário colato em Russas, embora não tenha recebido do Bispo Aureliano, oficialmente, esse tipo de nomeação, que, aliás, cabia pelo direito canônico enquanto sucessor de um pároco eleito bispo.

Ao longo de seu vicariato, em Russas, foi exercido com punho forte e mão austera. Padre Pedro possuía pouca simpatia e era muito polêmico em suas decisões. Logo no início, em 31 de outubro de 1952, quando houve a inauguração da agência do Banco do Brasil na cidade, negou-se a conceder as bênçãos do prédio em cerimônia usual nestas ocasiões. Foi preciso apelar ao Padre Nelson Terceiro de Farias, que estava de passagem pela cidade, para fazer o ritual. Não satisfeito, em meio às festividades do evento, mandou tocar os sinos da Igreja em ritmo de finados. Indagado sobre as razões de seu gesto, respondeu simplesmente que não podia misturar o sagrado com o profano.

No ano de 1959, quando o prefeito Eliseu Ferreira Lima deixou o cargo, passou a administração da banda de música municipal Euterpe Afonso Lima para a Associação Atlética Russana, que tinha como presidente o diretor do hospital de Russas, Doutor Daltro Holanda, que era filiado ao PSB. E como o vigário era da UDN, partido político opositor, proibiu a banda de tocar em qualquer evento religioso, o que contribuiu, enormemente, para a desmobilização e o desaparecimento da referida banda no cenário municipal. Outro episódio marcante em seu paroquiado, se deu na segunda gestão do prefeito Joao de Deus (1963-1966), quando começaram as obras de alargamento da Avenida Dom Lino. Padre Pedro não quis deixar que

recortassem a calçada da Igreja de São Sebastião, e somente depois de longas conversas com o prefeito este consentiu, mas em troca exigiu a pintura do templo religioso da cidade de Russas.

Percebemos, assim, que Padre Pedro não era um sujeito muito aberto a conversas e ao diálogo, era um conservador, e com um temperamento muito forte. Ele tinha uma aversão a qualquer outra religião ou manifestação que fosse contrária ao catolicismo. No caso, há vários relatos sobre seus discursos contra protestantes, maçons e espíritas. O texto abaixo nos traz atitudes protagonizadas pelo então Pároco de Russas:

Outra querela se deu na administração de José Martins, quando, também, necessitava alargar a Av. Dom Lino, no trecho junto à matriz. Após várias contendas com o religioso, o prefeito conseguiu sua permissão para continuidade da obra. O Vigário, ainda, promoveu reformas na matriz, que a descaracterizaram, pondo abaixo as árduas e prolongadas obras levadas a cabo, anteriormente, pelo Monsenhor João Luiz, desagradando, com esta atitude, a muitos de seus paroquianos. Porém, faça-se justiça, promoveu algumas benesses. Em 1893, em movimento encabeçado pela Associação Profissional Escola Familiar Agrícola Russana – APEFAR, fundou a Escola Municipal Agrícola Padre Pedro de Alcântara, no lugar Retiro. Segundo informações, no ano de 1997, foi a mesma dotada de computadores, depois de uma campanha levada a cabo pelo cônego e, em nossos dias, funciona diurnamente, com um total de 285 alunos. (ROCHA, 2016, p. 336).

Podemos perceber, levando em consideração ao fragmento acima, que Padre Pedro também desenvolveu algumas atividades benéficas para o município, como é o caso da fundação da Escola Agrícola no Retiro, que colheu diversos jovens da região com uma infraestrutura arrojada e um ensino técnico agrícola, o que antes Russas não dispunha de uma educação rural mais efetiva. Ainda em relação às suas obras, podemos destacar dois livros: *Capital e Santuário* e *Luz da vida*.

Padre Pedro ficou à frente da Paróquia de Russas por décadas, somente abandonando a função em 1988, quando já contava com mais de 70 anos de idade, ocasião em que foi substituído pelo Padre Felipe Garcí Vergues, espanhol de Barcelona e jesuíta. Nesse sentido, temos outra questão que envolve Padre Pedro, que é a de passar a Paróquia para a Diocese. Padre Pedro era diocesano, e foi ordenado pelo Bispo Dom Aureliano Matos, na Diocese de Limoeiro do Norte, como já foi dito anteriormente, e quando saísse do seu vicariato teria que passar a sua Diocese para outro padre diocesano, porém foi relutante e não o fez, justamente por conta das rixas com os limoeirenses e com a elite eclesial do Ceará e de Limoeiro. O motivo seria o livro *Capital e Santuário*, em que ele discute a questão da Diocese, como também já foi colocado. Então Padre Pedro só saiu das atividades à frente da Paróquia passando a Diocese para os jesuítas - condição imposta por ele -, levando, assim, os jesuítas assumiram a Paróquia de Russas.

Mesmo afastado, passou a demonstrar mais interesse por Russas, uma vez que permaneceu residindo na cidade até sua morte. No mesmo ano, em 1988, assumiu o cargo de

assistente espiritual da Ordem Franciscana Secular – OFS, sendo criada a obra beneficente franciscana. Já em 1997, foi nomeado por Dom Edmilson Cruz, então Bispo de Limoeiro do Norte, condutor da capela de São Francisco de Assis em Russas, atividade que exerceu até o seu falecimento.

No ano internacional do idoso, em 1999, por sugestão de Maria do Socorro Xavier Pitombeira, da Irmandade de São Francisco de Assis, surgiu a idéia de criarem um lar devotado ao cuidado dos idosos. Após longa campanha junto aos russanos, a doação de um terreno por d. Maria Ramalho e de 54 mil euros, vindos da Alemanha, finalmente, a obra foi à frente, sendo concluída em 18 de abril de 2004, sob a denominação de Lar Santa Clara de Assis, que se mantém operante, desde então, contando com a contribuição dos internos e familiares, bem como da coletividade, sendo dirigida, inicialmente, por sua idealizadora, Maria do Socorro Xavier, e, mais recentemente, por seu esposo, José Leudo Xavier. Construíram, no local, uma capela sob o orago de São José. Faleceu em 7 de fevereiro de 2001 e foi sepultado na supracitada capela. Figura como patrono não só da Escola Agrícola referida, como também do Centro Cultural Russano. (ROCHA, 2016, p. 337).

O Monsenhor João Olímpio Castello Branco constrói uma narrativa afetuosa sobre o Cônego Pedro de Alcântara. Após fazer diversas acusações e trocar farpas, por conta do livro do Cônego Pedro, *Capital e Santuário*, o Monsenhor Castello termina por criar, em uma outra parte do seu livro, *Caminhada Eclesial Jaguaribana* (2015), uma biografia de Padre Pedro, em que ressalta as características positivas do controverso Pedro de Alcântara, como vemos a seguir:

Padre Pedro foi Pároco zeloso, espiritual e muito culto, embora aparentasse ser uma pessoa introvertida ou ainda marcada pela vida conventual franciscana. No entanto, em conversa com ele sentia-se o outro lado de sua personalidade: era comunicativo, caridoso, falava vários idiomas, era escritor, poeta e músico. Era de fato uma cultura! Um de seus livros, em que demonstra seu bem querer a Russas, intitula-se “Capital e Santuário”, pois para ele Russas devia ser não apenas a Capital do Vale do Jaguaribe, mas, sobretudo o Santuário da Região, enquanto Sede da nova Diocese, que deveria ter sido nesta cidade. Quando resolveu entregar a Paróquia, fez questão de confiá-la somente aos Padres Jesuítas, que fez empenho de acolher quando saíram da Paróquia de Aracati-CE e que teve como zelosos colaboradores, o que aconteceu ainda hoje. (CASTELLO BRANCO, 1999, p. 142).

Monsenhor Vidal Gurgel Guedes

Ordenado em Fortaleza, a 30 de novembro de 1910, Vidal Gurgel Guedes foi Vigário de Pacatuba durante 16 longos anos, antes de ser nomeado Pároco de Limoeiro. Provisonado para a Paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição em Limoeiro do Norte, em 15 de dezembro de 1926, tomou posse em 20 de dezembro do mesmo ano, curando esta Paróquia durante três anos, até 22 de dezembro de 1929, quando foi provisionado o seu substituto. Dom Manoel da Silva Gomes mandou anexar na Ata da Visita Pastoral de 1929. A figura do Padre Vidal Gurgel Guedes era carismática e de personalidade forte, assim, envolveu-

se em situações inusitadas no exercício de sua vida religiosa, como podemos perceber na citação abaixo:

O Monsenhor João Olímpio Castelo Branco, em sua obra “O Limoeiro da Igreja”, quando descreve a vida do monsenhor Vital, diz que este sacerdote passou por uma séria desavença com seus paroquianos de Limoeiro do Norte. O episódio ocorreu em função do fechamento de janelas laterais da igreja matriz daquela cidade. Durante o dia, o padre mandava fechar, em alvenaria, até a metade, mas a obra era desfeita, à noite, por aqueles que eram contrários à medida, chegando-se a uma situação insustentável. Sob ameaça de agressão física e para evitar o pior, fugiu para Russas, aguardando a chegada de sua nomeação para a nova paróquia. (CASTELLO BRANCO, 1999, p. 35).

Padre Pedro de Alcântara, em seu livro *Capital e Santuário*, faz muitas críticas ao Padre Vidal Gurgel Guedes por ter sido relapso em não fazer as anotações no livro de tombo da Paróquia, deixando, assim, uma lacuna na história da Igreja russana e do Vale do Jaguaribe. Durante o paroquiado de Vidal Gurgel Guedes, não dá para perceber, por exemplo, como foram as articulações em relação à Igreja russana, no que diz respeito à comissão Pró-Bispado; as próprias visitas pastorais de Dom Manoel são pouquíssimas registradas, e também a falta de ação deste sacerdote em articular, em chamar a sociedade russana, da época, para conquistar a sede jaguaribana. Nos fragmentos abaixo podemos identificar essas críticas do Padre Pedro e também a articulação do Patronato como uma espécie de prêmio de consolação para Russas, após a perda do Bispado:

Se, por outro lado, o Vigário Vital Gurgel Guedes não teve habilidade, nem competência para contornar o avanço sectário na Paróquia, de modo que esse mistério da iniquidade não conseguisse impedir a conquista da sede diocesana para Russas, houve, sem dúvida, com a criação de um Patronato, dirigido pelas Filhas do Coração Imaculado de Maria, uma compensação pelo prejuízo institucional. As seitas maçônicas e protestantes, aliadas, causaram sérios problemas na unidade da Igreja russana, desde o curato do Vigário, Vital Gurgel Guedes, até a ação pastoral do Vigário, Pe. José Terceiro de Sousa, que acabou por denunciar e eliminar a infiltração secretária até no patrimônio eclesial. (ARAUJO, 1986, p. 327).

Nesse sentido, percebemos que, além de julgar Monsenhor Vidal, na época Padre Vidal, como incompetente, também diz que o Pároco que o substituir, ou seja, Padre José Terceiro de Sousa, é quem vai combater os protestantes e a seita maçônica na Paróquia de São Bernardo das Russas. Limério da Rocha (2016) também traz algumas memórias do Monsenhor Vidal Gurgel a partir dos contatos que teve com ele e das memórias sociais das obras que este vigário articulou em Russas, após a perda da Diocese para Limoeiro do Norte, como podemos perceber abaixo:

Eu, que o conheci bastante, observava o hábito que tinha de, ao se aproximar de alguém de aparência razoável, já ir logo se dirigindo à pessoa e pedindo uma esmola para o que fosse. Parecia um vício. Mesmo assim, levava uma vida bastante modesta. Como tivesse o costume de não registrar os feitos de sua administração, nem fazer contabilidade, tornou extremamente difícil a tarefa de avaliar suas obras em Russas.

Sabe-se, no entanto, que participou ativamente na construção da capela do Colégio Coração Imaculado de Maria, tendo como principal suporte o coronel Lino Gonçalves, além de outros grandes proprietários de cera de carnaúba na região. (ROCHA, 2016, p. 370).

Identificamos, assim, que o Monsenhor Vidal, apesar de deixar poucas linhas escritas sobre sua atuação e as vivências durante Pároco de São Bernardo das Russas, e de não ter se envolvido, de acordo com o Padre Pedro, na “batalha” pela Diocese, conseguiu articular, juntamente com o general Cordeiro Neto, a compra do terreno e a construção da primeira escola para educar meninas no Vale do Jaguaribe. Monsenhor Vidal coloca em prática tal articulação a partir da abertura de um canal de diálogo com as irmãs Cordimarianas, que, além da criação do Patronato, iniciava-se também a instalação de uma casa para as religiosas no Vale do Jaguaribe.

De acordo com Padre Alcântara (1986), o paroquiado de Padre Vidal Gurgel Guedes e de seu auxiliar, Padre Aloisio de Castro Figueiras, teve o mérito de conceder à freguesia um estabelecimento de ensino, trazendo para São Bernardo das Russas a primeira casa religiosa da zona jaguaribana, o que seria, naquele tempo, uma conquista singular em prol da juventude feminina de Russas.

3 SITUANDO O OBJETO NO TEMPO: A ERA VARGAS, O ESTADO NOVO E A EDUCAÇÃO - PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, POLÍTICAS E EDUCACIONAIS NO BRASIL E NO CEARÁ

Getúlio Vargas certamente compreendeu os problemas que se apresentavam e a conjuntura histórica de seu tempo. Ele encampou as necessidades não percebidas ou não possíveis de serem resolvidas na conjuntura política da Primeira República. Porém, a relação de violência e a “política dos cassetes” utilizada nas primeiras décadas republicanas, como resposta à “questão social”, terá continuidade durante seu governo. O movimento operário independente continuou sendo reprimido violentamente. Em pelo “governo constitucional” (1934-1935), inúmeras foram as críticas sobre a interferência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) – criado em 1930 e apelidado de “Ministério da Revolução”, dada sua importância ao projeto político que ora se iniciava – nas eleições para líderes sindicais, além das denúncias de excesso de violência contra as manifestações de trabalhadores que contestavam o MTIC e exigiam a pluralidade sindical e critérios mais democráticos de representatividade. O contexto não era benefício aos trabalhadores, pelo contrário: milhares de presos, feridos, expulsos do país, sindicatos cassados, jornais proletários proibidos de circular. A isso se juntava o anticomunismo, combustível utilizado nas perseguições ao longo de 1936 e 1937 – Luís Carlos Prestes, por exemplo, ficou preso quase nove anos, entre 1936 e 1945 – e que culminou com a invenção do conhecido Plano Cohen como justificativa para o golpe de novembro de 1937. (MOURELLE, 2017, p. 3).

Nesta parte da pesquisa não temos o intuito de tomar a figura de Getúlio Vargas como “herói” ou como “vilão”, mas de oferecer uma mensagem crítica sobre um governante que entrou no rol dos mais importantes da história do Brasil. Georges Duby, nos lembra que, embora impossível na prática, como historiadores precisamos buscar a imparcialidade, guiar nossos procedimentos historiográficos como uma linha do horizonte que serve de parâmetro para nossos passos adiante. Ao entrarmos em contato, do ponto de vista histórico, da Era Vargas, devemos procurar deixar de lado a criação e a construção narrativa de uma mitificação que dê a entender que o futuro de um país estava nas mãos de um único homem, pois tal postura ataca a necessária percepção de que é a sociedade ou a coletividade que constrói a nação.

Porém, não podemos esquecer que Getúlio Vargas governou o país durante oito anos sob o jugo de uma ditadura violenta. Esse período poderia ser ampliado se os historiadores atentassem para o fato de que o governo provisório (1930-1934) também foi o momento de ações ditatoriais e de muita violência, a partir dos agentes de estado ligados a Getúlio Vargas, o que nos levar a refletir que Vargas governou quase quatro anos desobedecendo a uma Constituição.

Em 1937 entrou em jogo um fator fundamental para criação do mito Vargas. Seguindo o experiente em voga na conjuntura internacional, o seu governo, que já era bastante centralizador e intervencionista, empreendeu a censura e um eficaz aparelho de propaganda. Além disso, o fenômeno do trabalhismo, analisado por pesquisadores como Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira, entre outros, se tornou uma força política nas décadas seguintes, em grande parte graças à combinação de realizações sociais e a propaganda da exaltação do líder. De acordo com Maria Helena Capelato, o Estado brasileiro usou a propaganda e a censura de uma forma nunca antes vista na história brasileira. (MOURELLE, 2017, p. 12).

Sendo assim, Vargas soube muito bem usar o aparato cultural montado por ele durante os anos em que esteve à frente do Palácio do Catete. As ações implementadas no campo da cultura davam ênfase à desvalorização dos seus adversários e ao passado, na mesma proporção em que exaltava o seu governo e o tempo presente, conforme pode ser comprovado pela criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), entre 1937 e 1945. Vargas procurou capilarizar suas ideias utilizando-se da imprensa e da propaganda, para que atingisse o público de todas as idades, tendo criado, por exemplo, para a intelectualidade, a “Revista Cultura Política”, que tinha um conteúdo voltado para o público acadêmico; e para as crianças em idade pré-escolar, a revista “Getúlio Vargas, amigo das crianças”, na tentativa de criar uma identidade dos brasileiros com o seu governante maior desde a mais tenra infância.

As leis do trabalho devem ser vistas como realizações do governo Vargas, isto é, inquestionáveis, mas também devem ser enxergadas como estratégias de controle da população, uma vez que é criado um sindicato único para cada profissão, o que facilitou a identificação e prisão de quem não “andasse na linha” e/ou criticasse as obras do governo, especialmente de líderes populares não alinhados com o poder federal. Nesse sentido, a ideia da população brasileira como passiva, ordeira e avessa a qualquer tipo de manifestação, no sentido de lutar por mais cidadania ou contra as ações impostas pelo governo, não foi criada nos dias atuais. Ela se constitui a partir de um projeto de nação construído há muito tempo, no qual Getúlio Vargas teve importante participação.

A criação das leis trabalhistas foi o resultado do acúmulo de pressões populares ao longo de décadas de greves, revoltas, prisões e repressões, tanto anteriores quanto durante a era Vargas. Sendo assim, ao formalizá-las, Getúlio Vargas se antecipa aos anseios populares, criando a legislação social e esvaziando o significado histórico das lutas populares do passado. Nesse contexto, cria-se um processo de mitificação e heroísmo atribuindo a ele, a partir dos meios de propaganda e dos diversos comícios e celebrações, que contavam com a massa da população.

É perceptível, assim, que Getúlio Vargas entrou para história não só pelos seus feitos, mas também pela possibilidade que teve de, em um contexto ditatorial, delinear seu discurso sem a presença de vozes contraditórias.

3.1 A “Revolução de 1930” e a Era Vargas: o contexto político

No fundo e na forma, a Revolução escapou, por isso mesmo, do exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto e baixo, sem diferença de idade ou sexo, comungam em um idêntico pensamento fraterno e

dominador: a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos. (VARGAS, 1938, p. 69-70).

A Revolução de 1930, definida usualmente como o movimento político-militar que derrubou o então presidente Washington Luís, dando a chefia da nação a Getúlio Vargas, trouxe mudanças significativas na organização política, na vida social e econômica do Brasil. Para compreender os fenômenos ocorridos após 1930, é preciso estar atento às modificações que vão se alicerçando e gerando resultados de um processo cumulativo que se configura a partir de condições peculiares, em que os elementos nacionais e internacionais são preponderantes no dito movimento revolucionário.

Ao longo da história contemporânea muitos governos criaram sistemas culturais próprios destinados a produzir e a difundir, no âmbito de seus territórios, leituras de mundo, como é o caso dos regimes autoritários que surgiram entre a primeira e a segunda guerras mundiais. A crise política liberal resultou na intervenção dos Estados em muitos setores da vida social e privada. Por isso, em diversos projetos de construção das identidades nacionais, “a educação sempre figurou como um agente central no processo de fortalecimento do Estado, o que se tornou ainda mais pronunciado em regimes de força” (FERREIRA, 2008, p. 20). Nesse sentido, no Brasil, a Revolução de 1930 representou um marco na história política do país.

De acordo com Ferreira (2008), o governo provisório se constituiu em uma fase tumultuada, porém, com experiências fecundas, no que diz respeito à reorganização administrativa. As reformas redefiniram finalidades ministeriais e departamentais. Foram criados órgãos, dado cabo a outros, bem como cargos e funções se modificaram além da extinção de outros.

O período do Estado Novo (1937 - 1945) figurou diversas experiências políticas muito intrigantes, se levarmos em consideração a recente história brasileira; isso pela capacidade de arremessar em torno do projeto de construção da identidade nacional múltiplas correntes ideológicas. Esse contexto não pode ser explicado, simplesmente, pelo surgimento de circunstâncias políticas e sociais favoráveis, é necessário levar em conta que, junto a uma conjuntura internacional de guerra e de fortalecimento de regimes autoritários ao redor do mundo, foi confeccionado uma agenda e programas capazes de reunir acontecimentos, reforçar as situações, e, acima de tudo, aumentar o potencial de convencimento, no que diz respeito à necessidade da criação de uma nova ordem, respaldada no fortalecimento do Estado, que deveria dirigir e organizar as esferas sociais.

Promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em um cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pelo conjunto da nação. (GOMES, 2000, p. 55)

A pesquisadora Josineide Rosa (2008) nos diz que a Revolução de 1930 não foi construída por representantes de uma nova classe social, a classe média ou a burguesia industrial. A primeira deu lastro, aliança liberal, mas era por demais fragmentada e dependia das forças agroexportadoras, para que, no plano político, se formulasse uma agenda em seu nome. No que se refere à burguesia industrial, precisamos lembrar que a configuração da sociedade na República Velha denotou, em um primeiro momento, de um regionalismo em diferentes setores de classes. (ROSA, 2008, p. 28).

Contudo, como da Revolução de 1930 haviam participado forças políticas bastante diversificadas, distintas eram as visões a respeito da condução do processo revolucionário. Enquanto uns defendiam medidas mais centralizadoras e autoritárias, insistindo na necessidade de um regime forte e apartidário, outros pregavam medidas mais liberais e lutavam por maior autonomia regional. (ROSA, 2008, p. 29).

Diante dos fatos, é simplista a tese segundo a qual a Revolução de 1930 significou a tomada direta do poder por esta ou aquela classe social. Os vitoriosos de 1930 compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social como político. Eles tinham se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas. A Revolução põe fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil no sistema capitalista internacional. No entanto, mesmo deslocada do poder, a burguesia cafeeira continuou a ter um papel fundamental na economia do país, e suas pressões eram sentidas na instância política.

Bomeny (2008) nos diz que a situação pós revolucionária era de instabilidade, porque trazia em si algumas contradições entre os objetivos dos tenentes e dos jovens políticos radicais da Aliança Liberal, como Oswaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, de um lado, e os das forças políticas tradicionais de outro. Para estas, que Olegário, Bernardes e Antônio Carlos integraram, a Revolução havia sido um movimento armado que visava reestabelecer o jogo político rompido por São Paulo. Já os tenentes queriam, com sua intervenção na política mineira, a neutralização do poder autoritário das oligarquias. (BOMENY, 2008, p. 45).

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas garantiu sua continuidade no Palácio do Catete, onde estava desde outubro de 1930. Era o início do Estado Novo, marcado pela centralização política no executivo. Por meio de um golpe político, “Vargas tratou de abolir o regime legislativo em todos os níveis, extinguiu os partidos políticos, cancelou as eleições de 1938 e passou a controlar a difusão de informação e a ordenação política institucional do país” (FERREIRA, 2008, p. 14).

A centralização, a manipulação e a divulgação do projeto ideológico do Estado Novo é caracterizado por uma postura deliberadamente antiliberal, de caráter nacionalista e com forte teor centralizador, nesse sentido. O Estado Novo teve no autoritarismo sua marca

ideológica, construindo, paulatinamente, na sociedade brasileira a adequação às hierarquias, a obediência e a passividade política. Assim, o pensamento político do período pressupunha uma ideologia corporativista que tinha o Estado como agente mediador, que, como estrutura organizacional, estava acima de toda a sociedade brasileira.

As massas populares foram objeto de conquista de Getúlio Vargas ao longo de sua trajetória política como presidente do país. Em meio aos seus discursos nacionalista, cedeu benefícios aos trabalhadores, em tom amistoso e paternal, procurou dar justificativa de suas ações intervencionistas a partir de 1937, justificando-as como elementos necessários para a construção do bem-estar da Nação, na construção de um projeto governamentista que se pautava num nacionalismo exacerbado, no culto a uma pretensa brasilidade e numa falsa isonomia entre operários e industriais.

O autoritarismo do governo, completado pela ideia do nacionalismo que intencionalmente identificava todos os membros da sociedade a um destino comum, originado no passado, apresentava-a como um grupo homogêneo, onde se igualava operário e industrial, patrão e empregado, todos os trabalhadores com o mesmo objetivo primordial: a construção da nação. A construção da nação pela incorporação da classe trabalhador através do maior ou menor controle do Estado era marca do nacionalismo Varguista, servindo não somente de pano de fundo para os debates em torno das políticas econômicas, ao longo de seu governo, como também servindo para elaboração de um conceito de “cultura brasileira”. (FERREIRA, 2008, p. 15).

Nos artigos da Constituição de 1937 encontra-se a ideologia nacionalista expressa a partir do elemento cultural, por meio da centralização da imprensa, que só veicula aquilo que é liberado pela ditadura varguista. Observemos um fragmento da Constituição:

- a) Com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando a autoridade competente proibir a circulação; a difusão ou a representação;
- A imprensa reger-se-á por lei especial, de acordo com os seguintes princípios:
- a) A imprensa exerce uma função de caráter público;
- b) Nem um jornal pode recusar a inserção de comunicados do governo, nas dimensões taxadas na lei. (CONSTITUIÇÃO DE 1937: art. 122, parágrafo 15).

Vê-se, desse modo, que, em nome de uma cultura nacionalista, houve a inviabilização das formas de expressão da sociedade brasileira. O Estado Novo, através do artigo 122, reprimia e regulava os direitos e as garantias individuais em prol de “assegurar a paz, a ordem e a segurança do país”, além de engessar as atividades da imprensa, dando-lhes um caráter utilitário e totalmente subordinada ao governo no Estado Novo.

Até a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, a orientação da propaganda esteve a cargo de diversos órgãos e sessões. Em julho de 1931 foi criado o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), que, entre suas atividades, destacava a elaboração de um programa radiofônico oficial que antecedeu a “Hora do Brasil”, transmitido para todo o país, dando informações oficiais da imprensa diariamente. Em 1934, o DOP foi

reorganizado recebendo a denominação de Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, que tinha o intuito de estudar formas de utilizar o cinema, a radiotelegrafia e demais processos técnicos, com intuito de torná-los instrumentos de difusão, ou seja, estimulando a produção de filmes educativos e orientando a cultura física.

Havia também, serviços de propaganda e publicidade nos Ministérios e órgãos da administração pública. É o caso do serviço de Publicidade Agrícola do Ministério da Agricultura, Serviço de Publicidade do DASP, Serviço de Publicidade da Secretária do Estado do Ministério da Educação. Esses setores, com a criação do DIP, transformaram-se em serviços de documentação. (GARCIA, 2002, p. 140).

Em dezembro de 1939 foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), fruto da ampliação da capacidade interventora estatal nas esferas ideológica e cultural do país, a fim de organizar as instituições que tinham o intuito de garantir ao aparelho do Estado a institucionalização, a legalidade e a sistematização dos ideais varguistas nas diversas esferas sociais. O DIP, além de dispor de inúmeras informações obtidas em outros órgãos, contava com robusto arquivo de jornais, revistas, folhetos de propaganda nacionais e estrangeiros. As principais fontes de informação a que o DIP tinha acesso eram os serviços de pesquisa, documentação estatística dos diversos órgãos estatais, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com Ferreira (2008), a DIP foi controlada por muito tempo por Lourival Fontes, que era simpatizante do integralismo e adepto de ideias fascistas. Ele coibiu e centralizou os meios de comunicação de massa, o que ocasionou a passagem do controle destes veículos de comunicação para a tutela do Estado, tornando a liberdade de expressão limitada e os “atos de infração” severamente punidos pelos agentes de poder. (FERREIRA, 2008, p. 16). Sendo regulamentado pelo Decreto-Lei nº 1949, da Constituição de 1937, o DIP fiscalizava:

Art.6º todos os correspondentes de jornais do interior deverão registrar-se no D.I.P
 Art.8º todas as empresas jornalísticas de publicidade, bem como as oficinas gráficas, deverão ser registradas no D.I.P, até 30 dias depois da publicação do presente Decreto Lei. (DECRETO-LEI nº 1949, art. 6 e 7).

Percebemos, assim, que esta vigilância era constitucional, uma vez que na época do Estado Novo, como fica claro no texto, só eram liberados o funcionamento dos periódicos que tivessem seus registros no DIP, sendo obrigatória a inscrição para jornalistas, fotógrafos, ilustradores e revisores. O DIP foi o principal responsável por elevar a figura de Vargas, dando-lhe legitimação, e também do Estado Novo, com seus ideais, orientações, ideias de homem e de mulher que se adequassem às novas regras impostas pelo Estado. Com este órgão, o Estado Novo foi se construindo perante a opinião pública, tendo a função de porta-voz oficial do regime, sendo, também, na prática, um órgão coercitivo do pensamento e da expressão até 1945.

Foi neste contexto que os grupos políticos perceberam que tinham que dar importância a uma política educacional como estratégia que consolidasse as mudanças econômicas, sociais e culturais, desencadeadas pelo movimento revolucionário de 1930. Esta conscientização levou o Estado a organizar, regular e controlar o processo educacional. A educação, assim, inseria-se como uma importante ferramenta de caráter político-ideológico no Estado autoritário, dando-lhe condições de averiguar todas as etapas educacionais, bem como os instrumentos pedagógicos que serviam como arma de propaganda do governo.

A imprensa, na década de 30, passava por um período de expansão que se concretizava na aquisição de máquinas, no aprimoramento do processo de produção e na consolidação em termos de estrutura empresarial. Francisco Campos, em entrevista de novembro de 1937, argumentando com a transformação radical da imprensa e o crescimento vertiginoso do seu poder, afirmava que tal instrumento, o mais “poderoso do governo”, não podia “ficar a mercê do interesse privado”. Os jornais eram utilizados para reprodução escrita dos discursos, difusão de notícias oficiais, descrição e enaltecimento das inaugurações, realizações e comemorações. A fotografia de Vargas e seus assessores, muitas vezes em grandes proporções, aparecia constantemente nas edições. Os jornais submetidos a rigorosas censuras, chegaram a ter mais de 60% das suas matérias fornecidas pela Agência Nacional. A quantidade de matérias oficiais era de tal forma significativa que levou Alzira Vargas a considerar, na época, que os noticiários eram todos estereotipados, bastando ler um jornal para ter lido todos. (GARCIA, 2002, p. 151).

Nesse sentido, as notícias, em sua maioria, vinham prontas da Agência Nacional, bastando as redações possuírem quatro ou cinco pessoas que davam conta de todo o jornal. Quanto às revistas, além das particulares, que reproduziam as mensagens de propaganda do governo, haviam também as oficiais; estas eram estratégias de construção de uma “cultura política” editada pelo DIP, que foram implementadas de março de 1941 a outubro de 1945. Nesse período, chegaram a circular 53 volumes, sendo considerados um dos períodos mais importantes na difusão ideológica do regime vigente. Podemos citar algumas revistas que eram destaques a nível nacional: “Brasil Novo”, “Estudos e Conferências”, “Ciência Política” - do Instituto Nacional de Ciência Política, “Planalto” - do DEIP de São Paulo, e “Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda”.

A produção e edição de livros, principalmente os de conteúdo social e político, foi outro dos recursos empregados para difundir a ideologia do Estado Novo. Em 1941, o DIP oferecia “uma média de uma obra editada a cada oito dias”. Promoviam-se concursos, como o instituído pelo Ministério do Trabalho em 1942, premiando “romance e comédia” que levasse ao “homem que luta nas fábricas e nas oficinas [...] uma direta mensagem de valor educativo”. Nas edições referidas em “Bibliografia Brasileira” do Instituto Nacional do Livro (1939-39, 1940, 1941, 1942-45), a simples leitura dos títulos revela um grande número de obras, muitas editadas pelo DIP, dedicadas a justificar o golpe de 37, elogiar o regime, engrandecer a pessoa de Vargas ou divulgar suas realizações. Uma das edições mais significativas do período contendo diversos discursos de Getúlio Vargas, reunidos em onze volumes, foi editada pela José Olympio, sob o título “A Nova Política do Brasil”. (GARCIA, 2002, p. 152).

O controle e as orientações das publicações chegaram também à cultura popular, que traziam as mensagens oficiais e, muitas vezes, eram patrocinadas por intelectuais ligados ao Estado Novo. Isso fica visível ao observarmos os folhetos de literatura de cordel neste período, de 1937 a 1954, que faziam exaltações a Getúlio Vargas, ao trabalho e às metodologias empregadas pelo governo brasileiro no contexto do Estado Novo.

A literatura de cordel também se encarregava do engrandecimento do regime e seu Chefe. Como informa Orígenes Lessa, entre as personalidades que se tornaram temática da poesia popular “Getúlio Vargas foi, sem dúvida, um dos maiores. Somente o Padre Cícero inspirou maior número de folhetos”. O apoio dado espontaneamente, no sentido de que os trovadores, sem intenção de fazer propaganda, escreviam sob influência das mensagens oficiais. Mas Orígenes Lessa percebe indícios de matéria paga, num folheto de 1938, da autoria de João Martins de Athayde. (GARCIA, 2002, p. 153).

A carta de 1937 assegurava a liberdade de manifestação de pensamento desde que respeitadas as condições e os limites da lei, que poderia prescrever uma série de medidas restritivas, inclusive a censura previa à imprensa, teatro, cinema e rádio. A censura poderia ser aplicada para “garantia da paz, ordem e segurança, moralidade, bons costumes, interesse público, bem-estar do povo, segurança do estado, proteção da infância e da juventude”. (CARTA CONSTITUCIONAL de 1937, art. 15).

Examinar a atuação e o papel da censura durante o Estado Novo faz-se necessário para compreendermos o processo de persuasão estabelecida no período. Nesse sentido, propaganda e censura ligavam-se intimamente, uma vez que as atividades de controle, ao mesmo tempo que impediam a divulgação de certos assuntos, desenvolviam a difusão de outros, de forma coerente aos interesses defendidos pelo Estado Novo. Sendo assim, a censura caracterizava-se não apenas pelo aspecto negativo, de proibição, como também na medida em que dava ênfase a uma determinada direção, com foco em uma concepção unidimensional da realidade, reproduzindo-se através da autocensura dos meios de comunicação e da população em geral. As penalidades aos meios de comunicação acabavam por coibir a divulgação de editoriais que trouxessem notícias ou artigos que não agradassem o regime.

Inicialmente a censura era exercida pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, através do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, pela Polícia Civil do Distrito Federal (teatro e diversões públicas) e pela Comissão de Censura Cinematográfica. Com a criação do DIP em 1939, este ficou encarregado de toda a atividade censória em relação ao teatro, cinema, funções recreativas e esportiva, radiodifusão, literatura social e política e a imprensa. (GARCIA, 2002, p. 159)

A censura à imprensa foi tratada com algumas especificidades no conteúdo da Carta de 1937, que considerou a imprensa como uma função de caráter público, determinando a inserção de comunicados e matérias do governo. A censura à imprensa realizava-se através de comunicações verbais, geralmente por telefone, e quando a imprensa divulgava notícias que

não era de interesse do regime, os mecanismos de comunicação eram lembrados que deveriam divulgar somente notícias que tivessem “uma versão oficial”. Em relação as notícias, a orientação é que fossem divulgadas sem comentários ou apenas com comentários favoráveis. Nesse sentido, as notícias da Agência Nacional já vinham prontas, com indicações e determinações sobre a página em que deveriam ser inseridas, que destaque e tamanho de letras deveriam ser usados. Os censores não se restringiram apenas à imprensa escrita, mas agiam sobre programas radiofônicos, letras de música, cinema, teatro e outras representações e apresentações públicas. Nessa seara, a censura era feita previamente, a partir da autorização ou interdição dos censores.

As sanções previstas para os infratores eram as mais diversas: simples advertência, multa e suspensão para artistas e empresários, suspensão de funcionamento de empresas teatrais e de diversões públicas, apreensão de filmes, cassação de licença para funcionamento, censura prevista durante tempo determinado, apreensão, suspensão ou interdição de periódicos, destituição de cargos, suspensão do exercício profissional, suspensão de favores e isenções, prisão. (GARCIA apud Decreto nº 1.949/39, arts. 123-129, de 1939).

De acordo com Garcia (2002), as sanções mais utilizadas eram o corte da publicidade oficial, uma acentuada pressão sobre as empresas privadas, para que retirassem sua publicidade nos veículos infratores. Também como forma de limitar quem infringisse as leis impostas pelo Estado Novo, estava o controle das cotas de papel, sendo necessário lembrar que nesta época o papel era todo importado e só poderia ser retirado nas alfândegas, com autorização do governo. Esta medida tornou impossível a impressão de jornais clandestinos.

As ações getulianas para afastar e neutralizar a influência da oposição se deu a partir do emprego da cooptação e repressão, sendo formas de evitar empecilhos aos discursos e representações do consenso e a unanimidade que se pretendia criar. A cooptação de líderes e intelectuais foi uma das formas de proteger os ideais estadonovistas de questionamentos e contestações e tinha como fim último a manutenção da uniformidade ideológica.

Os escritores, jornalistas, artistas, professores e juristas que se manifestavam favoravelmente ao regime, eram nomeados para cargos públicos ou recebiam subvenções e auxílios diversos. Poetas, que cantaram a liberdade, passaram a cantar o Estado Novo; sociólogos, escritores e jornalistas acharam meios de torcer doutrinas, convicções e filosofias para fazer jus à generosidade sonante da ditadura. Até juristas mascaravam a misérias com sofismas grosseiros, mas sempre muito bem retribuídos com gorjetas oficiais. Advogados, professores, juízes, literatos, artistas, estudantes, tudo foi envolvido pela onda corrupta. (DUARTE, 2002, p. 229).

Nelson Garcia (2002) lembra que no meio operário alguns líderes eram cooptados, os chamados “pelegos”. A estrutura sindical montada por Vargas era muito articulada e capilarizada, oferecendo condições a certos líderes de adquirir projeção pessoal e chegar a ser um dirigente sindical, controlando não só pessoas, mas grandes volumes de dinheiro. Estas

perspectivas conduziam os trabalhadores, que detinham alguma função no sindicato, a não contrariar as orientações governamentais, uma vez que se o fizessem poderiam sofrer a cassação. A cooptação de líderes sindicais se tornava evidente a partir da escuta e da leitura dos discursos carregados de elogios e de agradecimento em diversas homenagens, e nas manifestações de apoio realizadas e organizadas por dirigentes do operariado que, a todo momento, endereçavam a Getúlio, aos ministros, aos interventores e até para grandes empresários.

A repressão, dentro de um processo que vinha desenvolvendo desde 1935, com a Lei de Segurança Nacional e das sucessivas decretações de “estado de emergência”, foi amplamente empregada inclusive institucionalizada através de alguns dispositivos da Carta Constitucional e Legislação posterior. A Carta de 1937 declarava “estado de emergência” em todo o território nacional pelo que se permitiam as decretações de prisão, desterro, residência forçada, censura de todas comunicações orais e escritas, suspensão da liberdade de reunião, busca e apreensão domiciliar. Além disso, a juízo exclusivo do Governo com base no interesse do serviço público ou conveniência do regime, poderiam ser aposentados ou reformados os funcionários civis e militares. Com apoio nessas prerrogativas, a polícia passou a exercer uma perseguição sistemática aos considerados inimigos do regime. A repressão atingia os constitucionalistas liberais, principalmente ao grupo ligado a Armando de Sales Oliveira, os comunistas e os integralistas. (FAORO, 1976, p. 150).

Nesse cenário, os “liberais” eram constantemente detidos por períodos curtos, para que se sentissem forçados a deixar o país, chegando a haver casos de exílio no exterior, ao passo que os comunistas foram as maiores vítimas da repressão que vinha se estabelecendo desde 1935 e que se intensificou até o final do Estado Novo. As torturas passavam a ser cada vez mais constantes, havia cotidianamente a prisão de militantes e simpatizantes, e a polícia invadia constantemente as organizações e tipografias, coibindo as ações e a divulgação dos ideais comunistas. Nos sindicatos, a atuação deste grupo era quase impossível, pois esses espaços estavam atrelados ao Estado. Também não foi diferente com os integralistas, muitos foram fuzilados e outros presos e torturados, além dos que foram reformados e aposentados. Políticos, funcionários civis, militares e demais profissionais que não contavam com a confiança do regime foram destituídos, aposentados, exonerados ou reformados.

A partir do ano de 1942, iniciam-se as manifestações dos grupos contrários ao regime mantido pelo Estado Novo. Um dos motivos foi a efetiva entrada do Brasil no bloco dos aliados, no mês de agosto de 1942, durante a Segunda Guerra Mundial.

De meados de 43 até 45, aumentaram progressivamente as manifestações e críticas ao governo. Entre os principais opositoristas estavam os setores das oligarquias afastados do poder pelo golpe de 1937. Eram “liberais”, integralistas, comunistas e alguns militares que propugnavam pelo fim da ditadura e pela democratização do país. (GARCIA, 2005, p. 173).

Com o desfecho do Estado Novo, em 1945, vem à tona diversos processos, fatos, arranjos e articulações políticas que tinham interesses nos grupos conservadores do Brasil, ou

seja, as oligarquias dissidentes e os setores liberais; sendo também parte da composição dessas forças ligadas ao capital estrangeiro e, conseqüentemente, contrários à linha estatizante e nacionalista que o governo varguista vinha demonstrando.

O governo passou a orientar as reformas políticas a partir de pressões de diversos grupos, com base nas forças que havia apoiado o regime até então: industriais, interventores, dirigentes sindicais e políticos. É interessante notar que os comunistas, durante os últimos anos da Era Vargas, “apoiaram” o processo de reformas, uma vez que não eram identificados com as ideias de desnacionalização defendida pelos oposicionistas.

Assim, e sob o argumento de que com o fim da guerra já existiam condições para convocar as eleições, o governo, de fevereiro a maio de 1945, alterou a Carta Constitucional, estabeleceu a liberdade de associação e expressão, concedeu anistia aos condenados por crimes políticos, promulgou a lei eleitoral, regulamentou a organização de partidos e fixou eleições gerais para o Parlamento e para a Presidência. (GARCIA, 2005, p. 174).

Aproveitando o período de “abertura”, os oposicionistas criaram a UDN (União Democrática Nacional) e o governo orientou a criação do PSD (Partido Social Democrático) que tinha o intuito de congregiar as oligarquias situacionistas, os industriais e os banqueiros que tinham sido a base do Estado Novo. Nesse período, também foi criado o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) que iria se encarregar de incorporar as massas trabalhadoras dos centros urbanos. Nesse contexto, a propaganda passava a ser orientada com o intuito de desmobilizar as classes subalternas, sendo fator decisivo politicamente, pois com esta estratégia o governo acabaria submetendo-as aos interesses e às diretrizes pautadas pela situação.

Houve uma grande recepção das massas nas diversas comemorações que se faziam de forma grandiosa e que tinham um aspecto meramente festivo. O povo era informado destes eventos e ouviam os discursos de forma “passiva” e aplaudiam seus oradores. Esta seria uma das principais características do “populismo”. “A primeira manifestação concreta dessa mobilização foi o “queremismo”, movimento em que, aproveitando-se da imagem criada de um Getúlio “Pai dos pobres” e “protetor dos trabalhadores”, conduziam-se as classes subalternas a apoiá-lo” (GARCIA, 2005, p. 176).

3.2 A instrução pública no Ceará sob o signo da centralização

A instituição escolar cearense não passa incólume aos acontecimentos políticos que se articulam na sociedade no momento histórico por nós estudado, nem tampouco do que acontece no cenário educacional brasileiro. Essas relações são características mais gerais do contexto nos anos Vargas, que são reproduzidas sobre o campo educacional, em que podem ser destacados dois pontos fundamentais: (i) a centralização e (ii) o autoritarismo. É interessante

perceber que, de modo geral, temos movimentos contraditórios, pois, se de um lado, no campo político, há o desenvolvimento de um regime fechado, pautado na centralização e na imposição de regras, de outro, há o desenvolvimento e a elaboração do “novo” pensamento pedagógico brasileiro, momento este em que educadores se articulam para refletir e dialogar sobre as questões do campo educacional e confeccionam o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932.

Esse período também é marcado pela construção de documentos legais, sendo duas constituições e duas reformas. A reforma Francisco Campos (1931-1932) e a reforma Gustavo Capanema (1942-1946) trazem elementos que coadunam com os momentos em que estas são realizadas. A primeira é desenvolvida durante o governo provisório e a segunda tem seu marco inicial alinhada com os ideais do Estado Novo. As duas têm na educação um fator primordial para a incorporação dos ideais do Estado pelo povo brasileiro.

Identificamos, assim, que os “homens do governo” tinham a concepção de que a educação era um problema nacional e isto justificava uma intervenção cada vez mais profunda do aparelho governamental nos diferentes níveis de ensino, ou seja, a centralização do aparelho educativo. Nesse sentido, a partir de 1935, esta concepção sofrerá uma evolução, ou seja, não será mais somente um problema nacional, mas passará a ser identificada como um problema de segurança nacional. Pode ser percebida também que a ênfase destinada à educação moral do cidadão foi traduzida inicialmente “pela introdução do ensino religioso nas escolas, mais tarde, enriquecida com ingredientes do civismo e do patriotismo” (HORTA, 1994, p. 126).

Houve, neste período, a implementação de currículos pautados na educação moral e cívica, nos diferentes níveis de ensino, além do estímulo à criação de uma organização nacional da juventude, apresentado por Francisco Campos, Ministro da Justiça.

Vieira (2001) chama a atenção para a dificuldade em fazer levantamento de informações sobre a educação cearense no início dos anos 30, pois há relativa escassez das fontes primárias, e isso pode ter uma explicação no fato de que houve grande avanço na centralização e gestão educacionais, levando em conta que no período anterior existe muitas fontes para pesquisa, tanto documentais, atrelados ao Estado, quanto de outros pesquisadores. É de se supor que o ambiente de maior autonomia nas unidades federadas, característica na segunda metade do Império até a Primeira República, possa ter sido mais propício à preservação da memória da administração pública nos referidos momentos históricos. Vale ressaltar que esta é uma hipótese para a qual ainda não temos resposta, o fato é que para essa fase, tanto as promessas quanto os efeitos são de complexa identificação, ou seja, temos que recorrer a outros elementos que não sejam somente ligados ao meio educacional para tentarmos compreender a educação cearense no início dos anos 30.

O ambiente político é propício a manifestações de interesse sobre temas educacionais também em outros atores, a exemplo de grupos ligados aos movimentos operários que fazem circular ideias a esse respeito em seus próprios veículos de comunicação. Nesse sentido, o convite ao debate sobre as grandes questões que mobilizam a população é adequado a um público amplo que se vê representado, por exemplo, no Manifesto da ANL (Aliança Nacional Libertadora), publicado no jornal *O Unitário* de 19 de maio de 1935.

Percebemos, assim, que o clima político traz algumas expectativas de mudança por parte dos seguimentos populares insatisfeitos com o regime e faz mostrar também as tentativas de ruptura e o entrave nos debates em torno das reformas constitucionais.

Em 1935 foi promulgada uma nova Constituição do Estado do Ceará, trazendo, dentre outros, um conjunto de dispositivos para a educação. Estes dispositivos não chegam propriamente a trazer novidades, pois nesta Constituição há praticamente uma repetição do capítulo da educação da Constituição brasileira, promulgada em julho do ano anterior.

Nesse sentido, as matérias sobre as questões educacionais são apresentadas em um conjunto de 9 artigos que tratam dos seguintes temas: papel do estado e dos municípios em relação a educação e direito ao cidadão, artigo 112; organização da administração do ensino, artigo 113; ensino religioso, artigo 114; recurso para educação, artigo 115; despesa do estado e município, artigo 116; ensino particular, artigo 117; ensino ministrado em idioma pátrio, artigo 118; provimento de cargos do magistério, artigo 119; e oferta do ensino primário gratuito aos filhos de empregados das empresas locais localizadas nos centros das escolas, artigo 120. Assim, a Constituição do Ceará se mostra coerente com o ambiente centralizador³⁴, uma vez que o Estado não tem autonomia no que se refere a organização de seu sistema de ensino, ao contrário, segue à risca o que dispõe o texto de 1934.

Ao observarmos o relatório do Capitão Roberto Carneiro de Mendonça, interventor durante o período de 1931 a 1934, encontraremos um aspecto sobre o qual é oportuno chamar atenção. Por deliberação do Governo Federal, desde então, os municípios estariam obrigados a recolher aos cofres públicos do Estado 10% de sua renda para auxiliar o custeio das escolas de ensino primário. Esta determinação antecipa o dispositivo da Constituição de 1934, que define as atribuições da União, dos estados e dos municípios em termos de despesas e com a educação:

Art. 156. A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Art. 116. O Estado e o Município aplicarão 20% e 10% no mínimo, da renda dos impostos, respectivamente, na manutenção e desenvolvimento do systema educativo que fôr organizado pelo Conselho de Educação. (VIEIRA, 2001, p. 186).

34 Ver seção anterior.

Vale a pena lembrar que em 1931, por lei, o Estado do Ceará passa a assumir os encargos referentes ao ensino primário, com a colaboração financeira dos municípios, isso em consonância com o Decreto Federal anteriormente mencionado, outro instrumento legal que determina que todas as escolas municipais sejam transferidas para o Estado, nos termos do regulamento de instrução pública, da legislação vigente do Estado do Ceará. Outra mensagem que nos sugeriu reflexão é a do governador Menezes Pimentel, que esteve à frente do Estado do Ceará de 1935 a 1945. Percebemos que esta mensagem nos indica a não continuidade da iniciativa dos percentuais mencionados anteriormente que teriam que ser aplicados nos municípios relacionados à esfera da educação:

[...] até o exercício financeiro passado, esse quantitativo era recolhido aos cofres do Estado, cabendo a este a execução dos serviços de instrução e educação em todo o seu território. Promulgada a Constituição, parece-me que o Município deve aplicar a quota orçamentária de educação e instrução, no seu próprio território, mediante plano previamente organizado em relação às necessidades educacionais da comuna. Deste modo, autorizo-vos a aplicação de verba orçamentaria da educação e instrução nesse Município, independentemente de recolhimento aos cofres públicos estaduais [...]. Adianto-vos que a dotação referida poderá ser aplicada na manutenção de escolas municipais, na aquisição de móveis, utensílios e material escolar, na limpeza, conservação, construção e reconstrução de prédios escolares. (CEARÁ. Mensagem, 1936, p. 38).

Não queremos dizer com isso que essa nova orientação possa excluir a possibilidade de uma cooperação entre estado e municípios, porém o documento se refere à intenção de convocar uma reunião entre o governador e os prefeitos municipais a fim de realizarem um estudo em conjunto, em relação às questões que interessam à administração estadual e local e o desenvolvimento do plano educacional do serviço de saúde pública e conservação das escolas no Estado do Ceará (CEARÁ, 1936, p. 30).

Feitas, portanto, o devido remonte da linha histórico-cronológica da educação do Brasil e dos Estados da Federação, até chegar às atribuições dos municípios, trataremos a seguir da educação no município de São Bernardo das Russas, remontando o cenário educacional e os valores difundidos na época por meio do estudo memorialista sobre a educação feminina no Colégio das Irmãs, localizado no município acima citado.

4 HISTÓRIA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO PATRONATO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA: A FUNDAÇÃO E A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL

A história das instituições escolares configura-se em relatos escritos, os quais devem construir, através da mediação do historiador, um campo em que ocorrem as práticas educacionais, pessoais e coletivas, e as ações oriundas de todos os sujeitos históricos envolvidos nessas instituições.

Uma das características importantes dos relatos que constroem a História das Instituições Escolares é que ele tem inicialmente uma função de autorização, ou, mais exatamente de fundação abrindo um teatro de legitimidade a ações efetivas. É o relato que estabelece a disposição dos dados, possibilita descortinar um contexto, um ambiente, atuando como um mapeamento dinâmico do espaço. Descrever a base material é um elemento importante da composição dessa cena fundacional do teatro em que se desenrola a História Institucional, poderes institucionalizados elaboram seus percursos. Um relato, ao configurar a cena, opera, pelo menos, em dois níveis: numa dimensão temporal e numa dimensão temática, estabelecendo um vetor de orientação. (WUERLE; BRITTO; COLAU, 2007, p. 151).

Os fatos educativos são todos históricos, configurações específicas os precedem, tramas de encaminhamento que são tecidas ao longo do tempo. Isso significa que uma historicidade reflexiva acompanha todos os estudos relacionados à educação, mesmo que sejam orientados, preferencialmente, para o presente e para o futuro. Justino de Magalhães, especialista no estudo das instituições escolares, sinaliza que é importante um distanciamento de trinta anos como característica de constituição de relatos da história das instituições escolares. Em relação às questões temporais destacamos que:

Para armar o relato das características da base material que vão constituir, em parte, o teatro no qual ocorrem percursos de diferentes propostas, muito contribuem documentos, plantas arquitetônicas, fotos e imagens. Grande parte das vezes, as imagens aparecem como fragmentos da cena escolar. A fotografia de uma escada, um pátio, uma sala são migalhas de uma cena, estilhaços de um espaço escolar, os quais, se não contextualizados, pouco poderão auxiliar na configuração de cena. Do distanciamento temporal decorrem implicações para o relato especialmente no foco de suas características materiais, espaços, equipamentos, mobiliário, decoração, instrumentos e materiais pedagógicos. Mesmo em instituições que ainda estejam em funcionamento, se não houver quem ou o que explique as articulações espaciais, se não houver um conjunto de imagens que consigam explicitar minimamente as formas de funcionamento dos espaços, dificilmente poderemos armar relatos suficientemente claros e articulados. Imagens, fotografias e plantas arquitetônicas isoladas com frequência poderão constituir apenas fração a que não se consegue dar inteligibilidade com suficiente articulação. As reformas, ampliações, intervenções no sentido de modernizar e prover mais segurança ao prédio são fatores que implicam na configuração da cena e na compreensão acerca da forma como a instituição se desenvolveu e respondeu a demandas por expansão ou por especialização de serviços. (WUERLE; BRITTO; COLAU, 2007, p. 152).

Nesse sentido, as características materiais e espaciais, e os instrumentos e materiais pedagógicos podem nos dar uma noção de como se dava o funcionamento do Patronato Coração Imaculado de Maria. Assim, o espaço arquitetônico, as salas de aulas, o espaço reservado às

brincadeiras e às práticas de educação física podem nos dar noção de como se dava a configuração da referida instituição em análise.

Nesse sentido, Pedro de Alcântara Araújo (1986) nos indica que tanto a escola quanto a primeira casa religiosa do Vale do Jaguaribe teria sido inaugurada a partir de 1937. O mesmo faz referência ao Vigário Vidal Gurgel Guedes, como sendo o articulador destes equipamentos para a cidade de São Bernardo das Russas, porém diz que a vinda da escola se dá a partir da perda da Diocese. Ou seja, o Patronato Coração Imaculado de Maria seria uma espécie de compensação pela perda da Diocese, como vemos no fragmento abaixo:

O paróquiato do Pe. Vital Gurgel Guedes e seu coadjutor Pe. Aluisio de Castro Filgueiras teve o mérito de dotar a Freguesia de Russas de um estabelecimento de ensino, adido à primeira casa religiosa da zona jaguaribana, o qual vale, em termos da Igreja, por uma conquista singular em prol da juventude feminina de Russas. Se, por outro lado, o Vigário Vital Gurgel Guedes não teve habilidade nem competência para contornar o avanço secretário na Paróquia, de modo que esse ministério da iniquidade não conseguisse impedir a conquista da sede diocesana para Russas, houve, sem dúvida, com a criação de um Patronato, dirigido pelas Filhas do Coração Imaculado de Maria, uma compensação pelo prejuízo institucional. (ARAÚJO, 1986, p. 327).

O estudo das experiências históricas e das memórias do Patronato Coração Imaculado de Maria pode nos proporcionar o acesso a um farto e diversificado material que nos permite compreender as posições e reconfigurações sociais e estruturais dos diferentes sujeitos históricos na sociedade russana.

Desse modo, ao analisar o processo de educação feminina praticada nesta escola confessional católica, buscamos estabelecer a relação desta com as demais concepções e práticas educativas vigentes no restante do território nacional, temporalidade esta a partir da Era Vargas, 1930, mais precisamente a partir da decretação do Estado Novo.

Dentre as muitas possibilidades de estudo, a partir deste objeto, que se configuram no campo da História da Educação, inserem-se sobre as Instituições Escolares Confeccionais Católicas, estudos esses que tem aumentado nos últimos anos e gerado uma produção científico-acadêmico crescente, mas que ainda estão se definindo como espaço de pesquisa no Vale do Jaguaribe, mais precisamente na cidade de Russas.

Magalhães (2004) corrobora com nosso entendimento de que ao estudarmos as instituições de ensino devemos inseri-las no quadro mais amplo do sistema educacional, e, também, no contexto e nas circunstâncias históricas nas quais se inscrevem suas ações, não só pedagógicas, mas também sociais, políticas e culturais.

Em relação ao estudo das instituições escolares, faz-se necessário entendermos o tempo e o espaço em que o Patronato foi criado, as articulações políticas e religiosas, os profissionais que lá trabalhavam e trabalham, as alunas, as irmãs, e, é claro, o que levou os representantes do governo, general Cordeiro Neto, o Vigário de São Bernardo das Russas, e a

elite russana a estabelecerem a escola em determinado local. Antônio Novóia (1995) pode nos ajudar a realizar algumas reflexões em torno disto, a partir da sua obra *As Organizações Escolares em Análise* (1995):

[...] mais do que nunca, os processos de mudança e de inovação educacional passam pela compreensão das instituições escolares em toda sua complexidade técnica, científica e humana. A identificação das margens da mudança possível implica a contextualização social e política das instituições escolares bem como a proporção ad intra dos seus mecanismos de tomada de decisão e das suas relações de poder. As escolas constituem uma territorialidade espacial e cultural, onde se exprime o jogo dos actores educativos internos e externos; por isso, a sua análise só tem verdadeiro sentido se conseguir mobilizar todas as dimensões pessoais, simbólicas e políticas da vida escolar, não reduzindo o pensamento e a ação educativa a perspectivas técnicas, de gestão ou de eficácia stricto sensu. (NÓVOIA, 1995, p. 16).

Nesse sentido, temos o intuito de perceber até que ponto a história das instituições escolares caracteriza-se a partir dos ideais do Estado Novo, além das regras religiosas que se atrelaram à educação feminina do Patronato Coração Imaculado de Maria. Por ser um processo epistêmico, que é mediado através de diversos campos de estudos da memória, da política e dos arquivos produzidos pelas irmãs, nos afinamos a Justino Magalhães (2006) quando este nos diz que as instituições são maneiras de ser, objetos, maneiras de pensar, e que, de fato, as relações no cotidiano de uma instituição educativa fica representada nos registros e fontes de informação, “havendo mesmo dimensões desse cotidiano, cuja memória se apaga com a mudança dos atores e muitas outras que são regularmente destruídas” (MAGALHÃES, 2009, p. 69).

Portanto, com a intenção de estudar a história e a memória do Patronato Coração Imaculado de Maria, e considerando que o nosso objeto de estudo está pautado dentro das metodologias de investigação desenvolvidas pelos historiadores, tais orientações e objetivos devem refletir-se no ofício profissional da história, que buscará analisar, nesta parte da pesquisa, os aspectos institucionais desta escola, levando em consideração o *métier* oferecido pela história, no que diz respeito a abordagem dos fatos e sujeitos, através das memórias, fotografias, atas da referida instituição, jornais, além de tentar compreender como foi se articulando a própria estrutura física desta instituição.

4.1 As mobilizações político-religiosas para a criação do Patronato

O colégio pertence à congregação das filhas do coração imaculado de Maria, então as professoras em sua maioria eram as freiras. Tinham quatro irmãs. A superiora Maria da Paz era professora de Inglês, era Paraense. A diretora era a Irmã Maria de Belém, a minha professora de sociologia e psicologia era a Irmã Letícia e a Irmã Constância ensinava Biologia. Português e Literatura era o Dr. Antônio Nogueira, advogado daqui de Russas e o ensino religioso era a Irmã Maria da Graça. Eu acho que o curso foi bom, era muito bom, as irmãs eram muito competentes, se preparavam bem e a educação era muito boa. Eu passei um ano externa e dois anos interna, o colégio tinha

internato. O internato era dividido em duas classes: Tinham as meninas que não podiam pagar e tinham as meninas que pagavam, que eram pensionistas. Eu era pensionista, eu pagava, mas elas não sabiam que eu queria ser religiosa, eu custei a dizer, foram notar depois, mas eu estudei interna dois anos, muito bom. Tinham 50 internas, mais ou menos.³⁵

Nas palavras acima da senhora Dionísia Andrade Costa, ex-aluna e hoje religiosa da congregação Cordimariana, identifica-se um pouco do cotidiano escolar do Patronato Coração Imaculado de Maria. A Irmã nos diz que a escola era dividida em duas partes, em uma estava as meninas que tinham condição de pagar e, na outra, as que não tinham condições. Podemos usar a imaginação histórica para conjecturarmos que essas meninas que não podiam pagar estudavam no internato do Patronato a partir da “caridade” das Irmãs, ou seja, a escola era uma escola para a elite, mas admitia-se um pequeno número de meninas pobres, que não tinham condições de pagar pelo internato, mas dependiam da doação de bolsas pelas freiras.

Imagem 2 - Residência³⁶ onde foi instalado o Patronato Coração Imaculado de Maria



Fonte: Acervo da UNECIM.

Ao observarmos a fotografia acima, identificamos o prédio onde foi instalado o Patronato Coração Imaculado de Maria, em 1937. Observa-se que nesta época ainda não existia a capela, e o prédio, apesar de já ser robusto, não se compara com as reformas e novas instalações que as Irmãs acrescentaram na estrutura arquitetônica da referida escola.

PATRONATO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA

³⁵ Entrevista realizada com Dionísia Andrade Costa, ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria – aluna da Escola Normal e atualmente religiosa da Congregação Cordimariana. Esta foi aluna na década de 1950. Entrevista realizada em 04 de fevereiro de 2017, em Russas, Ceará.

³⁶ Observa-se que ainda não possui a Capela, que foi construída posteriormente.

Este empreendimento recebeu forte colaboração do doutor Cordeiro Neto que, como concunhado e amigo particular do governador Menezes Pimentel, quando em visita a Russas, no ano de 1936, para inaugurar o campo de aviação, convencei-o a adquirir um vasto terreno destinado à instalação de um colégio e de um quartel para a Força Pública. Anuindo com o solicitado, o Governo liberou a importância de 28:000\$000 (vinte e oito contos de réis), que possibilitou a aquisição do terreno, com casarão e sítio. No ato da compra, o doutor Cordeiro Neto exigiu que a escritura fosse passada em nome da Paróquia. Enquanto avançavam com as obras do quartel, outro grupo liderado pelo vigário local, monsenhor Vital G. Guedes, e pelo próprio doutor Cordeiro Neto, prosseguia com as obras do patronato, aproveitando a força e a boa vontade dos moradores. Em um domingo, 25 de julho de 1937, às 08:30 h, iniciavam-se as solenidades de inauguração, em que discursam o doutor Manoel de Sales Andrade, juiz da Comarca, professor Edson Gomes da Silveira e, por fim, o padre Aluísio de Castro. (ROCHA, 2016, p. 293-294).

As fontes estudadas sobre o processo de aquisição de mais uma escola para São Bernardo das Russas nos indicam que, entre outras razões, a articulação desta nova instituição para o município se deu pelo fato de que Russas não havia conseguido o dinheiro suficiente para instalar o Bispado do Jaguaribe. Segundo Wellington de Oliveira (2008), “na disputa pelo Bispado, a cidade de Limoeiro não era a mais cotada, pois do ponto de vista histórico, não se comparava a Russas, tampouco a Aracati, favoritos na corrida pela diocese”.

Foi. Em 1937 era pra vim pra cá o seminário. Meu avô era um homem de recursos e estava cuidando disso, mas muita gente não contribuiu. Tinha que alguém contribuir porque só o dele não dava, aí ele ficou muito triste. Ele era muito amigo do Padre Vital, aí o Padre falou pra ele que não ficasse triste que haviam umas irmãs que estavam querendo vir para cá, disse que elas eram lá do Pará e a gente vai dar um jeito de trazer, e em 1937 mesmo trouxeram. Eu era muito pequena nessa época, mas lembro que meu avô me contava. Meu avô era um dos benfeitores daquele colégio. Ele era capaz de tudo pelas irmãs, fazia tudo para elas, para ciúme dos filhos... Tinham ciúme porque ele era capaz de tudo pelas irmãs, até aquela santa que está colocada lá em cima foi ele quem colocou e a irmã em tempo de morrer agoniada com medo dele cair, porque ele tinha hérnia. Eu só sei de uma coisa: meu avô tinha horror a Limoeiro por conta dessa história do seminário. Eu vim conhecer Limoeiro depois de casada, porque quando eu era solteira ele não deixava eu ir de jeito nenhum! Mas foi melhor pra nós aqui de Russas ter ficado no colégio das irmãs, porque ensinou a amar Nossa Senhora, senão nós não teríamos esse amor a Nossa Senhora que ensinou aqui. Meus filhos estudaram lá, meus netos estudaram lá, e os bisnetos só não vão estudar porque moram em Fortaleza, senão ia também.³⁷

Nesse sentido, a vinda da Diocese para São Bernardo das Russas, além de depender dos interesses políticos, também era para mostrar o poder aquisitivo que possuíam as famílias tradicionais russanas. No entanto, não foi possível atingir esse objetivo, haja vista que a elite limoeirense se articulou e conseguiu com maior rapidez o dinheiro necessário.

Patronato Coração Imaculado de Maria – O terreno onde está localizado esse educandário, pertenceu ao padre João Vicente Ferreira Lima, quando era vigário da freguesia. Foi este quem primeiro cultivou árvores frutíferas regadas através de cata-vento e cacimbão. Com sua morte, o sítio passou a pertencer ao padre João Luís de Santiago, que por sua vez, deu maior expansão a esse pomar. Nessa época, com auxílio dos paroquianos, construiu um vasto prédio para a sua residência e adaptação para

³⁷ Entrevista realizada com Luzimar Gonçalves da Silva, professora e ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria, realizada em 12 de janeiro de 2019, em Russas, Ceará.

estabelecimento de ensino com internato, a que deu o nome de “Colégio dos Sagrados Corações”. Quando vigário em Russas Monsenhor Vital Gurgel Guedes, desejava fundar um Colégio com o nome de “Coração Imaculado de Maria”. (ROCHA, 1976, p. 78).

A partir da citação acima, podemos refletir sobre a atuação do general Manoel Cordeiro Neto na articulação do Patronato Coração Imaculado de Maria. Devemos lembrar que este era concunhado e amigo particular do interventor Menezes Pimentel, que, na época da disputa pela Diocese, foi “peça” fundamental para que Limoeiro barganhasse a sede do Bispado, uma vez que Menezes Pimentel fez a doação da metade do dinheiro necessário. Esta doação deveu-se, como já mencionamos em partes anteriores desta pesquisa, a articulação da família Chaves, de Limoeiro, que era correligionária de Pimentel e tinha forte influência política a nível regional e estadual, fazendo com que o então interventor dispusesse da quantia que eles estavam necessitando no momento da disputa para implantação da Sé católica.

Porém, Cordeiro Neto, em 1937, passa a ser o braço direito do interventor Menezes Pimentel, sendo convidado a assumir a pasta da Segurança Pública do Estado do Ceará, e ele era russo. O então vigário, Padre Vital, se articula com Cordeiro Neto para que, além da compra do terreno para construção do quartel do Primeiro Batalhão do interior, também fosse comprado o casarão pertencente ao herdeiro do senhor Manoel Ramalho, para ali construir o que seria, no futuro, o Patronato Coração Imaculado de Maria.

Desta feita, identificamos que o surgimento de tal empreendimento educacional não se dava ao acaso, mas por uma articulação político-religiosa, alimentada ainda pela perda da disputa pela Diocese jaguaribana e por uma certa pressão dos paroquianos mais influentes, como é o caso da família Ramalho e da família Gonçalves, na pessoa do coronel Lino Gonçalves.

Ao analisarmos a Ata de Inauguração do Patronato Coração Imaculado de Maria, podemos identificar que a cerimônia presidida pelo vigário Padre Vital Guedes era parte de um grande evento na cidade de São Bernardo das Russas. Isso pode ser percebido pela elite ali presente, em que os oradores e as próprias irmãs acabam ficando em segundo plano, em relação à construção discursiva presente na Ata. Percebemos também a necessidade de uma mitificação de alguns sujeitos históricos ligados a elite russana, entre eles o vigário Padre Vital Guedes, o reverendo Padre Aluísio de Castro Filgueiras, que era vigário cooperador, o farmacêutico José Ramalho de Alarcon e Santiago, o capitão Cordeiro Neto e o próprio prefeito na época, Vicente Velloso. Como a própria Ata diz, a instituição foi instaurada com o auxílio dos que eram considerados grandes paladinos, pessoas que possuíam poder aquisitivo e estavam à frente da política e da Igreja, os quais eram responsáveis pelos ensinamentos católicos e morais para as famílias russanas.

Acta inaugural da instalação do Patronato de Russas. Aos vinte e cinco dias do mês de julho do anno de mil e novecentos e trinta e sete, teve lugar, na cidade de Russas, a festa inaugural do Patronato a ser dirigido pelas irmãs do Coração Imaculado de Maria. Com a assistência de cerca de mais de duas mil pessoas e a presença de quatro freiras do Coração Imaculado de Maria, - as irmãs Maria de Jesus, superiora geral, Maria Gabriela, Maria Escholastica, e Maria Raymundam a cerimonia começou as oito horas e meia do dia. Officiadas pelo Revmº Pe. Vital Guedes, procedeu-se em primero lugar a benção do Santissimo que foi celebrado pelo Revmº Pe. Aloisio de Castro Filgueiras. Após a cerimonia religiosa assistência, postada, no jardim, ao lado direito do edificio (sic).³⁸

Podemos identificar, a partir da Ata de Inauguração do Patronato, que se deu em 25 de julho de 1937, que estavam presentes os articuladores da sede da Diocese em terras russanas, políticos, religiosos leigos e padres, além da presença da Madre superiora geral, Maria Gabriela, que representava as Irmãs do Sagrado Coração Imaculado de Maria, na época (ver foto abaixo).

Imagem 3 – Da direita para a esquerda as Irmãs Maria de Jesus, superiora geral, Maria Gabriela, Maria Escholastica e Maria Raimunda, em 1937



Fonte: Acervo da UNECIM.

Ainda de acordo com a referida Ata, identificamos que o Patronato de Russas foi instalado num “vasto edificio, que foi a casa de morada do Monsenhor João Luiz de Santiago”. Esta casa passou de herança para sua família, mas para satisfazer uma antiga aspiração da família Ramalho, o edificio e os demais fundos foram adquiridos pela Paróquia de Russas com o fim de ali ser instalado um Patronato dirigido por religiosas.

Desse modo, percebe-se que a família Ramalho era extremamente religiosa e possuía muito poder aquisitivo. Não nos esqueçamos de que o farmacêutico José Ramalho foi um dos articuladores para a vinda da Diocese para Russas, porém, como não conseguiu, a

³⁸ Ata de Inauguração do Patronato em 25 de julho de 1937.

família Ramalho não mediu esforços para fazer com que no prédio da família se instalasse uma escola para a educação de meninas, a partir da instalação também de uma comunidade religiosa, das Irmãs Filhas do Coração Imaculado de Maria. Era também uma forma de “monumentalização”, uma vez que a perda da disputa para Limoeiro deixou as elites russanas “desprestigiadas” diante da população, de uma forma geral, e daqueles que partilhavam a fé católica.

Outra parte interessante de destaque da leitura da Ata é a fala do Padre Aluísio de Castro, “[...] numa eloquente oração ao povo, fazendo um paralelo entre o retiro de Betânia e aquele novo asilo de alunas privilegiadas”³⁹. Essa fala é muito emblemática, uma vez que a comparação da nova escola ao retiro de Betânia imprime os objetivos e as expectativas da comunidade religiosa russana em relação a esta instituição, além de que, ao dizer que as alunas ali seriam privilegiadas, o sacerdote destacava a própria formação religiosa que seria gestada a partir daquele espaço, e também por Russas ser a primeira cidade a sediar uma escola confessional para meninas no Vale, ressaltando, assim, o “bairrismo” e a necessidade de “camarotização” da elite na realização deste feito em São Bernardo das Russas.

Ainda no intuito de enaltecer o ensino religioso no município, Manoel Sales de Andrade, juiz de direito, realiza sua fala a partir de um alinhamento com os ideais religiosos compartilhados na década de 30, ao dizer que este “referiu-se à necessidade social do ensino religioso e o perigo da escola leiga”.⁴⁰ A reflexão do referido juiz é um discurso que está presente nas cartas episcopais, nas articulações e organizações da Igreja Católica, como é o caso da LEC, que procura a todo momento combater outras religiões, como, por exemplo, os maçons e os protestantes, a partir de uma atuação sectária e de embate, muitas vezes, para além do nível discursivo, ou seja, tendo confrontos físicos entre católicos e estes grupos religiosos, como exploraremos mais adiante.

Ao mencionar o processo de aquisição da estrutura física para a instalação do Patronato, o professor Edson Gomes Silveira, que foi quem redigiu a Ata, faz questão de deixar claro que a compra do prédio foi realizada com dinheiro arrecadado das verbas do então chefe da polícia, capitão Dr. Cordeiro Neto, que, em contrapartida, recebeu a doação de um terreno pertencente à Paróquia para a construção do quartel do Primeiro Batalhão da Polícia Militar.

De acordo com as honrarias dispensadas pelo professor Edson Gomes Silveira, podemos destacar a presença de diversas autoridades religiosas e do ramo político, todas ligadas à Igreja Católica, à LEC e ao integralismo, sendo que o próprio professor Edson Gomes era integralista, como vemos a seguir. Limério Moreira da Rocha (2016) constrói sua narração em

³⁹ Ata de Inauguração do Patronato em 25 de julho 1937.

⁴⁰ Idem.

torno do prefeito Vicente Velloso, que era o prefeito na época da fundação do Patronato Coração Imaculado de Maria, e que participou, também, juntamente com a elite católica russana, dessa comissão pró-criação do Patronato:

Precoce e muito inteligente, dedicou-se, inicialmente, à educação dos jovens, após sua aprovação como professor em duas das escolas da cidade. Não tardou muito e logo surgiram outras oportunidades em sua vida profissional: em 19 de março de 1904, foi nomeado promotor da comarca de Russas. Entretanto, a política também exerceria sobre ele seu fascínio. Foi eleito vereador na legislatura de 1916 a 1920. Posteriormente, ingressou na Liga Eleitoral Católica. Com o apoio dos integralistas, capitaneados por Edson Gomes da Silveira, e após uma campanha bastante acirrada, em que teve como opositores o ex-prefeito Ezequiel Menezes, do antigo Partido Social Democrático – PSD, criado por Franco Rabelo, e facções dos partidos Republicano Progressista e Republicano Conservador. Sagrou-se vencedor no pleito de 19 de março de 1936, ao lado dos vereadores João Maciel Pereira, Lino Gonçalves, Possidônio Ferreira, João de Deus, José Ricardo Matos, Antônio Rufino Oliveira, Lauro Moreira de Sousa, Raimundo Fernandes e Gentil Correia Lima. Tomou posse como prefeito de Russas em julho do mesmo ano. Dinâmico, foi o responsável por reformas significativas e obras importantes para nossa cidade. (ROCHA, 2016, p. 362).

Ao refletirmos sobre a atuação da Liga Eleitoral Católica (LEC) e do integralismo no interior do Ceará, além do constante embate realizado destas duas agremiações políticas em relação ao PSD, e levando em consideração a reflexão de Rocha (2016), podemos identificar que os processos eleitorais cearenses, em meados da década de 1930, refletem a atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB) no Ceará; e identificamos a tônica dessas relações a partir da compreensão das estratégias políticas deste movimento, das contradições entre discurso e prática, das alianças estabelecidas. Assim, estamos diante do desenvolvimento de uma cultura política que se traduzia nos embates eleitorais, através dos projetos políticos onde os integralistas interioranos realizavam esta prática cultural política a partir dos valores do corporativismo e do catolicismo social. Seria, desse modo, uma subcultura política interagindo com as demais. (REGIS, 2013, p. 6).

Assim, a AIB e o integralismo, no contexto do pós-1930, e as suas representatividades na cultura política no interior do Ceará, são formas de se colocarem como mediadores das aspirações individuais e coletivas das populações interioranas do Estado do Ceará. O integralismo tornou-se, assim, um sujeito coletivo numa formação social específica, ou seja, procurou preencher as lacunas deixadas pelas antigas agremiações políticas, que agiam de forma muito localizadas e pontuais, construindo, assim, uma ampla rede, capilarizada, e, ao mesmo tempo, alinhada em âmbito nacional.

Nesse sentido, a doutrinação política integralista não tinha o intuito de confrontar-se com os problemas relacionados aos seus componentes em nível local; os ideais integralistas, nesse período, buscavam realizar uma crítica ao capitalismo liberal e ao comunismo, que eram seus adversários em potencial. Assim, este grupo, a AIB, apresentava-se como modelo e solução

política e moralizante para os diversos problemas que conturbavam a nação brasileira, e, conseqüentemente, as cidades interioranas do Estado do Ceará, onde São Bernardo das Russas se encaixava perfeitamente, pois, como podemos ver em reflexões anteriores, a presença da AIB não se delineava a partir das “bordas”, mas compunha os discursos, as representações e o lugar social de fala destacados na sociedade russana da época, como é o caso do professor Edson Gomes, ao paraninfar a inauguração do Patronato Coração Imaculado de Maria. Assim, João Rameres Régis (2013) nos lembra que:

O embate eleitoral mais importante no período foi o das eleições municipais de 1936, pois colocou em confronto as duas frentes políticas que disputavam a preferência do eleitorado interiorano para a escolha de prefeitos e vereadores. Após 06 anos de indicação de Intendentes para governar as comunas, as eleições municipais de 1936 eram a oportunidade que muitos dos antigos grupos viam para consolidar ou retomar os seus domínios. Gradativamente esses grupos já vinham galgando espaço. Principalmente após a Interventoria do Capitão Carneiro de Mendonça, que buscou contemporizar as rivalidades entre os grupos oposicionistas ao se propor fazer uma administração acima das disputas políticas. Essa pseudoneutralidade beneficiava, em grande medida, os partidários arregimentados pela LEC e, ao mesmo tempo, prejudicava os interesses do PSD. (RÉGIS, 2013, p. 15).

O professor Edson Gomes Silveira, apesar de não citar partido político ou grupo ao qual faz parte, faz uma saudação ao “capitão Dr. Cordeiro Neto”, que foi um dos responsáveis pela aquisição do prédio ora inaugurado, sendo um dos “grandes paladinos pró-criação do patronato”. Nesse ínterim, é importante destacar que, diante de algumas dificuldades do integralismo, de fundar e funcionar seus núcleos pelo interior do Ceará, surge a figura do chefe de polícia do Ceará, que interviu para o funcionamento destes núcleos, como pode ser observado a partir de artigo publicado no jornal *A Razão*, em 31 de maio de 1936:

Havendo algumas autoridades policiais do interior do Estado criado embaraços ao funcionamento de núcleos integralistas, a Chefia Provincial entendeu-se com o Sr. Cap. Cordeiro Neto, do que resultou a expedição do alvará abaixo. O Capitão Manoel Cordeiro Neto, Chefe de Polícia do Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. – Alvará n.º 45 – Atendendo ao que lhe requereu – em petição de nove do mês de maio fluente – o bacharel Ubirajara índio do Ceará, Presidente da Ação Integralista Brasileira, nesta capital, RESOLVE conceder – pelo presente Alvará, a necessária permissão para que possam os núcleos com sede em vários municípios deste Estado, como sejam: em Soure, Maranguape, Pacatuba, Redenção, Baturité, Canindé, Pacoti, Aracati, União, Russas, Limoeiro, Morada-Nova, Jaguaribe- Mirim, Iguatú, Barbalha, Crato, Missão Velha, Jardim, Brejo dos Santos, Milagres, Mauriti, Juazeiro, Campos Sales, Araripe, Santa-Ana do Cariri, Quixadá, Quixeramobim, Riacho do Sangue, Pedra Branca, Maria Pereira, Cachoeira, Sobral, Massapé, Santa-Cruz, Santana do Acaraú, Nova Russa, Ipú, Ipueiras, Ibiapina, Ubajara, Tianguá, Viçosa, São Francisco de Uruburetama, São Gonçalo, (Trairí), Camocim e Tamboril (Monsenhor Tabosa), reunir para funcionamento de suas sessões de estudos e doutrinas, ficando, porém, ditas reuniões sujeitas à fiscalização da Polícia. Dado e passado nesta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, aos dezanove dias do mês de maio de mil novecentos e trinta e seis. Eu, Elsa Encarnação 1º. Escrivário, servindo de chefe de secção, o datilografei e escrevi. E eu, Antonio Catunda de Sabóia, Diretor Geral, o subscrevi. Fortaleza, 19 de maio de 1936. CORDEIRO NETO. Chefe de Polícia. (A RAZÃO, 31 de maio 1936. BPMP-SM, Fortaleza-Ce.)

É perceptível a adesão e a repercussão do integralismo nesses espaços interioranos, pois este grupo se inseriu praticamente em todas as regiões do Estado, na capital, no Cariri, “extremo norte e sul do estado”, no Vale do Jaguaribe, “extremo leste até a serra da Ibiapaba”, e também no Sertão Central. A força política da AIB, nos municípios cearenses, demonstra a inauguração da participação de um “sujeito coletivo” no cenário político local, diferente daqueles anteriormente estabelecidos. O que destacamos aqui é que essas lideranças eram velhas conhecidas, mas que sofreram um processo de “metamorfose”, traduzindo-se em “novas ideias”. Nesse sentido, o movimento integralista no Ceará era feito a partir da aliança com a Igreja Católica, e esta era responsável por se articular com os setores populares em prol de vencer as disputas eleitorais.

Nas falas dos memorialistas e no discurso religioso da época, criou-se uma espécie de “mitificação” do encontro do então vigário Padre Gurgel Guedes e o orientador espiritual das filhas do Coração de Maria, o Holandês Teodoro Kokke. Quando este estava de passagem por Russas, na Rodovia Transnordestina, atual BR-116, o transporte que o conduzia furou o pneu e teve que passar a noite em Russas, indo hospedar-se na residência do vigário municipal. Estes estabeleceram diálogos, e o Padre Gurgel falou de sua vontade de construir em Russas um colégio religioso que abrigasse também uma congregação, e a partir daí foi se gestando a possibilidade da criação da primeira escola a educar meninas no Vale do Jaguaribe. É importante destacar que o encontro “fortuito” dos dois clérigos é alimentado na memória coletiva russana como a “ação da providência divina”, uma vez que havia a necessidade de dar uma resposta à população em relação à perda da disputa pela Diocese; e logo, como forma de resolver esse evento vexatório, a elite política e religiosa se articula, das mais diversas formas, para dotar São Bernardo das Russas de um equipamento diferenciado da região, amenizando, assim, o vexame histórico e a vergonha pública pela não aquisição da Sé jaguaribana.

Aos quatorze dias do mês de julho deste ano de 1937, partiu do Estado do Pará, no pacote nacional C. Ripper, a Revda. Madre Geral das Filhas do Coração Imaculado de Maria acompanhada de três Religiosas de sua Congregação: Irmãs: Gabriela, Raimunda e Escolástica, com destino à cidade de São Bernardo das Russas, Estado do Ceará, onde ia abrir uma casa, um novo apostolado de ação para aquelas que a acompanhavam. Chegadas ao porto de Fortaleza, lá na ponte metálica, já as esperava o Revdmo. Pe. Aluísio Filgueiras, muito digno coadjutor do R. Vigário de Russas, Pe. Vital Gurgel Guedes, que, em nome do R. Vigário, apresentou às Revdas. Irmãs as boas vindas, levando-as, em auto para o Patronato N. S. Auxiliadora, das Irmãs da Caridade, onde passaram seis dias, aguardando sua ida a Russas. Sábado, 24 de julho, viajando para esta localidade de Fortaleza, partiram acompanhadas pelo Revdmo. Aluísio de Castro Filgueiras, de uma distinta comissão de senhoras russanas e outras pessoas gradadas, tendo aqui chegada às 12,30 horas e sendo recebidas em casa do Vigário, onde tiveram a mais cordial acolhida da parte da numerosa assistência, que ali recepcionou as Irmãs, as quais de entrada fizeram primeiramente uma visita ao SS. Sacramento, na Igreja Matriz. (sic).⁴¹

⁴¹ Ata da fundação do Patronato Coração Imaculado de Maria, São Bernardo das Russas, 1937.

Nesta primeira Ata, do ano de 1937, vale lembrar aqui que as irmãs, ano a ano, a partir da fundação da escola, deixaram registradas em Atas a atuação destas. Pode-se ser percebido, em suas narrativas, o cotidiano da escola, as dificuldades, as doações feitas por empresários, políticos e religiosos para se manterem e incrementarem a infraestrutura do Patronato, além de elementos que buscam construir, a partir da construção discursiva e das sensibilidades, uma narrativa positiva tanto da instalação dessa escola feminina em São Bernardo das Russas quanto da receptividade e da legitimidade por parte da elite russana e dos líderes católicos deste município.

É importante refletirmos que o florescimento das escolas católicas no Brasil tem relação direta com o processo de romanização da Igreja Católica em nosso país, ao qual elegeu a ação educacional como prioritária, com o intuito de retomar os espaços de atuação e controle sociais que se encontravam “dilacerados” a partir da instalação da República. É possível identificar a partir da reflexão de Almeida (2007):

Na transição do Império-República, a educação pública se debruçou sobre a necessidade de alfabetização para o operário e o imigrante que atuavam nas esferas de produção. Havia uma intencionalidade de se proporcionar uma educação científica às elites que iriam dirigir o país que se formava iluminado pelas idéias liberais e democráticas. [...]. Alguns setores acreditavam na emancipação cultural da mulher pela via de instrução, embora fossem raras as boas escolas femininas. Nas décadas seguintes, tendo se fortalecido o regime republicano, para instruir as jovens, a educação escolar passou a contar com a colaboração de Freiras católicas, estrangeiras e brasileiras, que se incumbiam do ensino das meninas nos orfanatos e colégios em regime de internato e externato mantidos pela Igreja Católica. A oligarquia paulista conservadora tinha uma certa predileção por esses colégios; para lá mandavam suas filhas onde a educação se erigia sobre os valores cristãos tradicionais, na moralidade elevada, na religiosidade extremada, na submissão feminina o modelo patriarcal da sociedade e, por isso, antifeminista, visando principalmente à manutenção da ordem social. (ALMEIDA, 2007, p. 29).

Nesse sentido, o Patronato inicia sua articulação e institucionalização a partir das aspirações das mentalidades sociais partilhadas pela elite russana da época, década de 1930, o que lhe credenciou como um espaço de formação privilegiado. Sendo assim, o processo de escolarização do Patronato Coração Imaculado de Maria, mais conhecido como colégio das irmãs, desde sua gestação, se mostra como um modelo a seguir, perseguindo, dessa forma, um padrão de excelência que foi partilhado pelas famílias “gratas” de São Bernardo das Russas e da comunidade de uma forma geral, que reconheceram naquela instituição uma qualidade inigualável. Desse modo, o processo de escolarização, no qual o referido Patronato inicia suas atividades, tomou parte enquanto instituição originada dos ideais católicos, entremeados por desejos tanto religiosos quanto integralistas da época, executando suas atividades dentro de uma cultura política e histórica, de acordo com o contexto ao qual está inserido, reproduzindo

sociabilidades e culturas escolares, no intuito dessas práticas extrapolarem os muros da escola, como nos lembra Farias Filho (2003):

Estamos entendendo o termo escolarização em um duplo sentido, os quais estão intimamente relacionados. Num primeiro, escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à “organização” de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados. Em outra acepção, estamos entendendo por escolarização o processo e a paulatina produção de referências sociais, tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados. Neste caso, nossa atenção estará voltada para o que temos chamado de implicações/dimensões sociais, culturais e políticas da escolarização, abrangendo questões relacionadas ao letramento, ao reconhecimento ou não das competências culturais e políticas dos sujeitos sociais e a emergência da profissão docente no Brasil. (FARIAS FILHO, 2003, p. 78).

O Brasil do século XX pode ser definido em três momentos distintos, no que se refere à aceitação e reconhecimento social do comportamento feminino divulgado, recomendado e requisitado pelos grupos sociais nos quais as mulheres brasileiras se inseriam. Para demarcar, didaticamente, as diferenças entre estas três figurações sociais, tomamos como referência, por um lado, as formas de inserção e atuação empreendidas pelas figuras feministas e, por outro, a recepção e aceitação da presença das mulheres nos espaços públicos pelos demais atores sociais. (SILVA, 2010, p. 101).

Assim, na virada do século XIX para o século XX, há uma primeira reconfiguração em relação a presença das mulheres nos ambientes públicos e escolarizados, e que esta “permissão” se estende até a década de 20, que se caracteriza pelo início da tolerância, ainda muito incipiente à presença das mulheres nos espaços públicos e um maior investimento familiar e estatal na formação escolar feminina. Percebemos, assim, que os recursos direcionados à educação de mulheres neste início de século ainda foram poucos, tanto quanto se levarmos em consideração em termos de valores monetários, quanto ao percentual de mulheres escolarizadas. Porém, mesmo com tais restrições, percebeu-se um aumento gradativo, se compararmos aos processos estabelecidos no século XIX, no número de instituições escolares pautadas na educação feminina, em especial com a instalação das escolas confessionais e das instituições de educação normal. Identificamos também que, neste momento histórico, havia o “ideal de vida burguês”, assimilado pela sociedade brasileira, e neste “projeto de sociedade” os papéis sociais projetados para as mulheres se inscrevem no binômio mãe-esposa, e mesmo as atividades que as mulheres desenvolviam, principalmente da classe média alta, de cunho remunerado, estas encontravam-se vinculadas a extensões daquilo que se esperava desses ideais femininos, ou seja, estavam ligadas às aspirações de esposas ou mães, pois, neste contexto, educar significa mais que instruir.

As mulheres das classes mais abastadas, para serem consideradas “uma mulher completa”, teriam minimamente que dominar a língua francesa, desenvolver práticas de boas maneiras, habilidades manuais, prendas domésticas e outras atribuições femininas. (RODRIGUES, 2008, p. 1). Nesse sentido, a educação feminina se configurava na função de preparação das mulheres para se tornarem as guardiãs da casa, da vida e promotoras do catolicismo em seus lares, e, ao mesmo tempo, deveriam ser as detentoras de um refinamento estético, permitindo adentrarem às novas sociabilidades urbanas.

Em fins dos anos de 1930, esta configuração social sofreu metamorfoses, as quais se consolidam durante nas décadas de 40 e 50. As famílias passaram a investir mais tempo e recurso na educação de mulheres, e elas passaram a dedicar mais tempo à educação formal, o que ampliou o número de mulheres portadoras de diplomas do ensino secundário, permitindo-as começarem a obter acesso à inclusão superior, uma vez que:

[...] as jovens de famílias abastadas continuaram recebendo uma educação que primava pelo desenvolvimento das prendas domésticas e alguns lustros culturais, qualidades desejáveis para brilharem nos salões e conseguirem boas alianças matrimoniais. Para as moças de menor poder aquisitivo, mas que não faziam parte do grosso da população, as Escolas Normais públicas representavam a possibilidade de continuação dos estudos de forma gratuita, e o magistério de crianças tornou-se a destinação feminina, enquanto as jovens aguardavam o momento de contrair núpcias, objetivo de qualquer mulher no período. Se estas não se realizassem, a profissão assumiria os contornos desejáveis da maternidade, não mais biológica, mas voltada ao amor pelos alunos. (ALMEIDA, 2007, p. 141).

Nesse sentido, a sociedade brasileira, cearense e, conseqüentemente, russana, passou a “aceitar” que as mulheres constituíssem uma atuação profissional em atividades e lugares bem definidos, admitindo, desse modo, que estas pudessem trabalhar apenas enquanto não contraíssem matrimônio ou, ainda, quando careciam de buscar o próprio sustento por conta da ausência da figura masculina. É destinada a estas mulheres desempenhar profissões que tivessem algumas características peculiares e fossem “próprias do sexo feminino”, realizando, assim, atividades a partir da adaptação e ou continuidade das tarefas maternas, como: preceptoras, professoras normalistas, enfermeiras, secretárias, trabalhos manuais e artesanais, e etc. Para as mulheres oriundas dos grupos elitistas eram reservadas estas atribuições, já as menos favorecidas, de modo geral, estavam ligadas às atividades profissionais restritas a trabalhos domésticos, ou seja, lavadeiras, costureiras, faxineiras e operárias em fábricas.

Observando as especificidades ao longo do incipiente processo de escolarização feminina brasileira e russana, percebemos que a Igreja Católica, apoiada pelo Estado e por meio de suas congregações religiosas, foi a instituição mais presente no atendimento às demandas femininas, principalmente a partir do ensino ofertado a Colégios Confessionais Católicos, como é o caso do Patronato Coração Imaculado de Maria, onde as mulheres tiveram a oportunidade

de ampliar seus anos de estudo. Todavia, paralelamente a este contexto, existiam também aquelas que não conseguiam vislumbrar possibilidades de alteração de seus projetos de vida, pois as condições materiais e econômicas eram insuficientes, assim como tecer estratégias para concretizar suas aspirações educacionais no contexto estudado.

Contudo, ao procedermos a uma observação mais acurada e dando atenção ao “diagnóstico e na explicação das tendências de longo prazo e não-planejadas”, observando embates e disputas sociais que se travaram nos diferentes e fragmentários cenários sociais do século passado, notamos que, embora, atingir estas mudanças tenham sido as intenções de alguns membros da Igreja, não foi fator determinante para que a instituição mais antiga do mundo Ocidental investisse na educação feminina. E, sim, porque “tal ação da Igreja visava tornar mais aceitável as ideias reformistas e a preservação dos espaços político-religiosos daquela instituição, através da ação feminina, [...] então, educar as mulheres brasileiras conforme os preceitos do catolicismo emanados do Concílio de Trento” significava constituir defensoras da sociedade tradicional cristã-católica e difusoras dos preceitos e comportamentos definidos pela Igreja. (SILVA, 2007, p. 43).

Assim, a criação da primeira escola feminina do Vale do Jaguaribe carrega as características das ações eclesiais no campo educacional, que eram compartilhadas a nível nacional, ou seja, estavam inseridas no processo de reordenamento institucional. Estas instituições funcionavam precariamente e eram compreendidas em razão das iniciativas e vontades individuais de alguns elementos do clero, que passaram a ser regidas e pautadas a partir de preceitos orientados e emanados nas esferas hierárquicas da Igreja, e faziam parte do movimento empreendido pelo Pontificado Romano, no intuito de reconciliação do prestígio e do poder dos católicos no cenário mundial e nacional. Como salienta Almeida (2007):

Ao se consolidar, a República se acomodou ao novo regime político, reagindo contra a invasão protestante nos campos religioso, político e educacional e começou a implantar um trabalho pastoral marcante, demonstrando uma extraordinária resistência à secularização, com a criação de dioceses. Novas ordens religiosas, internatos para filhas das oligarquias e colégios católicos para os meninos e desenvolvendo obras de caridade. Isso permitiu seu retorno ao cenário cultural do país recuperando uma posição que, na verdade, nunca havia sido seriamente ameaçada de extinção, dado que o regime propunha um certo artificialismo na desvinculação da Igreja do Estado, que nunca esteve de acordo com a opinião do povo brasileiro. (ALMEIDA, 2007, p. 46-47).

Na composição das figurações sociais do século XX, as ações exercidas do alto escalão da Igreja Católica no Brasil até as paróquias dos pequenos municípios, como é o caso de São Bernardo das Russas, passaram a seguir ordenações gerais emanadas de Roma, com isto, deu-se o processo de “romanização” da Igreja em todo o país. A tarefa de educar jovens na fé cristã, nas igrejas confessionais católicas, foi realizada a partir da solicitação de apoio de religiosos estrangeiros, e, neste período, foi crescente o número de ordens e congregações religiosas que vieram fixar-se no país. Neste momento de abertura de novos espaços de ação

social houve incentivos e investimentos para a educação feminina, que combateria o laicado tão crescente no país.

4.1.2 A infraestrutura da escola: metamorfoses espaço-temporais

Previendo maior número de alunas internas, no ano vindouro e sendo insuficientes os compartimentos da Casa, a irmã Superiora mandou fechar uma arcada que havia ao lado do jardim, com paredes de tijolos, ponde três janelas e uma porta com venezianas, fazendo desta sala um dormitório para as pensionistas. De uma tómbola feita em setembro, promovida pelo Sr. José Maia, proprietário da Casa Nova, auxiliado pelo R. Vigário e algumas senhoras e senhorinhas de Russas, com esse auxílio, pode a Ir. Superiora mandar substituir por venezianas as antigas janelas, dando assim mais realce à fachada do Patronato e protegendo as aulas de Corte e Costura e Prendas contra a forte ventania, que é muito comum em nossa zona, durante o verão.⁴²

Os estudos sobre instituições escolares que representam o tema significativo de pesquisa entre os profissionais da educação, principalmente no âmbito da História da Educação e da História da Educação Comparada, como é o nosso caso, se desenvolve no campo de pesquisa que privilegia a cultura escolar, considerada na sua materialidade e nos seus vários aspectos. A expressão cultura escolar abarca dois conceitos, segundo Buffa (1979):

O conjunto de normas que definem os saberes a ensinar e as condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão destes saberes e a incorporação destes comportamentos; normas e práticas ordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (BUFFA, 1979 p. 103).

O Patronato, como já foi mencionado, foi uma doação da elite russana, em que, no primeiro momento, os padres, homens e mulheres de posses da cidade se articularam para que as Irmãs tivessem minimamente condições de iniciar seus trabalhos educacionais e religiosos naquela escola ora fundada. A esse respeito, trazemos a reflexão da Irmã Mazé para melhor compreendermos a articulação desta instituição:

Bom, a elite ajudou muito na doação primeiro dessa casa que era dos Ramalho, foi doado para essa escola, quando conseguiram que as irmãs fundassem a primeira escola cordimariana fundada no Ceará aqui em Russas. Quando conseguiram a fundação para cá a elite de Russas se empenhou muito na organização, arrumou tudo, foi tudo arrumado, arrumaram as salas, arrumaram o que precisava, foi tudo por ela organizado, a elite. Depois as irmãs assumiram e pronto.⁴³

Já no campo delimitado pela cultura escolar, que emerge do que chamamos de cultura material, termo emprestado da arqueologia e do materialismo histórico, recuperado pela Nova História Francesa, e agora deslocado para o campo educativo, através do conceito de

⁴² Histórico da fundação do Patronato Coração Imaculado de Maria, em 1937, em São Bernardo das Russas, Ceará.

⁴³ Entrevista concedida pela Irmã Mazé, Cordimariana e tesoureira da UNECIM. Realizada em 20 de junho de 2016, em Russas - Ceará.

cultura material escolar, exigindo, assim, uma atenção e um conjunto variado de fontes materiais, é a investidura de lançar olhares para os objetos, não mais dissociados dos sujeitos, e sim com a percepção de que estes objetos, indumentária e estrutura física são atrelados às percepções que testemunham fragmentos de fatos e vidas.

Nesse sentido, Zilsa Maria Pinto Santiago (2011) nos ajuda a realizar essa reflexão sobre o estudo dos objetos escolares, a partir de Souza (2007). A pesquisadora nos diz que:

Com efeito, Souza assinala que o termo cultura material escolar, é de uso recente na área da História da Educação, influenciada [...] pela renovação na área provada pela Nova História Cultural e pela preocupação crescente dos historiadores em relação à preservação de fontes de pesquisa e de memória educacional em arquivos escolares, museus e centros de documentação. Desta forma, Souza acrescenta que o “mundo dos objetos” – e aí são incluídos, no caso da escola, “mobiliários, prédio escolar, equipamentos e utensílios destinados ao ensino das matérias, como cartilhas, livros de leitura, mapas, globos, laboratórios, dentre outros – entra nos estudos e pesquisa da História da Educação, não exatamente como foco principal de análise, mas feito componente da interpretação histórica das representações e práticas escolares. (SOUZA, 2007, p. 140).

As normas e práticas referentes a cultura escolar são complexas e se modificam no tempo e no espaço; elas encontram-se na instituição escolar e é possível identificá-las como suporte em aspectos considerados pelos diversos autores, como categorias de análises, em que, a partir do estudo da cultura material escolar, figura-se: a organização do espaço, o tratamento formal, e a implantação de reforma e eventuais adequações aos desejos e aspirações dos diversos sujeitos envolvidos na composição destes espaços.

Nesse sentido, a abordagem nos estudos da História da Educação traz uma aproximação de articulação com pesquisas na área da cultura material escolar, do estudo das instituições escolares, a partir de sua infraestrutura e seus resinificados no tempo, dando, assim, a noção de comparação dos ambientes arquitetônicos que vão se adaptando e se remodelando no decorrer da história.

Zilsa Santiago (2011) constrói algumas indagações a respeito das relações da arquitetura escolar e da educação: Há diálogo entre questões pedagógicas e arquitetura? Até onde a configuração dos espaços escolares é dimensionada pelo sistema educacional e pelas imposições do contexto político-econômico nacional e local? Assim, a arquitetura do edifício escolar se insere no conjunto de organização da instituição de ensino, e é, na maioria das vezes, um reflexo da proposta pedagógica e do contexto político-econômico vigente.

Além disso, a nossa discussão busca compreender a importância e os fatores que fazem com que a localização e a implantação da escola, no caso do Patronato Coração Imaculado de Maria, bem como suas “metamorfozes” no espaço e no tempo, comportam elementos ligados a fatores que refletem todo um sistema articulado de poder, neste caso, as

relações católicas através das irmãs e a política ligada a Era Vargas, e sua articulação para trabalhar o “tipo ideal” de mulher dentro daquele espaço que é a escola. Santiago nos lembra:

Arquitetura de instituições escolares, visto que, pela análise dos diversos momentos históricos, verificam-se a influência e a ênfase, ou não, conferida ao edifício-escola e sua relação com a cidade, com o bairro, com a comunidade e os aspectos simbólicos que representam para a população de cada uma destas instituições. (SANTIAGO, 2011, p. 32).

Ao entrarmos em contato com a documentação que faz referência a ampliação da infraestrutura do Patronato Coração Imaculado de Maria, identificamos algumas Atas que fazem menção as articulações por parte das religiosas, das alunas e de membros da sociedade russana a fim de suprir as demandas da referida instituição:

As obras de construção do dormitório e salas de aula, que foram incitadas a 17 de novembro, dia da Medalha Milagrosa, vão bem adiantadas. A Divina Providência enviou-nos, na pessoa do Sr. Lino Gonçalves, um grande benfeitor, que, com admirável dedicação, vem dirigindo as obras. Aproveitando a festa de São Sebastião, promovemos, com diversas senhoras, uma quermesse e obtivemos um bom resultado⁴⁴

A Irmã Mazé, ao puxar pela memória a espacialização e as modificações sofridas em relação ao Patronato, nos dá alguns detalhes acerca de como a escola era no passado e como foi se modificando ao longo dos tempos. Quando questionada se a segunda parte da escola foi adquirida a partir de doação, a irmã responde:

Não, o terreno era um só. Era como se fosse um sítio, era da família Ramalho. Quando eles precisavam vir para cá eles vinham para repouso, era o sítio que existia aqui. A casa só era essa parte aqui, aqui tudo foi modificado com a mudança para uma escola, foi tudo modificado, as salas de aula cresceram para lá, essas dependências daqui também foi tudo modificado. Isso com a continuação do dia a dia cada dia foi mudando, a escola é formada em bloco, são quatro blocos, isso tudo foi fundado depois, ninguém recebeu tudo isso. A gente recebeu essa pequena parte da entrada pra cá e daí por diante foi crescendo, foi sentindo a necessidade de organizar. No início não tinha o internato, depois surgiu à necessidade do internato por conta das meninas da zona rural que não tinham onde ficar e vinham pra cá, aí foi ampliando. O tempo vai se encarregando e modificando as coisas, mas ninguém recebeu da forma como é hoje não, hoje tudo é o suor das cordimarianas.⁴⁵

A partir do relato das memórias da Irmã Mazé, identificamos que da inauguração do Patronato, em 1937, até os dias atuais, muitas modificações na infraestrutura da escola foram acontecendo. A religiosa destaca que as mudanças foram ocorrendo a partir das demandas para o atendimento das alunas tanto no internato quanto no externato, e esta frisa sempre que quando as freiras Cordimarianas receberam a instituição a parte construída era bem pequena em relação ao que é hoje. Abaixo trazemos o relatório do crescimento físico e pedagógico da atual

⁴⁴ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, janeiro de 1940.

⁴⁵ Entrevista concedida pela Irmã Mazé, Cordimariana e tesoureira da UNECIM. Realizada em 20 de junho de 2016, em Russas-Ceará.

UNECIM, onde são pontuados o crescimento interno e a criação de diversos espaços e equipamentos, como museus, praças, capela e os blocos de salas de aula:

O Patronato Coração Imaculado de Maria, hoje Unidade Educacional Coração Imaculado de Maria foi crescendo aos poucos, tanto fisicamente, como pedagogicamente.⁴⁶ No início de sua fundação existia somente parte do bloco 1. Com o passar dos anos foi crescendo, crescendo e hoje ela é formada de 4 blocos, sendo assim distribuídos: O bloco 1 é o principal da Unidade e possui a parte superior. Nele existe o setor administrativo da escola, 12 salas de aula, sala dos professores, setor gráfico onde produz todo o material em prol do estudante. Outras dependências: Salas específicas em função do aluno, como: sala de informática, Laboratório de Física e Química, Sala de Leitura, uma Biblioteca com um riquíssimo acervo de 12.000 livros. Anexo a este bloco temos uma linda Capela Coração Imaculado de Maria, que é utilizada para formação espiritual dos discentes. Ainda neste mesmo bloco encontra-se um pequeno Museu intitulado com o nome de nosso fundador Pe. Júlio de Lombaerd. É utilizado para estudo e pesquisas e está registrado no Ministério de Educação e Cultura. O IBRAM – órgão responsável pelos museus do Brasil promove anualmente a semana internacional do Museu, onde a escola participa de sua programação. Bloco 2 é pequeno em relação ao primeiro, é constituído de 6 salas de aula, galerias e banheiros. Bloco 3 – espaço infantil, onde funciona do Infantil II ao Infantil V. É um recanto atrativo e agradável, formado por 10 salas de aula apropriadas as crianças. Além dos parques de brinquedos, ainda funciona a sala da brinquedoteca. Ao lado deste bloco temos o Auditório denominado Lino Gonçalves, em homenagem ao grande benfeitor da Instituição. Este Auditório é de grande utilidade para escola e para a comunidade russana. Bloco 4 é formado pelo estacionamento dos funcionários. Em seguida a cantina que é o local de atendimentos dos alunos (merenda). Temos vários banheiros e logo após uma sala ampla que chamamos sala de atividades. Ao lado de uma entrada e saída de alunos. Ainda temos vários pátios, área coberta e uma grande quadra de esporte, onde são realizados vários jogos, Educação Física e outras atividades.⁴⁷

O Patronato Coração Imaculado de Maria, até o ano de 1944, não tinha ainda a sua tão sonhada capela. O espaço que usavam de capelinha era dentro dos cômodos da antiga casa dos Ramalhos, que agora era habitada pelas irmãs, e alguns de seus quartos e salas serviam de sala de aula; no entanto, estas freiras, juntamente com alguns “bons cidadãos russanos”, começaram a se articular para a construção do prédio que viria a ser a capela deste Patronato. Foram realizadas diversas atividades a partir de 1940, para angariar recursos e iniciar a construção do tão esperado templo sagrado. As irmãs, juntamente com as senhoras da elite

⁴⁶ Além do crescimento físico, podemos falar do desenvolvimento de casa setor da escola: SOP – Serviço de Orientação Pedagógica; SOR – Serviço de Orientação Religiosa; SOE – Serviço de Orientação Educacional; SOD – Serviço de Orientação Desportiva. Cada serviço desempenha suas atividades e projetos dentro de sua área de atuação. SOP – preocupa-se com o serviço pedagógico, acompanhamento dos professores, etc. SOR – Serviço de grande valor na escola, está presente em todas as atividades. SOE – seu desempenho está voltado diretamente para o educando, formando, educando e ajudando. SOD – Serviço que a escola investe com muita garra. É no esporte que o aluno desenvolve o companheirismo, a união, solidariedade e outros aspectos. Anualmente é realizado os JIC's – Jogos intercolegiais Cordimarianos. A realização destes jogos acontece em cidade onde existe Escola Cordimariana. São muitas modalidades esportivas: Futsal, Voleibol, Handebol, Tênis de Mesa, Karatê, e dança que é um momento vibrante e alegre. Como estamos vendo, o desenvolvimento pedagógico evoluiu consideravelmente: Iniciou com o curso primário e prendas domésticas até 1950. A partir de então surge o curso Ginásial e depois o curso Normal que funcionou até 1992, formando um total de 709 professoras, que ajudaram no crescimento do saber e formação do povo russo. Com o término do curso Normal surgiu o Ensino Médio, que funciona até o presente momento.

⁴⁷ Relatório: Crescimento físico e pedagógico da UNECIM. Russas, 2016. – Elaborado pelas religiosas da Unidade Educacional Coração Imaculado de Maria – UNECIM.

russana e alguns benfeitores, como é o caso do Sr. Lino Gonçalves, se articularam para dar prosseguimento às obras do tão sonhado templo. Isso ficou registrado nas Atas do Patronato:

Premiei todas as alunas e, às do 2 ano, levei-as a um passeio na casa do Sr. João Ivo. O resultado foi ótimo, pois rendeu mais de 2.000\$ de reis, o que muito contribuiu para o andamento das obras de construção.⁴⁸

No dia 13, dia de N. S. de Fátima, começaram os trabalhos de nossa capela. Esperamos na proteção da Virgem Ssma que breve teremos a nossa tão desejada Capelinha. Foram promovidas, nos três últimos dias, umas festinhas em benefício das obras. Entre festinhas e esmolas, rendeu Cr\$ 97.000,00 cruzeiros.⁴⁹

Com as bênçãos de Deus, vai sempre em progresso o nosso Patronato. Apesar da grande crise que atravessamos, o Bom Deus, com a sua Misericórdia, nos tem enviado graças abundantes. Foi iniciada a obra da construção de nossa Capela, no dia 13 de outubro de 1943, dia de N. S. de Fátima, que vai muito adiantada. A querida Mãe do Céu enviou-nos, ainda, a pessoa do Sr. Lino, que continua a ser o nosso maior benfeitor e vem dirigindo esta obra com uma dedicação admirável.⁵⁰

Foi celebrado, com grande entusiasmo e muito fervor e amor, o dia de nossa querida Mãe: Coração Imaculado de Maria. Houve a novena e, no dia 27, foi terminada, com a Santa Missa, comunhão e bênção. Três criancinhas, alunas no nosso Patronato, receberam a Jesus – Hóstia em seus coraçõezinhos. Às 9 horas da manhã, as alunas do patronato, reunidas no pátio, organizaram diversos brinquedos. Às duas horas, as Irmãs fizeram o juramento de fidelidade a Jesus crucificado. Às 4 horas, a Associação do Coração Imaculado de Maria. Houve, também as entronizações do Coração Imaculado de Maria, em nove casas de famílias. Foram promovidas umas festinhas em benefício de nossa capelinha. As alunas de cada ano encarregaram-se uma barraca. Todas trabalharam com muito gosto. Ao ano vencedor. Que foi a barraca C. I. de Maria, foi oferecido como prêmio, um passeio. Rendou 31.000,00 cruzeiros. Agradecemos a Maria Ssma tão grande graça, pois muito nos auxiliou.⁵¹

A partir das Atas do Patronato, identificou-se que a inauguração da capela se dá no dia 29 de novembro de 1944, com a presença de diversas autoridades políticas e da sociedade russana como um todo. Observamos, também, que o Bispo Dom Aureliano Matos foi quem rezou a primeira missa na capelinha do Patronato, onde fez, segundo Ata construída pelas Irmãs, uma comparação das religiosas com as abelhas, que trabalhavam unidas pelo bem da educação russana, além dos agradecimentos ao senhor Lino Gonçalves, que foi quem arcou com a maior parte das despesas para a construção desse templo:

Dia 29, realizou-se a inauguração de nossa Capelinha. Para todas nós foi um dia de santas alegrias, por vermos o nosso Jesus tomar pose de uma digna morada, por nós há tanto tempo desejada. Presidiu a cerimônia S. Excia. D. Aureliano. Durante a Santa Missa, houve diversos hinos acompanhados com harmônio, bandolim e violino. Foi uma verdadeira maravilha. No momento do sermão, D. Aureliano fez uma linda prática, chamando as Irmãs de suas queridas abelhas que, reunidas em uma só colmeia, humildes e obedientes, deixavam exalar o santo perfume de suas grandes virtudes. Logo depois da Missa, houve uma manifestação ao Sr. Bispo e, em seguida, ao Sr. Lino, o nosso grande benfeitor.⁵²

⁴⁸ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, novembro de 1940.

⁴⁹ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, outubro de 1943.

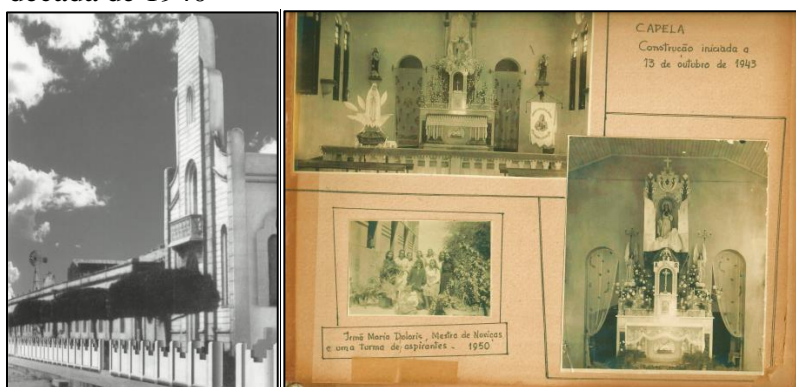
⁵⁰ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, janeiro de 1944.

⁵¹ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, agosto de 1944.

⁵² Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, novembro de 1944.

A partir do histórico de fundação do Patronato, em 1937, é possível identificar que a referida instituição inicia seus trabalhos com dois cursos: um curso regular, que à época era chamado de Curso Primário, e um curso de Matérias Extraordinárias, que era oferecido as moças e senhoras da sociedade russana, e que compunham disciplinas e aprendizagens voltadas para o lar, como, por exemplo, curso de pintura, bordado, confecção de flores, corte geométrico e o curso de datilografia que, naquela época, era algo muito diferente da educação comum na região, ou seja, poderia dar condições a estas mulheres irem trabalhar em outros espaços que não fosse somente o lar ou o espaço escolar.

Imagem 4 - Capela do Patronato: construída e inaugurada na década de 1940

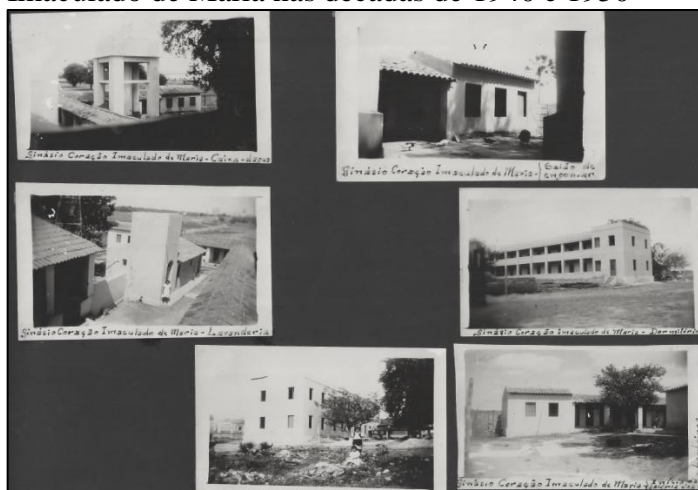


Fonte: Acervo da UNECIM.

Nas Atas mensais e nas fotografias do Patronato Coração Imaculado de Maria também nos deparamos com relatos escritos das modificações no atendimento educacional e nas remodelações do espaço para atender diferentes públicos de alunas: “A 1º de abril, reiniciaram-se as aulas do curso primário. Este retardamento foi motivado pelo trabalho das obras de remodelação do prédio. A matrícula atual é de 277 alunas, sendo 193 externas e 21 semi-internas.⁵³

⁵³ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, abril de 1947.

Imagem 5 - Áreas internas do Patronato Coração Imaculado de Maria nas décadas de 1940 e 1950



Fonte: Acervo da UNECIM.

Nos registros fotográficos acima e nos trechos abaixo, podemos identificar as modificações espaciais e aquisições de diversos equipamentos de infraestrutura que surgiram a partir das necessidades das Irmãs em acolher alunas internas, semi-internas e externas. Nas iconografias, é possível identificar a construção de uma caixa d'água - antes o Patronato dispunha apenas de um cata-vento; ver-se, também, dois blocos de salas de aula novos, em que a parte superior era onde se localizava os dormitórios das internas. Além destes, temos na imagem a lavanderia e a sala de engomar.

No dia 12 de setembro, tivemos a grande satisfação de ver o regresso de nossa Revda Irmã Superiora, que chegou do Rio, onde havia permanecido durante 21 dias. Sob a proteção da Sma. Virgem, alcançou o que desejava: nosso Ginásio está continuando as suas aulas, regularmente e já fora de perigo. Logo após à chegada de nossa Superiora, aproveitando sua estada em Fortaleza, esta recebeu a Segunda parte do auxílio de \$100.000,00 que empregou na construção de uma caixa d'água, no valor de \$35.000,00. O restante, empregou na construção da parte superior do dormitório.⁵⁴ No dia 22 de outubro, foi inaugurado o campo de Educação Física. Às 8 horas da manhã, houve a bênção deste mesmo campo, com assistência de algumas pessoas que serviram como paraninfas. Durante a bênção as meninas entoavam cânticos à Virgem Santíssima. À tarde deste mesmo dia, houve um jogo esportivo, juntam ente com umas barraquinhas em benefício das Obras Vocações Sacerdotais. O rendimento foi de CR\$ 2.575,00.⁵⁵

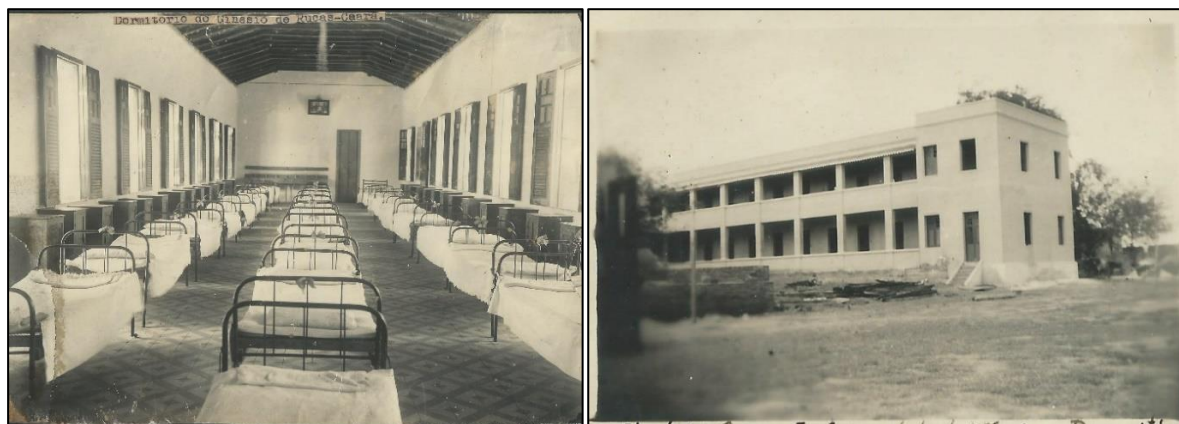
Neste ano, tivemos a satisfação de receber mais CR\$ 100.000,00 do Governo Federal, que empregamos, exclusivamente em construções: Terminou-se o dormitório das meninas e foram construídos os salões do Curso Normal, Curso anexo e remodelação da copa, cozinha e dispensa.⁵⁶

⁵⁴ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, setembro de 1950.

⁵⁵ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, outubro de 1950.

⁵⁶ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, dezembro de 1951.

Imagem 6 - Dormitório e salas de aula do Curso Normal, início dos anos 50



Fonte: Acervo da UNECIM.

Em março e outubro deste ano, recebemos dois auxílios do Governo Federal, num total de CR\$100.000,00 que se destinou à construção do pavilhão reservado à comunidade e ao início do Auditório do Colégio, que está localizado na parte posterior do Edifício, com a fachada voltada para estrada de rodagem.⁵⁷

Outro bem adquirido pelas Irmãs e pela sociedade russana foi o auditório. Até hoje serve à comunidade com seu amplo espaço, suas guisas, palco italiano e acústica excelente. Este prédio dedicado à cultura recebeu o nome de Auditório Lino Gonçalves, uma vez que o Sr. Lino custeou a maior parte da construção.

Guacira Lopes Louro (2015) realiza uma análise dos espaços onde eram formadas as professoras no final do século XIX e até meados do século XX. A pesquisadora nos diz que os arranjos físicos, em que estão entremeados o tempo e os espaços escolares, estavam informando e formando. A própria arquitetura escolar constitui um certo “programa” que fala aos sujeitos, que lhes diz como ser ou como agir, sendo assim acaba por instaurar em sua materialidade um sistema de valores que ordena, disciplina e vigia. Desde as suas fachadas, frequentemente solenes, essas escolas indicavam a todas as pessoas que por ali passavam que eram distintas dos demais prédios, que tinham um objetivo diferencial e especializado.

Seu espaço interno tem também uma organização plena de significados: seus corredores e salas, a capela ou crucifixo, as bandeiras ou os retratos de autoridades, os quadros de formatura ou os bustos das personalidades ilustres, estão afirmando ou ocultando sabores, apontando valores e exemplos, sugerindo destinos. O cotidiano das jovens no interior dessas escolas é como o cotidiano de qualquer instituição escolar planejado e controlado. Seus movimentos e suas ações são distribuídos em espaços e tempos regulados e reguladores. Elas devem estar sempre ocupadas, envolvidas em atividades produtivas. (LOURO, 2015, p. 455).

⁵⁷ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, outubro de 1953.

Imagem 7 - Auditório Lino Gonçalves, década de 1950



Fonte: Acervo da UNECIM.

É importante perceber que o tempo escolar é construído com o tempo disciplinar, mestres, freiras e estudantes tiveram de apreender outra lógica e um ritmo que se diferenciava da lógica e do ritmo de suas casas e da comunidade onde estavam inseridos. Nesse sentido, o tempo escolar surge como um fato cultural, necessita ser lido, refletido e interiorizado pelas alunas. A formação das meninas se dava também pela organização e ocupação do seu tempo pelo uso dos espaços, pelas permissões e proibições que a estas eram impelidas.

Essas instituições de ensino tinham suas diferenças: escolas normais públicas, colégios normais religiosos, alguns internatos particulares; cursos localizados nas cidades mais importantes da província e dos estados, cursos das cidades menores, escolas laicas ou de orientação religiosa, pagas ou gratuitas. As moças que frequentavam esses cursos tinham origens sociais diversas, o que dificultava qualquer tentativa de caracterizá-las globalmente; mesmo a passagem do tempo acarretou outras mudanças na população escolar. Em alguns momentos em algumas comunidades, as escolas normais se tornaram prestigiadas instituições de ensino e acrescentaram aos cursos de formação do professor primário curso de especialização captando uma clientela socialmente privilegiada. (LOURO, 2015, p. 455).

O mobiliário também faz parte da memória institucional escolar. Toda vez que os objetos são utilizados de forma didática constrói-se uma íntima relação entre estes e o projeto educativo, a materialidade reflete uma série de estímulos, conteúdos e valores que compõem um currículo oculto. Destarte, é preciso identificar os objetos, sejam eles materiais ou em forma de conteúdos intelectuais, para entender de forma mais consistente como era o cotidiano destas alunas e como elas se relacionavam com os objetos escolares.

A invenção da carteira em frente ao banco supõe uma distância física e simbólica entre os alunos e o grupo, e, portanto, uma vitória sobre a indisciplina. Este artefato destinado ao isolamento, imobilidade corporal, rigidez e máxima individualização permitirá a emergência de técnicas complementares destinadas a multiplicar a submissão do aluno. (VARELA, 1992, p. 92).

Imagem 8 - Banco escolar que compunha o mobiliário do Patronato já em 1937



Fonte: Acervo da UNECIM.

O banco escolar, segundo Varela (1992), é um dos objetos que favorecia a disciplina dos alunos e alunas. Com a troca da mesa-banco por carteiras escolares individuais nas salas de aula permitiu-se um maior rigor quanto à disciplina; nos bancos coletivos, as trocas com as colegas que sentavam ao lado eram constantes, além das “conversinhas”, podia-se também trocar uma risada, um lápis e até “colas” nas provas.

Os liberais defendiam o ensino laico, cujo caráter científico era o cerne da divergência com o ensino católico. No Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932, p. 416) a cientificidade era considerada a base da educação nova, enquanto a criança, o eixo da escola, ao contrário da “escola tradicional” (católica), onde o aluno seria “modelado exteriormente”. A dicotomia entre ensino laico e católico é observada no Ginásio Pelotense e Gonzaga. O primeiro, fundado pela Maçonaria, instituição que primava pelo ensino cientificista. (GUEDES, 2010, p. 92).

Ter acesso à educação, para os católicos, era o meio indispensável para que a sociedade passasse por um processo de reconstrução, e era pela escola que dar-se-ia essa “purgação” do homem; através da escola seriam repassados/encucados os valores cristãos perdidos pela civilização burguesa. Nesse sentido, Amaral (2010) nos diz que:

Dentro do processo de romanização, a Igreja Católica, no que dizia respeito à ‘educação cristã’, apresentava diretrizes extremamente coercitivas, determinando uma série de procedimentos a seus fiéis. Especificamente no que tange à educação escolar, obrigava-os a enviar seus filhos às escolas católicas e era categoricamente contrária ao ensino ministrado em escolas do ensino laico ou sob orientação de outras religiões. Isso justifica o empenho da Igreja, que se observa desde os últimos anos do século XIX, em estimular em todas as paróquias a criação de escolas sob orientação ou direção dos sacerdotes católicos. E justifica, também, a sua campanha para introduzir e monopolizar o ensino religioso nas escolas públicas. [...] No ano de 1926, funcionaram só na paróquia da Catedral [de Pelotas] seis colégios católicos com 1008 alunos matriculados. (AMARAL, 2010, p. 92).

Nas escolas católicas, as alunas deveriam participar das atividades religiosas, dentre elas as missas diárias, que geralmente ocorriam antes das aulas; isso demonstraria a simulação

por parte do alunado da pedagogia cristã, ou seja, a devoção deveria ser manifestada na participação. Além do mais, havia uma constante vigilância em relação aos católicos, para que estes colocassem seus filhos em instituições filiadas à Igreja Católica:

Os filhos de católicos deveriam frequentar escolas católicas, como uma forma de reforçar os preceitos do catolicismo junto às famílias, aumentando o controle doutrinário da Igreja. No período de transição de um ano escolar para outro é que a Igreja exercia maior pressão sobre os pais para não colocarem seus filhos em escolas não católicas. (LEMOS, 2012, p. 61).

Nesse sentido, a educação escolar é reconhecida como meio de propagação de ideologias. A crítica de algumas instituições religiosas, estatais ou de outras entidades aos demais modelos de ensino consiste, em parte, do esforço para manter adeptos e garantir ou conquistar sua influência sobre a sociedade, ao tornar-se parceira do estado na campanha de nacionalização, especialmente no combate ao perigo alemão; a Igreja Católica tentou reconquistar o espaço perdido com a Proclamação da República e a laicização do Estado. E a escola, por meio do ensino religioso, tornou-se favorável à instrumentalização e à inculcação do catolicismo.

Vanessa dos Santos Lemos (2012) nos lembra que, a partir do Decreto-Lei 19.890 de 18 de abril de 1931, a Reforma Francisco Campos ressaltava a obrigatoriedade da participação nas atividades religiosas:

Referida escola católica da uniformização do currículo imposta pela equiparação, conferindo a esta uma cultura escolar e uma identidade próprias. As demais práticas pedagógicas desta escola católica eram similares as demais instituições de ensino. Dessa forma, também podemos dizer que o governo central adotou este aspecto da pedagogia católica ou Tradicional – a subordinação da educação à religião. (LEMOS, 2012, p. 62).

4.2 O “carisma” religioso das Irmãs Filhas do Coração Imaculado de Maria

O carisma Cordimariano, ou seja, das Filhas do Coração Imaculado de Maria se dá a partir do carisma mariano do Padre Júlio Maria, fundador das Filhas do Coração Imaculado de Maria, que, através de sua ação missionária e espiritual mariana, tinha como lema a compaixão e a misericórdia, sendo este o carisma das Irmãs Cordimarianas. Segundo Pe. Demeval Alves Botelho e a Ir. Maria do Divino Coração, em um livro escrito pelos dois, *Uma História de Amor-Sacrifício*, nos relatam que o carisma Cordimariano poderia se definir assim: sua intuição de Igreja, enquanto missionária, vivida na compaixão e misericórdia e alimentada pela espiritualidade mariana. (BOTELHO; DIVINO CORAÇÃO, 2006, p. 29). Para ambos religiosos o amor seria a tradução de duas expressões:

COMPAIXÃO é a interiorização do sofrimento, da desgraça, do infortúnio que afligem o nosso irmão; e compadecer-se dos que sofrem, dos que são oprimidos; é ter dó e sentir a dor do outro. É, afinal, “sentir com”. A compaixão move as pessoas: “Senhor, filho de Davi, tem compaixão de nós!” – Ter compaixão é tornar-se, pois, eco da Jericó, e a condição de mendicância, humilhação e desprezo em que viviam, compadeceu-se deles e os curou. – MISERICÓRIDA é o fruto da compaixão que nos torna solidários e nos compele à ação. A misericórdia autêntica supõe a estes dois sentimentos: condeu-se e usou de misericórdia. Misericórdia no socorro não é paternalismo e nem assistencialismo. É humanidade; é ser humano; é ter gestos de acolhida, de ajuda, de gratuidade, de respeito e não fazer discriminação. (BOTELHO; DIVINO CORAÇÃO, 2006, p. 33).

Nesse sentido, o espírito de compaixão do Padre Júlio Maria o impeliu a fundar as Cordimarianas para cuidarem do povo desvalido, das meninas pobres e órfãs, bem como da juventude de Macapá que vivia às soltas. Os orfanatos que ele criou revelam bem essa faceta de seu coração missionário, sua solicitude pastoral em atender os doentes ia além da administração dos sacramentos de cura. Lembremos que Pe. Júlio Maria foi enviado para o Brasil em 1912, era da Congregação dos Missionários da Sagrada Família e foi enviado para Macapá.

Compaixão e misericórdia em Padre Júlio Maria não consistia apenas em ter dó dos pobres, dos abandonados, e lamentar a sua situação, às vezes, miserável, mas em promovê-los através de escolas, catequeses, saúde, orfanatos, etc. Esses eram os meios de que servia para a sua ação pastoral. Em relação à espiritualidade Cordimariana, podemos identificar que:

Maria ocupava um lugar importantíssimo e de realçante destaque na espiritualidade missionária do Pe. Júlio Maria. Ele era uma alma envolvida pela Mãe de Jesus. Ela marcou e acompanhou toda a sua vida, a começar de sua “conversão” (afervoramento na vida cristã), quando ainda estudante em Torhout. Ele deixou escrito: “Bastante vezes, quando ajoelhado aos pés da Virgem Imaculada, que, desse a minha conversão, amei sempre com toda a ternura de meu coração, pedindo a ela o que (eu) podia fazer para espalhar o seu culto e fazê-la amada.” Na África, cresceu muito na devoção à Nossa Senhora e a cultivou com carinho filial, por causa da tônica da formação que se dava na Congregação, em que entrara. Ainda, por causa das leituras, que fazia, e das prédicas, que ouvia, bem como dos arroubos filiais de seu coração.⁵⁸

O fundador, propondo um modelo de espiritualidade para as Filhas do Coração Imaculado de Maria, não falava sobre a sua dimensão “compaixão e misericórdia”. É curioso notar que, embora não falasse sobre isso, sua vida falava por ele, pois toda a sua práxis missionária era marcada por esse binômio.

As Cordimarianas, dando-se ao estudo e ao aprofundamento de sua espiritualidade e o carisma fundacional, foram descobrindo que “compaixão e misericórdia” eram realmente decorrência da espiritualidade do fundador. Asseveram isto, não para justificar as conclusões a que chegaram, mas porque era, de fato, uma constante em sua vida. Pe. Júlio Maria não lhes ensinou que “compaixão e misericórdia” enriquecia a espiritualidade da Congregação, mas

⁵⁸ Histórico das Filhas do Coração de Maria, Introdução.

viveu e levou, indiretamente, as Irmãs a vivê-lo. Quem é pobre, abandonado, marginalizado, é algo que estava bem presente nas origens do Instituto Cordimariano. (BOTELHO; DIVINO CORAÇÃO, 2006, p. 49).

Em relação à missão das Filhas do Coração Imaculado de Maria, destacamos a seguinte citação:

Duplo é o fim da Congregação: o primeiro e principal é a santificação de seus membros; o segundo é:

- a) - O tratamento dos enfermos, de preferência, dos mais pobres e abandonados;
- b) - A educação da infância nos colégios e orfanatos e o ensino da doutrina cristã nas paróquias;
- c) - Com licença especial dos Bispos, em cuja diocese há casas da Congregação, outras obras de caridade.⁵⁹

Nesse sentido, a partir do Pe. Júlio Maria foi experimentado o sofrimento que o missionário aprendeu a ter, um coração sensível voltado para a multidão de irmãos e irmãs nossos, que, abandonados, esperam por uma ação misericordiosa. As Cordimarianas caminharam muito em matéria de missão, como fizeram com relação à espiritualidade e carisma, sem, todavia, perder a fidelidade ao fundador e a referência à vida da primeira geração da Congregação. (BOTELHO; DIVINO CORAÇÃO, 2006).

O lema da Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria e das Irmãs Cordimarianas é amor e sacrifício. Ao analisarmos este lema percebe-se que ele se assenta na

[...] frase curta, sucinta, rica de conteúdo e significação. É algo parecido com norma de vida para os seus membros. O lema das Cordimarianas, que é também nosso, é bonito e expressivo. Mas por que o Pe. Júlio Maria o adotou para as três Congregações que fundou? Tê-lo-ia trazido da África ou da Europa? Ou é criação dele mesmo? De qualquer maneira, ficamos a conjecturar que o lema pode evocar o dinamismo espiritual que Maria vivia, porquanto, ela soube amar e sofrer admiravelmente. Uniu os sofrimentos aos de seu divino Filho. Com Ele, sacrificou-se pela humanidade. Desta forma, tonou-se corredentora. Com efeito, sua vida se cifrou num verdadeiro “Amor-Sacrifício”.⁶⁰

⁵⁹ Capítulo 1 da Constituição das Filhas do Coração Imaculado de Maria, 1934.

⁶⁰ Revista Anunciação, p. 48, ano nº VII, março de 1953 – Ceará – Caucaia p. 48 (Órgão da Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria).

Imagem 9 - Brasão das Irmãs Cordimarianas



Fonte: Acervo da UNECIM.

As Irmãs Cordimarianas ou Filhas do Sagrado Coração Imaculado de Maria, como na época eram chamadas, não eram ligadas somente à educação, também eram envolvidas com atividade de filantropia. Desde o início de suas atividades, em São Bernardo das Russas, visitavam as comunidades carentes, como Tabuleiro do Cata-Vento e Planalto da Bela Vista, para ensinarem o catecismo e levarem alguns mantimentos para as famílias. Sob a justificativa de pôr em prática os ensinamentos cristãos, as Irmãs iam fazer caridade, o que extrapolava as atividades ligadas ao magistério e a própria atividade religiosa. As freiras sempre levavam as alunas internas para auxiliá-las no exercício do ensino catequético e também para socializar com aquelas pobres crianças algumas guloseimas e merendas, como podemos ver a seguir:

Aos Domingos à tarde as irmãs iam com a gente para o Tabuleiro ensinar o catecismo, elas levavam uma turma, não iam todas, pois era muita gente. Nós ajudávamos a ensinar o catecismo.⁶¹ Eu via que elas amavam muito os pobres, embora essa diferença fosse uma diferença um pouco grande não era uma diferença irritante, elas não tratavam as meninas mal, tratavam bem. Eu acho que por tratar bem elas me conquistaram. Esse foi o fator decisivo: elas tratarem bem os pobres. Na parte de religião, elas eram também ligadas à catequese. Eu vinha com elas fazer catequese no Planalto, só existia uma capelinha bem pequena, só moravam os negros, pobres paupérrimos e as irmãs sempre traziam algumas coisas: biscoito, bolacha, rapadura,

⁶¹ Entrevista realizada com a ex-aluna do Patronato, Valdenora de Araújo Lima, realizada em 10 de agosto de 2016, em Russas-Ceará.

tudo aquilo que podia ajudar. Depois, quando tinham coisas melhores que sobravam das festas elas traziam.⁶²

Imagem 10 - Crianças do Tabuleiro do Cata-Vento, na década de 1940, fotografadas pelas Irmãs



Fonte: Acervo da UNECIM.

Para a chegada da R. Madre Geral, as Irmãs prepararam uma turma de neo – comungantes dos dois catecismos do Tabuleiro. Sendo paupérrimas essas crianças, não podiam preparar-se para se apresentarem decentemente vestidas ao banquete Eucarístico. Uma das Religiosas, depois de ter obtido o consentimento de sua Superiora, saiu a pedir pelo comércio, fazenda, dinheiro, etc. para preparar, embora simples, mas decentemente, umas 42 crianças. E, no dia 29 de janeiro, depois de um retiro de três dias, reuniram-se na Capelinha do Patronato, a fim de receberem, pela primeira vez, em seus corações inocentes, a Jesus Hóstia. Os pais acompanharam-nas também e várias pessoas vieram assistir à singela, mas, tocante cerimônia. Depois da Santa Missa, todos seguiram para o refeitório, onde lhes foi servida uma lauta mês de doces e café. Os pais das criancinhas não cessavam de agradecer às Irmãs, desejando-lhes o céu e toda sorte de bens.⁶³

No dia 2 de agosto, recebemos a visita do Sr. Dr. Colombo de Sousa, diretor do C. A. N. e algumas senhoras de destaque desta cidade. Auxiliadas por aquela Instituição, estamos distribuindo, duas vezes por semana, gêneros alimentícios aos pobres, que, mediante um cartão, cada um por sua vez, recebe a quantidade determinada.⁶⁴

4.2.1 Padre Júlio Maria, o fundador das Filhas do Coração Imaculado de Maria, e o projeto de recristianização da Igreja Católica

Antes de mais nada, nesta parte da pesquisa, procuramos analisar as relações entre o Estado e a Igreja Católica em relação ao movimento de recristianização, empreendido pela Igreja Católica, no contexto da República na Era Vargas, a partir da trajetória missionária de Padre Júlio Maria de Lombaerd.

Nesse sentido, como nos lembra Soares (2009), o termo “recristianização” torna-se o novo ideal que foi assumido pela Igreja Católica não só no Brasil, mas em todo o mundo, que apregoava a luta contra a laicidade do Estado e contra os possíveis “inimigos da fé católica”.

⁶² Entrevista realizada com Dionísia Andrade Costa, ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria – aluna da Escola Normal e atualmente religiosa da Congregação Cordimariana. Esta foi aluna na década de 1950.

Entrevista realizada em 04 de fevereiro de 2017, em Russas, Ceará.

⁶³ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, fevereiro de 1938.

⁶⁴ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, agosto de 1952.

Essa empreitada só seria possível mediante um audacioso programa que objetivou a recuperação dos espaços políticos e sociais, perdidos pela Igreja Católica, no caso do Brasil, com a Proclamação da República, em 1989. (SOARES, 2009, p. 27).

É importante destacar aqui que todo esse processo seguia as diretrizes romanas, principalmente a partir do pontificado de Pio XI (1922-1939), que propôs um audacioso programa para tornar a Igreja presença ativa em uma sociedade cada vez mais laicizada. Na visão e no discurso desse pontífice só haveria paz e prosperidade para o mundo mediante uma recristianização da sociedade, sendo essa considerada a principal tarefa para o catolicismo de seus dias. Dentre seus dogmas e ideais era difundida a emergência de uma “nova ordem social”, que dependeria da volta decisiva da sociedade a Cristo, Rei do Universo.

Nesse sentido, Pio XI promove uma ampla militância dos católicos para combater o laicismo social e defender os inalienáveis direitos de Cristo Rei. Este pontífice conclamava todos os fiéis a partir da sua Encíclica “Quas Primas”, que em seu texto orienta os fiéis católicos para a obrigação de combater com valentia e sem tréguas todos aqueles que não são católicos. Sendo assim,

[...] a data simbólica dessa orientação “recristianizadora” a nível internacional é a implementação litúrgica da festa de Cristo Rei, no Ano Santo de 1925. Os termos com os quais o Papa justifica a nova festa dão muito sintomáticos para captar a mentalidade católica naquele momento histórico: “Para nós também soou a hora de provermos às necessidades dos tempos presentes e de opormos um remédio eficaz à peste que corrói a sociedade humana. Fazemo-lo, prescrevendo ao universo católico o culto de Cristo-Rei. Peste de nossos tempos é o chamado “laicismo”, com seus erros e atentados criminosos. Como bem sabeis, veneráveis irmãos, não é num dia que esta praga chegou à sua plena maturação [...] Certos estados [...] julgaram poder dispensar-se do próprio Deus e fizeram consistir sua religião na irreligião e no esquecimento consciente e voluntário de Deus”. (SOARES, 2009, p. 28).

Ainda sobre o conceito de “recristianização”, é válida a reflexão do historiador Henrique Cristiano José de Matos, que destaca:

[...] Trata-se, portanto, de um movimento amplo que atinge toda a Igreja, de modo particular na Europa, de onde o Brasil receberá muitos modelos concretos para executar as diretrizes de Roma... o processo de Recristianização do Brasil, conduzido com denodo e perseverança pela hierarquia, coadjuvando por um dedicado grupo de leigos, possui uma característica comum – apesar da variedade de formas que assume no decorrer das quatro primeiras décadas da nossa vida republicana – a combatividade... (MATOS, 1990, p. 21).

Segundo as diretrizes de uma unidade nacional, que desejava desenvolver uma “neocristandade”, isso só poderia vir da unidade religiosa do país em torno da Igreja Católica. Assim, Getúlio Vargas encontrava no catolicismo um fundamento dessa unidade na tradição e na história dessa instituição religiosa. Riolando Azzi (1980) aponta importantes reflexões acerca das relações da Igreja Católica, no Brasil, durante o Estado Novo:

Ao declarar sua aliança com o poder estabelecido no país, a Igreja visava primordialmente garantir a continuidade e o fortalecimento da Restauração Católica, ou seja, uma presença mais expressiva do Catolicismo Romano na vida e na sociedade brasileira... O importante era colocar em evidência que, com exceção da fé católica, as outras denominações religiosas contribuíram apenas para romper a unidade nacional, corromper o povo e atender a interesses de grupos estrangeiros... em primeiro lugar. Convém assinalar que não houve ruptura de continuidade nas relações entre Igreja e Governo com a proclamação do Estado Novo em 1937. A hierarquia católica, que havia conseguido uma espécie de direitos e privilégios mediante a Constituição de 1934, dispôs-se a continuar a apoiar o regime ditatorial, caso essas conquistas permanecessem inalteradas. Foi o que na realidade sucedeu, pois Vargas sabia que o apoio da Igreja Católica lhe seria muito precioso... (AZZI, 1980, p. 68-69).

Nessa perspectiva, Riolando Azzi nos traz alguns elementos das representações conservadoras e autoritárias que vinham marcando o pensamento da Igreja desde os anos 20, com a implantação da restauração católica. Isso fica claro pela supervalorização do seu caráter missionário, combativo e empreendedor, com uma íntima ligação com os ideais de renovação da religiosidade católica. Tudo faz parte de uma estratégia da Igreja nesse período, quando tinha interesse em difundir personalidades que tivessem identificação com o processo de catequização e que fossem padres que se enquadrassem no “missionarismo”, ou seja, na divulgação dos valores católicos de recristianização. Padre Júlio Maria se enquadrava muito bem nestes quesitos, uma vez que este religioso esteve em três continentes.

Esse combate aos “inimigos da fé católica”, aos protestantes, maçons e políticos não católicos, se deu no campo das ideias, nos jornais em que Padre Júlio Maria mesmo fundou, se dava nas batalhas em suas pregações, em que ele segregava os católicos dos não católicos, construindo, assim, uma representação negativa de seus inimigos. Com o tempo isto lhe deu popularidade e poder político, recordemos que a partir de 1930 o Estado e a Igreja voltam a estreitar seus laços com intenções e ganhos para ambos, e estas posturas, como a do Padre Júlio Maria, agradavam tanto uma parte como a outra.

Em 1920, foi reconhecido oficialmente como “professor público” de Macapá. Após três anos de trabalho em Macapá resolve fundar as Filhas do Coração Imaculado de Maria (21/11/1916), exatamente para o amparo e formação católica da juventude feminina, área completamente abandonada naquelas regiões. Obtém, não sem dificuldades, a aprovação do prelado de Santarém, do Frei Amando Bahlmann OFM (1908-1939). Dramático foi o afastamento do Padre Júlio Maria da congregação por ele fundada. O bispo diocesano exige sua retirada e obriga os Superiores religiosos do Padre Júlio a providenciarem sua transferência. De 1926 a 1928 exerce atividades pastorais numa paróquia de Natal, mostrando-se um sacerdote extremamente zeloso e empreendedor, marcado com um espírito notadamente apologético e atitudes intransigentes, quando a verdadeira fé corre perigo. (SOARES, 2009, p. 90).

Essas reflexões, sobre a trajetória do fundador da Ordem das Irmãs Filhas do Coração Imaculado de Maria, que foram as responsáveis por gerir a primeira instituição escolar feminina em São Bernardo das Russas, em 1937, são essenciais para entendermos

além dos dogmas e valores cristãos das religiosas; tais reflexões também auxiliam na compreensão das orientações espirituais, a partir dos direcionamentos de seu líder e fundador, Pe. Júlio Maria, de seu catolicismo “neocristão”, do atrelamento das bases ideológicas da Igreja e do Estado, principalmente a partir do Estado Novo, que é quando surge o Patronato Coração Imaculado de Maria.

4.3 O Patronato Coração Imaculado de Maria começa a funcionar: as primeiras turmas, dificuldades e doenças

No dia 2 de agosto, sob a presidência da Revda. Madre Geral, abriram-se as aulas do Patronato e, enquanto fosse em fim de ano, matricularam-se várias alunas. O Patronato manterá dois cursos gerais: Um didático e outro de matérias extraordinárias. O primeiro compõe-se de: a) Curso Infantil ou Preliminar; b) Curso Primário, em cinco anos. O segundo, de matérias extraordinárias: Desenho, Pintura, Bordados a máquina e a mão, Flores, Corte geométrico e Datilografia. Recebe alunas internas, semi-internas e externas. Para a manutenção da casa e das Religiosas, as alunas deverão pagar uma módica pensão. Em princípio de setembro, a Revda. Madre Geral confiou a Direção do Patronato a uma das suas Religiosas que trazia: a Irmã Maria Gabriela, que ficou sendo a Superiora da Casa. No fim do ano escolar, para dar um impulso a obra iniciada, a I. Superiora organizou uma pequena, mas simpática festinha, que muito agradou ao povo russano. Das 11 alunas de Corte Geométrico, 09 receberam o Diploma com solenidade e, a convite da Revdma Madre, mandaram preparar um Quadro de Honra, que se acha na sala principal do Patronato, como retrato das 09 diplomadas. Encerradas as aulas do Curso Primário, continuaram a funcionar as do Curso extraordinário, a fim de que as Religiosas pudessem adquirir o necessário para o próprio sustento e preparação do material escolar para a reabertura das aulas no ano seguinte.⁶⁵

Para as religiosas, no início das atividades do Patronato, nem tudo “eram flores”, o pouco rendimento, por conta do número ainda reduzido de alunas, quase não dava para pagar as despesas anuais e começar o próximo ano letivo. Isso foi usado como justificativa para que fosse cobrado “uma módica pensão”, ou seja, a “elite” russana, política, religiosa e social deu condições às Irmãs se instalarem, mas a manutenção da comunidade religiosa e do Patronato ficou a cargo delas. Encontramos alguns relatos de momentos de austeridade financeira, como o que está registrado na Ata de janeiro de 1938:

A necessidade de um fogão de ferro para uso da cozinha do Patronato fez-se logo sentir. Afim de obter recurso para a compra do dito utensílio, promoveu-se um festival. Uma das Irmãs ensaiou algumas peças teatrais que foram levadas no salão paroquial, no dia 1º de janeiro, e, como não fosse suficiente o resultado, foi repetido o festival, na festa de S. Sebastião. O povo que assistiu a ele apreciou bastante, com a quantia obtida e mais algumas esmolas, foi comprado o fogão de ferro, que está em uso na cozinha.⁶⁶

⁶⁵ Histórico da fundação do Patronato Coração Imaculado de Maria, em 1937, de agosto a novembro.

⁶⁶ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, janeiro de 1938.

Imagem 11 - Fogão de ferro que é mencionado pelas Irmãs nas Atas



Fonte: UNECIM.

No final do ano as religiosas relatam, apesar do período festivo, um desfecho calamitoso que atingiu o Vale do Jaguaribe na época: a epidemia de malária:

Em um palco improvisado, no refeitório do Patronato, as alunas exibiram várias peças teatrais. Fez-se convite às várias autoridades locais, a alguns benfeitores e aos pais das alunas. Fomos obrigadas a proceder desse modo, por ser bem pequena a sala da festa, não podendo comportar todas as pessoas que desejariam assistir a ela. Em primeiro lugar, as alunas reunidas, entoaram um Hino a Cristo Rei. Logo em seguida, foi feita a leitura das notas. Apesar da calamidade por que passavam as alunas, com a epidemia da malária, todas obtiveram bom resultado, nas provas finais. Em tudo e em toda parte, que, com desvelo, dirige a sua obra. Todo o povo apreciou muito a singela festinha.⁶⁷

De acordo com a pesquisadora Gláubia Cristine Arruda Silva (2007), as pessoas afetadas pelos sintomas da malária ficavam impossibilitadas de realizar suas tarefas rotineiras, ou seja, o cotidiano do trabalhador rural, nos anos de 1938 e 1939, sofreu modificações em decorrência, principalmente, da invasão da malária no Baixo Jaguaribe. As atividades do dia a dia desta população rural, como cozinhar, tomar banho ou realizar qualquer fazer doméstico acabaram sendo um empecilho, devido às sequelas que a doença ocasionava.

De acordo com a mesma autora, havia os acessos de febre intermitentes ou contínuo caracterizando-se por uma fase inicial de sensação de frio, náuseas, vertigens, dores de cabeça, e evoluindo a tremores intensos, com temperaturas crescentes de até quarenta, quarenta e um graus. No caso da região do Baixo Jaguaribe, há incidência da epidemia de malária nos lares da população jaguaribana, e embora a doença incidisse de forma individual esta também acabou assumindo um caráter coletivo, haja vista que atingia, em algumas localidades, até 90% dos seus habitantes (SILVA, 2007, p. 153). Nesse sentido, as alunas da terceira turma do Patronato Coração Imaculado de Maria sofreram com esta epidemia: “Começamos as aulas com 125 alunas, mas a epidemia de malária, continuando a atacar de preferência esse povinho pobre,

⁶⁷ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, novembro de 1938.

impediu a frequência regular e, portanto, o bom aproveitamento das alunas do Escola Sagrado Coração de Jesus”.⁶⁸

A pesquisa acerca das instituições escolares é uma forma de estudar a História da Educação brasileira, cearense e russana, em particular neste estudo, na medida em que as instituições que compõem os sistemas escolares estão impregnadas pelos valores de cada época. A pesquisa em História das Instituições Escolares (HIE) se apresenta como a possibilidade de superar a dicotomia entre o particular e o global, entre o específico e o genérico, entre o concreto e o abstrato. Nesse sentido, não só as unanimidades, mas as oposições perpassam as motivações de criação, mudança e desenvolvimento das instituições escolares, movimentos estes de articulação, de fragmentação que repercutem nas interações cotidianas entre alunas, freiras, professores e a comunidade em geral. São articulações curriculares que se desdobram pela maior ou menor autonomia e a criatividade dos componentes destas instituições.

Por isso, ensejamos a necessidade de interpretação não apenas descritiva, mas a busca pelo entendimento pode ser visualizada, em que o particular é também expressão do desenvolvimento geral. Nesse sentido, concordamos em

Investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização e o uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade. (WUERLE; BRITTO; COLAU, 2007, p. 149).

A História das Instituições Escolares pode ser considerada uma abordagem que fomenta, no campo da História da Educação, uma renovação metodológica teórica, ao instigar trabalhos que discutem as relações dialéticas entre o universal e o particular. Pela análise dos “casos” singulares, provoca abordagens que focalizem os micros movimentos e propostas dos estabelecimentos de ensino em diálogo, com as políticas educacionais e macroprojetos de renovação pedagógica.

A base material é um dos elementos necessariamente considerados para compor a cena do relato da história institucional. O presente texto constitui-se num contributo teórico para a discussão da História das Instituições Escolares, em sua referência a prédios e espaços ocupados pelas escolas, analisando as possibilidades de apropriação dos espaços escolares pelos atores e as relações entre as representações dos espaços e a identidade institucional. A discussão é feita com base em Michel de Certeau (1996), refletindo acerca das categorias de espaço,

⁶⁸ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, fevereiro de 1939.

região, percurso, lugares e mapa como elementos para a inteligibilidade e construção da História das Instituições Escolares (WERLE; BRITO; COLAU, 2007, p. 148).

5 EDUCAÇÃO FEMININA NO “COLÉGIO DAS IRMÃS” NO ESTADO NOVO: CONSTRUINDO HISTÓRIA ATRAVÉS DAS MEMÓRIAS

Na parede caiada se desenhava, enorme, o emblema azul da Virgem Maria. Ao centro do pátio ficava o caramanchão cheiroso do jasmineiro e dentro dele, no fresco e no sombrio do verde, a imagem de uma moça de vestido branco e pés nus – uma Nossa Senhora bonita e triste. Em redor do pátio as classes vazias, mudas, fechadas. O ruído dos passos crescia, ressoava pelos corredores, o terço da cintura da irmã tilintava, cheio de medalhas. E eu tinha medo. A irmã era velha, de olhar morto, fala incolor e surda. Parecia feita de papel pálido, ou de linho engomado semelhante à corneta que trazia à cabeça e que se agitava a cada movimento seu, como uma ave. Parecia uma boneca de cera, uma figura, uma santa, só não parecia gente. Também não parecia gente a porteira seca, toda osso e nervo, nem a outra irmã que passou silenciosa e de cabeça baixa, sem um interesse, sem um olhar. Moça, jovem, só a Virgem Mãe adolescente do caramanchão; e, sendo de louça, tinha mais ar de vida e humanidade que aquelas outras mulheres de carne, junto de mim.⁶⁹

Fazendo uma leitura do romance de Rachel de Queiroz, *As três Marias*, e das histórias de nossas depoentes, que começaram a estudar no Patronato Coração Imaculado de Maria ainda muito jovens, identificamos que os discursos se entrecruzam e trazem muitos elementos singulares das representações dos espaços escolares e ao mesmo tempo sagrados, onde um misto de medo e novidade, de aprendizagens e frustrações, se diluem nas atividades cotidianas da aprendizagem das disciplinas, permeada pelas ações coletivas nos espaços. As memórias de Dona Luzimar Gonçalves são emblemáticas e se confundem com as representações e vivências da jovem apresentada por Raquel de Queiroz.

Eu entrei lá com 10 anos porque minha mãe morreu e eu fiquei solta porque eu era a única mulher e meu avô me internou. Eu só passei dois anos, porque eu tive uma anemia muito forte. Eu morava no interior e quando cheguei lá fiquei muito tempo sem levar sol e adoeci. Lá durante o internato foi muito legal, mas na chegada logo eu sofri pra caramba, porque todo mundo sabia comer de colher e eu não sabia, só sabia comer de colher. Na hora da refeição era um silêncio profundo, mas as meninas ficavam olhando eu comer e cochichando. Até hoje não como de colher, tenho trauma. Eu posso ir pra festa que eu for, eu peço uma colher, não consigo comer de colher. A noite eu era piunga que chamava na época, das menores, aí tinha aquelas maiores que gostavam de fazer brincadeira para assombrar a gente, um dia uma se vestiu toda de branco, eu lembro que era bem alta ela, não sei com quem ela arranjou uma tigela cheia de álcool, tocou fogo nesse álcool, aí vinha de lá pra cá com isso. Foi uma correria medonha, eu caí, ainda fiquei doente, foi uma confusão danada. Eu também me lembro muito de uma menina que gostava de subir no pé de cajarana, não sei se

⁶⁹ A narrativa de *As Três Marias* passa-se no Brasil da primeira metade do século XX, período em que a literatura brasileira ganha relativa independência, ainda nos reflexos da Semana de Arte moderna de 1922. O palco dessa história ocorre entre a cidade de Fortaleza, com passagens pelo Rio de Janeiro e o espaço urbano e rural do sertão cearense. O romance, publicado originalmente em 1939, apresenta a história de três meninas, cujos nomes são responsáveis pelo título da obra: Maria da Glória, Maria José e Maria Augusta. Três meninas cujos destinos se cruzam no internato Imaculada Conceição, em Fortaleza, no Ceará, com a chegada de Maria Augusta, ou simplesmente Guta, como sempre preferiu ser chamada, levada pelo pai e pela madrastra. Junto às outras duas Marias, passa a estudar e residir no internato. É Guta quem narra a história, em primeira pessoa, apresentando a trajetória de cada Maria dentro e fora da instituição. Logo ao chegar, Guta conta que se sentiu angustiada num ambiente vazio e silencioso, que refletia solidão. E, logo após seu pai sair, se apegava à freira sem soltar sua mão, como forma de buscar segurança e proteção. Desse modo, começa a história dessa menina e de suas amigas.

era cajarana ou era seriguela, era um dos dois, aí essa menina gostava de subir. Quando a irmã chegava e dizia "louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo" lá estava ela em cima do pé de seriguela. No mais era tudo bom. Entrei aos 10 anos e saí com 12 por conta dessa anemia. (sic)⁷⁰

Os diferentes tempos e espaços da vida cotidiana podem ser revelados por meio de práticas e representações. Ao se fazer uma análise, a partir dos campos do conhecimento da história e da memória da educação, Ferreira (1994) nos relata que a história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos fatos e acontecimentos do passado. A memória é também uma construção deste passado, porém pautada em emoções e vivências, é flexível e os eventos são lembrados a partir das necessidades do presente. Memória e história são diferentes, mas se entremeiam e se completam. Nesse sentido, é interessante compreendermos as relações da memória individual e coletiva, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo lugar que ali ocupa e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenham com os outros ambientes” (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Nesse ínterim, Le Goff (2004) nos ajuda a compreender a complexidade da semântica de memória dizendo que esta tem característica de guardar alguns conhecimentos. Ao dizer que a memória é seletiva, o pesquisador afirma que ela está ligada a um conjunto de funções psíquicas que dá condições ao entrevistado/informante poder atualizar as informações passadas, ou conjunto de representações que rememora do passado, que não estará somente no passado, pois a rememoração se dá no presente, em um constante processo de atualizações e reatualizações do ato de lembrar desses fatos vividos em outras épocas.

[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto completo de convergência dos muitos planos do nosso passado. Como transmitiríamos aos nossos filhos o que foi a outra cidade, soterrada em baixo da atual, se não existem mais as velhas casas, as árvores, os muros e os rios de outrora? (BOSI, 1987, p. 335).

A professora aposentada e ex-aluna do Patronato, Ana Maciel Bezerra (Dona Naninha), ao ser indagada sobre a existência da preocupação com o casamento, sobre a formação da mulher cristã e a rotina de missas e orações no Patronato, essa nos diz que:

Nós tínhamos anualmente o retiro. Hoje eu agradeço com a boca cheia d'água tudo que eu ganhei nos retiros e com ter sido aluna de lá, porque sinto que sou uma pessoa religiosa, que creio em Deus, que tenho fundamento. Tenho medo de Deus não é pelo temor dele ser ruim não, é dele ser bom demais e querer que a gente esteja ao lado

⁷⁰ Entrevista realizada com Luzimar Gonçalves da Silva, professora e ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria, realizada em 12 de janeiro de 2019, em Russas, Ceará.

dele. Tudo isso eu reconheço depois que fui amadurecendo. Eu entrei com 14 anos e terminei com 19 anos e já lecionava. Eu digo muito: se eu renascer eu vou ser professora, só não vou ser professora ralé como eu fui, vou ser professora de faculdade.⁷¹

Destarte, percebe-se que a mulher ganhou diversas formas de educação, estas variaram no tempo e nos discursos de cada época. Se tomarmos por base a fala conservadora, a mulher deveria ser mais educada do que instruída, depositária de uma educação voltada unicamente para a moral, uma vez que seu destino seria o de esposa ou mãe, ou seja, o pilar de sustentação do lar, a educadora dos próprios filhos.

A segregação sexual nas escolas foi uma barreira não só para a educação das meninas, ela recaía também sob a formação das mestras. Sendo assim, desde a criação das primeiras escolas normais públicas em meados do século XIX, percebe-se que eram mais frequentadas por homens e quando estas sedes de conhecimentos se abriram às mulheres, estas enfrentaram diversos transtornos. “A convivência de meninos e meninas e de rapazes e moças em um mesmo espaço público escolar não era vista como uma prática recomendável, nem pela igreja católica nem pelo ideário positivista, que foi se alastrando no país, no século XIX” (ROSEMBERG, 2016, p. 336)

5.1 Do macro para o micro e vice-versa: gênero, educação, religião e política em São Bernardo das Russas e no Brasil

O Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, vive momentos marcantes de mudança na sociedade. O momento político direcionava-se para uma ordem que legitimasse a autoridade do Estado como princípio tutor da sociedade. Na década de 1920, o liberalismo já se encontrava em crise no mundo ocidental, nascendo em algumas nações europeias regimes de cunho autoritário, exauridas e endividadadas em razão dos efeitos da Primeira Guerra Mundial. Modelos de extrema direita, vigentes na Alemanha nazista e no fascismo italiano, confrontavam-se com o avanço comunista liderado pela URSS, alimentando ódio e dissensões (VAZ, 2006, p. 27).

Como já discutimos em partes anteriores desta pesquisa, a Igreja Católica, que apoiou o governo Vargas, sustentou junto a educadores e intelectuais da época a discussão sobre a qualidade do ensino religioso nas escolas. O projeto nacional de educação, que se firma nesse momento, é atrelado com o estabelecimento das relações de poder no campo educacional e político. Assim, a Igreja, com seu projeto educacional vencedor, confirmou sua importância nas esferas de poder, alinhadas com as antigas oligarquias rurais e com a burguesia comercial e financeira no Brasil, no Ceará e no interior do Vale do Jaguaribe, a partir das “pequenas elites rurais” destes lugares. Nesse sentido:

⁷¹ Entrevista realizada com Ana Maciel Bezerra (Dona Naninha), ex-aluna e ex-professora da Escola Grátis: Sagrado Coração. Entrevista realizada em 07 de agosto de 2016, em Russas-Ceará.

Para as elites conservadoras, não somente nas escolas a educação servia para promover um povo dócil e ordeiro, fiel a Deus e à pátria, sua família primeira. A pátria, entendida como mãe, fecunda essa relação mítica entre as massas e o Estado, a educação que “molda” os cidadãos da pátria não pode prescindir de Deus. A ligação entre Igreja e Estado, embora combatida por muitos, continuou a existir estando alicerçada nas raízes culturais existentes, nas quais o papel da religião é de profunda importância. O imaginário da política, ainda nos tempos atuais, apropria-se, mesmo com formas e artifícios diferenciados, no contexto de regimes democráticos, do “sacralizado”, da ideia dos mártires e salvadores que representam o futuro promissor, bem como da “pregação” de uma conduta moral com raízes autoritárias. O conceito de educação extrapola o sentido da escolarização e se torna aquele que molda o cidadão, de forma global, rumo ao processo de modernização. Nos regimes autoritários esses recursos são utilizados em larga escala para adestramento das massas e formação das mentes, no intuito de promover uma educação condizente com os valores morais e políticos das elites detentoras do poder (VAZ, 2006, p. 29).

Nessa trama político-educacional, a construção do “homem novo” passava pela escola, onde o professor moldaria o aluno na forma da brasilidade. A juventude era alvo peculiar da campanha de nacionalização, pois deveria funcionar, conforme planejava o governo, como propagador do nacionalismo. Os liberais consideravam o aluno como eixo da escola e o Estado Novo endossou esta ideia transformando a juventude no eixo da nacionalização. Para o presidente Vargas, “o Brasil tudo esperava a juventude enquadrada nas aspirações do Estado Novo”, para tanto, o governo brasileiro criou um sistema propagandístico e coercitivo de inculcação do patriotismo exacerbado e de culto ao líder, sob um discurso de liberdade (LEMOS, 2012, p. 140).

Nesse sentido, a Igreja Católica desempenhava importante papel na afirmação dos valores relacionados à disciplina, à ordem e o respeito à autoridade, colaborando com o Estado brasileiro na formação de uma juventude disciplinada, prescrevendo, assim, os espaços onde os jovens poderiam atuar.

Nas décadas de 1930-40, a igreja católica brasileira estava sob a ação da Romanização, com a ênfase da hierocracia e da ortodoxia tomista, com o retorno à Escolástica, gerando uma religião ascética e penitencial; destacou-se o fomento a associações dedicadas à santificação de seus membros – Filhas de Maria, Cruzada Eucarística, Senhoras de Caridade, com o culto às virgens e uma nova cristologia, eivado do subjetivismo devocional característico da época (MAGALHÃES; CUNHA, 1999, p. 109).

Aos 10 dias de novembro de 1937, na esteira da crise de 1929 e sob os efeitos dos desajustes econômicos, políticos e sociais com os quais a sociedade brasileira convivia, Getúlio Dorneles Vargas, em pronunciamento à nação, deu início ao regime que ficou conhecido na história política brasileira como Estado Novo (1937 – 45). A partir de então, um amplo e poderoso aparato propagandístico emergiu articulado ao monopólio simbólico emanado do Estado. Criado por Decreto Presidencial, em 1939, e vinculado à Presidência da República, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), por meio de propaganda política e sofisticada produção editorial, encarregou-se de doutrinar a opinião pública acerca dos princípios de

autoridade, hierarquia, ordem e patriotismo. “Vale mencionar, princípios básicos de mentalidade que deu suporte ideológico ao regime implantado em 1937” (SCHMITZ; COSTA, 2015, p. 10263).

O investimento em instituições confessionais na Era Vargas foi constante, uma vez que a educação era um dos principais leques do processo de recatolização do país. Nesse período, realizaram-se várias reformas educacionais na tentativa de alinhar as escolas brasileiras ao projeto varguistas de governo. Durante o Estado Novo, na tentativa de militarizar o ensino, criou-se a “Organização Nacional da Juventude”. Essa Organização, fundada por Francisco Campos, possuía influências de projetos similares implantados em Portugal, Alemanha e Itália. Esses projetos foram remodelados pelo exército e a uma mentalidade única, principalmente com um partido político único, para então se fortalecer o projeto nacional de unidade. O objetivo era fortalecer o Estado nacional e corrigir possíveis “falhas” do Golpe de 1930, colocando a população dentro dos moldes desejados pelo governo Vargas. (BOMENY, 1999, p. 1204).

Entre os diferentes campos e suporte de produção, difusão e legitimação do ideário nacionalista, as cartilhas escolares voltadas para o ensino primário traduzem facetas significativas do processo de escolarização do público infanto-juvenil, em um cenário político, social e cultural densamente articulado ao projeto político emanado pelo Estado. Nesse sentido, há um embrincamento entre educação e nacionalismo, as cartilhas escolares no Estado Novo demonstravam a concepção de educação e de infância naquele contexto.

Assim, pode ser percebido o delineamento de uma educação na qual as mulheres, desde cedo, estavam predispostas a atividades e trabalhos domésticos, nos quais os homens não participavam, refletindo, assim, um caráter de inferioridade do sexo feminino, apesar das mestras receberem as mesmas gratificações e os mesmos ordenados concedidos aos mestres. A própria lei diz que essas professoras precisam ter reconhecida honestidade, ou seja, se enquadrarem em padrões patriarcais e nas representações idealizadas como modelos de mulher perfeita da época. Essa análise também não pode deixar de mencionar, no Brasil Imperial, os grupos étnicos marginalizados, ou seja, a educação indicada no decreto acima é voltada para uma pequena elite, na qual as crianças negras, escravas, tanto meninos, quanto meninas não tinham acesso à educação.

Nesse processo de exclusão, também podem ser contemplados os descendentes indígenas, pois, de acordo com Louro (2006), a educação deles estava ligada às práticas dos seus próprios grupos de origem, e mesmo que estes fossem expostos às ações religiosas a presença do grupo étnico indígena nas escolas públicas foi deveras marginalizada.

Almeida (2012) aponta ainda que a educação para as meninas da elite brasileira era marginalizada, no sentido de que se diferenciava do ensino dos meninos. Ou seja, o currículo da época era voltado para conhecimentos muito elementares e o desenvolvimento de aprendizagens destinadas ao lar. Logo, historicamente, a participação das mulheres nas

atividades, além dos trabalhos domésticos, foi muito pequena, pois nos espaços masculinos não era permitido que elas adentrassem, e quando desobedeciam eram punidas pela sociedade, pois esta se dirigia por um pensamento conservador.

Várias amarras à educação formal e pública das mulheres foram sendo rompidas no transcorrer desse acidentado percurso: a segregação sexual das escolas, interditando a educação mista; o ideário de que a educação de meninas e moças deveria ser mais restrita que a de meninos e rapazes, em decorrência de sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua “missão” de mãe, o impedimento a continuidade dos estudos secundários e superior para jovens brasileiras (ROSEMBERG, 2016, p. 334).

Ainda segundo Almeida (2012), a maioria das mulheres estava ligada aos trabalhos domésticos e à educação dos filhos; isso era um empecilho em relação ao desenvolvimento das leituras e da escrita. É importante salientar que se essas mulheres fossem pobres, a situação tornava-se pior, pois a educação era destinada às mulheres de classe média e alta, porém, “mesmo essas eram educadas de acordo com os padrões que os pais queriam, pois eles desejavam filhas educadas para estar aptas ao matrimônio, como se fossem produtos à venda” (ALMEIDA, 2012, p. 70).

Logo, as mais educadas conseguiriam um bom casamento, pois seriam consideradas um bom partido dentro daquelas relações socioculturais. Criavam-se as mentalidades nas quais se acreditava que um sólido ambiente familiar era idealizado a partir de um lar acolhedor, filhos educados, uma esposa dedicada ao marido e sua companheira na vida social. Assim, foi se constituindo o ideal de mulher no Brasil dos séculos XVIII, XIX e XX.

A menina é uma desconhecida. Antes do século XX, existem poucos relatos de infância de meninas. Não é fácil delinear a vida real das meninas. Elas passam mais tempo dentro de casa, são mais vigiadas que seus irmãos e quando se agitam, muitas são chamadas de “endiabradas”. São postas para trabalhar mais cedo nas famílias de origem humilde, camponesas ou operárias, saindo precocemente da escola, sobretudo se são mais velhas. São requisitadas para todo tipo de tarefas domésticas. Futura mãe, a menina substitui a mãe ausente. Ela é mais educada do que instruída (PERROT, 2015, p. 43).

A historiadora Michelle Perrot (2015) traz à tona algumas reflexões acerca do cotidiano das meninas na passagem do século XIX para o XX, na Europa. Apesar de se tratar de lugares distintos, encontramos diversas similitudes com a realidade vivida pelas crianças de sexo feminino aqui no Brasil nesse mesmo período. A autora demonstra ser a escolarização de meninas mais atrasada que a dos meninos, principalmente em países católicos.

Na passagem do século XIX para o XX, o Brasil mudava lentamente. No que diz respeito às relações familiares, e particularmente à condição das mulheres, as mudanças eram bem mais lentas. Ainda nesse período, quando nascia um bebê do sexo feminino, logo os pais das famílias das elites e dos setores médios começavam a se preocupar. O destino das meninas estava socialmente traçado [...]. Nas residências dessas famílias, tanto na zona rural, quanto na urbana, o labor era a sina das meninas

que nasciam pobres, fossem elas escravas, libertas, “ingênuas” ou livres. A partir dos quatro ou cinco anos de idade, começavam a auxiliar nas lidas domésticas, com os animais (galinhas, vacas, porcos) e no cuidado de outras crianças. Nas cidades, também saíam a vender mercadorias junto dos adultos, auxiliavam na lavagem de roupas das famílias de mais posses ou eram postas para pedir esmolas. Algumas aprendiam ofícios considerados especializados, tais como a tecelagem e a costura, os relativos aos partos e benzeduras. Nas propriedades agrícolas, a mão de obra infantil feminina era utilizada, sobretudo, em atividades que exigiam atividade manual e menor força física (AREND, 2016, p.68).

5.2 A cultura escolar feminina no Patronato

O cotidiano das instituições escolares confessionais católicas era marcado por aspectos da sacralidade, esforço e na renúncia aos desejos individuais e aos instintos. Weber (1979) nos lembra que havia nessas escolas uma atmosfera conventual, onde as ações pedagógicas se pautavam a partir do ensino religioso, ou seja, “se caracterizava por certo inlectualismo ortodoxo, com ênfase na memorização e no estudo da história sagrada” (WEREBE, 1979, p. 56).

Os aspectos disciplinares dos anos 30 e 40 reeditavam, no tempo longo, vários traços das décadas anteriores, progressivamente suavizados; há o apuro com a vestimenta, na ênfase do pudor sexual: não se podia desabotoar a gola ou encurtar as meias. O silêncio monástico era enfatizado ainda, particularmente no internato, na hora das refeições; avultava o controle do uso do tempo e do espaço, porque o momento da conversa, após ser servida a comida, era assinalado com as matraquinhas. (MAGALHÃES; CUNHA, 1999, p. 107).

Para compreender a cultura escolar feminina no Patronato Coração Imaculado de Maria, se faz necessário conhecer como esta escola se constrói enquanto instituição de ensino e social, uma vez que estamos diante de uma escola confessional aliada aos ideais varguistas. Nesse sentido, compreender a configuração da sociedade brasileira, cearense e russana é mister para realizar a análise da cultura escolar do Patronato, a partir da observação dos elementos que compõem o fenômeno educativo, tais como o tempo, os sujeitos, as situações sociais e as práticas escolares.

A ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria, Valdenora de Araújo Lima, estudante no início da década de 50, ao ser questionada sobre as memórias afetivas e sobre a dinâmica de como era o dia-a-dia, uma vez que ela era interna, esta responde:

As lembranças que eu tenho de lá são todas boas, amanhecia o dia a gente ia pra Igreja, assistia à missa, quando voltava ia direto para o refeitório tomar café, depois todo mundo ia para a sua classe estudar, eu vinha para cá e passava um mês, a gente só saía no primeiro domingo do mês, eu morava fora, na comunidade de Pau D’arco. Em relação a dinâmica do dia-a-dia era muito interessante, as noites a gente ia para a capela, rezava o terço, depois para o refeitório jantar, aí ficava no pátio. Eu tinha 17 anos nessa época. A minha convivência com as demais alunas era boa, eram muitas internas e não tinha briga. Eram umas 55, tinha de Tabuleiro, Limoeiro, Aracati, Jaguaruana, Fortaleza, era muita gente. Quando dava oito horas a Irmã Constância colocava todo mundo para dormir, quando amanhecia o dia era a mesma coisa. Em

relação as atividades que a gente fazia, depois do almoço aquelas que não iam para a sala de aula tinha um salão bem grande, da Irmã Maria de Jesus, lá tinham flores, bordados, máquina para quem quisesse costurar. Era bom, não era ruim não.⁷²

O Colégio das Irmãs em São Bernardo das Russas, por ser uma instituição confessional católica, no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas, é imbuído do tradicionalismo defendido pela Igreja Católica tão em voga no período. Contudo, mesmo sendo portadora do conservadorismo católico, esta instituição de ensino se torna referência para oferta da educação de qualidade, isso é o discurso que se cristalizou e foi se ressignificando até a atualidade. Para compreender esta aparente contradição que marca o desenvolvimento da história da educação confessional no Brasil, no Ceará e, conseqüentemente, em São Bernardo das Russas, a partir de 1937, se faz necessário conhecer como o colégio se constrói enquanto instituição de ensino e social, e também como ocorre a inserção desta instituição de ensino no cenário histórico-social russano: “Era uma época tradicional, mas já pensando na educação moderna. Já saía do bê-á-bá para a frase completa, embora eu não gostasse. Hoje eu não gosto, porque modificou a educação, tem gente jovem que não sabe nem o alfabeto hoje em dia”.⁷³

Sendo assim, é necessário conhecer os currículos, as práticas pedagógicas, as educadoras, a rotina escolar e as estratégias adotadas na escola Cordimariana que era uma incentivadora e difusora do catolicismo e do patriotismo, além das ações de caridade praticadas e as formas de obtenção de recursos financeiros, enfim, a cultura escolar do colégio das Irmãs Cordimarianas. Lembremos que

[...] a noção de cultura escolar é aqui entendida como a forma como em uma situação histórica concreta e particular são articulados e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos, a materialidade e os métodos escolares. [...] Ela permite, ainda, entender os próprios processo de constituição dos sujeitos – e de seus lugares sociais – como dimensão importante da cultura escolar e possibilita, também, articular duas outras dimensões importantes do fenômeno educativo escolar e conseqüentemente, de suas tentativas de investigação: o tempo mais longo e a dimensão macro dos processos de escolarização com os tempos curtos e a dimensão micro das práticas escolares. (FARIAS FILHO, 2003, p. 85).

A escola, nesta perspectiva, está colocada no centro de uma das grandes transformações culturais da modernidade. Podemos dizer, então, que o Patronato Coração Imaculado de Maria participou ativamente da reconfiguração da sociedade russana que se processou no século passado, uma vez que elaborou sua atuação e seu projeto pedagógico com o comprometido com o ideal de educação feminina, almejado pelas famílias, pela elite e pela sociedade político-religiosa.

⁷² Entrevista realizada com a ex-aluna do Patronato, Valdenora de Araújo Lima, realizada em 10 de agosto de 2016, em Russas-Ceará.

⁷³ Entrevista realizada com a professora Ildene Costa Torres, ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria, entrevista realizada em 25 de julho de 2016, em Russas, Ceará.

Elas tinham o regime de oração, de reflexão, de frequentar a missa, elas participavam. Agora tinham aquelas meninas que talvez não gostassem disso, mas elas se enquadravam dentro da formação que era dada. Toda formação era dada dentro do nosso carisma, a gente sempre trabalhava assim, uma orientação para as meninas, pois elas não estavam no seio da família, quem tinha que educar os bons modos, todas as maneiras, tudo era a gente que fazia. A maneira de receber as pessoas, a maneira de se comportar no refeitório, na alimentação, como se alimentar. Todos esses bons modos eram orientados por nós, da roupa, de vestir, da responsabilidade. Elas tinham ofício, elas tinham trabalho, para serem educadas para o trabalho também, cada uma fazia uma determinada coisa, molhar um jardim, varrer uma sala de aula, ajeitar o seu próprio dormitório onde dormiam, sua cama, sua roupa, cada qual fazia, como na família também é assim.⁷⁴

Soma-se a isso o fato de que a educação preserva a experiência humana por meio da transmissão de informações, por meio da materialização do processo de escolarização que acaba por reproduzir as formas de pensar, agir, sentir, que são admitidas por determinada sociedade e contexto histórico-social. Dito de outro modo, o sistema educacional é moldado para assegurar a preservação da figuração social vigente, mas, na prática, é também um dos principais fomentadores de transformações destas figurações e o que gera processos sociais que podem resultar no delineamento de outra configuração, em virtude de seu funcionamento e reordenamento cotidiano, provocado pelas necessidades de burlar o sistema e readequar, fazendo ajustes nas demandas que se constitui durante a interação contínua e repetida entre os diferentes autores sociais: alunas, professoras, freiras, as famílias, a atuação religiosa e política.

Almeida (2007), ao refletir sobre as escolas católicas no Brasil e sobre o processo de romanização da Igreja Católica em nosso país, destaca que a ação educacional é vista como prioritária, elegida pela Igreja para realizar a tão sonhada recristianização a partir dos espaços de atuação e controles sociais:

E o florescimento das Escolas Católicas no Brasil, conforme já mencionado, tem relação direta com o processo de Romanização da Igreja Católica em nosso país, o qual elegeu a ação educacional como prioritária, com o intuito de retomar os espaços de atuação e controle sociais minados e/ou esmaecidos durante os anos do Império. Tendo que nos primeiros tempos do Império, devido à tradição anticlerical e regalista do período, o ensino católico para moças era inexistente, havendo, quando muito, escolas particulares dirigidas por estrangeiros. Na transição Império-República, a educação pública se debruçou sobre a necessidade de alfabetização para o operário e o imigrante que atuavam nas esferas de produção. Havia uma intencionalidade de se proporcionar uma educação científica às elites que iriam dirigir o país que se formava iluminado pelas idéias liberais e democráticas. [...] Alguns setores acreditavam na emancipação cultural da mulher pela via da instrução, embora fossem raras as boas escolas femininas. Nas décadas seguintes, tendo se fortalecido o regime republicano, para instruir as jovens, a educação escolar passou a contar com a colaboração de freiras católicas, estrangeiras e brasileiras, que se incumbiam do ensino das meninas nos orfanatos e colégios em regime de internato e externato mantidos pela Igreja Católica. A oligarquia paulista conservadora tinha uma certa predileção por esses colégios; para lá mandavam suas filhas onde a educação se erigia sobre os valores cristãos tradicionais, na moralidade elevada, na religiosidade extremada, na submissão

⁷⁴ Entrevista concedida pela Irmã Mazé, Cordimariana e tesoureira da UNECIM. Realizada em 20 de junho de 2016, em Russas-Ceará.

feminina, no modelo patriarcal da sociedade e, por isso, antifeminista, visando principalmente à manutenção da ordem social. (ALMEIDA, 2010, p. 29).

Em relação ao Curso Normal, o Patronato Coração Imaculado de Maria foi um seleiro na formação de professoras primárias. Não é por acaso que as famílias russanas e vale-jaguaribanas escolhiam onde suas filhas iam estudar; estas tinham o intuito de que suas descendentes tivessem uma formação numa escola de tradição religiosa familiar, voltada para a formação do magistério, que desenvolvesse a profissionalização, o professorado, e que esta mesma instituição desenvolvesse as “capacidades” identificadas como os “destinos das mulheres”. Sendo assim:

Além das escolas de instrução básica para as meninas, deveria haver também uma saída para a profissionalização feminina, representada por um trabalho que não atentasse contra as representações de sua domesticidade e maternidade. O magistério inseria-se perfeitamente bem nessa categoria [...] (ALMEIDA, 2007, p. 117).

Nesse sentido, a formação pedagógica preparava as alunas para o exercício do magistério, onde havia a internalização de um discurso histórico de que para a mulher a profissão de professora era uma das coisas mais naturais, como se fosse uma condição profissional do sexo feminino e uma marca identitária pensada, representada e colocada em prática neste período.

Corroborando com o contexto analisado, identificamos que a formação no Curso Normal pelas mulheres, nesse período estudado, era a educação máxima almejada, ou seja:

No campo profissional, as escolas normais deveriam formar professoras para um desempenho pedagógico calcado no humanismo, na competência e nos valores sociais. Essa educação, em nível médio e com um objetivo definido sem mais delongas, deveria bastar, e as jovens brasileiras cresceriam com o destino profetizado de serem esposas, mães e, em caso de necessidade, professoras. Neste contexto a Escola Normal voltava-se para a educação feminina como parte de um processo civilizador da nação e cumpre funções de educar e instruir as futuras esposas e mães, as donas de casa encarregadas da função familiar e do fortalecimento da família [...] (ALMEIDA, 2004, p. 75).

Irmã Mazé nos lembra que ao referirmos ao Patronato lembramos, na memória histórica, desta instituição e do senso comum do internato e/ou das normalistas; porém as memórias desta freira nos trazem, de forma cronológica, alguns elementos essenciais para compreendermos o desenvolvimento e ampliação das demandas femininas no tempo:

Tudo isso era diferente, no início quando era o Patronato Coração Imaculado de Maria, a escola só atendia o curso primário e também a parte doméstica: de prenda, bordado, costura e arte culinária. Só tinha mulheres, naquela época não tinham homens. Havia também essa formação, naquela época também era exigente. Depois, mais ou menos em 1947 para 1950 foi que a escola passou a ter o curso ginásial, conseguiu a

autorização para o financiamento do curso ginasial, aí quando a primeira turma do curso ginasial terminou o oitavo ano foi aí que o curso normal foi fundado.⁷⁵

Havia uma preocupação com a formação da mulher, visando a vida doméstica, em detrimento da vida pública, reservada aos homens; esse era o ideal da instrução primária feminina. Desse modo, a construção do currículo relativo às aulas de meninas estabelecia limites no ensino de Álgebra, Geometria, Gramática, História e Geografia pátrias. Para as jovens eram ensinadas: a doutrina cristã, leitura, escrita e o cálculo elementar, sendo isso o suficiente. Também eram acrescentadas as aulas de agulha, bordados e costura. As alunas do Patronato achavam aquilo muito normal, “Porque antigamente era aquela mentalidade, você cresce e se casa então você tem que ser uma dona de casa que saiba pregar um botão que caiu da camisa do marido. Era preparando para o futuro”.⁷⁶

Temos, assim, uma primeira figuração vigente entre a virada do século XIX e o século XX e que se estende até a década de 1920, a qual se caracteriza pelo início da tolerância (ainda tímida) à presença das mulheres nos espaços públicos e dos investimentos familiares e estatais na formação escolar feminina. Os recursos destinados à educação feminina foram pequenos, tanto quando se leva em consideração, em termos de valores monetários, quanto em número de mulheres escolarizadas, mas, ainda com tal restrição, percebeu-se aumento progressivo – se comparado ao início do século XIX – no do número de escolas voltadas para a educação feminina, especialmente com a instalação das confessionais e das Normais (SILVA, 2010, p. 101).

Criaram-se Escolas Normais para professoras primárias e essa profissão tornou-se uma ambição digna para as filhas da pequena burguesia e de moças das classes populares rurais, que é o caso das alunas da Escola Sagrado Coração e/ou oriundas do operariado. Porém, a condição de professora primária não era fácil, “Quase sempre solteira, recebendo menos que os homens, ela é frequentemente nomeada para cargos em lugares distintos, às voltas com a desconfiança, confrontando-se com a suspeita e a solidão, principalmente no momento da separação entre Igreja e Estado” (PERROT, 2015, p. 127).

Os papéis sociais femininos eram circunscritos no binômio esposa-mãe, e mesmo as atividades remuneradas que as mulheres - principalmente da classe média e alta – desenvolviam eram ligadas a atribuições destinadas à esposa ou à mãe, pois, naqueles anos, educar significava mais que instruir. Referia-se, desse modo, à construção de uma “mulher completa”, esta deveria dominar a língua francesa, a prática de boas maneiras, habilidades manuais e prendas domésticas que circunscreviam as atribuições ligadas ao ser feminino⁷⁷. Ou

⁷⁵ Entrevista concedida pela Irmã Mazé, Cordimariana e tesoureira da UNECIM. Realizada em 20 de junho de 2016, em Russas-Ceará.

⁷⁶ Entrevista realizada com Margarida Gonçalves de Lima (Babá), ex-aluna do Patronato e professora aposentada do Estado. Entrevista realizada em 03 de outubro de 2016, em Russas-Ceará.

⁷⁷ As jovens de famílias abastadas continuaram recebendo uma educação que primava pelo desenvolvimento de

seja, nesse quadro, era atribuída à condição feminina a função de preparação das mulheres, para se tornarem esposas e mães, sendo tidas como guardiãs da casa, da vida e da religião cristã católica. Concomitantemente, elas eram detentoras de certo refinamento estético, além de responsáveis por desenvolverem os liames da educação (RODRIGUES, 2008, p. 1).

A maioria das ex-alunas entrevistadas nesta pesquisa afirma ter feito a opção pelo magistério, no entanto estas ressaltam como sendo um ideal no seio familiar, uma negociação por ser uma espécie de profissão “aceita” para as mulheres na sociedade da época. Nesse sentido, Almeida (2007) nos diz que:

Para as mulheres de classe médias e dominantes, casarem-se era uma forma de ascender socialmente ou manter uma posição social em caso de infortúnio, mesmo que não amasse o seu futuro marido. Se o casamento fosse difícil de conseguir, precisavam essas moças para não ser um peso para a sociedade ou ter que viver da caridade alheia, obter um meio de sobrevivência proporcionado por uma profissão digna, de acordo com o ideal feminino [...] O exercício do magistério representava um prolongamento das funções maternas, e instruir, educar crianças era considerado não somente aceitável para as mulheres, como ser também a profissão ideal [...]. (ALMEIDA, 2007, p. 120).

Essas esperadas funções das mulheres em relação à prioridade ao casamento e ligadas à maternidade fazem parte das mentalidades que partilhavam o ideário da educação como uma missão dessas jovens. Louro nos relata que

[...] as jovens normalistas, muitas delas atraídas para o magistério por necessidade, outra por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que por sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade. Foi também dentro desse quadro de casa com ocupação transitória, a qual deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe [...] (LOURO, 1987, p. 453).

Nesse sentido, apesar dos órgãos oficiais incentivarem a permanência das mulheres no magistério de crianças, as representações sociais da época, pautadas a partir dos ideais católicos, ainda consideravam o lar e o cuidado com a família o verdadeiro lugar destas moças. Nesse sentido, o ideal de mulher, do ponto de vista da cultura patriarcal, seria, historicamente, circunscrito no âmbito doméstico e dos cuidados aos pais, maridos e filhos, se os viessem a tê-los.

O fragmento da Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, de novembro de 1938, supramencionado, traz alguns indícios do cotidiano da referida instituição, em que

prendas domésticas e alguns lucros culturais, qualidades desejáveis para brilharem nos salões e conseguirem boas alianças matrimoniais. Para as moças de menor poder aquisitivo, mas que não faziam parte do grosso da população, as escolas normais públicas representavam a possibilidade de continuação dos estudos, de forma gratuita, e o magistério de crianças tornou-se a destinação feminina, enquanto as jovens aguardavam o momento de contrair núpcias, objetivo de qualquer mulher no período. Se essas ações não se realizassem, a profissão assumiria os contornos desejáveis da maternidade, não mais biológica, mas voltada ao amor pelos alunos (ALMEIDA, 2007, p.41).

podemos identificar a rotina das avaliações das alunas da escola gratuita - Sagrado Coração de Jesus - onde estudavam as meninas pobres. Identifica-se também o aferimento religioso por parte do vigário colaborador, Padre Aluísio, que avaliou as alunas em relação à religião; nesse sentido, podemos imaginar a preparação para estas avaliações, tanto relacionadas às disciplinas, quanto à parte religiosa, católica, em que as meninas devem ter dispensado muito de seu tempo estudando para não passarem vergonha, uma vez que é relatado em Ata que as notas eram lidas, e após eram distribuídas medalhas a quem teve resultado satisfatório.

Ainda em relação a esta Ata, observa-se que na culminância anual houve uma exposição dos trabalhos realizados pelas meninas, uma festa final onde “bateu-se várias chapas fotográficas”, o que não era comum na época, já que fotografar-se tinha um custo bem caro. Essa dinâmica de final de ano, onde são aferidos os conhecimentos das alunas, também pode ser identificada nas Atas abaixo:

A 9 de novembro, foram submetidas a exames finais as meninas da aula grátis “Sagrado Coração de Jesus” e, a 10, fez-se a leitura de notas, sendo distribuídas a cada uma pequenas medalhas com fitas. O resultado foi satisfatório. A 16 do mesmo mês, o Revdmo. Padre Aluísio veio examinar religião, às meninas do Curso Primário. A 18, as alunas de 1º, 2º e 3º fizeram as suas provas, ficando para os dias 21 e 22 os exames das alunas do 4º e 5º anos. Para este último, foram convidadas três professoras do Grupo Escolar; e, graças a Deus, todas as alunas saíram-se muito bem. Nos dias 25, 26, e 27 houve a exposição de trabalhos, que esteve bem boazinha. Muitas e belas prendas ornavam o salão, que tinha sido preparado para esse fim. Foi numeroso o concurso de visitantes, apesar de muitos não saberem da novidade. Várias chapas fotográficas foram batidas da sala de exposição. No último dia (27), véspera de festa, fizemos a festinha de encerramento das aulas.⁷⁸

Nos dias 6 e 7, as meninas da aula grátis fizeram os seus exames de Religião e estudos primários. O resultado foi satisfatório. No dia 15, fizeram a leitura de notas e leilão de prendas, as que foram mais assíduas, durante o ano. A partir do dia 8 até o dia 22, prestaram as alunas os seus exames de Datilografia, Corte Geométrico, Religião e Curso Primário, exceto nos dias 9, 10 e 11, em que fizeram o seu retiro espiritual. Desse retiro, colheram muitos frutos e teriam sido mais abundantes, se houvesse um pregador acolhido exclusivamente para esse fim. Dias 17, 18, 19 = Exposição de trabalhos das alunas. O restado foi ótimo. Tudo estava muito bem organizado, a sala artisticamente preparada. Todos os visitantes, que foram em grande número, ficaram muito satisfeitos. Estão de parabéns as nossas alunas.⁷⁹

Nem sempre a defesa por parte da sociedade e da política, em relação ao acesso das mulheres à educação formal, foi sustentada no intuito de emancipação de tais sujeitos, estas caminharam ainda no século XX muito atreladas à função doméstica e materna. Algumas justificativas são levantadas no intuito da investidura da educação para mulheres, como, por exemplo, que mulheres educadas são melhores mães, e isso pode ser observado desde o percurso educacional das mulheres no Brasil, no sistema educacional colonial e imperial e nos anos republicanos.

⁷⁸ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, novembro de 1938.

⁷⁹ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, novembro de 1939.

De acordo com Rosemberg (2016), podemos identificar que a educação formal de mulheres estava ligada a uma “natureza corruptiva”, ou seja, o modelo de educação teria que se ligar aos ensinamentos da Virgem Mãe de Jesus. Defendeu-se também uma educação diferenciada, porque as mulheres eram reconhecidas como seres de menos inteligência, mais frágeis que os homens. Nesse sentido, em seu currículo, incluiu-se economia doméstica, pois a mulher deveria ser a rainha do lar. Criticou-se a escola mista por ser considerada não adequada e promíscua, e fomentou a formação de professoras por conta destas serem “verdadeiras mães” e terem vocação para o magistério, como um “verdadeiro sacerdócio”.

No Estado Novo, os modelos para educação feminina foram sendo fixados a partir de ideais da Igreja Católica, nas prescrições que apareciam na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 09 de abril de 1942, em que esta diz que a educação secundária das mulheres deveria ser feita em estabelecimentos que tivesse somente frequência feminina. Nestes estabelecimentos de ensino secundário, que frequentassem homens e mulheres, a educação a ser ministrada a elas deveria ser exclusivamente em classes femininas. Em relação ao Curso Ginásial, a Lei Orgânica dizia que o curso de terceira e quarta séries, e em todas as séries dos cursos clássicos e científicos, teria que ser incluída a disciplina de economia doméstica; e as orientações metodológicas dos programas escolares deste período se balizavam a partir de uma “natureza da personalidade feminina” em que os ideais da mulher dentro do lar eram a todo custo estimulados.

Arend (2016), ao refletir sobre a trajetória escolar das mulheres no Brasil, nos chama atenção para as representações femininas a partir do início do século XX, em que a sociedade brasileira tinha aspirações voltadas para que as mulheres desempenhassem novos papéis no âmbito doméstico e na esfera pública, isso tudo regulado a partir de ideais religiosos e atrelados a perspectivas políticas do momento. Esta pesquisadora nos lembra que foi a partir desta época que as filhas das famílias das elites e dos setores médios ingressaram no Curso Primário, Ginásial e, eventualmente, no Secundário, em escolas confessionais católicas femininas. Estas escolas, além do externato, contavam muitas vezes com internato, que acolhia as estudantes provenientes de cidades do interior, como é o caso do Patronato. As meninas pobres, que os responsáveis não tinham condições de arcar com os custos de uma escola privada, dividiam com seus irmãos os bancos escolares das incipientes escolas públicas, que, nesta época, eram de ambos os sexos, mistas, e a partir de diversas reformas educacionais seus números cresciam pelo país. Nesse sentido, o saber escolar deixou de ser um privilégio masculino, mas a continuidade dos estudos era ainda uma prioridade para os meninos. As meninas e moças que conseguiam dar prosseguimento nos seus estudos de forma geral acabavam optando pelas carreiras ligadas a atuação feminina, ou seja, o magistério, a

enfermagem. Havia assim uma rígida disciplina em relação ao corpo, “o uso dos uniformes impecáveis, os castigos, as orações, as lições de canto e solfejo, as posturas vigiadas nas aulas de educação física e no refeitório, entre outras práticas caracterizavam o cotidiano escolar dessas estudantes” (AREND, 2016, p. 72).

Esperamos, confiantes que, com o auxílio divino e proteção do Coração Imaculado de Maria, Rainha e Senhora desta casa, havemos de conseguir o Curso Ginásial do nosso Patronato. Como nos anos anteriores, a festa do Coração Imaculado de Maria foi celebrada com piedade, havendo novenário com bênção do Ssmo e entronização da imagem do Coração Imaculado de Maria, em nove famílias. A 15 foi encerrado o ano escolar, continuando somente as aulas do Curso de preparação ao exame de admissão ao Curso Ginásial. Devido aos trabalhos de organização para a equiparação, que vieram juntar-se aos múltiplos afazeres já existentes, não foi possível fazer-se este ano festa escolar, como também exposição de trabalhos. Numa cerimônia bem simples, receberam o certificado primário 25 alunas e diversas, o diploma de corte e bordado. Terminamos o ano escolar com 230 alunas.⁸⁰

O cotidiano escolar do Patronato, além das aulas das disciplinas curriculares comuns e das aulas de corte e costura, de preparação para o lar, havia também outros momentos em que as freiras se articulavam para ampliarem as modalidades de ensino desta instituição. Nesse sentido, os textos das Atas abaixo nos colocam diante destas vivências, em que observa-se as visitas dos responsáveis pela secretaria de educação à época, fiscais que davam chancela para a instituição poder desenvolver atividades escolares em níveis superiores aos que já fazia:

O novo ano raiou cheio de santas esperanças, nesta Casa onde Deus Nosso Senhor faz cair suas bênçãos, com liberdade, pelas mãos maternais de Maria. Por Portaria No. 705 de 21 de dezembro do ano passado do Sr. Ministro da Educação e Saúde. Foi concedida a equiparação ao Curso Ginásial, sob regime de inspeção preliminar, passando, deste modo, a chamar-se: Ginásio Coração Imaculado de Maria. Na segunda quinzena de fevereiro, realizou-se o exame de admissão, à 1ª série ginásial, apresentando-se 35 candidatas. Destas, somente duas não obtiveram os pontos necessários à sua habilitação.⁸¹

A 1º de março, começaram a funcionar as aulas do Curso Ginásial. A matrícula abrangeu ao total de cinquenta e três alunas, na 1ª e 2ª séries. As aulas do Curso primário tiveram início a 5 de março, com a matrícula de 302 alunas, sendo 41 internas e 261 exames.⁸²

No dia 18 de outubro, recebemos da Diretora da Secretaria da Educação e Saúde um Ofício comunicando-nos que havia sido concedida a outorga de mandato para o Curso Normal. Foi uma graça especial que muito agradecemos a Nosso Senhor.⁸³

No dia 17 de setembro o nosso Ginásio recebeu a visita de dois Fiscais: os Srs. Profs. Edilson Brasil Soares e Lauro de Oliveira Lima, nomeados pelo Departamento de Ensino Secundário, para fazerem a fiscalização, para a fiscalização permanente. Graças à proteção divina, tudo se realizou do melhor modo possível. Os fiscais ficaram maravilhados com o desenvolvimento do prédio, a ordem e o asseio do mesmo.⁸⁴

Com as Atas em mãos, a partir de uma análise minuciosa, encontramos diversos momentos em que havia premiações para as alunas, pequenas e grandes festas para celebrar o

⁸⁰ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, novembro de 1946.

⁸¹ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, janeiro e fevereiro de 1947.

⁸² Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, março de 1948.

⁸³ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, outubro de 1950.

⁸⁴ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, setembro de 1952.

final do ano, e o crescimento da instituição e do número de alunas; porém, a Ata de 13 de dezembro de 1953 é diferenciada, pois nela identificamos a celebração da primeira turma de normalistas do Patronato Coração Imaculado de Maria. Esta celebração trouxe para a cidade de Russas o Bispo Diocesano Dom Aureliano Matos e contou até com a presença da Madre Superiora, Madre Maria de Jesus, ou seja, foi um momento festivo que mobilizou toda sociedade russana, onde as freiras Cordimarianas do Patronato queriam publicizar aquele feito que era a “graduação” da primeira turma de novas professoras da cidade de Russas:

A Escola Normal do nosso Ginásio diplomou a primeira turma de professoras, no dia 13 de dezembro de 1953. Foram 11 jovens que receberam seu pergaminho, integrando-se assim nas fileiras das educadoras. Nesse mesmo dia, 10 alunas receberam o certificado de humanistas. A entrega de diplomas e certificados efetuou-se às 5 horas da tarde, estando presente o Exmo, Bispo Diocesano, D. Aureliano Matos, nossa Madre Maria de Jesus, Superiora Geral, Irmã Maria Gabriela, Ecônoma Geral da Congregação, Irmã Maria Albertina, Superiora do Hospital de Russas e várias outras Irmãs, como também diversas autoridades e demais pessoas gradadas da cidade.⁸⁵

O cotidiano desta instituição é permeado por dinâmicas e práticas que nem sempre estava dentro da “normalidade”, situações, formas de agir e atuações escusas que geram indagações. Uma questão que nos intrigou desde o início foi a vinda de moças de vários lugares, cidades e estados do Brasil para estudar em Russas, ser interna do Patronato Coração Imaculado de Maria. Em conversas com diversas ex-alunas sempre questionamos sobre a vinda destas moças, porém as depoentes pouco falavam ou só falavam de forma genérica. Ao conversar com a então funcionária e ex-interna, Geralda Bandeira Gonçalves, podemos identificar alguns dos motivos pelos quais essas moças saíam do seio de suas casas e iam morar na distante Russas, no interior do Ceará:

As que moravam distante sim. Tinha interna aqui de praticamente quase todos os estados do Brasil. Essas de outros estados só iam de seis em seis meses. As das cidades vizinhas não iam todo final de semana, já as de Russas iam todo final de semana, mas tinha que chegar no Domingo à tarde, a partir das três horas da tarde para arrumar cama, guarda roupa e tudo mais. As vezes algumas de outras cidades faziam amizades e os pais davam permissão se fossem convidadas por amigas podia ir passar o final de semana fora. Algumas meninas e moças dessas, que vinham estudar aqui, era pra evitar namoro indesejado. Os pais preferiam enviar elas para longe do que ficarem mal faladas, ou até “roubadas”, isso seria uma vergonha sem tamanho.⁸⁶

Falci (2015) levanta uma reflexão interessante acerca do rapto, ao dizer que o rapto da moça pelo pretendente se dava muitas vezes pelo namoro não desejado pelos pais, porém o rapto, na maioria das vezes, era consentido pela mulher, com a promessa de casar-se com ela

⁸⁵ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, dezembro de 1953.

⁸⁶ Entrevista realizada com a ex-aluna do Ginásio Coração Imaculado de Maria e ex-professora da Escola Sagrado Coração e da UNECIM, Geralda Bandeira Gonçalves. Atualmente está aposentada e é responsável pela secretaria desta instituição. Entrevista realizada em 04 de novembro de 2018.

após o “roubo”. Geralmente, o noivo depositava a moça na casa de uma pessoa de confiança ou de uma pessoa “importante”, ou seja, na casa de um juiz da localidade vizinha, de um político, de um grande comerciante, em que já estava combinado o asilo dos enamorados.

A moça mandava avisar a família. Só sairia de lá casada. Os pais não tinham outra alternativa. Faziam o casamento, mesmo sem ser de gosto no dia seguinte; sem festas, sem proclamas. A honra da moça e da família estariam prejudicadas, caso não fosse realizado o casamento. O rapto ou a “sedução”, como os parentes julgavam na época, trazia contrariedades para a família e cabia ao poder masculino, patriarcal, caso não houvesse o casamento resolver o problema: interpelar o sedutor e obrigá-lo a casar. Moça raptada que não casou, virava mulher “perdida”. E o rapaz que raptasse alguém e não se casasse estaria sujeito as sanções da sociedade: seria considerado indigno, roubador de honra, deveria sair da região ou estaria sujeito às punições que a sociedade impunha, tais como morrer ou ser “capado”. (FALCI, 2015, p. 267).

A vingança era mandada pelos parentes, pai ou irmão, uma forma de limpar a honra familiar numa sociedade em que os valores morais, cristãos, masculinos e patriarcais estavam acima das leis. Nesse sentido, a partir da discussão historiográfica e dos diálogos com as entrevistadas desta pesquisa, observa-se que muitas das moças que foram morar no Patronato Coração Imaculado de Maria, que vinham de cidades longínquas e de estados mais afastados, estavam ligadas a essa problemática dos namoros não consentidos pelos pais e/ou de fugas/raptos que não terminaram em casamentos, e estas eram enviadas para conventos ou escolas confessionais mantidas como internas, como tentativa de não macular ainda mais a honra da família.

Nós tivemos uma menina do Rio de Janeiro que o pai veio internar aqui por conta de um namoro que a família não queria. Essa menina era rebelde, depois de muita conversa e de todo aquele trabalho ela se tornou melhor depois de quase um ano dando trabalho. Ela veio para cá já na quarta série ginásial e passou quase cinco anos aqui.⁸⁷

Os depoimentos reforçam o explícito interesse da família por um espaço de educação segura, com regras rígidas e em consonância com um sistema escolar exemplar em sua ordem disciplinar.

[...] era abrigo seguro onde as meninas estariam isoladas, a salvo das maldades mundanas e exercitava-se a submissão, a obediência irrestrita. Todos os ambientes propiciavam a execução dos objetivos institucionais, ocupando-se sempre as alunas com atividades que impedissem a ociosidade, campo fértil de maus pensamentos. (CUNHA, 1999, p. 190).

Por isso, segundo as depoentes, não era comum fazer questionamentos sobre a imposição da ordem institucional, cabia à família corroborar com essa ordem, traduzida em aprender e obedecer. Louro afirma que:

⁸⁷ Entrevista realizada com a ex-aluna do Ginásio Coração Imaculado de Maria e ex-professora da Escola Sagrado Coração e da UNECIM, Geralda Bandeira Gonçalves. Atualmente está aposentada e é responsável pela secretaria desta instituição. Entrevista realizada em 04 de novembro de 2018.

[...] a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo. Deve-se notar que, embora a expressão cristã tenha um caráter mais abrangente, a referência para a sociedade da época era, sem dúvida, o catolicismo. Ainda que a República formalizasse a separação da Igreja Católica do Estado, permaneceria como dominante a moral religiosa [...] (LOURO, 1987, p. 147).

No plano individual da memória dos que viveram há mais tempo em uma instituição escolar, elementos do lugar e do mapa são inerentes ao espaço; alterá-los implica em intervir na ordem e na “verdade” das lembranças pessoais. Na perspectiva da revisitação, pela memória, de experiências vividas na instituição escolar, as alterações impostas ao prédio, decorrentes de ampliação, reforma, modernização do projeto são vistas como traição ao espaço conhecido, o qual, ao apresentar um lugar com características diferentes, um novo mapa desmarca nossos usos, como que impõe um elemento estranho, um impasse às lembranças, corrompendo-as (WUERLE; BRITTO; COLAU, 2007).

O medo que eu tinha quando eu comecei a estudar no colégio das primeiras letras. Diziam que as freiras tinham um quartinho muito escuro com caveiras, com caixões e eu tinha muito medo. Não podia uma freira vir para o meu lado.⁸⁸
Na clausura das Irmãs era esquisito. Tinham as cortinas nas salas onde elas rezavam, refeitório, banheiros, dormitórios, as internas não tinham acesso lá. O espaço era só delas, ninguém entrava.⁸⁹

As memórias acima chamam atenção para além do caráter hierárquico do espaço reservado às Irmãs. Essas interdições, na geografia do Patronato, despertava um misto de respeito e medo. As alunas mais velhas criavam histórias com elementos mágicos para amedrontar as menores.

As questões curriculares das instituições religiosas são importantes para melhor compreendermos as estratégias das Irmãs, dos pais e das alunas, a fim de entender a relevância da ritualização religiosa e da vigilância hierárquica. Nesse sentido,

O currículo do Patronato acusava disciplinas cujo objetivo era desenvolver a sensibilidade estática, a devoção, a etiqueta social, as prendas domésticas e os conhecimentos gerais das mulheres da elite, formando requintadas e virtuosas mães de família à europeia; isso perpetuava o ensino feminino da elite desde o renascimento, nos moldes da escola confessional, como se difundiu na Europa do século XIX. (MAGALHÃES; CUNHA, 1999, p. 105).

Desenvolveu-se uma espécie de religiosidade que tinha como centro a “rejeição religiosa do mundo”, centrada no alto nível de ritualização, ou seja, missas, incensos, trajes especiais, diagramação do espaço nas cerimônias do calendário litúrgico é o que podemos

⁸⁸ Entrevista realizada com a ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria e professora aposentada do Estado, Maria Pinto de Lima, realizada em 07 de abril de 2017, em Russas, Ceará.

⁸⁹ Entrevista realizada com a ex-aluna do Ginásio Coração Imaculado de Maria e ex-professora da Escola Sagrado Coração e da UNECIM, Geralda Bandeira Gonçalves. Atualmente está aposentada e é responsável pela secretaria desta instituição. Entrevista realizada em 04 de novembro de 2018.

chamar de “tempo dos sinos” da educação confessional, porque todos os momentos da vida cotidiana eram marcados pela sacralidade. Das refeições a hora de dormir haviam dispositivos disciplinares que favoreciam a interiorização da fé e da ética das internas; a todo custo as Irmãs tentavam inserir no cotidiano das alunas práticas antimundanas. Isso também sugere uma concepção de escola monástica, é a ereção de um “espaço purificado”, livre de um mundo repleto de vícios. Como nos lembra Magalhães e Cunha:

O ensino da Religião centrava-se no estudo mnemônico, intelectualista, de alta abstração teológica, que evitava o uso da Bíblia, talvez por receio da heterodoxia; neste sentido, o catecismo de pergunta e resposta se atinha à interpretação hierocrática, e sacramentava-se uma religiosidade convencional, “rotinizada”, apoiada no ritual e na nacionalização teológica. (MAGALHÃES; CUNHA, 1999, p. 105).

A disciplina se apresentava com alto grau de ritualização, consagrando valores de hierarquia e autoridade. Quando a irmã/professora chegava, os alunos levantavam-se das carteiras e cumprimentavam, evidenciava-se a chamada vigilância hierárquica. Estes dispositivos disciplinares envolviam ainda o uso de avisos sonoros com pequenos sinos que as freiras utilizavam para obter silêncio e a formação de filas, e isso durou até os anos de 1950.

Observa-se, na fala das entrevistadas, que existiam as disciplinas ligadas às prendas domésticas, para preparar as moças para o matrimônio, para cuidar dos filhos, no entanto, nem todas gostavam de fazer estas atividades, seja porque não tinham muita habilidade, seja porque não gostavam mesmo, porém tinham que fazer. Vejamos nas entrevistas abaixo:

Tinha muita coisa ligada a luta de casa e para se preparar para o casamento e ser uma boa esposa, cuidar do marido e dos filhos, né?! Eu me lembro de aprender a pregar peças ainda no primário. Aprendi a fazer também desenhos ampliados, bico. Aprendia a pregar pressão, bainha, bordado, etc. Aprendi piano com a Irmã Consolata e tinha Francês também.⁹⁰

⁹⁰ Entrevista realizada com a senhora Alda Torres de Lima, ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria, da turma de 1938 e ex-professora da Escola Gratuita. Entrevista realizada em 17 de junho de 2016, em Russas, Ceará.

Imagem 12 - Sala de aula de
Prendas Domésticas



Fonte: Acervo UNECIM.

Existiam as artes práticas. A Irmã Maria José ensinava a bordar, pregar botão, que era chamado de preparação para o trabalho. Eu também fui professora de artes práticas, a minha parte era ensinar as alunas a fazer bainha, pregar botão e a Irmã José era mais bordado e pintura. Gostasse ou não gostasse tinha que fazer alguma coisa, porque fazia parte da grade curricular.⁹¹

O cotidiano das alunas, internas ou não, era marcado por uma rotina, onde estas tinham que se adequar aos horários e às normas internas, bem como aos conteúdos das disciplinas lecionadas no Patronato Coração Imaculado de Maria. Nos diálogos travados, a partir desta pesquisa, identificamos que muitas das alunas não se enquadravam nas atividades ligadas aos ensinamentos domésticos, como é o caso de Dona Luzimar Gonçalves, porém a maioria gostava de aprender a ser “uma boa dona de casa”.

Teve um ano que eu tirei zero no primeiro bimestre, zero no segundo e zero no terceiro, porque eu tinha ódio desse bordado! Aí quando foi nesse quarto bimestre eu tive que aprender todos os pontos de uma vez só para passar. Se ficasse um pedaço de linha fora, a irmã não deixava, dizia que não podia estragar porque a gente ia pagar no purgatório. Era as coisas mais lindas, mas eu não me empolgava não, de jeito nenhum. Mas a vida me ensinou que eu precisei... Teve uma época que o meu marido estava meio fracassado de trabalho e eu segurava as pontas com bordados. Aí eu lembrava da irmã Nice e rezava uma Ave Maria pra ela, pois ela estava merecendo por ter me obrigado a aprender.⁹²

A escola desenvolve a institucionalização e a reprodução de práticas culturais, inclusive política e religiosa, e esta é criada/escolhida com o intuito de legitimar uma determinada leitura de mundo, de acordo com interesses de grupos e classes; com o Patronato

⁹¹ Entrevista realizada com a ex-aluna do Ginásio Coração Imaculado de Maria e ex-professora da Escola Sagrado Coração e da UNECIM, Geralda Bandeira Gonçalves. Atualmente está aposentada e é responsável pela secretaria desta instituição. Entrevista realizada em 04 de novembro de 2018.

⁹² Entrevista realizada com Luzimar Gonçalves da Silva, professora e ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria, realizada em 12 de janeiro de 2019.

Coração Imaculado de Maria não foi diferente, as regras de funcionamento, prescrições, conteúdos e objetivo tornaram-se campo de disputa de diversos sujeitos históricos e setores sociais, em que a sua configuração e reconfiguração prática variaram no decorrer da história desta instituição, de acordo com o jogo de força dos atores envolvidos. Isso se dá porque a estruturação do poder político, religioso e o desenvolvimento econômico e científico de uma sociedade afetam diretamente a composição e delimitação do que deve ou não ser propagado/ensinado para as novas gerações. A escola possui, assim, como característica intrínseca, o papel de agente socializador, a ela não são incumbidas apenas “a transmissão da cultura” e dos saberes acumulados pela humanidade, é também responsável pela articulação de um lugar comum, composto por discursos, categorias de pensamento e linguagens que permitam a comunicação e a identidade, em relação aquele lugar comum, entre os indivíduos de uma mesma sociedade e/ou instituição.

Sobre a rotina do internato Coração Imaculado de Maria, percebemos que a dinâmica era rígida, criava-se uma cultura que as internas não estavam acostumadas. Isso era comum nas instituições religiosas, uma vez que a escola disciplinar se utilizou, além de uma economia política de recompensas e punições, e de dispositivos espaciais, da vigilância profusa – a disciplina – e dos rituais, mostrando-se uma escola confessional em que nos rituais transparece o espírito doutrinal. Os valores religiosos foram plasmados no aparato disciplinar e nos rituais sacros das escolas, e convém compreendê-los e descrever a sua evolução. A disciplina passou também a ser um aspecto fundamental do cotidiano, o seu ânimo normativo mais recôndito. (MAGALHÃES; CUNHA, 1999, p. 102).

Era assim: no internato você passava o dia de sapato e meia com a farda do internato. Em horas extras não havia contato com as alunas que não eram internas, somente em sala de aula. Tinham muitas normas: hora para levantar, hora para estudar, hora para se alimentar, quem não chegasse na hora não tomava café. No início eram muitas crianças no internato, quando elas chegavam acostumadas em casa a vontade tinham que cumprir todas aquelas regras, na hora do almoço não podia deixar o prato na mesa, no final quando tocava a campainha para terminar o almoço tinha que fazer a pilha de pratos na sua mesa, isso eram normas e de qualquer maneira era educação. Então aquela que esquecia e deixava o prato chamavam de volta, às vezes já até deitada, porque tinha à hora do repouso. Tinham normas e regras para tudo, para tudo mesmo. Quando terminava o almoço, antes de repousar cada uma tinha que fazer a sua cama, não tinha babá para fazer a sua cama. Então a rotina do internato era essa, e a gente vivia de sapato e meia dentro de casa. Para sair à rua não podia. Algumas compravam merenda extra, mas ficava de posse das irmãs. Era desgastante, mas de qualquer maneira gratificante.⁹³

Às seis horas da manhã a gente ia para a missa, depois da missa tinha o café, após o café íamos estudar o curso normal. A tarde era o curso ginásial que hoje é o fundamental II. À tarde a gente ia para a sala de estudo estudar os deveres e ler outras coisas, pois já existia a biblioteca no colégio. Nós éramos poucas alunas, mais ou

⁹³ Entrevista realizada com a ex-aluna do Ginásio Coração Imaculado de Maria e ex-professora da Escola Sagrado Coração e da UNECIM, Geralda Bandeira Gonçalves, atualmente está aposentada e é responsável pela secretaria desta instituição. Entrevista realizada em 04 de novembro de 2018.

menos umas quinze, meninas muito estudiosas e isso ajudava muito a vida da gente. A tarde era livre, era pra estudar.⁹⁴

Observa-se assim que existia uma rotina rígida no Patronato russo, pautado na hierarquia e no “tarefismo” disciplinador. No que tange à questão disciplinar, Foucault (1987) nos diz que na busca do controle disciplinar dos corpos, o espaço escolar organizava-se de maneira hierárquica e com uma rígida funcionalidade, buscando ordenamento dos alunos no pátio, na colocação das cadeiras em fila, do espaço do corredor, na forma como professores e alunos circulavam pelas escolas, na separação dos alunos por idade, por série, por turma, e assim por diante.

[...] na modernidade a disciplina tem que fazer funcionar as relações de poder não acima, mas na própria trama da multiplicidade, da maneira mais discreta possível, articulada do melhor modo sobre as outras funções dessas multiplicidades, e também menos dispendiosamente possível. (FOUCAULT, 1987, p. 18).

Ao ser questionada sobre se na época de sua entrada no Patronato, em meados da década de 1940, já tinha homem lecionando ou se isso ocorreu com o passar do tempo, Luzimar Gonçalves da Silva responde:

Não, eram só as irmãs. Depois que passou a ser ginásio foi que teve. O primeiro foi o Dr. Antônio Nogueira. Eu não terminei o normal na época. Meu avô queria que eu terminasse, dizia que tinha que terminar o normal, que naquela época ser professora era o máximo! Mas eu queria ser médica por influência de uma prima minha que hoje é médica, mas meu avô disse que não, que eu não ia pra Fortaleza, pois eu ia me perder. (sic)⁹⁵

Em relação ao cotidiano das alunas e das religiosas encontramos diversos registros fotográficos identificados no acervo desta instituição: fotografias do corpo docente, da arquitetura escolar, de salas de aula e de atividades escolares. A homogeneidade e a uniformização são características dos retratos escolares, cujo enquadramento, disposição, forma, ângulos, focalização e planos são semelhantes em diferentes épocas e em diferentes instituições educativas. Há, portanto, uma certa identidade e representação padronizada dessas imagens. Para que finalidade são tiradas essas fotografias? Por que e por quem são conservadas? (SOUZA, 2001, p. 79).

A representação contida nessas imagens é a expressão da ordem escolar. É possível que a disposição em fileiras sucessivas, na primeira um grupo de alunos sentados e nas outras em pé, cada uma sobrepondo-se à outra, tenha sido uma solução técnica para o enquadramento de um grande número de crianças. Esta disposição tão difundida, torna inconfundível uma foto de classe. O grupo é quase sempre

⁹⁴ Entrevista realizada com Dionísia Andrade Costa, ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria – aluna da Escola Normal. Atualmente é religiosa da Congregação Cordimariana. Esta foi aluna na década de 1950. Entrevista realizada em 04 de fevereiro de 2017, em Russas, Ceará.

⁹⁵ Entrevista realizada com Luzimar Gonçalves da Silva, professora e ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria, realizada em 12 de janeiro de 2019.

acompanhado da professora que se posiciona ao lado ou no meio da turma. Em algumas imagens encontram-se, também, o diretor da escola. (SOUZA, 2001, p. 88).

Imagem 13 - Sala de Leitura do Patronato Coração Imaculado de Maria, na década de 1940



Fonte: Acervo UNECIM.

Na aula de leitura, de uma seção feminina, o olhar dos alunos que deveriam se deter no livro se desloca para a câmera, mas o cenário enquadra o comportamento típico. Práticas de leitura podem ser observadas na postura da professora e sua auxiliar, e na do aluno que lê em pé seguindo todas as prescrições para uma boa leitura oral: corpo ereto, pernas juntas, uma das mãos segura o livro à altura do peito, a outra descansa atrás. A leitura sem qualquer auxílio, a não ser os olhos, é uma habilidade treinada diariamente na escola. O espaço da classe também representa o padrão típico presente nos grupos escolares: sala retangular, lousas na frente da sala e em uma das paredes laterais, carteiras duplas fixas ao solo, no fundo um relógio, um armário e um cavalete contendo cartazes referentes à lição do dia. (SOUZA, 2001, p. 94).

Imagem 14 - Curso Normal do Patronato em 1951



Fonte: Acervo UNECIM.

Imagem 15 - Corte e Costura. Diplomadas em 1939



Fonte: Acervo UNECIM.

As fotografias das salas de aula escolares, se levarmos em consideração o surgimento e difusão desse tipo de foto, estas vinculam-se a disseminação do valor social da escola na sociedade brasileira, atendem a uma forma de representação simbólica, por meio da qual as turmas de alunas correspondem à classe, a uma determinada série, cujo o encerramento do ano letivo compreende um momento digno de ser registrado e recordado. Nesse sentido, o período escolar é entremeado por outras representações; em nosso caso, os elementos são ligados à religião cristã católica, ao ordenamento, e a sempre vigilância das irmãs que, muitas vezes, aparecem nas fotografias como “maestro regendo a orquestra de alunas”, sendo assim estes registros convertem-se ao momento de trajetória de vida dessas meninas e moças do Patronato Coração Imaculado de Maria.

Imagem 16 - Colação de grau em 1950



Fonte: Acervo UNECIM.

Na leitura destas imagens percebemos padrões de comportamentos, sentimentos ligados ao ideário católico, às celebrações cívicas, aos ideais político-religiosos do Estado Novo, associados às roupas, aos perfilamentos e à própria organização das salas de aula e do espaço desta instituição de ensino, ou seja, identificou-se as normas sociais, as intenções do grupo retratado: as irmãs, as alunas e a dinâmica organizacional desta instituição ao qual elas estavam inseridas. Além das fotos das salas de aula encontramos também fotos das fachadas da escola, de solenidades, de encontros de autoridades do ensino, das exposições escolares, das aulas de educação física, de momentos de inaugurações no prédio da instituição, da escola da elite e da escola grátis. Essas imagens retratam momentos especiais da vida escolar, instantes congelados de uma trajetória institucional que podem ter sido produzidas como meio de perpetuação da memória individual, mas, também, podem ter sido tiradas com a finalidade de registrar eventos e situações importantes para a preservação da memória da instituição.

Dessa forma, as fotografias de classes reproduzem a estrutura essencial da escola graduada – grupos escolares. As relações de hierarquia e poder que une os vários membros do grupo retratado, diretor-professores-alunos, mantêm-se na representação da classe, esta unidade de racionalização escolar baseada na classificação dos alunos e na divisão do trabalho e que possibilitou a escolarização em massa. Na prática de divisão das escolas em classes/séries, são dissolvidas as individualidades e sobressai o grupo enquanto identidade coletiva. 1^a, 2^a, 3^a, 4^a série A, B, C, D. (SOUZA, 2001, p. 88).

As fotografias de eventos escolares – festas, exposições e comemorações – são contributos para a memória institucional, e no Colégio das Irmãs, no Patronato russo, não era diferente. Neste acervo, destaca-se uma imagem singular, ela retrata uma exposição escolar. Certames são realizados anualmente nas escolas públicas destinadas à exibição dos trabalhos escolares, especialmente aqueles produzidos pelos alunos na disciplina Trabalhos Manuais. Trata-se, portanto, do registro de uma prática ritualizada. (SOUZA, 2001, p. 99).

Imagem 17 - Festa no Patronato na década de 1940



Fonte: Acervo UNECIM.

Ao ser questionada sobre os fardamentos das alunas pagantes e daquelas que frequentavam a escola gratuita, a professora Alda Torres lembra que “era saia azul pregueada, blusa branca de manda comprida. Eles não tinham farda, depois foi que colocaram, depois do meu tempo”⁹⁶

A homogeneização e o disciplinamento também passavam pelo vestuário das alunas. Em 1940 foi criado oficialmente, através do Decreto-Lei 2.072, a Juventude Brasileira, uma organização da juventude que tinha por finalidade a promoção do ensino cívico, da moral e da educação física. Os uniformes buscavam uma normatização da conduta dos corpos, “homogeneizando o universo escolar”. (LEMOS, 2018, p. 145).

Estamos aqui diante de um paradoxo: ao mesmo tempo em que se pretendia alcançar uma expansão da escola, exigia-se que os alunos tivessem determinada condição financeira para frequentá-la. Além disso, “vestir os uniformes escolares constituía uma regra imposta por normas regimentais e fazia parte da disciplina escolar, não vesti-los caracterizava uma transgressão passível de punição”. (SILVA, 2006, p. 191).

A farda fazia parte da disciplina escolar, primeiro porque esta teria que se adequar aos ideais religiosos, ou seja, cobrir a maior parte do corpo, e também significava um elemento de distinção social, só estudava no Patronato Coração Imaculado de Maria quem pudesse comprar o enxoval completo, como fica evidenciado nas falas das entrevistadas abaixo:

Tinha que comprar enxoval completo e não podia faltar nenhuma peça, se faltasse não entrava. Tinha que ir de meia, se não tivesse de meia não entrava em sala de aula, a saia tinha que cobrir o joelho, se fosse menor também não entrava.⁹⁷ É, eu me lembro muito de lá. Sempre a farda da gente era bem limpa, bem arrumada. Tinha a farda de gala, era um tecido como desses paletós de rico, as pregas bem fininhas, bem bonitinhas, uma boina na cabeça, mangas compridas, muito bem-feitas às roupas. Todas tinham um local na estante repartido que ficavam as roupas guardadas e dobradas. Tinha que ter o enxoval para se internar: lençol para cama, camisola, ninguém andava de sandália, só de rabicho ou sapato fechado. Era tudo bem arrumadinho, não havia briga, nem palavrão.⁹⁸ A gente sofria muito com essa parte de farda no meu tempo de internato. Eu achava a farda bonita, só não gostava do chapéu branco que tínhamos que usar. Nessa época os caminhões passavam por dentro da cidade, os caminhoneiros paravam e perguntavam onde era o mar, que eles queriam ir também, eu tinha muita raiva e tirava o chapéu. A blusa era branca e a saia era azul. No portão tinha uma moça que olhava o fardamento e se não tivesse completo não entrava. Era a Dona Albinha, ela era um amor de pessoa, mas tinha que fazer isso.⁹⁹

⁹⁶ Entrevista realizada com a senhora Alda Torres de Lima, ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria, da turma de 1938 e ex-professora da Escola Gratuita. Entrevista realizada em 17 de junho de 2016, em Russas, Ceará.

⁹⁷ Entrevista realizada com a senhora Alda Torres de Lima, ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria, da turma de 1938 e ex-professora da Escola Gratuita. Entrevista realizada em 17 de junho de 2016, em Russas, Ceará.

⁹⁸ Entrevista realizada com a ex-aluna do Patronato, Valdenora de Araújo Lima, realizada em 10 de agosto de 2016, em Russas-Ceará.

⁹⁹ Entrevista realizada com Luzimar Gonçalves da Silva, professora e ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria, realizada em 12 de janeiro de 2019, em Russas, Ceará.

Nesse sentido, observamos certo elitismo, ou seja, não era qualquer moça/menina que poderia estudar nesta instituição, pois o fardamento, ou seja, o enxoval com a farda comum e a farda de gala, os sapatos, as meias, a combinação, não era acessível a todas as famílias que tinham a intenção de colocar suas filhas no Patronato. Podemos identificar também um controle com o corpo, quando as alunas eram impedidas, por exemplo, de entrar nas salas se não tivessem usando os elementos do vestuário que as Irmãs haviam escolhido como o certo para servir de farda para as meninas.

Ao reconhecer que o Patronato Coração Imaculado de Maria era, e ainda é, uma instituição educacional pautada nos valores cristãos e morais da Igreja Católica, torna-se possível afirmar que as estudantes da referida escola viviam em um contexto no qual as regras, as práticas educativas, e os costumes alimentados pelas freiras deviam ser obedecidos sem nenhuma contrariedade ou objeção por parte do alunado feminino. A partir dessa perspectiva, alguns aspectos relacionados a análise comportamental das alunas serão enfatizados nessa parte da pesquisa, por meio da indumentária, farda das estudantes da década de 1930, 1940 e início da década de 1950.

O internato era tipicamente conventual e a educação das alunas se centrava na religião, na salvação através das boas obras, na humildade pessoal, na fuga do mundo, com a reclusão e separação das internas e das externas; as associações foram um modo de aprofundamento deste sentimento e ação. (MAGALHÃES; CUNHA, 1999, p. 109).

Para tal feito, torna-se necessário identificar que o vestuário das alunas carregava um tipo de comunicação. Tal afirmação ganha sustentabilidade quando reconhecemos que a comunicação não acontece apenas por meio das palavras, enfatizando a escrita ou a fala, mas também através dos recursos imagéticos. “A comunicação pela imagem, ou comunicação icônica, é uma realidade, que existe paralelamente à comunicação gestual e sonora” (ANDRADE; MEDEIROS, 2008, p. 4).

Le Goff e Pierre Nora nos lembram que a mentalidade é aquilo que muda constantemente. História das mentalidades e história da lentidão na história, assim alguns conceitos permanecem por mais que o tempo passe e a sociedade se transforme. Esta tal padronização estava ligada à mentalidade de uma época, época em que o Patronato é inaugurado e que vai criando uma cultura histórica no sentido de desenvolver um modo de viver e um pensar coletivo, impondo regras e condutas. Michele Perrot nos informa a respeito das mentalidades ao tratar da mulher do período abordado:

A mulher é, antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu. A mulher é feita de aparência. E isso se acentua mais porque, na cultura judaico-cristã, ela é constrangida ao silêncio em público. Ela deve ora se ocultar, ora se mostrar. Códigos bastante preciosos regem suas aparições, assim como as de tal ou qual parte de seu corpo (PERROT, 2008, p. 50).

Desta forma, fazendo referência à farda, esta acabou se tonando reflexo imediato da postura que o Patronato Coração Imaculado de Maria desejava representar para a sociedade, como se por meio da vestimenta fosse possível reconhecer que aquelas meninas eram “cópias” de uma educação alicerçada nos valores exigidos pelas boas maneiras e pelos bons costumes.

É importante destacar que pelo fragmento acima, retirado das entrevistas com as ex-alunas do Patronato, podemos perceber que a farda era reconhecida como um símbolo da referida escola e como parte de suas normas, construído a partir de um padrão social religioso imposto desde a sua origem, em 1937. Porém, estas imposições não eram sempre bem recebidas, ou seja, existia resistência “disfarçada” no cumprimento das regras estabelecidas. Em conversas e entrevistas, encontramos algumas estudantes que procuravam burlar o sistema sempre que aparecia alguma oportunidade, transgrediam as “leis do Patronato” firmadas pela conduta educacional exigida. Tais transgressões podem ser perceptíveis nas falas das entrevistadas, quando relatam, por exemplo, mudanças na estética da farda, ou seja, diminuindo o tamanho e fazendo um abainhado falso. Essas imposições nem sempre encontravam porto seguro na personalidade das alunas do Patronato, isso porque a mentalidade de uma época pode não encontrar aceitação pessoal, uma vez que esta situa-se no ponto de junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional; os seres humanos possuem suas próprias convicções individuais e com as alunas do Patronato Coração Imaculado de Maria não era diferente. Em relação ao comportamento comum de submissão à ordem estabelecida nas escolas confessionais, Catani afirma:

A cultura escolar, principalmente destinada às mulheres, tornou-se assim, de certa forma, caricatural: a cultura reduzida a seus elementos mais derrisórios. O mundo social, principalmente para as mulheres, foi sempre mais sensível às incorreções do gosto e do comportamento do raciocínio – assim, a ênfase do ensino feminino nas boas maneiras, nas técnicas, na aceitação da vigilância, na aparência, na formação moralista. (CATANI, 1997, p. 28).

Faz-se necessário lembrar que o Patronato Coração Imaculado de Maria, atualmente Unidade Educacional Coração Imaculado de Maria – UNECIM, foi e é uma escola católica, construída com a responsabilidade de formar intelectualmente e moralmente as moças de São Bernardo das Russas, em 1937, e na atualidade, da cidade de Russas. Com base nesta constatação, até a década de 1950, era necessário incentivar a conduta ilibada das meninas/moças, isso tinha relação não apenas às ações das estudantes, mas também às normas relacionadas ao se portar e vestir, o que refletia diretamente na sua farda, se fosse externa, e no seu enxoval, se fosse interna. Essas precauções estavam diretamente ligadas à sexualidade feminina. Se o intuito de uma escola confessional era, além dessas meninas/moças, aprenderem

a ler e escrever, servia também de preparação para o casamento, e era de suma importância que a “precaução” adentrasse em outras esferas, dentre elas a virgindade.

A virgindade das moças é cantada, cobiçada, vigiada até a obsessão. A Igreja, que a consagra como virtude suprema, celebra o modelo de Maria, virgem e mãe. Os pintores da Anunciação, grande tema medieval, representavam o anjo prosternado no quarto da jovem virgem, diante de seu leito estreito. Essa valorização religiosa foi laicizada, sacralizada, sexualizada também: o branco, o casamento de branco, no segundo Império, simboliza a pureza da prometida. Preservar, proteger a virgindade da jovem solteira é uma obsessão familiar e social. (PERROT, 2008, p. 45).

De acordo com Almeida (2007), esse seria um dispositivo comum em escolas femininas, e na medida em que a ideologia de caráter religioso vai ditar regras à sexualidade, as moças seriam instruídas quanto à importância da castidade e da pureza; na Igreja, deveriam confessar ao padre quaisquer pensamentos ditos impuros que porventura tivessem quanto ao sexo; “na família, se impediria toda e qualquer manifestação voltada para explorar ou exercer a sexualidade, embora houvesse transgressões que costumavam ser severamente punidas”. (ALMEIDA, 2007, p. 70).

Assim, a escola estabelecia o comportamento “modelo” e apontava de maneira clara o “marginal”, estabelecendo, para os comportamentos desviantes da norma, o castigo disciplinar como corretivo. O mecanismo da punição expressava os valores opostos do bem e do mal. A penalidade também tinha outro efeito, que era o de pressionar constantemente as outras alunas a se submeterem ao mesmo modelo, à mesma norma, à subordinação e à docilidade (SANTOS, 2009, p. 116). A imposição da disciplina, o controle das condutas e dos costumes, não impedia algumas alunas de protestar, de se rebelar, e, num certo sentido, contestar os padrões da época e da instituição:

Isso na oitava série, na oitava série a gente aprontou muito. Tinha uma amiga minha que eu não sei onde ela mora hoje, ela foi embora daqui. Ela morava na mesma rua que eu, ela namorava um professor nosso, paquerava, que hoje é um tal de crush que chama. Ela namorava esse professor e ele era noivo, ela ia conversar na casa dele e ele ficava esperando, o safado, aí quando essa menina chegava no colégio levava carão, porque o homem era noivo, que ia casar... E realmente ele casou, mas era coisa de adolescente mesmo!¹⁰⁰

As ex-alunas, que fizeram parte desta pesquisa, nas entrevistas, nos dizem que a educação a elas oferecida foi o principal alicerce sobre o qual construíram suas vidas profissionais, como mães e esposas, além de ser uma marca nas suas falas o rigor e a disciplina do Patronato. E apesar de em alguns casos haver a insubmissão, a disciplina hierárquica funcionava como um instrumento eficiente de dominação e controle, que se destinava a

¹⁰⁰ Entrevista realizada com Luzimar Gonçalves da Silva, professora e ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria, realizada em 12 de janeiro de 2019, em Russas, Ceará.

“domesticar” os comportamentos divergentes da norma esperada pela sociedade, pela religião e pelas Irmãs.

Segundo Almeida, em uma escola feminina católica, a religião se insere na cultura de uma determinada sociedade e constrói regras e valores, ditando hábitos e costumes, normatizando os corpos e esculpindo as mentes, submetendo o indivíduo a regras e comportamentos, modelando-o através das relações de poder entre mulheres. Nesse sentido, para a referida autora, “A educação representa um veículo pelo qual a cultura e religião alicerçam seus valores e transmitem a ideologia de uma época. [...]”. (ALMEIDA, 2007, p. 15). E isto é perceptível nas narrações das memórias das ex-alunas que nos informaram que “A saia era abaixo do joelho, tinham meninas que procuravam diminuir, mas as irmãs não deixavam, ficava uma pessoa na portaria verificando unhas pintadas, o uniforme tinha que ser tudo organizado, tudo padronizado, não é como hoje”.¹⁰¹

É interessante observar que no Patronato as aulas de Educação Física seguiam os ditames do Decreto-Lei 2072, de 08 de março de 1940, que em seu art.4º dizia: “a educação física teria que ser ministrada de acordo com cada sexo, por meio de ginástica e dos desportos que tinha por objetivo tanto o fortalecimento da saúde das crianças e jovens, com a solidez, a agilidade e harmonia”. Havia assim uma cultura física por meio das práticas esportivas, nos moldes militares, pautada sobretudo no disciplinamento dos corpos femininos, pois segundo os ideais do Estado Novo, em relação à Educação Física, esta serviria de base ao desenvolvimento físico das alunas. Abaixo alguns momentos registrados das práticas de Educação Física no Patronato:

Imagem 18 - Time do Patronato na década de 1940



Fonte: Acervo UNECIM.

¹⁰¹ Entrevista realizada com Maria Aparecida Gonçalves (Cidinha), ex-aluna do Patronato. Entrevista realizada em 25 de setembro de 2016, em Russas, Ceará.

“A fotografia de aulas de educação física revela a forma escolar de investimento no corpo. No universo das práticas escolares, essa atividade é uma das que mais simbolizam a função moralizadora e disciplinar da escola”. (SOUZA, 2001, p. 99). Devemos estar atentos ao fato de estas moças/meninas estarem numa escola confessional, cristã; nesse sentido, é perceptível o cuidado com o comprimento das fardas/uniformes, para não aparecer o corpo, partes que pudessem aguçar o olhar de quem as visse treinando.

Imagem 19 - Aula de Educação Física no final da década de 1940



Fonte: UNECIM.

A Educação Física foi usada no Estado Novo como suporte para diferentes manifestações cívicas, como ginástica e paradas estudantis. Essas manifestações replicavam o ordenamento pretendido pelos ideólogos estadonovistas, davam a sensação de equidade, de que tudo estava bem no país e no lugar onde estavam sendo executadas as práticas, que, no nosso caso, era em São Bernardo das Russas.

Um momento de grande mobilização no Patronato foi o dia 7 de setembro, comemoração da Independência do Brasil, uma das datas cívicas mais celebradas no Estado Novo, tendo a escola como um dos principais centros das realizações festivas. Nessa ocasião, também chamada Dia da Pátria, as festividades incluíam outros dias da semana envolvendo a escola, cujo público-alvo eram os jovens e as crianças, constituindo-se, assim, na Semana da Pátria. “O calendário festivo compunha-se do Dia da Raça, 03 de setembro; do Dia das Escolas, 06 de setembro; e do dia 07 de setembro, comemoração da proclamação da independência”. (VAZ, 2006, p. 90). Havia no Patronato um arsenal de materiais para o trabalho da disciplina de Educação Física, como podemos ver nas fotografias abaixo:

Imagem 20 - Aula de Educação Física na frente do Patronato, em 1940



Fonte: Patronato Coração Imaculado de Maria.

Ainda de acordo com as imagens acima, é perceptível a adequação das alunas em sincronia no gestual, na indumentária e nos penteados, na preparação para o desfile cívico, na Semana Pátria. Essas apresentações serviam como elementos-chave para a adaptação dos indivíduos ao meio social e político, eram imbuídos os valores cívicos, morais e patrióticos do Estado Novo a partir do contexto escolar, que, nessas festas, extrapolavam os muros da escola e ganhavam visibilidade diante da população russana.

As comemorações do 7 de setembro destacavam-se entre as demais comemorações. A “Semana da Pátria foi uma das maiores festividades cívicas do Estado Novo e aproximou a escola da população, difundindo as noções de civismo e de culto patriótico como formadoras do cidadão ideal”.

Imagem 21 - Desfile de 7 de setembro, em meados da década de 1940



Fonte: UNECIM.

A festa cívica também se constitui em um lugar de memória, cujo principal objetivo é a comemoração de um episódio ou de um personagem visto como significativo no contexto da história da nação. Para Pierre Nora, lugares de memória, materiais ou não materiais, são momentos instituídos para lembrar algo que seja referendado com valor de unanimidade e que necessita de instrumentos específicos para isso. Por isso os monumentos celebrativos, datas comemorativas e ações vinculadas à construção da memória da nação que relembrem e instituem um lugar ou momento para fazer vir à tona a memória referendada, para trazer novamente aqueles significados para o presente. Livros didáticos, festas comemorativas, monumentos, ritos, entre outros,

constituem lugares de memória e guardam consigo significados simbólicos na construção de identidades. (VAZ, 2006, p. 44).

Essas festas não acontecem por acaso, acabam se tornando um signo que fazem parte de um ritual. Nesse sentido, a festa projeta um sonho, algo que está intrínseco ao desejo social de se exteriorizar, e a propaganda faz parte desse sonho, quando se propusera a demonstrar as potencialidades de uma outra vida que não aquela, transformando o real em espetáculo e mobilizando o caráter super dimensional da vida.

Esses espetáculos de poder, além de exaltar o poder do Estado, em momentos de exacerbação autoritária, lidam com uma comunidade imaginada, de símbolos, costumes e tradições que são apropriados e reapropriados a partir do jogo de imagens e discursos. O cunho salvacionista e religioso presente nas festas cívicas é de suma importância para se compreender a ressonância no universo cultural e na adesão das massas, escamoteando possíveis conflitos e dissonâncias em relação ao regime e suas formas de manifestação. (CAPELATO, 1998, p. 77).

A grande maioria dessas atividades era realizada pelos grupos escolares, e os pronunciamentos alusivos à data eram ministrados por professores, diretores e alunos, perante as “grandes autoridades” convidadas. Com da participação das escolas nesses eventos cívico-esportivos, estes se tornaram muito difundidos no Estado Novo. (VAZ, 2006, p. 91).

Imagem 22 - Desfile Cívico em 1937



Fonte: UNECIM.

Nas instituições de ensino, nas grandes e pequenas cidades do Brasil estas paradas eram a grande atração das comemorações, sendo as Escolas sempre relacionadas e encarregadas de organizar os eventos. A imprensa exibia com honra as instituições educacionais e suas comemorações e desfiles, a fim de mostrar a preocupação dos estabelecimentos de ensino com as “coisas da pátria”. Dava-se destaque aos alunos que participavam declamando poesias ufanistas, presentes nas comemorações das

escolas. “As festas envolvendo associações culturais e os principais estabelecimentos de ensino do Estado ganhavam relevo, ressaltando-se as chamadas de referência à bela formação cultural e patriótica das crianças e jovens”. (VAZ, 2006, p. 92).

A sociedade da época supervalorizava esses eventos – em tom quase ufanístico – enfatizando a participação dos trabalhadores, da Igreja Católica e das escolas, assim como a “grande” presença de espectadores. Crianças, jovens e adultos; homens e mulheres; civis e militares; trabalhadores urbanos e rurais, “Todos” saiam às ruas, marchando em homenagem à Pátria e ao líder da nação. (AMARAL, 2003, p. 164). Podemos até imaginar essas moças, na década de 1940, saindo do Patronato em marcha pela cidade, todas ritmadas saudando as autoridades e enchendo os olhos dos populares.

Imagem 23 - Ginásianas ensaiando para o Desfile Cívico na década de 1940



Fonte: UNECIM.

As festas do Estado Novo tinham a função de mobilização, aplicava-se a propaganda, através do espetáculo de festas cívicas, para forjar a adesão popular ao regime, pois no período não bastava que um indivíduo não criticasse o regime, era preciso estar presente na massa de apoiadores deste. De acordo com Ianni (1968), é nesse momento que vemos o indivíduo se tornar parte dessa massa. A multidão é algo fascinante e envolvente, e a política de massa foi a vida do modelo getuliano no desenvolvimento do Estado Novo. Para garantir o público, professores e alunos eram obrigados a participar dessas atividades.

5.2.1 Materiais didáticos, livros e cartilhas no Estado Novo

O estudo sistemático do contexto legislativo e regulador, que condiciona não somente a existência e a estrutura, mas também a produção do livro didático, é condição preliminar indispensável a qualquer estudo sobre a edição escolar. Escrever a história dos livros escolares – ou simplesmente analisar o conteúdo de uma obra – sem levar em conta as regras que o poder político ou religioso impõe aos diversos agentes do sistema educativo, que seja no domínio político, econômico, lingüístico, editorial, pedagógico ou financeiro, não faz qualquer sentido. (CHOPPIN, 2004, p. 561).

As questões teórico-metodológicas que buscam compreender a função da instituição escolar no que diz respeito ao enfoque da investigação sobre livros e materiais didáticos, a partir das perspectivas desenvolvidas no campo da história da educação atualmente, mostram-se fundamentais para o entendimento das possibilidades e especificidades das pesquisas desenvolvidas nesta área. As problematizações, a extensão dos domínios de investigação e as perspectivas de análise, principalmente no que se refere aos livros e materiais escolares, revelam um espaço de intersecções e complexidades nas relações tanto política, econômica, e, em nosso caso, religiosa, que afetam sua produção, circulação e utilização. (FERREIRA, 2008, p. 11).

Os livros escolares tornam-se objetos de interesse tanto das perspectivas que abordam as normas contidas nestes como das prescrições estabelecidas por autoridades públicas. Não nos esqueçamos que a escola Patronato Coração Imaculado de Maria inicia suas atividades dentro da Era Vargas, e no que se refere ao controle ideológico por parte das religiões, no caso a religião católica, a instituição de programas e práticas pedagógicas que buscamos refletir sobre sua materialidade, a partir de sua produção e recepção. Diante da multiplicidade que esta fonte documental pode nos revelar, a partir de suas leituras, concordamos com Choppin quando este diz:

É preciso levar em consideração que o processo de elaboração de normas prescritivas parte sempre da idéia de instituições e públicos idealizados que não condizem com a realidade e práticas efetivas. A história e a sociologia da educação têm uma discussão ampla sobre a autonomia da instituição escolar, tanto no que se refere aos modos particulares de apropriação e recriação de normas estabelecidas, como o próprio ambiente escolar cria em si mesmo uma demanda específica do seu contexto, exigindo a reorganização de outros grupos e agentes sociais. (CHOPPIN, 2004, p. 570).

Nesse sentido, as normas e prescrições firmadas por um contexto regulador passam por recriações e transformações que se estabelecem a partir de uma cultura escolar, sendo resultado destas vivências os modos singulares de apropriação, recepção, aceitação e insubordinação a essas regras pré-estabelecidas. Chamamos atenção aqui para a possibilidade da oposição entre teoria e prática, entre o prescritivo e o real e seus consequentes resultados, ou seja, as instituições escolares e a cultura escolar não são estáticos, mas dinâmicos, e as relações entre teoria e prática podem deslocar perspectivas de análises, pois o todo da instituição escolar

está submetido à atuação de hierarquias e de poderes externos, o que pode na dinâmica cotidiana ocorrer reinvenções e a criação de novos sentidos da apropriação destes materiais didáticos. É o que nos lembra Rita de Cássia Ferreira:

A oposição, porém, não exclui nenhuma das expectativas, a avaliação dos critérios de seleção do que deve ou não ser legitimado pela escola e sua configuração em normas e procedimentos institucionalizados caracterizam as percepções de mundo e os conflitos de uma sociedade além da escola, enquanto o contraste entre essas construções idealizadas e as práticas efetivadas no interior da cultura escolar permite um aprofundamento verticalizado dessas práticas e apropriações revelando continuidades e rupturas, disciplina e criação e a rede de relações que envolvem a instituição escolar em diferentes estágios. (FERREIRA, 2008, p. 16).

Essas mudanças e permanências em relação às práticas de apropriação podem revelar diversos conflitos interinstitucionais, uma vez que qualquer tipo de relação humana, social, educacional é também um campo de disputa de micro e macro poderes. Chartier chama nossa atenção ao dizer que “todo dispositivo que visa criar repressão e controle provoca táticas que o amenizam ou o subvertem, não existe produção cultural livre e inédita que não empregue materiais impostos pela tradição, pela autoridade e que não seja submetida à vigilância ou censura de quem tem o poder sobre as palavras e as coisas” (CHARTIER, 2004, p. 16).

A partir desses conceitos teórico-metodológicos, que advém da História Cultural, os conceitos de representação, prática e apropriação são essenciais para a compreensão das tentativas estatais de implantar no meio social uma determinada leitura de mundo. Não nos esqueçamos que de 1938 a 1945 tivemos, em relação às políticas públicas para o livro didático no Brasil, a atuação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). O Estado Novo, a elaboração das leis e da prática e a atuação da CNLD culminaram com reformulações constantes na elaboração dos livros e materiais didáticos. Nesse sentido, é importante destacarmos as ideias de Roger Chartier a esse respeito. As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros; produzem sentidos, estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, suas escolas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17).

As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituírem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando. (CHARTIER, 1990, p. 27).

As representações se delineiam a partir de construções que estavam vinculadas ao interesse de grupos específicos que forjaram uma determinada leitura de mundo, nesse caso do Estado Novo. O regime tinha o intuito de centralizar as políticas de controle dos livros escolares

a nível nacional, tentou-se, desse modo, construir uma identidade nacional que teve como carro chefe a educação e a cultura, no intuito de difundir em todo território uma cultura política através da criação e imposição de uma memória estatal homogênea e ampla.

Criada para fiscalizar os materiais didáticos do período, tanto no aspecto ideológico como o pedagógico, e posta numa alta hierarquia da organização administrativa do estado, a CNLD teria a função de filtro, autorizado ou não, a utilização dos livros escolares em toda rede educacional do país de ensino primário e secundário. As condições precárias em que funcionou impediram a realização dos objetivos e conseqüentemente a não concretização do projeto estatal. (FERREIRA, 2008, p. 14).

Do ponto de vista ideológico, os livros não poderiam ir de encontro à política vigente, ao regime e ao chefe da nação, como também às instituições militares, à família e à religião; lembremos que estes elementos eram a base que dava sustentação ao governo Vargas. Nesse sentido, era institucionalizado a proibição de apologia às diferenças regionais, pois o projeto de construção de uma identidade nacional não os permitia. É perceptível também a oposição ferrenha no que concerne à discussão entre luta de classes, pois articulava-se o desenvolvimento de um pensamento em que deveria ser respeitado as tradições nacionais e os grandes vultos da pátria.

Em relação às questões técnicas e pedagógicas, estas também estavam de acordo com os ideais da construção da unidade nacional, ou seja, os compêndios escolares deveriam ser escritos em Língua Portuguesa, seguir as normas estabelecidas pela Lei, no que diz respeito à ortografia, que, para eles, evitaria influência estrangeira na formação das crianças e jovens, e eram proibidos o uso de termos e gírias regionais para dar homogeneidade ao contexto educacional nacional. Nesse sentido, editores, autores, professores e diretores foram convocados a realizarem as adaptações necessárias às delimitações e limitações do Decreto-Lei.

Sr. Presidente: O decreto-lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, foi expedido para o fim de submeter a nossa literatura didática ao controle do Ministério da Educação. O órgão controlador instituído por esse decreto-lei, e modificado na sua composição por um decreto-lei posterior, a Comissão Nacional do Livro Didático, vem, há meses, trabalhando no exame dos livros que, foram submetidos ao seu julgamento. Apesar do esforço realizado, muito resta ainda a fazer. Grande parte das obras depositadas já se examinaram, mas as que estão por ser estudadas ainda exigirão, se for mantido o atual sistema de exame, vários anos de trabalho. Ora, o decreto-lei nº 1.006, acima citado, havia determinado que, a partir de 1º de janeiro de 1941 e, depois, 1º de janeiro de 1942. Não é conveniente que outra vez de adue a exigência da autorização prévia como condição da possibilidade de uso dos livros didáticos. Melhor é que se tente um grande esforço para que, até o fim do corrente ano, sobre os livros didáticos, já submetidos ao exame oficial, esteja proferida a decisão final do Ministério da Educação. [...] ¹⁰²

¹⁰² CAPANEMA, Gustavo. Carta ao presidente Getúlio Vargas em 22 de agosto de 1941. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta IV, ft. 853/1; 853/2; 854/1; CPDOC- FGV – RJ.

No entanto, observa-se que os estudos que acionam as cartilhas escolares como fontes de pesquisa para a História da Educação ainda são escassos. Nesse sentido, é preciso considerar que a escolha das cartilhas como fonte para esta pesquisa deve-se não somente ao fato de serem reproduzidas no período do Estado Novo e serem destinadas ao público escolar, mas, sobretudo, porque se configuram como vestígios de subjetividade, intencionalidade e valores do período em que foram produzidas. Ao historiador da Educação ainda fica a investigação sobre a vinculação e apropriação desse material, desenvolvendo uma verdadeira arqueologia de práticas escolares por meio destes materiais que compuseram o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas no período em análise. “Assim sendo, este texto é um ensaio das possibilidades que as leituras das cartilhas escolares podem trazer para os debates da História da Educação Brasileira” (COSTA, 2017, p. 263).

Nessa perspectiva, a análise das cartilhas escolares não pode ser reduzida meramente ao estudo do texto, mas como fonte/objeto material produzido em diálogo com as dimensões sociais, políticas, e culturais de uma determinada época/contexto. Com esse entendimento, parece possível encontrar estratégias metodológicas dedicadas à análise dos mecanismos de produção, circulação e apropriação, expressos nas representações, na materialidade do texto, no domínio das práticas sociais de apropriação. (SCHMITZ; COSTA, 2015, p. 10265).

As cartilhas escolares “Getúlio Vargas: o amigo das crianças” (BRASIL, 1940) e “Getúlio Vargas para crianças” (BARROSO, 1942) são analisadas neste trabalho como suportes de leitura que carregam conteúdos traduzidos em linguagem simples e de fácil acesso destinados às crianças e aos jovens em idade escolar. Publicações produzidas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), durante o governo de Getúlio Vargas, tinham por finalidade modelar comportamentos desejados, visões de mundo e da nação consideradas legítimas pelo governo estadonovista. (SCHMITZ; COSTA, 2015, p. 10266).

O conteúdo da Cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças” (BRASIL, 1940) trazia as representações, discursos e argumentos dedicados às crianças, onde mostrava-se o afeto do presidente Getúlio Vargas para com estas. Nesse sentido, os textos e as fotos contidas nessa cartilha exaltavam o sentimento que o chefe de Estado tinha para com os brasileiros através das diversas realizações tanto para as crianças como para os jovens e os trabalhadores brasileiros.

As duas cartilhas já mencionadas circulavam em todo o Brasil, eram distribuídas gratuitamente. No final da década de 30 e início da década de 40, elas também chegaram a Russas, mais precisamente ao Patronato Coração Imaculado de Maria. Apesar de muitas entrevistadas não mencionarem o uso da cartilha, uma lembrou-se de algumas imagens e do presidente à época, Getúlio Vargas:

Nós tínhamos os livros das disciplinas, que muitas vezes eram reaproveitados pelas meninas da escola gratuita. Tinha também uns livrinhos pequenos, uma espécie de cartilha, que trazia a história de Getúlio Vargas que era presidente naquela época sabe?! O presidente aparecia com as crianças nas gravuras, sempre com algumas falas bem bonitas, falando sobre o Brasil, sobre a família, sobre o trabalho. Eu guardei muitos materiais daquela época, mas essas cartilhas eu não encontrei mais. Mas também já faz muito tempo né?! Mas todo mundo tinha, vinha para todo mundo, as Irmãs distribuíam gratuitamente esses livrinhos e pedia para a gente ler para os pais da gente, também aquela época a maioria dos pais era analfabeto né?!¹⁰³

Imagem 24 - Capa das cartilhas “Getúlio Vargas: o amigo das crianças” e “Getúlio Vargas para crianças”¹⁰⁴



A cartilha “Getúlio Vargas para crianças” foi escrita por Alfredo Barroso e ilustrada por Francisco Dias e Silva, ela faz parte da coleção denominada “Biblioteca Pátria”, que é composta de quinze volumes. “Getúlio Vargas para crianças” foi um livro-padrão para a juventude brasileira e passou a ser lido como catecismo em todas as escolas.

O que se constata em tal informação é que qualquer um que produzisse uma obra enaltecendo o regime teria sua divulgação pelo governo. Nesse sentido, não é à toa observar que jornalistas, escritores e estudiosos se tornavam colaboradores do DIP que, no entendimento de Ângela de Castro Gomes (2003, p. 122), acenava a possibilidade de “ganhos materiais e simbólicos em estreito mercado editorial”. Desta forma, observa-se que a intelectualidade foi além da formação e informação do leitor, e mesmo estando engajada na proposta de construção de uma cultura cívica republicana, os intelectuais foram motivados também pelos interesses financeiros. O conteúdo da cartilha dedicava-se a criar representações de Getúlio Vargas a partir da narração de sua vida, uma espécie de biografia que iniciava com informações sobre infância

¹⁰³ Entrevista realizada em 17 de junho de 2016 em Russas-Ceará, com a senhora Alda Torres de Lima, ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria, da turma de 1938, e ex-professora da Escola Gratuita.

¹⁰⁴ “Getúlio Vargas para crianças” (Figura) foi escrita por Alfredo Barroso, ilustrada por Francisco Dias da Silva e editada em 1942. Publicada pela Empresa de Publicações Infantis Ltda., no Rio de Janeiro, e financiada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. O formato do material é 13 x 11,5 cm, acompanhado de 112 páginas, sendo elas distribuídas entre um texto de tom formal, de fácil compreensão, e 52 ilustrações impressas em preto e branco. As ilustrações e o texto são ordenados em páginas duplas onde, de um lado, está o texto, e do outro lado está a ilustração acompanhada de textualização de imagem.

e ia até sua escalada à presidência. Durante esse percurso são apresentadas informações sobre o Governo Provisório, a Revolução de 1932, a Constituição de 1934 e a instauração do Estado Novo. (SCHMITZ; COSTA, 2015, p. 10270).

Essas cartilhas demonstravam o processo de valorização da educação como instrumento de formação do sentimento nacionalista, mas também é possível perceber a importância dada à criança dentro dessa nova ordem social e o papel atribuído a elas no período, ou seja, o governo estadonovista pretendia inculcar valores considerados corretos e indispensáveis à formação das crianças, havia uma necessidade de difundir valores patrióticos na “alma da criança” pelo Estado.

Rosa Lídia Teixeira Corrêa (2000, p. 13) acrescenta que esse tipo de fonte pode servir como um indicador do projeto de formação social desencadeado pela escola, na medida em que possibilita uma aproximação maior com a “circulação de ideias sobre o que a escola deveria transmitir/ensinar e, ao mesmo tempo, saber qual concepção educativa estaria permeando a proposta de formação dos sujeitos escolares”. Nesse sentido, percorrendo o conteúdo e as ilustrações das cartilhas, observou-se a ampla gama de elementos presentes que permitem entender a concepção que o governo de Getúlio Vargas tinha em relação à educação e à criança. Ou seja, permite-nos ter acesso às representações das crianças e aos modelos de comportamento considerados ideais para dado período e momento histórico. Concepção que pode ser observada já na primeira página da cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”, na seguinte frase: “É preciso plasmar na cera virgem, que é alma da criança, a alma da própria pátria” (BRASIL, 1940, p. 1). Esta frase revela que, na concepção do governo, “a alma da pátria estaria na alma das crianças” e como estas tinham uma mentalidade totalmente “virgem” era um ser inacabado, precisavam ser moldadas. Vislumbra-se, desta forma, a imagem estereotipada de criança concebida como um indivíduo que chegava à escola totalmente desprovido de saberes. Acreditavam plenamente que a criança reproduziria passivamente os comportamentos, as atitudes e os valores transpostos nos textos. (SCHMITZ; COSTA, 2015, p. 10272).

Os impressos escolares, sejam denominados de livros didáticos ou de cartilhas escolares, não estão isentos e distanciados do contexto político, histórico e cultural da época em que foram produzidos. Nesse sentido, muitas vezes são usados como meio de legitimar um sistema de poder, sendo assim essas fontes se constituem como um suporte que veicula valores e ideologias, emanados por parte de políticas oficiais estatais. Tais materiais didáticos inserem-se como mediadores de representações políticas e culturais de uma determinada sociedade, em um determinado espaço e temporalidade. Como fonte de pesquisa, permitem alcançar, de certa

maneira, as formas como determinadas sociedades estabeleceram relações com a sua história e com o seu passado.

Ao trabalhar com o conceito de representação, analisa-se o livro como um objeto cultural e o que ele representa aos seus leitores. O processo analítico significa atentar para dispositivos textuais que dão sentido à realidade construída e expressa no impresso, buscando apreender o universo sociocultural retratado pelo autor. Para além das representações de mundo social expressas nas cartilhas escolares, desenvolver um estudo com base nessas fontes também exige explorar a “materialidade do texto”, ou seja, analisar o processo pelo qual os diferentes atores envolvidos com a publicação dão sentido aos textos que transmitem, imprimem e leem. Chartier (2002) destaca que, por muito tempo, os estudos nessa área faziam uma abstração textual, em que o texto era reduzido a seu conteúdo semântico, independente da sua materialidade.

Quadro 3 - Distribuição dos assuntos da cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”

Partes	Assuntos	Páginas	Número de Ilustrações
1	Crianças	2 a 6	6
2	Regionalismo/nacionalismo	6 a 10	8
3	Juventude brasileira	10 a 25	19
4	Realizações para as crianças	25 a 30	8
5	Amizade de Vargas com as crianças	30 a 32	2

Fonte: COSTA; SCHMITZ; REMEDI, 2017.

Quadro 4 - Léxicos que se destacam na cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”

Léxicos	Quantidade
Crianças	45
Getúlio Vargas	42
Juventude	15
Pátria	24
Amigo	18

Fonte: COSTA; SCHMITZ; REMEDI, 2017.

As narrativas textuais das cartilhas aliadas aos recursos imagéticos, fotografias, desenhos e pinturas que compõem suas páginas têm o intuito de chamar atenção das crianças, através de um texto que possui a intenção de facilitar a comunicação direta e emocional, visando atingir, de forma rápida, os leitores infantis. Há, por exemplo, a repetição de certas palavras, como é o caso da palavra “criança”, além do nome “Getúlio Vargas” aparecer quarenta e duas

vezes no decorrer do texto. O chefe de Estado também é ressaltado através de outras expressões, como “chefe”, “chefe da nação”, “governo”, “presidente”, com ênfase a chamar atenção dos pequenos leitores.

Como leitor de documentos, o profissional da História, o historiador da Educação, realiza a conotação dos sentidos de suas leituras, movido por objetivos e expectativas. Nesse sentido, o contato com materiais didáticos, cartilhas, livros, revela que estes fazem parte de uma unidade discursiva, que tem o intuito de produzir ordenamentos e que são resultados, por exemplo, do projeto político desenvolvido por Getúlio Vargas, pensado e articulado como uma espécie de manual de civildade para crianças e jovens em idade escolar. Apesar de só uma ex-aluna mencionar o contato com este material, lembremo-nos que Dona Alda Torres foi aluna da turma de 1937, ou seja, quando as cartilhas começaram a circular ela já deveria ter seus 14 anos, o que facilita a lembrança de tais obras. Estes materiais visavam se tornar um canal de interlocução entre o governo, as crianças e a juventude, sendo na prática um conjunto de medidas adotadas na área educacional, no intuito de educar os “corações” com os valores considerados legítimos pelo regime de exceção, tanto em escolas das grandes cidades do Brasil, como em pequenos municípios, como foi o caso de Russas, na década de 1940.

5.3 Nem tudo é missa e oração: o cotidiano das internas através das brincadeiras, festas e castigos

A cultura escolar do Patronato Coração Imaculado de Maria pode ser entendida aqui como uma forma das ações históricas concretas e, em particular, das articulações e das representações dos sujeitos escolares, das freiras, das estudantes e das demais profissionais que trabalhavam no Patronato, todas inseridas em dimensões espaço-temporais mediadas pelas sensibilidades e pelos valores que as vivências lhes proporcionavam. Nesse sentido, é interessante focarmos o nosso olhar para os elementos que surgem, tanto nas Atas produzidas pelas Irmãs, como nas memórias relatadas pelas depoentes.

Apesar de o Patronato ser um lugar “sacro”, pois se tratava de uma instituição religiosa com fins de formar mulheres cristãs/católicas, existiam também momentos festivos. Neste espaço, os tempos e as relações ganhavam outras configurações, contrariava o ambiente sisudo e os métodos escolares rígidos. O lúdico, as brincadeiras e as festas davam outro tom às atividades da instituição, mas também havia a vigilância, a ordem estabelecida, uma hierarquia vertical que não tolerava as meninas/moças que saíssem “da linha”, e quando isto acontecia elas eram punidas. É o que refletiremos neste subtópico da pesquisa.

Na véspera, dia 24, aniversário de nossa chegada a Russas, as alunas prepararam-nos uma surpresa: Houve Missa com cânticos e, à tarde Bênção do Smo. Sacramento. Às quatro horas, mais ou menos, fizeram as alunas uma manifestação no salão principal deste Patronato. Uma delas pronunciou um discurso dirigindo-se às mestras, em nome de todas as suas colegas, demonstrando a sua gratidão pelos benefícios que lhes temos prestado, na sua formação intelectual e moral. O Revdmo. Padre Aluísio ficou entusiasmado. Pediu depois a palavra, e, numa alocução familiar, narrou mais uma vez, com todos os seus pormenores, a fundação providencial desta obra de Maria. Agradeceu à Revda. Madre Geral, ausente, e a toda a Congregação o Ter mandado para trabalharem aqui as Irmãs do Coração Imaculado de Maria, onde poderão fazer muito bem às alunas, educando a juventude, trabalhando em prol da pobreza, com obras de caridade.¹⁰⁵

A 29 de setembro, esteve aqui, em nosso Patronato, o Exmo. Sr. Arcebispo, D. Manuel da Silva Gomes, em companhia do Sr. Secretário do Arcebispo e do Sr. Redator de “O Nordeste”. Vinha de passagem para Fortaleza, depois de ter presidido à instalação do novo Bispado de Limoeiro. Sentimo-nos grandemente honradas com a visita do digno Prelado, que mostrou-se muito amável. Logo de entrada abençoou as alunas postadas no salão de aulas e dirigiu-se à Capelinha, onde fez uma breve visita a Jesus Sacramentado. Em seguida, percorreu toda a casa, permanecendo por último, na sala de visitas. Antes da saída, foi oferecido a S. Excia. um pouco de guaraná, que aceitou, sem relutância. Antes de partir, conversou ainda por longo tempo com as alunas reunidas e, por último, lançou uma bênção sobre todas nós. Esta visitinha de S. Excia deixou-nos cheia de Consolação, pois é uma pessoa de bênção de Deus. (sic).¹⁰⁶

Observa-se, assim, que as celebrações no Patronato mudavam a rotina das freiras e das internas, uma vez que com a presença de diversas autoridades, pessoas da sociedade e autoridades eclesiásticas alguns elementos acabavam sendo novidade no dia a dia das alunas, como a presença de outras pessoas na instituição conversando com as meninas, fazendo-lhes perguntas, desejando-lhes bons rendimentos nos estudos.

Como todos os anos, este mês foi celebrado com a maior solenidade possível. Com a assistência de todas as alunas, às 9,30 da manhã, reunidas na Capelinha, fazíamos uma pequena leitura sobre Maria Sma. Entoávamos e seguida lindos cânticos a Virgem Santa por não termos Capelão, estas festas ficam sempre aquém do nosso desejo de honrar devidamente a nossa Mãe querida. Num dos salões de aulas, foi preparada uma mesa, na qual estava exposta a imagem da doce Rainha dos corações. No centro, o redil e até bem perto, a pastar, um rebanho de brancas ovelhas ovelhinhas, representando as alunas do Patronato. O meigo olhar da divina Pastora parecia pousar ternamente sobre as queridas ovelhinhas, que, por sua vez (como prova de amor a Maria) procuravam multiplicar as florinhas dos pequenos sacrifícios, para ofertarem no último dia desse belo mês, à Rainha do Céu.¹⁰⁷

A partir do fragmento acima, podemos visualizar a celebração do mês Mariano de 1939, onde há docilização das alunas por parte da freira que construiu esta Ata. Mas não podemos negar que, apesar de ser um momento religioso e catequético, ligado aos dogmas da Igreja, é também um momento de socialização entre as alunas e as freiras, diferente do ambiente de sala de aula mais rígido e austero.

¹⁰⁵ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, setembro de 1938.

¹⁰⁶ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, setembro de 1938.

¹⁰⁷ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, maio de 1939.

Antes das festas juninas, as nossas alunas fizeram suas provas semestrais, cujo resultado foi satisfatório. Fizeram, também, nesse tempo, uma pesca em benefício das obras do Patronato. Rendeu bastante, e, como era novidade aqui em Russas, o povo afluiu com animação; e o resultado teria sido duplicado, se as prendas fossem em maior quantidade. O sr, Prefeito cedeu a música que tocou durante todo o tempo da diversão. (sic) ¹⁰⁸

Nesta Ata, além da atividade em angariar recursos para as obras do Patronato, é possível perceber que em meio às avaliações do semestre havia uma mobilização para as festas tradicionais juninas; existia uma presença expressiva da população russana no Patronato para “brincar” da “novidade” que era a pescaria. Observa-se que a religiosa que redigiu a Ata destacou a presença do prefeito, que propiciou uma banda de música para tocar e divertir a comunidade ali presente.

Dentro da dinâmica do cotidiano do Patronato, além das brincadeiras, também figuravam elementos de controle e punição, os castigos, que eram utilizados cotidianamente como fator coercitivo e de imposição da ordem e da própria necessidade das Irmãs de “cultivarem” bons hábitos e o respeito.

Era tudo bom, a única coisa era que a Irmã Constância era muito boa, mas ela era muito rígida. Você tinha que levar dois, três, quatro lápis, porque se você tivesse escrevendo e se por acaso um descuido você colocava na carteira e caísse, baixava e apanhava, na segunda vez ela dizia assim: deixe no chão porque vai cair de novo! Então você tinha que ter dois, três, quatro lápis, senão ficava sem fazer atividade. Sexta feira tinha que ir para o auditório, lá havia aula de recreação, aula de civilidade, dizendo as coisas de tomar banho, de tudo. Mês de maio tinha que ir todo dia assistir a novena lá no pátio e no último dia tinha a coroação, você levava um coração ou um bilhete e tinha um carneirinho que você ia subindo de acordo com as boas ações até chegar a Nossa Senhora. Quando você chegava no portão a irmã Consolação já estava no portão enfiando a mão para ver se estava de sutiã, se não estivesse de sutiã não entrava. ¹⁰⁹

Nas entrevistas realizadas, percebemos que as ex-alunas sempre iniciam suas falas dizendo que era “tudo bom”, “tudo muito bom”, uma “perfeição”, porém quando nos alongamos na conversa e/ou em outros encontros e oportunidades, identificamos a rigidez e as formas de punição para com as meninas que não se enquadravam na ordem e nas normas da instituição e das freiras. Isso porque existia uma norma geral, mas havia também algumas particularidades de cada freira, que também eram professoras do Patronato Coração Imaculado de Maria.

Tinha castigo, na minha época ia se ajoelhar na igreja um pedacinho, às vezes tinha um beliscão de leve. A gente respeitava muito as irmãs, quando estávamos sentadas no batente e passava alguma freira levantávamos em sinal de respeito. Quando desobedecíamos era suspensão, três dias em casa. E quando chegava em casa ainda pegava castigo do pai e da mãe. ¹¹⁰

¹⁰⁸ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, junho de 1939.

¹⁰⁹ Entrevista realizada com Margarida Gonçalves de Lima (Babá), ex-aluna do Patronato e professora aposentada do Estado. Entrevista realizada em 03 de outubro de 2016, em Russas-Ceará.

¹¹⁰ Entrevista realizada com a senhora Alda Torres de Lima, ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria,

Nesse sentido, a apropriação desses espaços possibilita ultrapassar os limites e as determinações, ou seja, de um lado, os espaços se configuravam afetivamente, mas, de outro, instaurava inúmeras possibilidades de usos e interditos:

Quando chegávamos, após fechar o portão fazíamos uma fila, se ficasse conversando a Irmã Consolação mandava escrever 20 vezes: “DEVO FAZER SILÊNCIO NA FILA”. Sinceramente eu tinha raiva, porque estava caladinha, boquinha fechada, muito tímida e escrevia também. Todo mundo da fila era punido.¹¹¹

Desta forma, Wuerle, Britto e Colau (2007) ressaltam que os usos que rompem e negam os caminhos considerados lícitos ou obrigatórios podem ser também interpretados: não seguir na fila, ao contrário, marchar correndo ou de esguelha, encontrando-se nas paredes; riscar as paredes; fugir pela janela. Em decorrência da base material, os diferentes atores da instituição criam modos de apropriação, seguindo ou infringindo regras de uso, contribuindo para estabelecer outras relações com o espaço escolar. Portanto, os ocupantes dos prédios escolares produzem deslocamentos pelo uso que fazem deles ou pelo não uso, condenando-os ao desaparecimento e à inércia.

Essas regras tinham relação com os espaços, e os castigos aplicados no Patronato Coração Imaculado de Maria estavam de certa forma atrelados aos espaços, ora por imposição, ora por restrição, como fica visível na fala da ex-aluna e ex-professora Geralda Bandeira:

Tinha. Era chamada atenção primeiramente por nós, as professoras, a gente conversava e mostrava o que estava errado. O castigo era o seguinte: todos os dias após o jantar iam para a capela rezar, agradecer a Deus o dom da vida, agradecer aquele dia e pedir um boa noite para todos, mas depois tinha o recreio no pátio, era cheio de lâmpadas, tinham várias brincadeiras da época, porque televisão não existia, era uma hora mais ou menos. Quando terminavam as brincadeiras ia todo mundo para o banho para dormir. O castigo era esse, ficava uma semana sem a recreação após o jantar, porque durante o dia nem se podia nem dava tempo, porque quem estudava à tarde passava a manhã preparando os exercícios e cumprindo todos os horários de banho, lanche, almoço e etc.¹¹²

Irmã Dionísia nos traz um relato sobre uma interna que não cumpriu totalmente as regras, sendo chamada de “desvirtuada”; ninguém queria sentar perto dela, conversar com ela. Tal moça sofreu diversas represálias das Irmãs porque recebeu o galanteio de um rapaz que prontamente lhe prestou uma serenata.

No internato eu me lembro do caso de uma moça de Picos, a noite houve uma serenata e ela levantou e foi para a janela escutar a serenata e olhar o povo. Alguém denunciou

da turma de 1938, e ex-professora da Escola Gratuita. Entrevista realizada em 17 de junho de 2016, em Russas, Ceará.

¹¹¹ Entrevista realizada com Margarida Gonçalves de Lima (Babá), ex-aluna do Patronato e professora aposentada do Estado. Entrevista realizada em 03 de outubro de 2016, em Russas-Ceará.

¹¹² Entrevista realizada com a ex-aluna do Ginásio Coração Imaculado de Maria e ex-professora da Escola Sagrado Coração e da UNECIM, Geralda Bandeira Gonçalves. Atualmente está aposentada e é responsável pela secretaria desta instituição. Entrevista realizada em 04 de novembro de 2018.

a superiora e a superiora chamou todo o internato que dormia e disse: “Olha, ninguém mais quer ter amizade com você nem ficar dormindo perto de você que desobedece às regras, etc.” Eu disse: “Pois superiora, eu quero que ela fique perto de mim e eu prometo a senhora que ela não vai mais desobedecer as regras. Isso não foi nada demais na minha concepção, ela não desceu, não foi para lá. Então ela pode ficar comigo.” Outra vez chegou uma menina Paraense que queria ser freira e uma freira viu fazendo as sobranceiras no dormitório e disse para a madre superiora. Depois do almoço a gente ia a capela fazer uma visita todo mundo junto e quando estávamos voltando da capela a superiora chamou na frente das outras freiras que não era para fazer as sobranceiras, pois ela estava pensando em ir para um convento e no convento não tinha essas vaidades, chamou a atenção. Eu novamente disse para a superiora: “Não acho nada demais, ela não é freira ainda, não fez os votos.” Eu já queria ser freira, mas elas ainda não sabiam, mas desconfiavam. A Superiora não me respondeu nada. Isso não era nada demais, não andava com roupa indecente, não fez nada que ofendesse a moral, não fez nada demais.¹¹³

No segundo caso, observamos o controle com o corpo, em relação a ação da menina paraense: fazer as sobranceiras. Era inadmissível a vaidade no ambiente onde se pregava a simplicidade e adequação aos valores cristãos; em um local que era a “fábrica” de moças para o lar, para o casamento, e tementes a Deus, teria que ser seguido o exemplo de Nossa Senhora.

Era uma coisa fora de sério, elas eram como nossa mãe de verdade, elas acompanhavam a gente em tudo, a parte de roupa tinha que ser abaixo do joelho, se você fosse com uma coisa diferente não entrava, se fosse com uma combinação colorida também não entrava, era tudo dentro de leis, ninguém podia fugir ao que o colégio exigia.¹¹⁴

Podemos observar no relato abaixo, da Irmã Mazé, que o internato nem sempre era uma alternativa bem aceita pelas jovens que lá estavam. As famílias queriam que as jovens, meninas e moças ficassem lá, pois ali era um espaço onde elas estavam resguardadas dos “perigos” da sociedade, e também porque naquele espaço tinham uma formação religiosa e moral, o que lhes daria possibilidades de um bom casamento, de serem boas mães cristãs, e receberem uma educação de qualidade.

Às vezes precisava chamar a família, tinham muitas jovens que não aceitavam ser internas, tinha que chamar a família e conversar para mostrar, a pessoa revoltada não faz nada na vida. Tinha que resolver o problema, tirar, ver o que ela queria, como faz, não podia ficar do jeito que estava, acontecia muito naquela época que às vezes os pais queriam internar as meninas para evitar certos namoros que eles não queriam e elas ficavam revoltadas porque elas não tinham a chance de fazer aquilo que elas queriam, talvez se encontrar com o namorado. No internato elas não podiam fazer isso, às vezes faziam coisas que não eram para fazer como cartas e outras comunicações, porque amigas não faltavam. Amiga não falta na escola para poder trazer recado e levar e às vezes precisava chamar os pais para resolver essas situações que não eram agradáveis. Mas quando a menina vinha para o internato por certa dificuldade mesmo, por não ter onde ficar, o pai precisava que ela estudasse e ela não tinha onde ficar ela entendia isso e aceitava ficar no internato, mas o internato não era o ideal, o ideal é a pessoa ser criada no seio da sua família, ter o contato com a vida,

¹¹³ Entrevista realizada com Dionísia Andrade Costa, ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria, aluna da Escola Normal e atualmente religiosa da Congregação Cordimariana. Esta foi aluna na década de 1950. Entrevista realizada em 04 de fevereiro de 2017, em Russas, Ceará.

¹¹⁴ Entrevista realizada com Ana Maciel Bezerra (Dona Naninha), ex-aluna e ex-professora da Escola Grátis: Sagrado Coração. Entrevista realizada em 07 de agosto de 2016, em Russas-Ceará.

ver as necessidades e no internato ficava uma coisa superficial para ela. A gente tinha certeza que não era o ideal, muito embora hoje esteja voltando às coisas de uma maneira diferente, mas está voltando esse estudo em tempo integral, só vai dormir. É um regime de semi-internato, parecido com internato, mas não é. Esse não tem muita formação não. Muitas meninas eram rebeldes, revoltadas, muitas meninas gostariam de sair, outras não, elas davam graças a Deus ter a oportunidade de estudar já que onde estavam não tinham. Muita gente só saiu daqui quando se formou, aí arruma seu casamento, arruma sua vida e continua. A grande maioria, muitas delas, reconhecem o que aprenderam na formação, outras não. Aquelas que são revoltadas, que não aceitam nada.¹¹⁵

Identificamos ainda que as três modalidades, externa, semi-interna e interna, permeavam a educação Cordimariana no Patronato Coração Imaculado de Maria. Nos relatos da freira Irmã Mazé podemos verificar que esta entende que a criação fora do seio familiar não era a “ideal”, mas, segundo ela, existia seus benefícios, como um maior período dedicado ao estudo de tempo integral, e de ter uma educação que, muitas vezes, era a única forma para as moças menos favorecidas, de terem acesso ao mundo letrado, e a possibilidade de ingressarem futuramente na carreira do magistério, sendo professoras. A grande maioria das ex-alunas, segundo a Irmã Mazé, aprovavam o tipo de formação oferecida na instituição de ensino religioso, porém outras não aprovavam, o que a religiosa chama de “revoltadas”.

No fragmento da Ata abaixo identificamos que há uma construção discursiva/representativa da religiosa que a confeccionou em relação aos protestantes, demonstrando como o senso comum dos católicos da época os viam. É destacado que a então menina Alda Torres leva uma surra por conta de ter participado das atividades do mês Mariano. Porém, nas entrevistas que realizamos com a ex-aluna, ela relata que nunca apanhou dos pais, e que sempre ia para a capela nas atividades religiosas, não rezava, ficava apenas observando. Percebemos tanto na Ata como na entrevista relatos distintos, que como em qualquer outra fonte histórica podem trazer suas contradições:

No dia 30, à tarde, as alunas, entoando hinos de louvor a Nossa Senhora desfilavam diante do altazinho e lançavam aos pés da Virgem, as suas florezinhas espirituais colhidas, com tanto esforço, do jardim de suas almas inocentes. Na manhã do dia 31, fizeram a comunhão geral. Assim, encerrou-se o mês maio. Esta singela festinha foi a causa de um grande castigo para uma das nossas alunas, filha de pais protestantes. Por ter-se sentido muito atraída por Maria Sma, quis tomar parte nas cerimônias, apesar da proibição expressa dos pais. O que lhe valeu boas pancadas. Mas a nossa vitimazinha saiu-se com esta: Papai, o senhor pode me castigar quanto quiser, mas eu termino fazendo-me religiosa das Filhas do Coração de Maris. Esta menina chama-se Alda Torres e tem 9 anos de idade.¹¹⁶

Dona Alda Torres Lima foi aluna da segunda turma do Patronato, em 1938, e ela protagonizou um evento no mês de maio em que se confeccionavam flores para serem colocadas nos pés de Maria; todavia, Alba Torres era filha de protestantes, dos fundadores da Igreja

¹¹⁵ Entrevista concedida pela Irmã Mazé, Cordimariana e tesoureira da UNECIM. Realizada em 20 de junho de 2016, em Russas-Ceará.

¹¹⁶ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, maio de 1939.

Presbiteriana em Russas. Ao ser questionada se tinha sido castigada pelos pais, a ex-aluna responde:

Eu tinha uns 9 anos, eu estudava em uma escola particular, eu fugia da escola e meu pai me colocou lá. É verdade. Eu participava de todas as cerimônias religiosas, queimava florzinha. A gente colocava as florezinhas aos pés de Nossa Senhora como uma prática boa que a gente tivesse feito, aí no último dia do mês de maio queimava. Às vezes queimavam até bíblia, as irmãs eram contra, mas elas me respeitavam e eu as respeitava também. Me lembro de tudo. Minha mãe e minha avó já levaram pedrada no rosto. Tinha um juiz que era espírita e perseguiu os protestantes. Quando tinha culto ele mandava pessoas com cassetete, eu tinha uns quinze anos e ia com meus pais. Eles iam arrancando as estacas que encontravam no meio do caminho para bater na gente. Os padres também mandavam fazer. Havia muita perseguição. Nossa congregação era a Presbiteriana.¹¹⁷

No espaço onde se pregava a obediência, a hierarquia e os dogmas religiosos também existiam ações e atitudes que destoavam das orientações dadas pelas freiras. Quando isso acontecia, geralmente as religiosas logo tratavam de coibir os “excessos” das alunas, ou seja, colocavam em prática as estratégias de inserir as alunas desobedientes nos padrões esperados daquele espaço, um exemplo disso são as memórias da professora Luzimar Gonçalves da Silva, ex-aluna do Patronato, que nos relata o seguinte:

Foi mais ou menos entre os anos de 1951 e 1953. Quando eu era externa a gente tinha uma turma da oitava série que era meio danada, e eu estava no meio delas, é claro! Um dia a irmã da Consolação era muito exigente e mandou a gente escrever cem vezes: "Devo obedecer ao regulamento do ginásio". Nós escrevemos cem vezes, mas quando foi a noite tinha uma radiadora que a gente chamava de "PR" e começamos a colocar mensagens umas para as outras: "alô alô turma do DORG, recebam essa mensagem que a gente oferece". As irmãs estavam rezando na capela, mas a irmã da Consolação que era muito esperta deduziu que "DORG" era devo obedecer ao regulamento do ginásio, e aí nós ficamos de castigo de novo, mas não lembro qual foi o castigo. Nessa oitava série a gente aprontava muito, mas o mais marcante foi esse! Para escrever cem vezes não tinha caneta nem papel que aguentasse. Mas era uma turma boa, dessa turma não me lembro de ninguém mais, me lembro da Lídia, mas essa Lídia... Não sei cadê essa menina...¹¹⁸

Até aqui exploramos mais detidamente o dia a dia das alunas, porém as atividades diárias das freiras Cordimarianas não estavam desvinculadas dessa dinâmica que se construía no Patronato, e fora dele. O cotidiano das Irmãs era repleto por orações, vigília, atividades ligadas as metodologias educacionais, os retiros de oração, a preparação das meninas para a primeira comunhão, para a crisma, dentre outros afazeres pedagógicos-religiosos. Esta agenda rígida e meticulosa era quebrada de tempos em tempos, quando as religiosas faziam seus votos de obediência, pobreza ou castidade, e quando estas faziam algum passeio:

¹¹⁷ Entrevista realizada com a senhora Alda Torres de Lima, ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria, da turma de 1938, e ex-professora da Escola Gratuita. Entrevista realizada em 17 de junho de 2016, em Russas, Ceará.

¹¹⁸ Entrevista realizada com Luzimar Gonçalves da Silva, professora e ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria, realizada em 12 de janeiro de 2019, em Russas, Ceará.

O dia 22 de agosto, particularmente querido ao nosso coração, foi piedosamente comemorado. Pela manhã, a Santa Missa e comunhão geral das alunas e renovação, por devoção, dos santos votos de obediência, pobreza e castidade pelas religiosas desta comunidade. À tarde, juramento de fidelidade a Jesus Crucificado e entronização do Coração de Maria em uma sala recém-construída. Aos 24 do mesmo mês, tivemos a alegria de receber a visita da Revda. Madre Geral, que se fez acompanhar pela Revda. Ecônoma, Irmã Maria Gabriela. No dia 25, houve uma singela festinha em sua homenagem. A 26, iniciou-se a visita canônica, encerrada a 29, dentro das diretrizes traçadas pelas santas Regras. 31 de agosto, onomástico da Irmã Superiora empreendemos passeio a Majorlândia, no qual, nossa Madre tomou parte.¹¹⁹

Imagem 25 - Irmãs Cordimarianas na praia de Majorlândia, Aracati - Ce



Fonte: UNECIM.

A quebra na rotina das filhas do Coração Imaculado de Maria, que estavam à frente do Patronato Coração Imaculado de Maria, pode ser vista a partir das fotografias. Nelas observamos a Superiora e as outras freiras, em sua rural, na praia de Majorlândia, em Aracati-Ceará. Era um dia excêntrico, despojado e longe das obrigações educacionais e religiosas vivenciadas pelas freiras, e este registro fotográfico nos traz a reflexão de que, apesar do cotidiano permeado por missas, orações, salas de aula, orientação espiritual, as freiras também se proporcionavam momentos de festividade e lazer.

Imagem 26 - Retiro Espiritual das Irmãs - final dos anos 40 e início dos anos 50

¹¹⁹ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, agosto de 1949.



Fonte: UNECIM.

5.4 Não é só para a elite! A Escola Sagrado Coração¹²⁰ e a educação para meninas pobres

A 02 de fevereiro, reabriram-se as aulas do Curso Didático e as de matérias extraordinárias, e a 15 iniciou-se uma aula gratuita para as meninas pobres.¹²¹

No dia 15 do mesmo mês, começaram a funcionar as aulas para as meninas pobres. Com uma pequena esmola que recebemos, compramos material escolar para essas crianças, sendo livros já usados, fornecidos pelas nossas alunas do Patronato. Algumas senhoras da Comissão, notando a dificuldade que tínhamos de arranjar esse material, combinaram entre si abrirem um Caixa Escolar, em benefício das nossas crianças pobres, conseguindo arranjar alguns sócios, que com uma pequena esmola mensal (\$500 ou \$1,000) contribuem para a compra do material devido.¹²²

Este mês foi celebrado com muita piedade e amor à Virgem Santíssima às 4,5, com a assistência das alunas e Irmãs, fizemos as leituras sobre Maria Sma. e lindos cânticos. No dia 31, pelas 6 horas da manhã, houve a Santa Missa e comunhão Geral de todas as alunas do Patronato e das alunas da aula do Sagrado Coração.¹²³

A 1º de março, reabriram-se as aulas, para as alunas do curso primário e matérias extraordinárias. Matricularam-se 111 alunas. Iniciaram também as aulas para as meninas pobres. (sic)¹²⁴

De posse das Atas de 1938, 1939, 1943 e 1945, que fazem menção à escola gratuita, a escola dos pobres, podemos identificar que as Irmãs, desde o início do Patronato, especificamente em 1938, um ano após a fundação, inicia o atendimento às crianças pobres de São Bernardo das Russas. Esse atendimento se dava a partir das “esmolas” que eram recebidas para comprar o material escolar das crianças e os seus fardamentos, além de livros já usados que eram fornecidos pelas alunas do Patronato. Criou-se também um Caixa Escolar para dar condição às freiras comprarem o material das meninas.

É interessante que ao serem questionadas, as religiosas e as depoentes que estudaram na escola gratuita, dizem que não existia distinção entre as alunas da escola gratuita e da escola paga. Porém, revisitando as memórias mais detalhadamente e as Atas

¹²⁰ Que também ficou conhecida como Escola Grátis, Escola Gratuita e/ou Escola dos Pobres.

¹²¹ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, fevereiro de 1938.

¹²² Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, fevereiro de 1939.

¹²³ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, maio de 1943.

¹²⁴ Ata do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, março de 1945.

confeccionadas pelas Irmãs no período estudado, as diferenças se sobressaem. Por exemplo, quando a Ata de 1º de março de 1945 diz que as aulas começaram com as alunas do curso primário e de matérias extraordinárias, e iniciaram também as aulas das meninas pobres, percebemos então dois universos, um referente ao ambiente escolar mais elitizado, e outro relacionado às meninas carentes que estavam naquele espaço a reboque das primeiras. Tudo isso fica visível também se observarmos os fardamentos destas meninas, na escola paga, ou seja, no Patronato, as meninas tinham que possuir uma farda de tecido “nobre”, com mangas compridas e saias com design aliado aos ideais das escolas dos centros urbanos, já as meninas da escola gratuita apresentavam-se com roupa mais simples, uma farda com a barra que as diferenciava das alunas da escola paga. Vejamos nas fotos a seguir:

Imagem 27 - Alunas da Escola Sagrado Coração (gratuita) anexa ao Patronato, década de 1950



Fonte: UNECIM.

A professora Maria do Socorro Rodrigues Pereira, ex-aluna e professora da Escola Sagrado Coração (escola gratuita/escola dos pobres), ao ser questionada sobre a questão dos fardamentos, relata que:

As meninas do Sagrado Coração de Jesus, a farda era azul, bem bonito, com duas barrinhas brancas na saia e blusa branca. Das meninas que pagavam era saia normal, sem barrinha. Teve uma época que foi verde, depois azul também. Na minha opinião era um ensino só, não havia diferença, era só na farda mesmo, e na escola também, era separado um pouco, mas era tudo lá dentro. Na hora do recreio estava todo mundo junto, só que a comunicação era pobre com pobre e rico com rico, mas ninguém discriminava ninguém.¹²⁵

¹²⁵ Entrevista realizada com a professora Maria do Socorro Rodrigues Pereira, ex-aluna da Escola Sagrado Coração de Jesus e professora desta mesma escola posteriormente. Entrevista realizada em 03 de março de 2018.

Imagem 28 - Crianças da Escola Sagrado Coração no recreio, início da década de 1940



Fonte: UNECIM.

Como se pode observar, na fotografia anterior e na memória de Maria do Socorro, identificamos a utilização do parquinho do Patronato pelas alunas da escola gratuita na hora do recreio, porém, observa-se na foto, a partir da farda das crianças ali fotografadas, que só as meninas da escola gratuita estavam brincando, o que nos leva a deduzir que nos intervalos havia também essa distinção social dos espaços ocupados pelas meninas.

O discurso mediado pela memória da professora Maria do Socorro denuncia a segregação que havia no Patronato Coração Imaculado de Maria em relação às crianças da escola gratuita. O próprio jargão, “escola paga e escola gratuita”, que se disseminou na sociedade russana, é a prova de que esses lugares de memória acabaram assimilando na prática os discursos de tal distinção entre pobres e ricos, que se davam por meio dos fardamentos, dos acessos aos livros e dos equipamentos escolares, como a quadra, o parquinho e a própria concepção de educação, pois as meninas ligadas à elite tinham toda uma preparação para o casamento e as prendas domésticas, já na escola gratuita as aulas concentravam-se na alfabetização e no letramento de forma única e coletiva.

Corroborando com isso, a História das Instituições Escolares desponta como estratégia de se fazer a História da Educação, e, embora enfocando a singularidade do “caso”, oferece conhecimentos acerca das relações sociais mais amplas, dos sistemas educativos, e dos impactos das políticas educativas no âmbito institucional. A base material fornece importante compreensão das relações internas da escola, suas funções, clientela, prestígio e inserção no plano da cidade, articulada aos componentes da base de gestão, aspectos interacionais, apropriações dos diferentes atores e públicos atendidos, ou seja, a história institucional. Assim, se afirma que a História das Instituições Escolares é um esforço de bricolagem de fragmentos de histórias anteriores, de múltiplas representações e apropriações, de muitos narradores, intermináveis, de compor espaços, verificar, confrontar e deslocar suas fronteiras (CERTEAU,

1996, p. 208), principalmente quando se trata de meninas e moças pobres que coabitavam espaços que as diferenciavam das demais meninas da elite.

Ao realizarmos a leitura da iconografia acima, relativa aos fardamentos da escola gratuita, podemos identificar a simplicidade da indumentária das meninas que estudavam nesta parte do Patronato, ou seja, eram fardas confeccionadas com pouca pompa, no intuito de “ordenar” e de tornar comum todas aquelas meninas que ali estavam.

Outro ponto a ser observado é que as meninas que frequentavam a escola gratuita eram oriundas de bairros periféricos da cidade de Russas, em que predominava a presença de afro-cearenses, como as comunidades de Tabuleiro do Cata-Vento, Planalto da Bela Vista, Cabelo de Negro e o bairro da Catumbela. Só posteriormente é que o número de crianças atendidas pela Escola Sagrado Coração vai aumentar, demonstrando uma presença de meninas pardas e brancas, pois no início à grande demanda eram de negras e pobres.

Outra questão importante de ser observada, usando a metodologia dos indícios históricos, é a infraestrutura das duas alas do Patronato. Observa-se que a escola paga mantinha uma quadra, um espaço para as práticas esportivas e um pátio para fazer a acolhida das meninas; já na escola gratuita, as meninas eram perfiladas em terra batida e ao sol. No início, nem mesmo haviam janelas, as próprias paredes não eram rebocadas, e havia uma reutilização dos livros que eram doados pelas alunas da escola paga para as meninas pobres da escola gratuita poderem estudar.

Ao serem indagadas sobre o cotidiano das alunas da escola gratuita e de suas interações com as meninas da escola paga, as ex-alunas relatam:

Eu não sei se elas se sentiam inferiorizadas, sei que elas pediam coisas à gente, se a gente tinha sabonete, etc. Aí quando eu ia para casa no final de semana visitar meus pais que eram idosos eu sempre trazia uns presentinhos para as meninas que pediam. Sabonete, óleo lavanda que passava no cabelo, principalmente para quem tinha o cabelo crespo.¹²⁶

Eu acho que não, não sei se é porque naquela época a gente achava tudo normal, na hora do recreio ficava todo mundo junto, se entrosando. Quando a gente fica mais adulta tinha alguém que achava que tinha, mas eu não achava não, por exemplo, se era da escola paga tinha certa preferência, se era da escola grátis não tinha, mas acho que não porque as festas, as coisas, tudo era tudo junto. No mês de maio ia todo mundo mesmo. Em relação ao fardamento das meninas pagas e das meninas grátis era o mesmo? Era diferente, porque de qualquer maneira elas não tinham condição, não tinha quem desce o fardamento.¹²⁷

Eu não tive convivência com essa parte, as meninas pobres, mas eu acredito que existia sim em termo de pobreza, porque a elite é uma coisa e a pobreza era outra, eu acredito que pode ter havido uma diferença como hoje em dia ainda existe. Ainda continua essa arrogância espalhada pelo mundo todo.¹²⁸

¹²⁶ Entrevista realizada com Dionísia Andrade Costa, ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria – aluna da Escola Normal e atualmente religiosa da Congregação Cordimariana. Esta foi aluna na década de 1950.

Entrevista realizada em 04 de fevereiro de 2017, em Russas, Ceará.

¹²⁷ Entrevista realizada com Margarida Gonçalves de Lima (Babá), ex-aluna do Patronato e professora aposentada do Estado. Entrevista realizada em 03 de outubro de 2016, em Russas-Ceará.

¹²⁸ Entrevista realizada com Maria Zuila Ramalho Dantas, ex-aluna das primeiras turmas do Curso Normal do Patronato Coração Imaculado de Maria. Entrevista realizada em 04 de novembro de 2016, em Russas, Ceará.

Os três relatos acima, onde as depoentes se debruçam sobre suas memórias da época em que eram alunas do Patronato, no lado das discentes pagantes, nos dizem muito acerca das relações estabelecidas entre as alunas das duas alas das escolas. De acordo com o depoimento da Irmã Dionísia Andrade, identificamos contatos que tinham o intuito caritativo, “dar uns presentinhos”. Em outro depoimento, há uma tentativa de mascarar as diferenças, quando a Professora Margarida Gonçalves nos diz que “na hora do recreio ficava todo mundo junto, se entrosando”, porém, em seguida, ela ressalta a predileção ao dizer que, “por exemplo, se era da escola paga tinha certa preferência, se era da escola grátis não tinha”; além do diferencial das fardas, que esta relata que “de qualquer maneira elas não tinham condição, não tinha quem desce o fardamento”. Em seguida, a ex-aluna, Dona Zuila, sem muita cerimônia, comenta sobre o tratamento diferenciado entre as meninas, “que existia sim em termo de pobreza, porque a elite é uma coisa e a pobreza era outra”. Estes relatos servem para elucidar os vários tipos de contatos ou de ausência em relação as alunas do Patronato. Todas estavam sob “um mesmo teto”, porém divididas por questões econômicas, geográficas e culturais, uma vez que as meninas que estudavam no Sagrado Coração, na ala da escola grátis, vinham das periferias da cidade de Russas.

A classe recria a própria escola e o sentido de ser aluna, a recordação da classe é um microcosmo dos afetos e desafetos com o grupo de convivência. É na lembrança dessa identidade coletiva que cada uma se reconhece como parte e como todo; a classe reconstitui a dimensão das representações simbólicas na dinâmica da instituição escolar. A classe manifesta também a condição social homogênea do grupo e um padrão de comportamentos ligados a um enquadramento moral. A origem operária e de setores populares é um traço da condição social dos alunos dos grupos escolares perceptível nas imagens. “Os traços físicos e o vestuário são denotativos. Em algumas fotografias, crianças descalças aparecem na segunda fileira. Mesmo com a adoção do uniforme padronizado a partir da década de 1930, estas características permanecem” (SOUZA, 2001, p. 89). A fotografia abaixo é bem emblemática sobre tais características, se observarmos atentiosamente iremos perceber as discrepâncias em relação ao vestuário e ao fato de algumas das meninas não possuírem sapatos.

Imagem 29 - Sala de aula da Escola Sagrado Coração (escola gratuita)



Fonte: UNECIM.

De uma forma geral, no contexto da década de 1930 e 1940, para a grande maioria das meninas com poucos recursos que habitavam os espaços urbanos, o trabalho doméstico era o que as aguardava. Grande parte delas começava entre 9 e 10 anos a trabalharem como babás e, com o avançar dos anos, transformavam-se em empregadas domésticas.

Somente uma pequena parcela de meninas, destas que já trabalhavam, conseguia estudar. Apesar dos esforços, a maioria não conseguia concluir o antigo Curso Primário, ou seja, por não serem alfabetizadas elas não tinham maiores chances de conseguirem um lugar no mercado de trabalho ou, até mesmo, de se tornarem professoras primárias quando adultas.

Para muitas famílias pobres, entretanto, suas filhas não precisavam estudar, pois entendiam que as meninas, desde muito cedo e sem escolaridade formal, já tinham conhecimento suficiente para ajudarem os pais na manutenção da família, e depois, sobreviver na vida adulta. Esse pensamento era ainda mais arraigado que na cidade, uma vez que as meninas, além de executar os serviços domésticos, eram obrigadas a atuar nas lides agrícolas. (AREND, 2016, p. 76).

Observa-se, assim, que entre as populações femininas pobres, tanto das zonas rurais como urbanas, existiam vários impedimentos para estas adentrarem ao mundo escolarizado.

Imagem 30 - Alunas e professora na entrada da “escola grátis”



Fonte: UNECIM.

Nesse processo, rememorar a escola como uma consolidação profissional “desejada” revela, também, narrar as vivências de construção de meninas e adolescentes pobres ou da elite em torno das boas lembranças escolares, dos espaços e, sobretudo, das educadoras com quem conviveram. (SANTOS, 2009, p. 98, 99)

Eu ensinei na escola gratuita, não era todo dia, de vez em quando a Irmã chamava para ir dar aula lá e eu ia. A escola grátis era uma maneira de se fazer bem aquelas que não tinham a oportunidade de estudar. Não era por desprezo, era porque elas queriam dar alguma oportunidade a quem não tinha de estudar em um colégio bom, sendo que era grátis e não tínhamos verbas para pagar os professores, era o próprio dinheiro que entrava de quem pagava o colégio. As meninas eram dóceis, algumas foram até ser religiosas e nós do curso normal ensinávamos lá de vez em quando e também as irmãs que eram noviças. Noviças são aquelas que ainda não fizeram os votos de pobreza, castidade e obediência.¹²⁹

Imagem 31 - Turma da Escola Sagrado Coração em 1950



Fonte: UNECIM.

¹²⁹ Entrevista realizada com Dionísia Andrade Costa, ex-aluna do Patronato Coração Imaculado de Maria – aluna da Escola Normal e atualmente religiosa da Congregação Cordimariana. Esta foi aluna na década de 1950. Entrevista realizada em 04 de fevereiro de 2017, em Russas, Ceará.

A invisibilidade e o silenciamento das mulheres, às vezes, até figura como se elas não tivessem uma história, porém Perrot (2015) ressalta que muitos desses silêncios se dão porque as mulheres são menos vistas no espaço público. Elas atuam em suas famílias, estão quase sempre confinadas em suas casas, são quase invisíveis em muitas sociedades, e o silêncio e a invisibilidade das mulheres fazem parte, ou fizeram, historicamente, de certo ordenamento social e religioso.

A figura da mulher sempre causou medo, sua aparição sozinha ou em grupos, por muito tempo, era vista como indecente. “Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado o Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que seduzida caiu em transgressão” (PERROT, 2015, p. 17). Trata-se de uma espécie de castigo, como se para pagar o pecado original fossem fadadas a um silêncio “eterno”. Além disso, há o corpo, que amedronta, sendo carregado de sutilezas e artimanhas. Inclusive, por muito tempo, indicou-se cobri-lo, quase que por total, com véus, panos e pudor.

Do ponto de vista de sua representação social, as mulheres, durante muito tempo, apareceram na penumbra, obscuramente. Os homens eram vistos como indivíduos, pessoas, que possuem sobrenomes que são transmitidos hereditariamente. Já as mulheres não têm sobrenome, apenas um nome, e assim como as crianças foram tratadas ou destratadas durante muito tempo. Se para as mulheres mais abastadas era difícil estar nos espaços públicos, nas salas de aula, imagine para as menos favorecidas que se situavam nos interiores do Brasil, como é o caso das meninas pobres de São Bernardo das Russas.

Porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é uma segunda razão de silêncio: o silêncio das fontes. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra. (PERROT, 2015, p. 17).

Almeida (2012) comenta que as religiões não deram muito espaço às mulheres. No máximo, as funções que as igrejas tinham para elas eram as de apoio aos homens, tanto nas missões religiosas, quanto na participação deles na sociedade, em trabalhos políticos ou filantrópicos; desse modo, a mulher ganharia a representação de uma boa companheira do homem. Nesse sentido, para dar conta de tal prestígio social, a família educava suas filhas em escolas religiosas, para que nessas instituições as meninas fossem bem-educadas e pudessem conseguir um “bom casamento”, pois as instituições educacionais religiosas tinham muito a ensinar às suas alunas: serem obedientes, disciplinadas e boas cristãs. “Então, uma boa esposa seria aquela que obedecesse às normas dadas pelo marido, sem questionamentos. E uma das igrejas que fortaleceu esse pensamento foi a católica, pois o catolicismo é, em princípio clerical

e macho”(PERROT, 2008, p. 84). Só aos homens era dada a oportunidade do acesso ao sacerdócio e ao latim, além de fornecido o poder de saber e falar sobre o sagrado. Na mentalidade dos pais:

A educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo. Deve-se notar que, embora a expressão cristã tenha um caráter mais abrangente, a referência para a sociedade brasileira da época era, sem dúvida, o catolicismo. Ainda que a república formalizasse a separação da igreja católica do Estado, permaneceria como dominante a moral religiosa que apontava a dicotomia entre Eva e Maria (LOURO, 2006, p. 447).

Se visualizarmos a família patriarcal, essas mentalidades não estavam diretamente ligadas às classes sociais distintas, mas a uma construção histórico-cultural. O autoritarismo do *pater famílias* era predominante, resvalava na economia, na sociedade, na política e sobre os parentes, agregados, seus filhos e, principalmente, sobre a sua esposa submissa. Porém, essa submissão não significava a anulação do poder da influência da mulher, que, muitas vezes, de forma indireta, agindo nos bastidores, conseguia burlar o sistema. “Mesmo confinada em casa, dedicada à família, frequentemente intervinha na administração da propriedade ou até mesmo na política partidária da família, principalmente, vendo-se sozinha, por afastamento ou morte do marido” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 67).

Um segundo espectro de relações se diz respeito à questão da própria função social designada à educação popular, consubstanciada no desenvolvimento do ensino primário. Este não existiu apenas para instruir a população, disseminando conhecimentos básicos, mas, fundamentalmente, a escola primária deveria desempenhar um papel essencial na educação moral e religiosa das crianças, preparando-as para o exercício futuro de suas atribuições como cidadãos. “Educar e instruir permaneceriam entendidos enquanto ações primordiais às quais o Estado deveria imprimir uma direção, ainda que não tenha havido propriamente um consenso a respeito dessas funções” (SCHUELER, 1999, p. 6).

A partir das memórias das alunas da Escola Sagrado Coração, é possível perceber que algumas meninas amaram e outras odiaram estar no Patronato Coração Imaculado de Maria. Por outro lado, a maioria destas eram de famílias muito pobres e a escola gratuita mostrava-se como a única oportunidade de educação formal. Isso fica perceptível quando as entrevistadas, ao narrarem suas memórias, falam da importância que era estar naquele espaço. Pode-se perceber, também, que o Patronato Coração Imaculado de Maria, a partir da sua implementação, representa um *locus* da difusão da educação para as meninas pobres, o que antes era quase impossível, pois a educação, até o início da década de 1930, em São Bernardo das Russas, se dará para uma “pequena elite”. De outro modo, e corroborando com essa perspectiva, identificamos, como é visível nas entrevistas, que a maioria das ex-alunas da escola gratuita

tornaram-se professoras, o que denota a possibilidade de ascensão social oportunizada pela instituição. É o que pode ser percebido na fala da ex-aluna Maria do Socorro:

As irmãs eram muito boas, sabe? Elas nos davam livros, usados, nera? Mas era com maior gosto. Com o passar do tempo elas iam prestando atenção na gente, naquelas que tinham mais jeito com as crianças e chamavam a gente pra auxiliar nas aulas que elas ministravam e isso era muito bom, porque depois a gente conseguia fazer o normal de graça também e aquelas que queriam davam aula na Escola Gratuita como forma de pagamento de estudar o Normal no Patronato. Eu me tornei professora assim. Se não fosse isso eu ia ser o que? Empregada doméstica.¹³⁰

Quando o Estado não conseguia disponibilizar uma educação às classes menos favorecidas, a Igreja Católica o fazia, e no caso de Russas, a partir dos anos de 1930, a educação das meninas pobres ficou a cargo da religiosas Filhas do Sagrado Coração de Maria. A Irmã Mazé frisa isso muito bem na entrevista abaixo:

Sempre tiveram alunas pagas e sempre tiveram alunas gratuitas, tinham as meninas que não podiam pagar, tinha até internas que não podiam pagar e ficavam internas mesmo assim e tinha a parte pagante, sempre teve. Depois, até que com a continuação tinha uma parte da escola que a gente chamava até de escola gratuita. Por quê? Porque a gente conseguiu professora do estado e do município e as meninas ficavam gratuitamente estudando e tinha a outra parte que ficava que era pagante, mas sempre teve, desde o início sempre teve aluna gratuita e aluna pagante, e continua¹³¹ até hoje.

¹³²

Perscrutamos a vida de meninas/moças/alunas/professoras/Freiras, através dos recortes de memória que estas carregam consigo, individual e coletivamente. Primamos por “auscultar” duas categorias de sujeitos, as alunas, ricas e as pobres. Cada uma foi ocupando os lugares sociais, ora disponíveis, ora impostos a elas, tanto por serem mulheres e terem especificidades demarcadas pelo tempo/geração/mentalidades, como por partilharem de espaços bem distintos e definidos pela cartografia social e da estratificação de classes, onde, principalmente nesse contexto, fins dos anos de 1930, quando eram cerceadas ainda mais as possibilidades de acesso às políticas que suprisse as necessidades básicas da maioria da população, que era pobre. Não havia escolas para os mais vulneráveis socialmente, em nosso caso, as mais vulneráveis. Então “era preciso educar as meninas”!

Essas alunas a partir do início do funcionamento do Patronato Coração Imaculado de Maria passaram a lidar como situações diferenciadas, pois mesmo estando em uma só instituição, o Patronato dividia-se em dois, e cada aluna, a partir de suas posses poderiam ter mais “facilidades” ou dificuldades no que concerne à instrução e ao convívio social neste espaço. As de maior poder aquisitivo tinham grandes oportunidades em relação aos estudos

¹³⁰ Entrevista concedida pela ex-aluna e ex-professora da escola gratuita, Maria do Socorro Rodrigues Pereira. Realizada no dia 05 de março de 2018.

¹³¹ Na atualidade não há a segregação espacial. Há relatos de outras formas, mas não é objetivo desta pesquisa.

¹³² Entrevista concedida pela Irmã Mazé, Cordimariana e tesoureira da UNECIM. Realizada em 20 de junho de 2016, em Russas-Ceará.

formais, pois partilhavam de mais posses, e, apesar de serem mulheres que tinham as limitações patriarcais/morais e religiosas, pois aquele configurava-se um período muito estigmatizante e vigilante, lembremos que foi o período da recristianização, estas beneficiavam-se de carregar o nome da família, o que já lhes dava acesso a uma série de privilégios. Já as de menor poder aquisitivo, ou quase nenhum, como se viu no decorrer desta seção, podiam ter na possibilidade de serem admitidas pelo Patronato, ou seja, uma “esperança” de ocupar espaços e de alimentar sonhos futuros, como professora, o que antes eram “proibidos” a elas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o intuito de investigar e apresentar como se deu, do ponto de vista político-religioso-educacional, o processo de implementação da primeira escola confessional a educar meninas no Vale do Jaguaribe, o Patronato Coração Imaculado de Maria, em São Bernardo das Russas. Partimos desta problemática e dos indícios que surgiram a partir das leituras acadêmicas e memorialísticas, e logo nos colocamos diante da disputa pela sede da Diocese no Vale do Jaguaribe, entre Russas e Limoeiro do Norte, bem como as implicações que a “perseguição” em torno deste “prêmio” despertaram tanto no campo político como na seara religiosa, além dos impactos em torno das mentalidades. Este “novo” problema tornou-se essencial para entendermos o processo de criação da referida escola.

Os caminhos metodológicos que utilizamos neste estudo foram, em sua maioria, oriundos da História Oral. Esta metodologia de pesquisa nos deu possibilidade de desenvolver a investigação valendo-nos da memória e da oralidade, o que permitiu alargar nossos horizontes empíricos a partir da realização de entrevistas como tentativas de responder as questões aventadas anteriormente. Em relação às contribuições desta área, elas foram muito importantes, pois através das informações partilhadas nas memórias coletivas e individuais das ex-alunas, funcionárias e freiras, desenvolvemos a nossa “cartografia social” do Patronato Coração Imaculado de Maria, através das suas mudanças e permanências no tempo e no espaço, desde a sua fundação, em 1937, até o ano de 1953.

A delimitação inicial desta baliza temporal é justificada porque em 1937 deu-se o início do funcionamento da instituição ora investigada, já a escolha do limite final, em 1953, deveu-se por ter sido o período em que se apresenta a colação de grau da primeira turma de normalistas do Patronato, onde muitas destas moças, recém-formadas professoras oriundas da elite ou da classe pobre, foram ensinar na escola paga ou na escola grátis. Tais escolas eram dois espaços interligados sob a responsabilidade das religiosas Filhas do Coração Imaculado de Maria, mas que guardaram no espaço e nas memórias destas mulheres, experiências controversas e destoantes nos discursos e nas representações dos ideais caritativos. Sendo assim, esta foi a temporalidade delimitada por nós no processo de investigação do presente estudo.

A História da Educação Comparada serviu-nos de norte para entendermos as contradições, os limites e as possibilidades que circundavam nosso objeto; desse modo, a comparação foi um elemento de grande valia para nossas reflexões, e se fez presente neste trabalho como meio de pensar o Patronato Coração Imaculado de Maria, sua história e sua

memória institucional numa perspectiva de análise cronológica, ou seja, averiguar as mudanças e permanências, no tempo e no espaço, e as condições em que foi fundado o Patronato, imergindo-o na trama das relações político-religiosas do Estado Novo. Buscou-se perscrutar, em escalas e nuances, as micro e macro relações das esferas locais/regionais/nacionais; isso tudo mediado pelo contexto educacional.

As fontes hemerográficas nos ajudaram a refletir sobre os discursos contidos nos jornais cearenses acerca do período em estudo, uma vez que tais fontes trazem falas e representações de determinados grupos políticos, muitas vezes antagônicas e ideologicamente ancoradas nos grupos que elaboravam suas falas. Parte destas notícias estavam atreladas à Igreja Católica, através de coletivos como a Liga Eleitoral Católica-LEC e dos Integralistas da época, de 1937 em diante, que, por consequência, eram os grupos políticos que davam sustentabilidade ao Estado Novo e a Era Vargas a nível nacional, regional e local.

Como a fundação da escola se deu no mesmo período do início da Era Vargas, em 1937, pode-se observar, através da pesquisa, as relações estabelecidas entre os ideais educacionais do Estado Novo presentes no Patronato Coração Imaculado de Maria, por meio, por exemplo, das aulas de Educação Física, das comemorações que enalteciam o civismo, do currículo permeado pela Educação Moral e Cívica, da padronização das fardas, e da própria utilização das cartilhas que supervalorizavam e tentaram mitificar o presidente Getúlio Vargas.

Assim, para entendermos o Patronato Coração Imaculado de Maria, julgou-se necessário realizar uma incursão, mais detalhada, pelas políticas públicas em relação à educação durante o Estado Novo. Ou seja, como tais políticas eram permeadas de ideologias populistas e enxergavam na educação um dos carros chefes para a disseminação de tais ideias, exploramos também, neste trabalho, como se dera o funcionamento da Era Vargas, no que diz respeito às políticas públicas através das reformas educacionais getulistas.

Destarte, o conjunto das relações políticas a nível nacional e regional nos levou a enveredar pela Era Vargas no contexto cearense; tentamos aqui contextualizar os arranjos e os rearranjos políticos permeados pelas relações econômicas características do Estado, que tiveram implicações socioeducacionais; assim, identificamos a articulação entre Getúlio Vargas e a Igreja Católica, principalmente através do interventor Menezes Pimentel, o que permitiu-nos enxergar muitas mudanças a partir da instauração do Estado Novo em “terras alencarina”. No tocante à região vale-jaguaribana, identificou-se que esta também sofreu tais influências, através de grupos políticos/religiosos ligadas a LEC (Liga Eleitoral Católica) e aos Integralistas, que estavam presentes em quase todo o Estado, e que não passaram incólumes em São Bernardo

das Russas. Já em Limoeiro do Norte, tais grupos foram mais orgânicos e em maior número, além de terem apresentado um peso em relação à política estadual.

Com o caminhar da pesquisa, entramos em contato com a documentação referente às Atas do Patronato e das memórias das nossas depoentes, que nos falaram sobre a Escola Sagrado Coração de Jesus, a escola dos pobres. Essa parte do Patronato era dedicada a uma espécie de escola de caridade, em que, num primeiro momento, as negras e os negros de Tabuleiro do Catavento e do antigo Tabuleiro dos negros, que era uma parte da antiga Catumbela, vinham estudar no Patronato, especificamente na ala que ficou conhecida, pejorativamente, como escola gratuita, ou escola dos pobres.

Nesse ínterim, percebemos as diferenças sociais e educacionais dispensadas pelas Irmãs às meninas pobres, ou seja, o espaço era um só, do Patronato e da escola grátis, mas havia uma segregação territorial; as meninas da escola paga não “se misturavam” com as meninas da escola gratuita, como ficou claro nas falas das entrevistadas. Essa diferença também ficou registrada nas fotografias que foram apresentadas pelo “lado dos pobres”, como tendo as condições mínimas para o desenvolvimento das aulas, ou seja, observamos as paredes sem reboco, as salas de aula não possuíam janelas, e não havia um pátio para o acolhimento das crianças, ficando elas perfiladas em um quadrado “de chão batido”. Outro aspecto que deve ser levado também em consideração era a ausência de material didático; nas memórias das ex-alunas da escola gratuita, as meninas “ganhavam os livros das alunas do Patronato”, ou seja, quando as alunas da elite terminavam o ano letivo doavam o material didático para as alunas pobres. Um aspecto que nos chamou a atenção foi a questão das fardas. Como as meninas pobres não tinham condições de comprar o uniforme de gala e a farda usual, elas usavam uma farda mais simples, com duas barras brancas na saia e uma blusa de tecido básico, o que as diferenciavam das alunas do Patronato, da escola paga.

Porém, como constatamos, a partir das entrevistas utilizadas para compor a narrativa do corpo deste trabalho, ficou nítido que a Escola Sagrado Coração representou um espaço de possibilidades para muitas dessas ex-alunas, a partir da perspectiva educacional, uma vez que o público-alvo de “caridade” das Irmãs eram as meninas pobres, e algumas conseguiam, assim, burlar o sistema e as contrariedades que se apresentavam, seja em relação à carência econômica ou em relação à ausência de ações sócio-políticas e educacionais do Estado. Nesse sentido, as meninas pobres, tanto as que estudaram na escola grátis quanto as que conseguiram frequentar o curso normal, usaram o microcosmo do Patronato como “trampolim” para conseguirem transpor uma realidade lacunar, do ponto de vista das condições de sobrevivência, para uma outra realidade que apresentava possibilidades de ascensão social, econômica,

profissional e pessoal. Sendo assim, apesar das contradições presentes nas falas das depoentes, é visível uma fronteira que delimita o espaço físico do Patronato entre as discentes mais abastadas e as mais carentes, ficando assim exposto desde a infraestrutura até a diferenciação na indumentária escolar. Para muitas meninas, a Escola Sagrado Coração, ou escola grátis, significou a única alternativa de educação institucional e a possibilidade de um trabalho futuro como normalista na referida instituição.

Utilizou-se também reflexões em torno de elementos iconográficos como parte da memória institucional, mais precisamente as fotografias relacionadas à referida instituição de ensino, que é objeto de estudo doutoral aqui proposta. As imagens fotográficas puderam, neste trabalho, contribuir no sentido de que justapostas ou sobrepostas às narrativas orais, e/ou refletidas a partir das Atas e dos recortes jornalísticos, trouxeram fragmentos da realidade que, apesar de estáticos, registraram momentos, “flagrantes” e escolhas que incluíram determinados seres e excluíram outros, como é o caso da fotografia em que aparece as crianças da Escola Sagrado Coração brincando sozinhas, no parquinho do Patronato, sem a presença das crianças filhas da “elite”. Isso corrobora com as muitas memórias que “denunciaram” os preconceitos vivenciados pelas meninas menos abastadas, e que estão presentes neste trabalho; dessa maneira, as imagens, paradoxalmente, destoam do relato de memória da professora Socorro Rodrigues¹³³. Através do diálogo teórico e da concatenação das fontes, percebeu-se que estas memórias estavam equivocadas e/ou naturalizadas diante aquelas formas expressivas de segregação no espaço do Patronato. Lembremos de parte de um relato de memória: “Na minha opinião era um ensino só, não havia diferença [...]. Na hora do recreio estava todo mundo junto, só que a comunicação era pobre com pobre e rico com rico, mas ninguém discriminava ninguém”.

Estudar a história e a memória de uma instituição escolar é adentrar em um universo polimorfo, multifocal, em que as lembranças, as memórias, as histórias, as “táticas e estratégias”, como nos fala Michel Certeau, aparecem nas narrativas como constitutivas não só da individualidade das depoentes, mas perpassa o universo real, indo interferir nas subjetividades. Nesse sentido, a abordagem da Nova História Cultural, que tem um viés histórico na problematização do social e uma preocupação com as massas anônimas, somou-se, desse modo, aos parâmetros e orientações da História da Educação, com foco nas instituições escolares, primando pelo aspecto das representações e da materialidade desses espaços.

¹³³ Entrevista realizada com a professora Maria do Socorro Rodrigues Pereira, ex-aluna da Escola Sagrado Coração de Jesus e professora desta mesma escola posteriormente. Entrevista realizada em 03 de março de 2018.

Outra parte importante para o desenvolvimento da nossa narrativa foi trazer para a pesquisa o contexto da disputa pela Diocese jaguaribana, uma corrida entre Limoeiro do Norte e São Bernardo das Russas para alcançar tal fato. Nesse sentido, podemos perceber os arranjos e rearranjos políticos nos dois municípios e o desenvolvimento de um bairrismo religioso. Nessa parte da pesquisa trouxemos para dialogar dois memorialistas-religiosos, o Cônego Padre Pedro de Alcântara e o Monsenhor João Olímpio. Identificamos a união dos Integralistas em torno dos Oliveira e dos Chaves em Limoeiro do Norte, que antes eram grupos políticos oposicionistas, e que se uniram em prol da Sé Cristã na sua cidade. Do outro lado, haviam os Ramalho e seu patriarca da família, José Ramalho de Alarcon e Santiago, que já havia sido prefeito de Russas e um homem muito religioso. Ao final da disputa, Limoeiro consegue juntar a quantia estipulada por Dom Manuel com um ajuda “amiga” do então Interventor do Ceará, Menezes Pimentel.

Entre a “elite” russana ficou um sentimento de que Russas tinha “ficado para trás”, pois Limoeiro não tinha as condições de infraestrutura física, tampouco econômica para receber tal empreendimento religioso. Percebemos, assim, que o Padre Vidal Gurgel, pároco de São Bernardo das Russas na época, se articula com a pequena burguesia russana, juntamente com o Coronel Cordeiro Neto, que era filho de Russas, e que estava no posto do que hoje seria o Secretário de Segurança Pública do Estado; ambos contribuíram para dar condições materiais tanto para a instalação de uma escola para ensinar meninas, como para uma casa que abrigaria a ordem religiosa das Filhas do Coração Imaculado de Maria, hoje Cordimarianas. O russo Cordeiro Neto consegue dinheiro com Menezes Pimentel para comprar um terreno, onde foi construído o quartel do Primeiro Batalhão, em Russas, sendo que uma parte deste terreno foi doado para a construção do Patronato Coração Imaculado de Maria.

Através desta pesquisa documental, identificamos que a articulação do Patronato Coração Imaculado de Maria, naquele momento, era uma espécie de “prêmio de consolação” pela perda da Diocese jaguaribana. Nesse sentido, o bairrismo que ainda resiste entre as cidades de Russas e Limoeiro do Norte, presente nos discursos, nas representações, e até nas brigas político-partidárias da região do Vale do Jaguaribe, tem a ver com o “ranço” do russanos em relação a Limoeiro, pois esta cidade, nas palavras de Padre Pedro de Alcântara, “teria roubado” a Sé Diocesana dos filhos de Russas. Padre Pedro está se referindo às “elites” políticas que se uniram para amealhar o dinheiro pedido pelo Bispo metropolitano, Dom Manuel.

No que diz respeito ainda à memória e à história do Patronato, como instituição escolar, as Atas produzidas pelas Irmãs Cordimarianas, enquanto fontes primárias, também foram de substancial importância para identificarmos os elementos educacionais interligados

com o contexto político, dentre eles as relações estabelecidas em uma escola religiosa, onde, vez por outra, apresentam-se contextos hierárquicos: divisão do espaço a partir de um critério sagrado e o próprio controle do corpo e das mentes, através das orações, das proibições, do controle dos gestos, do vestuário e da organização espacial dos objetos no interior desta instituição.

Procuramos, também, no decorrer desta pesquisa, identificar as práticas pedagógicas, as concepções curriculares, a disciplina hierárquica, as brincadeiras e as atividades as quais as alunas e as freiras desenvolviam, até os castigos e a busca pela “docilização dos corpos das alunas¹³⁴”. A partir das entrevistas, e conseqüentemente das visitas à memória da época das ex-alunas, podemos perceber que estas, além de participarem do “ritual” escolar, também burlavam o sistema pensado e operacionalizado para que elas se enquadrassem.

Nesse sentido, as experiências vivenciadas pelas meninas que, posteriormente, tornaram-se professoras, realizando o curso normal nesta instituição, se mostraram muito ricas para perceber uma certa “emancipação” feminina. Para a grande maioria da população cearense, da década de 30, 40 e 50, estudar era quase impossível, diante da ausência de políticas públicas que incluíssem de forma responsável as populações pobres do Ceará, levando a se pensar que uma parte dessa população eram mulheres e pobres, a inclusão quase não existia.

Para além das repostas encontradas no entorno da nossa problemática inicial, tentou-se também compreender as transformações dos papéis e comportamentos sociais femininos, paralelo aos ideais do Estado e da Igreja então vigentes. Para isso, utilizou-se a bibliografia referente a História das Mulheres para visualizar as relações público-privadas das subjetividades femininas no Patronato Coração Imaculado de Maria. O campo de investigação e os conceitos da área da Histórias das Mulheres elucidaram muitas questões do universo feminino, numa sociedade marcada pelo patriarcalismo e pelo machismo estrutural, além, é claro, de nos ter auxiliado a perceber as sutilezas de ser menina/ mulher/aluna/freira/professora em uma instituição escolar confessional no interior do Ceará. Os modos de agir, as tentativas de burlar a vigilância e a ordem estabelecida, e, em alguns casos, a conformidade diante da hierarquia institucionalizada, foi o que nós identificamos no estudo aqui apresentado. O que predominou, nas memórias destacadas por nós, é que existia toda uma rede de vigilância e hierarquização dos espaços no Patronato russano, orientados pela fé católica e, de certa maneira,

¹³⁴ Isso ocorria na entrada da escola, como vimos nos relatos de memória das ex-alunas, para a verificação do tamanho das saias, ou para inspecionar os bustos das alunas, pelas irmãs e ou funcionárias do Patronato, na tentativa de identificar se as discentes estavam usando sutiãs ou combinações.

pelas orientações estadonovistas, que havia, de outro modo, insubmissões ora silenciosas ora radiodifundidas¹³⁵.

A principal questão desse trabalho consistiu em evidenciar os motivos e trazer à tona, para as reflexões acadêmicas, as principais estratégias, os discursos e as representações que ensejaram as movimentações de ordem religiosa, política e social em São Bernardo das Russas, no limiar do século XX, em torno da implementação de uma escola para meninas. Como o contexto educacional, a nível governamental, não era propício para a construção deste empreendimento, uma vez que eram escassas as verbas para a educação pública primária, fez-se necessário nos lançarmos sobre as fontes documentais e procurarmos compreender a complexa tessitura que dava sustentação a aquisição daquele benefício em 1937. Este período é permeado por uma cultura histórica e política muito particular, como demonstramos no desenvolvimento da narrativa aqui apresentada. Inaugurou-se, a partir da década de 1930, além da corrida pela Diocese, entre Russas e Limoeiro do Norte, uma disputa pela memória, alimentada por “ranços bairristas” entre as elites destas cidades e reproduzida pelas populações dos dois municípios. Recorremos às palavras de Padre Pedro, quando este diz que:

Se, por outro lado, o Vigário Vital Gurgel Guedes não teve habilidade, nem competência para contornar o avanço sectário na Paróquia, de modo que esse mistério da iniquidade não conseguisse impedir a conquista da sede diocesana para Russas, houve, sem dúvida, com a criação de um Patronato, dirigido pelas Filhas do Coração Imaculado de Maria, uma compensação pelo prejuízo institucional (ARAUJO, 1986, p. 327).

Concluimos, portanto, que a fundação do Patronato Coração Imaculado de Maria, em Russas, se deu a partir da articulação política, pós perda da sede da Diocese jaguaribana, tendo em vista a importância da presença de instituições educacionais neste período. Processo este que contou com participação, “habilidade e competência” de um seleto grupo de russanos: lideranças religiosas, político-partidárias, e da “elite” local. Estes não haviam se conformado em perder a disputa com Limoeiro do Norte pelo prêmio de sediar a Sé Católica na região, pois, segundo eles, a vencedora seria uma cidade “fraca” em termos logísticos, culturais e, principalmente, religiosos, já que Russas era um referencial religioso, do ponto de vista histórico e populacional, há muito tempo “predestinada”, como ainda hoje defendem

¹³⁵ Lembremos da entrevista da Dona Luzimar Gonçalves: Um dia a Irmã da Consolação era muito exigente e mandou a gente escrever cem vezes: "Devo obedecer ao regulamento do ginásio". Nós escrevemos cem vezes, mas quando foi a noite tinha uma radiadora que a gente chamava de "PR" e começamos a colocar mensagens umas para as outras: "alô alô turma do DORG, recebam essa mensagem que a gente oferece". As irmãs estavam rezando na capela, mas a Irmã da Consolação que era muito esperta deduziu que "DORG" era devo obedecer ao regulamento do ginásio, e aí nós ficamos de castigo de novo, mas não lembro qual foi o castigo.

memorialistas, religiosos e políticos, a ser a “Capital do Vale do Jaguaribe”- aspectos ainda presentes nas mentalidades e nas reatualizações das disputas pela memória.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007.
- ALMEIDA, Gildênia Moura de Araújo. **Mulheres Beletristas e educadoras: Francisca Clotilde na sociedade cearense – de 1862 a 1935**. 2012. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- ALMEIDA, Jane Maria Fernandes de. **A reforma da instrução Pública do Ceará de 1922: As diretrizes da política educacional do governo Justiniano de Serpa**. 2009. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Missionárias norte-americanas na educação brasileira: vestígios de sua passagem nas escolas de São Paulo no século XIX. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 12, n. 35, 327-343, maio/ago. 2007.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Brasília: INEP/MEC, 1989.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. Mulheres na educação: Missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. *In: SAVIANI, Dermeval et al. O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 59-107.
- ALMEIDA, Rodolfo Cesar Mendes de. **Nas leis e na imprensa: a educação como campo privilegiado para reformas no início da República, 1890-1895**. 2012. Monografia (Especialização em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- AMARAL, Giana Lange do (org.). **Gymnasio Pelotense, Colégio Municipal Pelotense: entre a memória e a história**. 1902-2002. Pelotas: Educat, 2010.
- ANDRADE, Francisco Ari de; MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação em Língua Portuguesa: normas para elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC)**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- ANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **Os subversivos da República**. 1984. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- ANSELMO, Otacílio. A revolução de 1930 no Ceará. *In: SOUZA, Simone et al. (org.). Uma Nova História no Ceará*. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. p. 56-75.
- ANSELMO, Otacílio. **Padre Cícero: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

AQUINO, Maurício de. Romanização, historiografia e tensões sociais: o catolicismo em Botucatu-SP (1909-1923). **Fênix: revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 8, n. 2, maio-agosto 2011.

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. **Mulheres letradas e missionárias da luz: formação da professora nas escolas normais rurais do Ceará – 1930 a 1960**. 2006. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ARAÚJO, Maria das Graças de. **Trajetórias de Formação e Profissionalização de Professoras Leigas do Município de Itapiúna/CE**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

ARAÚJO, Pedro de Alcântara. **Capital e santuário: miragens russano-nordestinas**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1986.

AREND, Sílvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 65-83.

ASSIS, Francisco de. **O movimento operário cearense na primeira república**. Fortaleza: UFC, NUDOC, 1996.

AVELAR, Alexandre de Sá. A retomada da biografia histórica. **Oralidades**, São Paulo, n. 2, p.45-60, jul./dez. 2007.

AZZI, Riolando. **Presença da Igreja Católica na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1980. (Cadernos do ISER, n. 13).

BARBOSA, Fulvia Giglio. **A relação Estado-Igreja e a política educacional brasileira nos anos de 1937-1955**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

BARROSO, A. **Getúlio Vargas para crianças**. Rio de Janeiro: Empresa de Publicações Infantis, 1942.

BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, A. M. O.; KLINKE, K. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1856-1956). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 27-47, 2002.

BESSA, Dom Pompeu Bezerra. **A Antiga Freguesia do Limoeiro: notas para a sua História**. Fortaleza: Premium; Gráfica e Editora Assis Almeida, 1998.

BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Maria Ribeiro; SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

BORGES, Cecília Maria Ferreira. **Os professores da Educação Básica de 5ª a 8ª séries e seus saberes profissionais**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Editora da EDUSP, 1987.

BOTELHO, Pemerval Alves. **Diário missionário do Padre Júlio Maria**. Belo Horizonte: O Lutador, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Trad. A. J. Gouveia. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos e educação**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 39-64.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. **Coleção das leis e decretos no império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial, 1828. Tomo 2.

BRASIL. **Coleção das leis e decretos no império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher, 1832. Tomo 7.

BRASIL. **Decreto-Lei 1.212, de 17 de abril de 1939**. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola de Educação Física e Desportos. Rio de Janeiro, 1939. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de Março de 1940**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 mar. 2019.

BRASIL. **Documentos parlamentares: revisão Constitucional**. Rio de Janeiro: Typographia do jornal do comércio Rodrigues, 1928. v. 4.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 37-58.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **Um lugar de memória para a nação: o Museu Paulista reinventado por Affonso d'Escagnolle Taunay (1917-1945)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

BUFFA, Ester. **Ideologia em conflitos: escola pública x escola privada**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto: Edusp, 1994.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: propaganda política no Vargasismo e no Peronismo. Campinas: Papyrus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 213-239. (O Brasil republicano, v. 2).

CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1935)**. São Paulo: Diefel, 1978.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

CARVALHO, Rosiméri Maria de. **Um imposto para instrução pública**: o alvitre de A tribuna (1915) e a municipalização do ensino em Santos. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CASTELLO BRANCO, João Olímpio. **Caminhada Eclesial Jaguaribana**. Fortaleza: Gráfica e Editora Poucain Ramos, 2015.

CASTELO BRANCO, João Olímpio. O Limoeiro da Igreja. **A história de Limoeiro a partir dos seus párocos**. [S. l.]: Minerva, 1997.

CASTELO, Plácido Aderaldo. **História da instrução e da educação do Ceará**. [S. l.]: RIC, 1943.

CATANI, Denice Bárbara *et al.* **História, memória e autobiografia na pesquisa educacional e na formação**: docência memória e gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

CATROGA, Fernando. Secularização e laicidade: a separação das igrejas e da escola. *In*: PINTASSILGO, Joaquim *et al.* **História da escola em Portugal e no Brasil**: circulação e apropriação de modelos culturais. Lisboa: Edições Colibri, 2006. p. 13-40.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **História e memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **João Hippolyto de Azevedo Sá**: o espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará. Fortaleza: EUFC, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHANDLER, Billy Jaymes. **Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns**: a história de uma comunidade no Nordeste do Brasil, 1700-1930. Tradução de Alexandre F. Caskey e Ignácio R. P. Montenegro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Edições UFC, 1980.

CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES, Cintya. **A elite política e o poder local cearense em questão**: estratégias e discursos para novos espaços de atuação (1934-1974). 2014. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Culturas) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

CHAVES, Cintya. A escrita como um dos depósitos da memória: As disputas mnemônicas na construção do “mito da origem, na busca da verdadeira história” da cidade. *In*: REUNIÃO DA ANPUH, 27., 2013, Natal. [Artigos completos ...]. Natal: ANPUH, 2013. p. 195-208.

CHAVES, Cintya. **De Deus aos homens**: elite em processos consolidativos, no Município de Limoeiro do Norte, de 1930-1954. 2011. Monografia (Graduação de História) – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2011.

CHAVES, Cintya. Os enlaces da memória com a escrita: os livros memorialísticos como fontes para se tecer a História. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, MEMÓRIA, ORALIDADE E CULTURAS, 1., 2012. Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Eduece, 2012. p. 534-546.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566 set./dez. 2004.

COMBLIN, José. **Coleção homens e mulheres do Nordeste**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano 20, n. 52, p. 11-24, nov. 2000.

COSTA, Miguel Ângelo Silva da; SCHMITZ, Zenaide Inês; REMEDI, José Martinho Rodrigues. **Cartilhas escolares e doutrinação infantil no contexto do Estado novo (1937-1945)**. São Leopoldo: Unisinos, 2017.

CRAVEIRO, Newton. **João Pergunta ou Brasil Sêcco**: leitura para as crianças do Nordeste brasileiro adaptada oficialmente nas escolas primárias do Ceará. Fortaleza: Typografia Progresso, 1925.

CUNHA, Maria Iza Gerth da. Formar damas cristã, cultas, virtuosas, polidas, sociáveis: Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. *In*: NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti

Ribeiro do *et al.* **Memórias da educação**: Campinas (1850-1960). Campinas: Editora UNICAMP, 1999. p. 149-160 (Coleção Campiniana, n. 20).

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

DUARTE, Paulo. **História da imprensa em São Paulo**. São Paulo: ECAIUSP, 2002.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 241-277.

FALCON, Francisco. **História cultural**: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976. v. 2.

FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *In*: FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2003. p. 41-71.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**: dos índios à geração cambéba. Fortaleza: Tropical, 2016.

FEITOSA, Adriana Madja dos Santos. **Escola primária na Província do Ceará**: organização e formação docente. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

FERREIRA NETO, Cicinato. **Estudos de História jaguaribana**: documentos, notas e ensaios diversos para história do baixo e médio Jaguaribe. Fortaleza: Premios, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela de Castro. Primeira República: um balanço historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244-280, jul./dez. 1994.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A comissão nacional do livro didático durante o Estado Novo (1937 – 1945)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Educação de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 32. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Ana Paula da Silva. **O embate entre a educação tradicional e a educação nova**: políticas e práticas na escola primária de Santa Catarina (1911-1945). 2013. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

FREIRE, Edwilson Soares. **As cortinas que cerram o vale**: religião e secularização na diocese de Limoeiro do Norte/CE (1940-1980). 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2016.

FREITAS, Marcos Cezar de. Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**: v. III, séc. XX, Petrópolis: Vozes, 2005. p. 166.

GALENO, Alberto S. **Território dos coronéis**. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno, 1988.

GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo, ideologia e propaganda política**. Rio de Janeiro: Loyola, 2002. *E-Book*.

GARCIA, Renata Luigia Cresto. **Uma abordagem da política educacional entre 1930 e 1934**: o ensino secundário do Estado de São Paulo. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2005.

GATTI JUNIOR, Décio. A História das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. *In*: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 3-24. (Coleção Memória da Educação).

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortêz, 2008.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Magistério - 2º grau Série formação do professor).

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Batista Fontenele, 1953.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. As charqueadas. *In*: SOUSA, Simone. **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 37-89.

GOMES, Ângela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. *In*: ALBERTI, Verena; GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. p. 385-437.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: Intelectuais e construção do mito Vargas. *In*: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO; Antônio Costa. **O corporativismo em português**: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 79-108.

GUEDES, Berenice Lagos. **História da educação no Rio Grande do Sul, Maçonaria e Igreja Anglicana**: algumas imbricações. Contradições e paradoxos (1901/1970). 2010. Tese

(Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

HAIDEAR, Maria de Lourdes M.; TANURI, Leonor Maria. A educação básica do Brasil. *In*: MENEZES, João G. de Carvalho *et al.* **Estrutura e funcionamento da educação básica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. p. 59-101.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005.

HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. **História da educação: República, escola e religião**. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação brasileira no Brasil (1930 – 1945)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IANNI, Octávio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IANNI, Octávio. O processo político e desenvolvimento econômico. *In*: IANNI, Octávio. **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 230-265.

JOB, Daniel Carneiro. **Revivendo o passado: homens e fatos que a história nem sempre registra**. Fortaleza: [s. n.], 1986.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Memória individual sobre o Seminário da Prainha: revelação de experiências. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 127, p. 131-148, 2013.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Seminário da Prainha: Limites e Possibilidades da "Ego-História", como opção metodológica. **CLIO, Série História do Nordeste (UFPE)**, Recife, v. 1, p. 293-321, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. História Magistra Vitae: sobre a dissolução dos topos na história em movimento. *In*: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006. p. 41-60.

KUHLMANN JR. Moysés, M. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. *In*: KUHLMANN JR., M.; FREITAS, M. C. de (org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 51-65.

LE GOFF, Jacques. **Em busca da Idade Média**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

LE MOS, Vanessa dos Santos. **Propaganda e coerção na política educacional do Estado Novo (1937-1945), em Pelotas/RS**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

LIMA, Adriana Ribeiro de *et al.* **Descobrimos e construindo Russas**: geografia e História. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1997.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Sistema escolar de Limoeiro do Norte**: da colônia à escola que revolucionou o município. Fortaleza: Prêmio, 2002.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Juazeiro do Padre Cícero**. ed. aum. Brasília, DF: MEC, 2002. 178 p. (Coleção Lourenço Filho, 5). Obra premiada pela Academia Brasileira de Letras em 1927.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 476-487

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 443-481

MACHADO, José Wellington de Oliveira. **Memórias, poéticas e temporalidades**: a invenção estética de Limoeiro do Norte (1943 a 1957 e 1957 a 2016). 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MAGALDI, Ana Maria B. de M.; SCHUELER, Alessandra F. M. de. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 32-55, jan. 2009. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a03.pdf. Acesso em: 23 jul. 2015.

MAGALHÃES, J. Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 19., Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: Anped, 1996. p. 72-101.

MAGALHÃES, Suzana Marly da Costa; CUNHA, Cleane Soares. A evolução dos valores religiosos e da disciplina: O Colégio da Imaculada Conceição (CIC), no município de

Fortaleza, nas décadas de 1930 a 1970. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 21, v. 2, n. 38, p. 100-111, 1999.

MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação feminina, 1859 - 1919**: uma face do conservadorismo. São Paulo: UNESP, 1996.

MARTINEZ, Alessandra Frota. **Educar e instruir**: a instrução popular na Corte imperial. 1870 - 1889. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas Gerais, entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, jan. 2009, p. 15-31. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos/dossiê/v13n26a02.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MERCADO, Edna A. **A educação no jornal O Estado, de São Paulo**: 1890 – 1920. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

MONTEIRO, Ivanilde Alves. A mulher na história da educação brasileira: Entraves e avanços de uma época. In: X Seminário nacional de estudos e pesquisas históricas, sociedade e educação no Brasil, 9., 2012, João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba, **Anais eletrônicos**. João Pessoa 2012 – ISBN 978857745551-5.

MORAES, Carmem Sylvia V. **O ideário republicano e a educação**: uma contribuição à história das instituições. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

MOURELLE, Thiago Cavalliere. Entrevista com Maria Helena Capelato. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Curitiba, v. 30, n. 2, p. 11-18, 2017.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**: tomo III, O Brasil republicano, volume 2, Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1977. v. 2, tomo 3.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: HOLANDA Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. p. 259-296.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do (org.). **Histórias da educação no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

NEVES, Fátima Maria. **O método lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo.** (São Paulo 1808-1889). 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2003.

NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de instrução do Ceará.** Fortaleza: SENAI/CE, 1998.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC, 1993. n. 10.

NÓVOA, António. **As organizações escolares em análise.** Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, António. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Lisboa: Educa, 2002.

NUNES, Olívia Bruna de Lima. Romanização do catolicismo na Diocese de Limoeiro do Norte. *In:* ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA, MEMÓRIA, ORALIDADE E CULTURAS, 2., Fortaleza. **Anais [...].** Fortaleza: MAHIS/UECE, 2006. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/encontrointernacionalmahis/anais/trabalhos.html>. Acesso em: 9 set. 2017.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. Tradicionalismo e progressivíssimo na escola primária cearense. *In:* CAVALCANTE, Maria Juraci Maia *et al.* (org.). **História da Educação:** Instituições, protagonistas e práticas. Fortaleza: LCR, 2005. p. 128-146.

OLIVEIRA, Joana Angélica Travassos de. **As Marias de Rachel de Queiroz:** trajetórias e dilemas femininos no romance *As três Marias*. 2017. Dissertação (Mestrado em Leitura e Crítica Literária) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Rosângela Silva; JUNIOR, Nilton Ferreira Bittencourt. **A fotografia como fonte de pesquisa em história da educação:** usos, dimensão visual e material, níveis e técnicas de análise. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PEREIRA, Adalucami Menezes; JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. O corpo feminino nas escolas confessionais: a linguagem não verbal das fardas do colégio Imaculada Conceição na década de 1950. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências**, Icó, v. 1, n. 2, p. 151-162, 2018.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha História das mulheres.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** Trad. Angela M. S. Corrêa. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História cultural.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 469-512.

PINSKY, Carla Bassanezi; DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-201, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 2 maio 2019.

QUEIROZ, Rachel de. **As três Marias**. Fortaleza: José Olympio, 1998.

REGIS, João Rameres. **“Galinhas-verdes”**: memórias e história da ação integralista brasileira, Limoeiro-Ceará (1934-1937). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

REGIS, João Rameres. O integralismo no interior do Ceará (1932-1937): adequações ao jogo político local. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-17.

RIBEIRO, Valdir Uchoa. **Jaguaribe, minha Terra**. Fortaleza: Celigráfica, 2000.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Limério Moreira da. **Russas sua origem, sua gente, sua história**. Recife: Recife Gráf, 1976.

ROCHA, Limério Moreira da. **Russas**: duzentos anos de emancipação Política. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**: completo e essencial para a vida universitária. São Paulo: Avercamp, 2007.

ROSA, Josineide. **Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no Governo Vargas 1930-1945**: o caso do Espírito Santo. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Públicas) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 333-359.

SANTIAGO, Zilza Maria Pinto. **Arquitetura e instrução pública**: a reforma de 1922: Concepção de espaços e formação de grupos escolares. 2011. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. **Magistério em declínio**: histórias e memórias de ex-alunas do magistério do colégio Nossa Senhora das Neves (1970). 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SAVIANI, Demerval. Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* (org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores associados, 2007. p. 3-27.

SCHMITZ, Zenaide Inês; COSTA, Miguel Ângelo Silva da. Educação, infância e nacionalismo: Uma abordagem a partir das cartilhas escolares “Getúlio Vargas para crianças” e “Getúlio Vargas: o amigo das Crianças”. *In*: EDUCERE CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2015. p. 10262-10277.

SCHNEIDER, Omar. **A circulação de modelos pedagógicos e as reformas da instrução pública**: atuação de Herculano Marcos Inglês de Sousa no final do Segundo Império. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37 p. 59-84, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>. Acesso em: 3 maio 2017.

SCHWARTZMAN, Simon *et al.* **Tempos de Capanema**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Gláubia Cristiane Arruda. **O tremor dos sertões**: experiências da epidemia de malária no Baixo Jaguaribe - Ce (1937-1940). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SILVA, Katiene Nogueira da. **Criança calçada, criança sadia!**: sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970). 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <HTTP://teses.usp.br/teses/dsiponiveis/48/48134/tde-19062007-152705/>. Acesso em: 12 set. 2018.

SILVA, Luciandra Gonçalves da. **Sob o símbolo da cruz**: questão social, família e educação nas relações entre Estado e Igreja no Brasil (1930-1945). 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Paulo João da. A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a Era Vargas. *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA*, 11., 2012, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande, 2012. p. 1300-1309.

SOARES, Fabrício Emerick. **Do discurso Missionário à prática do poder político**: uma análise da atuação do Padre Júlio Maria de Lombaerde na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Manhumirim – 1922 a 1944. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2009.

SOUSA, Eusébio de. **Álbum do Jaguaribe**. Belém: Empreza Graphica Amazônia, 1922.

SOUSA, Eusébio de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educ. Rev.**, Curitiba, n. 18, p. 101, 2001. ISSN 0104-4060.

SOUSA, Misael Alves de. **40 anos depois**: solenidade comemorativa do transcurso do 40º aniversário de sagração episcopal de D. Aureliano Matos. Limoeiro do Norte: [s. n.], 1980.

SOUSA, Simone de Oliveira. **Interventorias no Ceará**: política e sociedade (1930-1935). São Paulo: PUC, 1982.

SOUZA, J. Moreira de. **Dom Lino Deodato**: prelado do Nordeste: aspectos sociais e humano de sua vida e de sua obra. Fortaleza: Imp. Universitária, 1960.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Unesp, 1998.

SOUZA, Simone. Da “Revolução de 30” ao Estado Novo. *In: SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide et al. Uma nova história do Ceará*. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 259-286.

STUDART, Guilherme. Azevedo de Montalry e seu governo no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo 5, p. 29-70, 1891.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-164.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. **Revista Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 6, p. 1-17, 1992.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VAZ, Aline Choucair. **A escola em tempos de festa**: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937 – 1945). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino *et al.* **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

VOVELLE, Michel. O popular em questão. *In: Ideologias e mentalidades*. Trad. Maria Julia Cottvasser. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

WEREBE, Maria Jose Garcia. A educação. *In: CAMPOS, Pedro Moacyr; HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira: tomo II, O Brasil monárquico, volume 4, Declínio e queda do Império*. São Paulo: Difel, 1971. v. 4, tomo 2.

WEREBE, Maria Jose Garcia. A educação. *In: HOLANDA, S. B. História geral da civilização brasileira*. 5 ed. São Paulo: Recorde, 1995. p. 15-27.

WEREBE, Maria Jose Garcia. A implantação da educação sexual no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 26, p. 21-27, set. 1979.

WEREBE, Maria Jose Garcia. BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAU, Cinthia Merlo. Espaço escolar e história das instituições escolares. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007.

WEREBE, Maria Jose Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

XAVIER, Antônio Roberto. **Joana Paula de Moraes: história, memória e trajetórias educativas (1900-1963)**. 2014. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. O método intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a Geografia escolar. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 165-184, maio/ago. 2005.

ZICHIA, Andrea de Carvalho. **O direito à educação no Período Imperial: um estudo de suas origens no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino de literatura**. Curitiba: Ibplex, 2010.